

### 3.1. RELEVÂNCIA SOCIAL

A Bahia possui 417 municípios e uma população de 14.016.906 habitantes (IBGE, 2010), e, de acordo com os dados DATASUS (2010), conta com 18.542 profissionais de enfermagem com nível superior e 1.940 unidades de saúde para atender em todo o Estado, o equivalente 1,32 enfermeiro(a) para cada 1.000 habitantes, o que torna a situação ainda mais grave para as necessidades de atendimento à saúde da população do Estado.

Por outro lado, ao longo das duas últimas décadas houve um aumento significativo da oferta de cursos de Enfermagem no Estado da Bahia, como pode ser visto no quadro abaixo. Contudo, ainda não se conseguiu atingir a expectativa da OMS (Organização Mundial da Saúde) que preconiza uma proporção de 2 enfermeiros por 1000 habitantes o coeficiente de 2,0.

**Quadro 17 – Entidades de Ensino Superior que ministram o Curso de Enfermagem na cidade do Salvador**

<b>NOME DA INSTITUIÇÃO</b>
Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública
Estácio
Faculdade Regional da Bahia (FARB)
Faculdade Rui Barbosa
Faculdade Social da Bahia (FSBA)
Faculdade São Salvador (FSS)
Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC)
Faculdade Maurício de Nassau
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Univerisdade do Estado da Bahia (UNEB)
Universidade Salvador (UNIFACS)
Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE)
Universidade Salgado de Oliveira (Universo)

Fonte: atualização ASTEP

Assim, distante no atendimento às prescrições da OMS, quanto a relação enfermeiro/habitante no Estado é perceptível a necessidade da renovação do Projeto de Reconhecimento do curso de Graduação em Enfermagem na UNEB.

O curso justifica-se ainda, pelo fato de só existir na Região Metropolitana de Salvador dois cursos de Enfermagem, oferecido pela rede pública sendo os demais oferecidos pela rede privada.

O Departamento de Ciências da Vida I congrega em seus diversos cursos de graduação egressos das mais diversas instituições públicas e particulares e de diferentes faixas sociais e econômicas da Região Metropolitana de Salvador, de forma inclusiva para que não existam desigualdades no ponto de partida da educação superior que ministra e com competência atua no sentido de mediar possibilidades para que haja igualdade no ponto de chegada, ou seja, na conclusão desses cursos de graduação.

Em toda a região, encontram-se aproximadamente 3.208 estabelecimentos de ensino que atendem desde o Pré-Escolar até a 8ª série do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo que 67,7% das matrículas estão concentradas no Ensino Fundamental, segundo dados do ano de 2012 segundo dados do MEC/INEP - Censo Educacional.

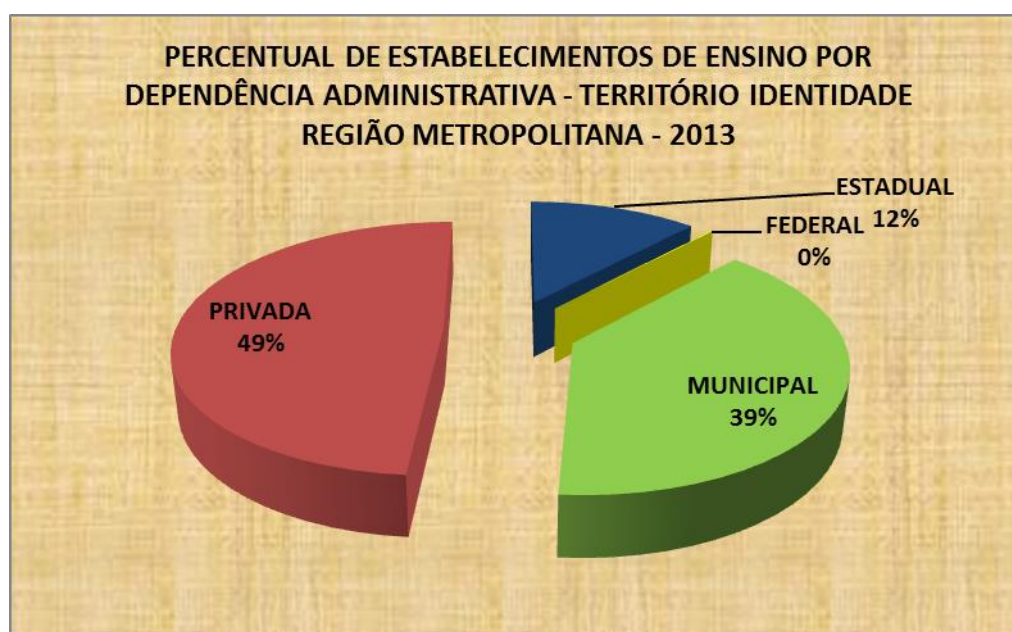
**Tabela 22 - Numero de Estabelecimento por Dependência Administrativa–Território Identidade Região Metropolitana**

Município	Dependência	Qtde.	Município	Dependência	Qtde.
Camaçari	Estadual	10	Mata de São João	Estadual	3
	Federal	1		Federal	0
	Municipal	126		Municipal	53
	Privada	176		Privada	15
	<b>Total</b>	<b>313</b>		<b>Total</b>	<b>71</b>
Candeias	Estadual	9	Pojuca	Estadual	4
	Federal	0		Federal	0
	Municipal	87		Municipal	24
	Privada	20		Privada	11
	<b>Total</b>	<b>116</b>		<b>Total</b>	<b>39</b>

Município	Dependência	Qtde.	Município	Dependência	Qtde.
Dias D'Ávila	Estadual	2	Salvador	Estadual	342
	Federal	0		Federal	3
	Municipal	36		Municipal	622
	Privada	31		Privada	1.299
	<b>Total</b>	<b>69</b>		<b>Total</b>	<b>2.266</b>
Itaparica	Estadual	4	São Francisco do Conde	Estadual	2
	Federal	0		Federal	0
	Municipal	30		Municipal	73
	Privada	7		Privada	2
	<b>Total</b>	<b>41</b>		<b>Total</b>	<b>77</b>
Lauro de Freitas	Estadual	12	Simões Filho	Estadual	17
	Federal	0		Federal	1
	Municipal	104		Municipal	110
	Privada	46		Privada	33
	<b>Total</b>	<b>162</b>		<b>Total</b>	<b>161</b>
Madre de Deus	Estadual	1	Vera Cruz	Estadual	6
	Federal	0		Federal	0
	Municipal	9		Municipal	78
	Privada	7		Privada	33
	<b>Total</b>	<b>17</b>		<b>Total</b>	<b>117</b>

Fonte: Dados do IBGE – Censo Ba hia 2012

**Figura 03 – Percentual de Estabelecimentos por dependência administrativa – Território Identidade Região Metropolitana – 2013**



Fonte: DADOS DO IBGE – CENSO BAHIA 2012

Os dados do Censo Escolar/IBGE (2012) indicam que no Território Identidade Região Metropolitana, existem em funcionamento 3.449 unidades de ensino que atendem aos ensino fundamental e médio. Assim, desse montante, 412 (12%) unidades são da rede pública Estadual; 1.352 (40%) pertencentes aos municípios; 1.680 de estabelecimentos particulares (48%); com vínculo federal destinados ao ensino médio e pela quantidade reduzida não aparece como indicador percentual.

O Território Identidade Região Metropolitana, possui de acordo com os dados do IBGE, um total de 3.448 unidades de ensino, para o atendimento do ensino fundamental até o ensino médio, que atende uma população total com mais de 3,5 milhão de habitantes, nos municípios referendados abaixo.

**Tabela 23 – Evolução do Número de Habitante por Município do Território Identidade Região Metropolitana – Censo IBGE 1991-2000-2010**

MUNICÍPIO	ANOS		
	1991	2000	2010
Camaçari	113.639	161.727	242.970
Candeias	67.941	76.783	83.158
Dias D'Ávila	31.260	45.333	66.440
Itaparica	15.439	19.478	20.725
Lauro de Freitas	68.094	112.150	163.449
Madre de Deus	9.183	12.036	17.376
Mata de São João	30.233	31.424	40.183
Pojuca	21.764	25.644	33.066
Salvador	2.077.108	2.443.480	2.675.656
São Francisco do Conde	20.238	26.282	33.183
Simões Filho	71.868	95.087	118.047
Vera Cruz	21.753	29.218	37.567
<b>TOTAL</b>	<b>2.548.520</b>	<b>3.078.642</b>	<b>3.531.820</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD (2013).

Como pode ser percebido no quadro acima, merecem destaques os municípios de Salvador, Camaçari e Simões Filho, que nas últimas três décadas apresentam um significativo aumento populacional.

Esse Território Identidade Região Metropolitana, de acordo com Dados do PNUD (2010), apresenta distorções sociais de tal intensidade que se fosse um país, “[...] teria a segunda pior distribuição de renda do mundo, atrás apenas da Namíbia”.

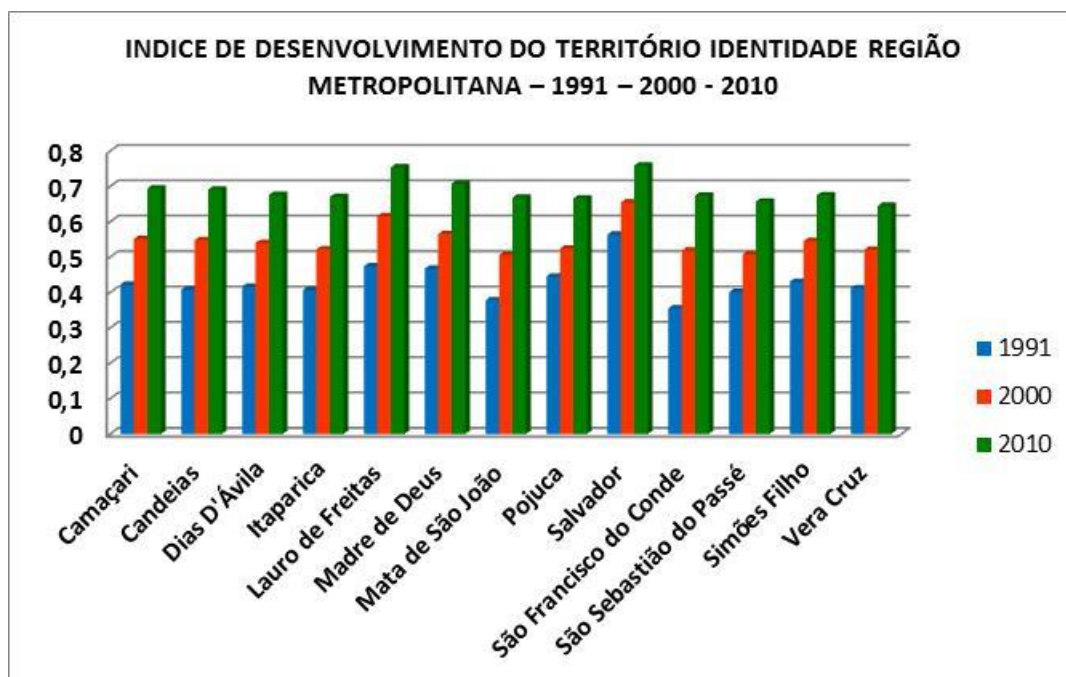
E, o município/cidade do Salvador, possui o mais expressivo IDH nessa unidade espacial, enquanto Salinas da Margarida em contrapartida tem o menor taxa dentre todos. O que evidencia a marca de desigualdade social: 60% da população recebe entre um e cinco salários mínimos e a taxa de analfabetismo é de 10,7%. (PNUD, 2010).

**Tabela 24 - Índice de Desenvolvimento Humano de Salvador e Território Identidade Região Metropolitana-1991 – 2000 – 2010**

MUNICÍPIOS	IDHM		
	1991	2000	2010
Camaçari	0,422	0,551	0,694
Candeias	0,408	0,548	0,691
Dias D'Ávila	0,416	0,54	0,676
Itaparica	0,407	0,522	0,670
Lauro de Freitas	0,474	0,616	0,754
Madre de Deus	0,467	0,565	0,708
Mata de São João	0,378	0,506	0,668
Pojuca	0,445	0,524	0,666
Salvador (BA)	0,563	0,654	0,759
São Francisco do Conde	0,355	0,518	0,674
São Sebastião do Passé	0,401	0,508	0,657
Simões Filho	0,43	0,545	0,675
Vera Cruz	0,412	0,521	0,645

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013 (PNUD)

**Figura 04 – IDHM do Território Identidade Região Metropolitana – 1991 – 2000 - 2010**



Fonte: www.atlasbrasil.org.br

Os indicadores do PNUD, sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), apontam que no Território Identidade Região Metropolitana, há um destaque para o município de Mata de São João, pois essa unidade espacial teve um incremento no seu IDHM de 76,72% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (70%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 46,62% entre 1991 e 2010. (PNUD, 2010).

Os municípios em tela compõem o território sede do maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, concentra mais de 90 empresas petroquímicas, químicas, automotivas, além de outros ramos industriais. Tem um amplo desenvolvimento no setor de Turismo, Comércio e Serviços.

No que diz respeito às questões relacionadas ao atendimento da saúde da população, como pode ser visto na tabela abaixo, os municípios que integram o Território Identidade Região Metropolitana, de acordo com o censo IBGE (2010), conta com 1.940 unidades de saúde, com a maior concentração (81%) no município de Salvador, sede administrativa e capital do Estado.

**Tabela 25 – Número de estabelecimentos de saúde nos municípios Território Identidade Região Metropolitana**

<b>Municípios</b>	<b>Nº de Estabelecimentos</b>	<b>(%)</b>
Salvador	1.563	81%
Camaçari	90	5%
Candeias	48	2%
Dias D'Ávila	14	1%
Itaparica	10	1%
L. de Freitas	62	3%
Madre de Deus	16	1%
M. de S. João	12	1%
Pojuca	21	1%
S. F. do Conde	22	1%
S. Filho	30	2%
S. S. Passé	32	2%
Vera Cruz	20	1%
<b>TOTAL</b>	<b>1.940</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE, 2010.

Oferecendo uma perspectiva ampliada, com relação ao número de profissionais de enfermagem, no Brasil existem 1.480.653 profissionais que atuam no segmento. A relação de enfermeiros, técnicos de enfermagem, atendentes e auxiliares, é de 7,76 /1.000 habitante como pode ser visto na tabela abaixo.

**Tabela 26 –Profissionais de enfermagem no Brasil e relação com o número de habitantes por região**

Macrorregião	Enfermeiro	% Enfermeiro por Região	Técnico	% Técnico por Região	Auxiliar	% Auxiliar por Região
Centro-Oeste	20.433	20,98	53.541	54,98	23.163	23,79
Nordeste	55.600	21,26	119.547	45,71	84.038	32,13
Norte	18.953	17,1	62.918	56,77	28.667	25,87
Sudeste	153.648	20,25	283.130	37,31	321.947	42,43
Sul	38.485	17,41	106.727	48,29	75.707	34,21
<b>Total</b>	<b>287.119</b>	<b>9,81</b>	<b>625.863</b>	<b>3,18</b>	<b>533.522</b>	<b>6,80</b>

Fonte: Conselho Federal de Enfermagem (2010) (\*) Relação por 1.000 hab.

O Nordeste apresenta o menor índice na relação entre profissionais da enfermagem e população: 5,41 por mil habitantes. E neste cenário nordestino, o Estado da Bahia possui o maior contingente de especialistas com 92.726 (enfermeiros, técnicos em enfermagem, auxiliares e atendentes) o que representa proporcionalmente 6,61 por 1.000 habitantes. (Tabela abaixo)

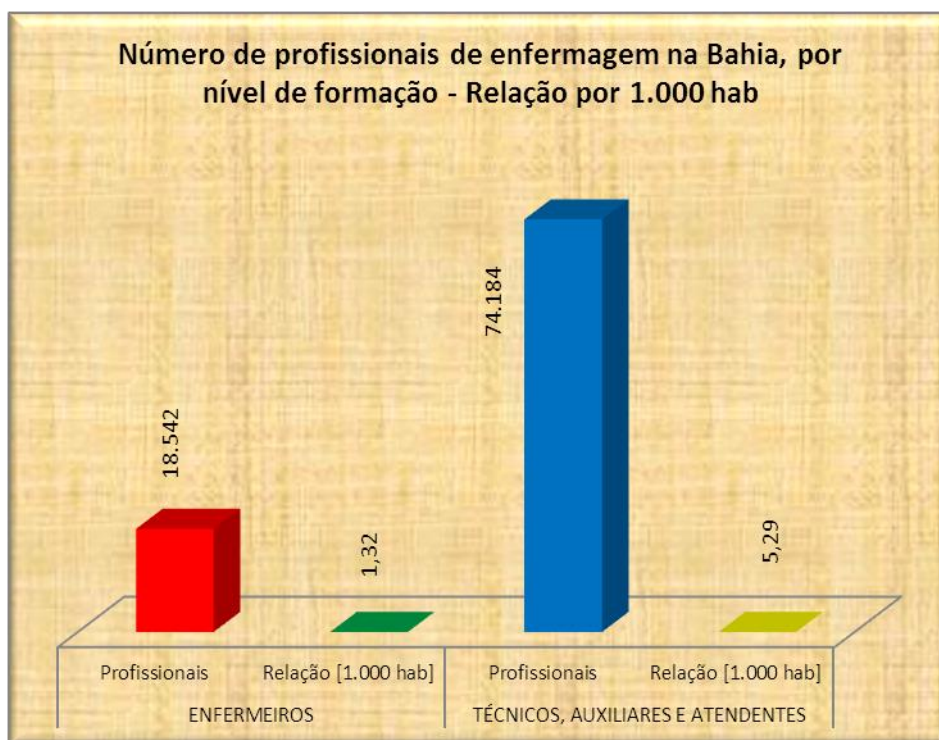
**Tabela 27 – Profissionais de enfermagem no Brasil e relação com o número de habitantes por região**

Região	Profissionais	Relação [*]
Bahia	92.726	6,61
Rio Grande do Norte	19.190	6,06
Sergipe	11.614	5,62
Paraíba	21.121	5,61
Pernambuco	46.693	5,31
Piauí	15.311	4,91
Ceará	39.396	4,66
Alagoas	13.581	4,35
Maranhão	27.312	4,16
<b>Total</b>	<b>286.944</b>	<b>5,41</b>

Fonte: Portal da Enfermagem (2010) (\*) Relação por 1.000 hab.

Do total de profissionais de enfermagem que atuam na Bahia (92.726), 18.542 (20%) possuem formação universitária e 74.184 (80%) é formada por técnicos, têm formação de nível médio.

**Figura 05 – Número de Profissionais de enfermagem**



Fonte: [www.portaldaenfermagem.com.br](http://www.portaldaenfermagem.com.br)

Por essas especificidades, a oferta do Curso de Enfermagem - Bacharelado, da UNEB através do DCV I, pode auxiliar no processo de construção do desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Diante da complexidade do Território Identidade Região Metropolitana, o DCV I/UNEB vem atendendo as necessidades de Salvador e seu Território Identidade, que de um lado possui vasta abrangência territorial, e do outro apresenta significativos desafios para a efetividade da prestação de serviços públicos segmento da educação superior a um conjunto considerável de seus habitantes mais carentes.

Os dados disponibilizados pela Revista Baiana de Saúde Pública (2012) destacam que a Bahia possui 116 mil profissionais de saúde cadastrados no



Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), dos quais quase 25 mil são médicos, 44,4 mil são profissionais de enfermagem, 11 mil de outras categorias de nível superior (odontólogo, psicólogo, fisioterapeuta, assistente social e farmacêutico-bioquímico) e 35 mil de outros profissionais de nível médio (Visitador Sanitário Auxiliar, Técnico em Patologia Clínica, Técnico em Radiologia e Imagenologia, Agente Comunitário de Saúde e Atendente de Consultório Dentário).

Do total de profissionais existentes, 91,1% estão em atividade no SUS, ou seja, 105,9 mil profissionais. Analisando o número de profissionais por grupo ocupacional, 83,7% dos profissionais médicos, 94,4% dos profissionais de enfermagem, 98,7% dos profissionais de nível médio de outras categorias profissionais e 98,6% dos profissionais de assistência social estão vinculados ao SUS.

Na Bahia de acordo com o Plano Estadual de Saúde 2012/2015, a maioria (94,4%) dos profissionais de enfermagem no Estado atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), divididos em várias funções, como pode ser visto na tabela abaixo. Sendo que a maior incidência (96,2%) é de profissionais Técnicos de Enfermagem de Terapia Intensiva, enquanto dentre os de nível superior, 92,8% integram o SUS.

Dentre os profissionais da área de enfermagem, a maior incidência (94,7%) dos que integram os quadros do SUS estão os auxiliares de enfermagem, como pode ser visto na tabela abaixo:

**Tabela 28 – Percentual dos profissionais de enfermagem na Bahia em atuação no SUS (2012)**

<b>Profissional enfermagem</b>	<b>(%) SUS</b>
Enfermeiro	92.8
Técnico em Enfermagem	94.6
Técnico de Enfermagem e Socorrista	94.6
Técnico de Enfermagem de Terapia Intensiva	96.6
Técnico de Enfermagem do Trabalho	89.1
Técnico de Enfermagem Psiquiátrica	96.2
Auxiliar de Enfermagem	94.7
<b>Total</b>	<b>94.4</b>

Fonte: Revista Baiana de Saúde (2012)

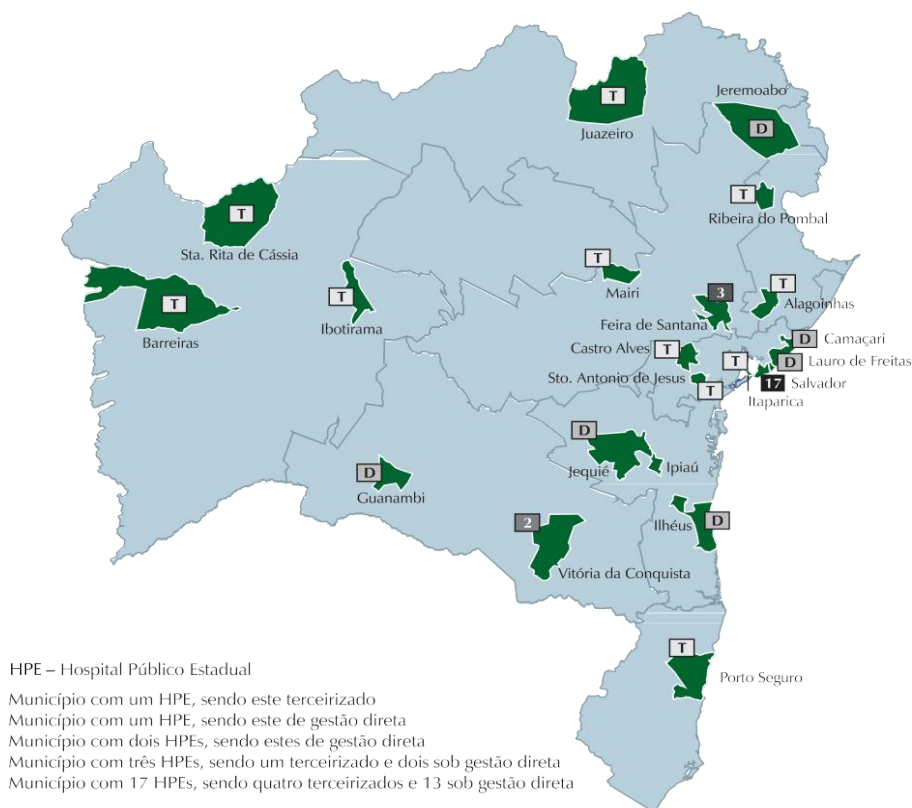
E esses profissionais, que em sua maioria atuam no SUS, concentram-se entre os 467 hospitais do Estado, com leitos disponíveis ao SUS, dos quais 390 estão classificados como hospitais gerais, 58 hospitais especializados e 19 hospitais dia, que possuem como característica a oferta de serviços de internação parcial. (REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA, p. 75, 2012).

No Estado da Bahia, 46% dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) possuem até 30 leitos, em sua grande maioria geram internações inadequadas, pouco resolutivas e/ou desnecessárias e, muitas vezes, geram duplicidade de internação em hospitais de maior porte e competem com as ações da atenção básica. Além disso, 34 Municípios que possuem leitos cadastrados não apresentam produção. (REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA, 2012).

A rede própria hospitalar da Sesab é composta por 40 unidades em 20 Municípios, das quais cinco foram construídas no período de 2008/2012 (Hospital do Subúrbio em Salvador, Hospital da Criança em Feira de Santana, Hospital Regional Mário Dourado Sobrinho em Irecê, Hospital Regional de Juazeiro e Hospital Urcisino Pinto de Queiroz em Santo Antônio de Jesus). São quase 5,5 mil leitos na rede Sesab, sendo 50% deste total localizado em Salvador e Região Metropolitana e os outros 50% no interior do Estado. (REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA, 2012).

Quanto ao gerenciamento das unidades da rede Sesab, 23 encontram-se sob gestão direta e 17 com gestão indireta (Organizações Sociais, Terceirizadas e Parceria Público-Privada), distribuído conforme mapa abaixo:

**Figura 06 – Distribuição dos hospitais da rede própria da Sesab – Bahia – 2011**



Fonte: REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA (2012)

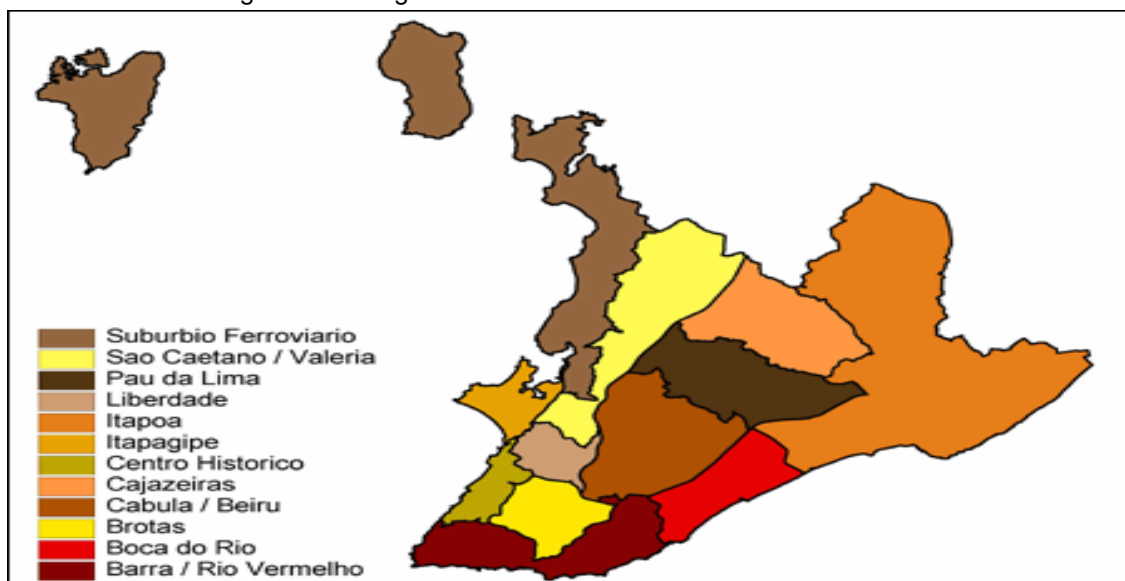
Vale destacar ainda a Portaria n.º 96/2008, de 11 de janeiro de 2008, que cria o programa Estadual de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS-BA e a Resolução CIB n.º 191/2011, que aprova a Política Estadual para Contratualização de Hospitais de Pequeno Porte (HPP) para o SUS no Estado da Bahia. Encontram-se contratualizados no Estado 38 HPP e 30 Hospitais Filantrópicos (21 contratualizados pelo Governo Federal e 9 pelo Governo do Estado).

A organização do sistema de saúde na Bahia, esteve estruturada até dezembro de 2014, em 31 Diretorias Regionais de Saúde - DIRES - da Secretaria do Estado da Saúde – SESAB – substituídas por 9 (nove) Núcleos Regionais de Saúde (NRS), implantados pela Lei Nº 13.204 de 11 de Dezembro de 2014, assim distribuídos:

- Núcleo Regional de Saúde Leste – Salvador
- Núcleo Regional de Saúde Centro Leste - Feira de Santana
- Núcleo Regional de Saúde Nordeste - Alagoinhas
- Núcleo Regional de Saúde Sul – Ilhéus
- Núcleo Regional de Saúde Extremo Sul - Teixeira de Freitas
- Núcleo Regional de Saúde Norte – Juazeiro
- Núcleo Regional de Saúde Centro Norte - Jacobina
- Núcleo Regional de Saúde Sudoeste - Vitória da Conquista
- Núcleo Regional de Saúde Oeste – Barreiras

O Núcleo Regional de Saúde Leste – Salvador, conta também com a Secretaria Municipal de Saúde, subdividida em 18 Regiões Administrativas (RA) e 12 Distritos Sanitários (DS), em um espaço geográfico que comporta o atendimento de uma população com perfil epidemiológico e características socioeconômicas peculiares à região, serviços e equipamentos de saúde distribuídos de forma regionalizada e hierarquizada.

Figura 07 – Regiões Administrativas de Saúde



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, 2011.

Nesse cenário, o Departamento de Ciências da Vida, Campus I da UNEB, vem cumprindo o seu papel como agente partícipe do desenvolvimento dessa região do Território de Identidade, onde está inserido, impactando positivamente através de intervenções diretas e indiretas inerentes à educação.

Em consonância com a demanda de mercado nos diversos setores sociais e as reais necessidades da sociedade, o Departamento em comum acordo com os colegiados de curso de graduação, estabeleceu padrões para a formação dos seus futuros profissionais, cada qual dentro de sua área de abrangência, de forma a dar suporte à sociedade e ajudá-la no alcance das suas metas de desenvolvimento da saúde no Estado.

Por fim, justifica-se também pelo fato da necessidade de expansão do ensino superior no Estado da Bahia e a falta de opção dos jovens no que diz respeito ao pouco acesso ao ensino público e gratuito na Região Metropolitana de Salvador e conseqüentemente do estado da Bahia. Além do mais, a UNEB conta no momento com desenvolvimentos de cursos na área da Saúde: Fisioterapia, Farmácia e Fonoaudiologia, Nutrição, Enfermagem e Medicina.

### 3.2. ATO DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO

O curso de Enfermagem – Bacharelado do Departamento de Ciências da Vida foi criado por meio da Resolução CONSEPE de n. 207/98. Reconhecido posteriormente através do Decreto Estadual n. 9268 de 14 de dezembro de 2004.

O primeiro redimensionamento do curso foi autorizado por meio da Resolução Nº 207 de 24/07/98 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

#### BASE LEGAL

O segundo redimensionamento curricular foi dado através da **Resolução CONSEPE n. 1.866/2016** que aprovou o **Currículo Reformulado** do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, passando sua carga horária total para **4.820 (quatro mil oitocentas e vinte) e retroagindo seus efeitos ao semestre letivo de 2012.1.**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE**

## **RESOLUÇÃO N.º 207/98**

**Cria o Curso de Enfermagem na UNEB e dá outras providências.**

**O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE** da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo n.º 0603980063506, com fundamento no artigo 8º, inciso V, do Regulamento da UNEB, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 7.223, de 20-01-98, e por deliberação do Plenário, em reunião desta data,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º**- Criar o CURSO DE ENFERMAGEM na Universidade do Estado da Bahia-UNEB, autorizando o seu funcionamento no Departamento de Ciências da Vida - Campus I – Salvador, com oferta de 50 (cinquenta) vagas, a serem preenchidas através de processo seletivo, em regime semestral por disciplina, funcionando em turno integral, com carga horária total de 4.260 (quatro mil, duzentas e sessenta) horas e 194 (cento e noventa e quatro) créditos, tempo de integralização curricular mínimo de 04 (quatro) anos e meio e máximo de 06 (seis) anos, consoante o projeto proposto.

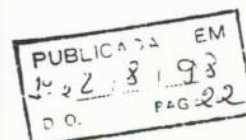
**Art. 2º** - A administração da Universidade adotará as providências necessárias para o regular funcionamento do curso de que trata o artigo anterior.

**Art. 3º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de julho de 1998

*Luete Alves do Sacramento*

Presidente do CONSEPE



**DECRETO Nº 9.268 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004**

Reconhece o Curso de Bacharelado em Enfermagem, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e baseado no disposto do art. 3º, do § 2º, da Lei nº 7.308, de 02 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o constante do processo CEE nº 003065-5/2004,

**DECRETA**

Art. 1º - Fica reconhecido o Curso de Bacharelado em Enfermagem, ministrado no Município de Salvador-BA, pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB na forma do Parecer CEE 302/2004, publicado no Diário Oficial do Estado, edição de 04 de novembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 14 de dezembro de 2004.

**PAULO SOUTO**  
Governador

Ruy Tourinho  
Secretário de Governo

Anaci Bispo Paim  
Secretária da Educação



**Universidade do Estado da Bahia – UNEB**

RESOLUÇÃO Nº 1.866/2016 - Aprova o Currículo Reformulado do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado. DCV/Campus I - Salvador. O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) da Universidade do Estado da Bahia, no uso de suas competências legais e regimentais, com fundamento no Artigo 5º, Inciso I, Alínea “c” do Regimento Interno deste mesmo Conselho, e ainda o quanto deliberado pela sua Câmara de Ensino de Graduação e Sequencial, em reunião ordinária realizada no dia 13-04-2016, e o que consta do Processo nº 0603150043782, em sessão desta data, RESOLVE: Art. 1º. Aprovar o Currículo Reformulado do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado, ofertado pelo Departamento de Ciências da Vida/Campus I - Salvador. Parágrafo Único. Com a aprovação do Currículo supramencionado, a carga horária total do Curso passa a ser 4.820 (quatro mil oitocentas e vinte) horas. Art. 2º. Caberá ao Colegiado do Curso a fiel observância aos princípios norteadores do processo de reformulação do currículo aqui referenciado, ficando a Gerência de Gestão do Currículo Acadêmico (GGCA) e a Assessoria Técnica para Assuntos de Implantação e Reconhecimento de Cursos de Graduação (ASTEP) da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), responsáveis pelo assessoramento ao respectivo Colegiado e acompanhamento no desenvolvimento do mesmo. Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao semestre letivo de 2012.1, revogando-se as disposições em contrário. Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

José Bites de Carvalho  
Presidente do CONSU

**Currículo Reformulado do Curso de Graduação em Enfermagem – BachareladoDCV I**

Carga horária total do Curso	4.820 (quatro mil oitocentas e vinte) horas
Efeito Retroativo	Semestre letivo de 2012.1

### 3.3. BASE LEGAL

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, o currículo do Curso de Enfermagem está respaldado na:

- Decreto Federal nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o regulamentação do exercício da Enfermagem;
- Decreto Federal nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências;
- Portaria Ministerial nº 1.721, de 15 de dezembro de 1994, que fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação;
- Parecer CEN/CES nº 1.133 de 7 de agosto de 2001- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição;
- Resolução nº 03 de 07/11/2001 do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior - que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem;
- Resolução n. 4, de 6 de abril de 2009 Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.
- RESOLUÇÃO Nº 1.866/2016, que aprova o Currículo Reformulado do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado, ofertado pelo Departamento de Ciências da Vida/Campus I – Salvador, com a carga horária total do Curso passa a ser 4.820 (quatro mil oitocentas e vinte) horas.

# LEI Nº 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É livre o exercício da enfermagem em todo o território nacional, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º - A enfermagem e suas atividades auxiliares somente podem ser exercidas por pessoas legalmente habilitadas e inscritas no Conselho Regional de Enfermagem com jurisdição na área onde ocorre o exercício.

Parágrafo único - A enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação.

Art. 3º - O planejamento e a programação das instituições e serviço de saúde incluem planejamento e programação de enfermagem.

Art. 4º - A programação de enfermagem inclui a prescrição da assistência de enfermagem.

Art. 5º - (VETADO).

Art. 6º - (VETADO).

Art. 7º - (VETADO).

Art. 8º - São enfermeiros:

I - o titular do diploma de Enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei;

II - o titular do diploma ou certificado de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica, conferido nos termos da lei;

III - o titular do diploma ou certificado de Enfermeira e a titular do diploma ou certificado de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetriz, ou equivalente, conferido por escola estrangeira segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Enfermeiro, de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetriz;

IV - aqueles que, não abrangidos pelos incisos anteriores, tiverem título de Enfermeiro conforme o disposto na alínea II do art. 3º do Decreto nº 50.387, de 28 de março de 1961.

Art. 9º - São Técnicos de Enfermagem:

I - o titular do diploma ou do certificado de Técnico de Enfermagem, expedido de acordo com a legislação e registrado pelo órgão competente;

II - o titular do diploma ou do certificado legalmente conferido por escola ou curso estrangeiro, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil no diploma de Técnico de Enfermagem.

Art. 8º - São Auxiliares de Enfermagem:

I - o titular de certificado de Auxiliar de Enfermagem conferido por instituição de ensino, nos termos da Lei e registrado no órgão competente;

II - o titular de diploma a que se refere a Lei nº 2.822, de 14 de junho de 1956;

III - o titular do diploma ou certificado a que se refere o inciso III do art. 2º da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, expedido até a publicação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

IV - o titular do certificado de Enfermeiro Prático ou Prático de Enfermagem, expedido até 1964 pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde, ou por órgão congêneres da Secretaria de Saúde nas Unidades da Federação, nos termos do Decreto-lei nº 23.774, de 22 de janeiro de 1934, do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, e da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

V - o pessoal enquadrado como Auxiliar de Enfermagem, nos termos do Decreto-lei nº 299, de 28 de fevereiro de 1967;

VI - o titular do diploma ou certificado por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como certificado de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 9º - São Parteias:

I - a titular do certificado previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, observado o disposto na Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

II - a titular do diploma ou certificado de Parteira, ou equivalente, conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil, até 2 (dois) anos após a publicação desta Lei, como certificado de Parteira.

Art. 10 - (VETADO).

Art. 11 - O Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe:

- I - privativamente:
- a) direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem;
  - b) organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;
  - c) planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços de assistência de enfermagem;

d) (VETADO);

e) (VETADO);

f) (VETADO);

g) (VETADO);

h) consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;

i) consulta de enfermagem;

j) prescrição da assistência de enfermagem;

l) cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;

m) cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;

II - como integrante da equipe de saúde:

a) participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;

b) participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;

c) prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;

d) participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;

e) prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral;

f) prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de enfermagem;

g) assistência de enfermagem à gestante, parturiente e puérpera;

h) acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;

i) execução do parto sem distócia;

j) educação visando à melhoria de saúde da população.

Parágrafo único - As profissionais referidas no inciso II do art. 6º desta Lei incumbem, ainda:

a) assistência à parturiente e ao parto normal;

b) identificação das distócias obstétricas e tomada de providências até a chegada do médico;

c) realização de episiotomia e episiorrafia e aplicação de anestesia local, quando necessária.

Art. 12 - O Técnico de Enfermagem exerce atividades de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem, cabendo-lhe especialmente:

a) participar da programação da assistência de enfermagem;

b) executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no parágrafo único do art. 11 desta Lei;

c) participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;

d) participar da equipe de saúde.

Art. 13 - O Auxiliar de Enfermagem exerce atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços auxiliares de enfermagem sob supervisão, bem como a participação em nível de execução simples, em processos de tratamento, cabendo-lhe especialmente:

a) observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas;

b) executar ações de tratamento simples;

c) prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente;

d) participar da equipe de saúde.

Art. 14 - (VETADO).

Art. 15 - As atividades referidas nos arts. 12 e 13 desta Lei, quando exercidas em instituições de saúde, públicas, privadas, e em programas de saúde, somente podem ser desempenhadas sob orientação e supervisão do Enfermeiro.

Art. 16 - (VETADO).

Art. 17 - (VETADO).

Art. 18 - (VETADO).

Parágrafo único - (VETADO).

Art. 20 - Os órgãos de pessoal da administração pública direta e indireta, federal, estadual, municipal, do Distrito Federal e dos Territórios observarão, no provimento de cargos e funções e na contratação de pessoal de enfermagem, todos os graus, os preceitos desta Lei.

Parágrafo único - Os órgãos a que se refere este artigo promoverão as medidas necessárias à harmonização das situações já existentes com as disposições desta Lei, respeitados os direitos adquiridos quanto a vencimentos e salários.

Art. 21 - (VETADO).

Art. 22 - (VETADO).

Art. 23 - O pessoal que se encontra executando tarefas de enfermagem, em virtude de carência de recursos humanos de nível médio nessa área, sem possuir formação específica regulada em lei, será autorizado, pelo Conselho Federal de Enfermagem, a exercer atividades elementares de enfermagem, observado o disposto no art. 15 desta Lei.

Parágrafo único - A autorização referida neste artigo que obedecerá aos critérios baixados pelo Conselho Federal de Enfermagem, somente poderá ser concedida durante o prazo de 10 (dez) anos, a contar da promulgação desta Lei.

Art. 24 - (VETADO).

Parágrafo único - (VETADO).

Art. 25 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 26 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 - Revoga-se (VETADO) as demais disposições em contrário.

Brasília, em 25 de junho de 1986, 165ª da Independência e 98ª da República.

JOSÉ SARNEY  
Almir Pazzianotto Pinto

# Decreto Nº 94.406, de 08 de junho de 1987

Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 25 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986,

## DECRETA:

Art. 1º - O exercício da atividade de enfermagem, observadas as disposições da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e respeitados os graus de habilitação, é privativo de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteiro e é permitido ao profissional inscrito no Conselho Regional de Enfermagem da respectiva Região.

Art. 2º - As instituições e serviços de saúde incluirão a atividade de enfermagem no seu planejamento e programação.

Art. 3º - A prescrição da assistência de enfermagem é parte integrante do programa de enfermagem.

### Art. 4º - São Enfermeiros:

I - o titular do diploma de Enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei;

II - o titular do diploma ou certificado de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica, conferido nos termos da lei;

III - o titular do diploma ou certificado de Enfermeira e titular do diploma ou certificado de Enfermeira Obstétrica ou Obstetriz, ou equivalente, conferido por escola estrangeira segundo as respectivas leis, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Enfermeiro, de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetriz;

IV - aqueles que, não abrangidos pelos itens anteriores, tiverem título de Enfermeiro conforme o disposto na letra c do art. 3º do Decreto nº 50.387, de 28 de março de 1961.

### Art. 5º - São Técnicos de Enfermagem:

I - o titular do diploma ou do certificado de Técnico de Enfermagem, expedido de acordo com a legislação e registrado no Conselho Regional de Enfermagem;

II - o titular do diploma ou do certificado legalmente conferido por escola ou curso estrangeiro, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Técnico de Enfermagem.

### Art. 6º - São auxiliares de Enfermagem:

I - o titular de certificado de Auxiliar de Enfermagem conferido por instituição de ensino, nos termos da lei, e registrado no Conselho Regional de Enfermagem;

II - o titular do diploma a que se refere a Lei nº 2.822, de 28 de junho de 1956;

III - o titular do diploma ou certificado a que se refere o item III do art. 2º da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, e o titular do diploma a que se refere a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

IV - o titular do certificado de Enfermeiro Prático ou Prático de Enfermagem, expedido até 1964 pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde ou por órgão congênera da Secretaria de Saúde nas Unidades da Federação, nos termos do Decreto nº 23.774, de 22 de janeiro de 1934, do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, e da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

V - o pessoal enquadrado como Auxiliar de Enfermagem, nos termos do Decreto-lei nº 299, de 28 de fevereiro de 1967;

VI - o titular do diploma ou certificado conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como certificado de Auxiliar de Enfermagem.

### Art. 7º - São Parteiros:

I - o titular do certificado previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, observado o disposto na Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

II - o titular do diploma ou certificado de Parteiro, ou equivalente, conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as respectivas leis, registrado em virtude de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil até 26 de junho de 1988, como certificado de Parteiro.

### Art. 8º - Ao Enfermeiro incumbe:

I - privativamente:

a) direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública ou privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem;

b) organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;

c) planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem;

d) consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;

e) consulta de enfermagem;

f) prescrição da assistência de enfermagem;

g) cuidados diretos de enfermagem e pacientes graves com risco de vida;

h) cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;

II - como integrante de equipe de saúde:

a) participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;

b) participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;

c) prescrição de medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;

d) participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;

e) prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar, inclusive como membro das respectivas comissões;

f) participação na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;

g) participação na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica;

h) prestação de assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido;

i) participação nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;

j) acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;

k) execução e assistência obstétrica em situação de emergência e execução do parto sem distócia;

l) participação em programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;

m) participação nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;

n) participação nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais;

e do trabalho;

p) participação na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde;

q) participação no desenvolvimento de tecnologia apropriada à assistência de saúde;

r) participação em bancas examinadoras, em matérias específicas de enfermagem, nos concursos para provimento de cargo ou contratação de Enfermeiro ou pessoal técnico e Auxiliar de Enfermagem.

Art. 9º - Às profissionais titulares de diploma ou certificados de Obstetrix ou de Enfermeira Obstétrica, além das atividades de que trata o artigo precedente, incumbe:

I - prestação de assistência à parturiente e ao parto normal;

II - identificação das distócias obstétricas e tomada de providências até a chegada do médico;

III - realização de episiotomias e episiorrafia, com aplicação de anestesia local, quando necessária.

Art. 10 - O Técnico de Enfermagem exerce as atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhe:

I - assistir ao Enfermeiro:

a) no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;

b) na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;

c) na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;

d) na prevenção e no controle sistemático da infecção hospitalar;

e) na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde;

f) na execução dos programas referidos nas letras "I" e "o" do item II do art. 8º.

II - executar atividades de assistência de enfermagem, executadas as privativas do enfermeiro e as referidas no art. 9º deste Decreto;

III - integrar a equipe de saúde.

Art. 11 - O Auxiliar de Enfermagem executa as atividades auxiliares, de nível médio, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhe:

I - preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;

II - observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação;

III - executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina, além de outras atividades de enfermagem, tais como:

a) administrar medicamentos por via oral e parenteral;

b) realizar controle hídrico;

c) fazer curativos;

d) aplicar oxigenoterapia, nebulização, enteroclisma, enema e calor ou frio;

e) executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas;

f) efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis;

g) realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico;

h) colher material para exames laboratoriais;

i) prestar cuidados de enfermagem pré e pós-operatórios;

j) circular em sala de cirurgia e, se necessário, instrumentar;

l) executar atividades de desinfecção e esterilização;

IV - prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente, zelando por sua segurança, inclusive:

a) alimentá-lo ou auxiliá-lo a alimentar-se;

b) zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências de unidades de saúde;

V - integrar a equipe de saúde;

VI - participar de atividades de educação em saúde, inclusive:

a) orientar os pacientes na pós-consulta, quanto ao cumprimento das prescrições de enfermagem e médicas;

b) auxiliar o Enfermeiro e o Técnico de Enfermagem na execução dos programas de educação para a saúde;

VII - executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes;

VIII - participar dos procedimentos pós-morte.

Art. 12 - Ao Parteiro incumbe:

I - prestar cuidados à gestante e à parturiente;

II - assistir ao parto normal, inclusive em domicílio; e

III - cuidar da puerpera e do recém-nascido.

Parágrafo único - As atividades de que trata este artigo são exercidas sob supervisão de Enfermeiro Obstetra, quando realizadas em instituições de saúde, e, sempre que possível, controle e supervisão de unidade de saúde, quando realizadas em domicílio ou onde se fizerem necessárias.

Art. 13 - As atividades relacionadas nos arts. 10 e 11 somente poderão ser exercidas sob supervisão, orientação e direção de Enfermeiro.

Art. 14 - Incumbe a todo o pessoal de enfermagem:

I - cumprir e fazer cumprir o Código de Deontologia de Enfermagem;

II - quando for o caso, anotar no prontuário do paciente as atividades da assistência de enfermagem, para fins estatísticos.

Art. 15 - Na administração pública direta e indireta, federal, estadual, municipal, do Distrito Federal e dos Territórios, será exigida como condição essencial para provimento de cargo e funções e contratação de pessoal de enfermagem, de todos os graus, a prova de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem da respectiva região.

Parágrafo único - Os órgãos e entidades compreendidos neste artigo promoverão, em articulação com o Conselho Federal de Enfermagem, as medidas necessárias à adaptação das situações já existentes com as disposições deste Decreto, respeitados os direitos adquiridos quanto a vencimento e salários.

Art. 16 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de junho de 1987; 166ª da Independência e 99ª da República.

JOSÉ SARNEY  
Eros Antonio de Almeida

### Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

#### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 215, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1994

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA, no exercício das atribuições do Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA, no uso das atribuições que lhe confere o § 4º, do artigo 5º, da Lei nº 8.172, de 17 de janeiro de 1991, de concordância com as Resoluções nºs 01, 02, 03 e 07, do CNPA, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.205, de 11 de outubro de 1994, resolve:

Art. 1º A Câmara Setorial de Pesca e Aquicultura, criada pela Portaria Ministerial nº 247, de 30 de outubro de 1990, passa a ser integrada pelos representantes dos seguintes órgãos:

- Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária:
  - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAARA;
  - Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR/MAARA;
  - Comissão Nacional de Abastecimento - COMAB/MAARA;
  - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA/MAARA;
- Ministério da Fazenda - MF;
- Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal - MMA/AL;
- Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - MICT;
- Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar - SICOM/REM;
- Conselho Nacional das Entidades de Pesca - CONEPE;
- Confederação Nacional dos Produtores - CNP;
- Sindicato Nacional dos Oficiais de Náutica e de Práticos de Portos de Pesca Mercante;
- Federação das Associações de Produtores, Distribuidores e Sindicatos de Produtores do Brasil - FAPECO;
- Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- Confederação Nacional de Agricultura - CNA;
- Associação Brasileira de Aquicultura - ABRAQ;
- Associação Brasileira dos Criadores de Camarão - ABCC;
- Associação Brasileira dos Tritoneiros - ABMAT;
- Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA;
- Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - ABRASTEN;
- Associação Brasileira dos Criadores de Rio - ABCR.

Art. 2º A Gerência da Câmara Setorial de Pesca e Aquicultura será exercida pelo membro representante do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA, tendo, por eventual substituto, o membro representante do Conselho Nacional das Entidades de Pesca - CONEPE.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 177, de 2 de dezembro de 1991.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYRVAL GUARIELLI

REC. Nº 108/94

### COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

Superintendência Regional na Bahia

#### DESPACHOS

Com fundamento no Art. 25, inciso I, da Lei 8.466/93 e no §1º, parágrafo 1º, da Lei 8.283, de 02.06.94, e no uso da delegação de competência constante da Portaria nº 214 datada de 13.12.93, autoriza e responsabiliza a contratação de serviços especializados da Empresa CESTEL - Centro de Especialização e Treinamento de Pesca, com foco especializado em treinamento de técnicos em diversas áreas e aplicadas para funcionários do processo de pesca da Bahia.

11048-BA, 15 de dezembro de 1994  
ALONIR CUNHA DE OLIVEIRA  
Superintendente Regional

Diante das razões apresentadas e conforme previsto o Art. 26 da Lei 8.466/93, ratifico a presente INSCRIÇÃO DE LICITAÇÃO por atender aos requisitos legais em vigor.

11048-BA, 15 de dezembro de 1994  
ALONIR CUNHA DE OLIVEIRA  
Superintendente Regional

REC. Nº 112/94

### INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Diretoria de Recursos Humanos

#### DESPACHOS

Processo/INCR/SA/12 UAPR/NO 0093/94

Com fundamento no § 1º do artigo 8º do Decreto nº 280, de 25.02.67, tendo em vista o que dispõe o "Caput" do Artigo da Lei nº 8.666/93, no uso da competência conferida pela Portaria nº 110 de 14 de dezembro de 1993, e considerando o pronunciamento conclusivo emitido pela Procuradoria Jurídica, RESOLUÇÃO a situação de contratação de Licitação para aquisição de Vão Transporte, através da Empresa Transportes Coletivos Serra Santos Ltda., inscrita em CANTAS nº 01.000.000-00, com valor estimado mensal de R\$ 140.000 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS), a conta de grama de trabalho 1507844640890003, Plano Interno 0348900030, Act. de Supr. 149019.

São Luís-MA, 15 de dezembro de 1994  
FRANCISCO ORLANDO COSTA MUIZ  
Superintendente Regional do INCR/MA

Fato a justificativa do Ordenador de Despesa da Superintendência Regional do INCR/MA ao Estado do Maranhão, bem como o exame e pronunciamento emitido pela Procuradoria Jurídica daquela Superintendência, e no uso da competência delegada pelo inciso III da Portaria INCR/MA/757/93, de 05.04, publicada no DOU de 24.05.94, RATIFICO a convocação da Licitação para aquisição de Vão Transporte, através da Empresa Transportes Coletivos Serra Santos Ltda.

007. Nº 626/94

Brasília-DF, 15 de dezembro de 1994  
JAIR ROCHA DE ALMEIDA  
Diretor

### Ministério da Educação e do Desporto

#### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.718, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria Ministerial nº 87, de 06 de fevereiro de 1992, resolve:

I - Autorizar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bahia-BA a promover o funcionamento do Instituto de Ensino Desportivo - IED - de Vitória do Espírito-Santo nos termos do processo nº 23.006.00811917-91-MEC, com regime diário de ensino.

MARILIO DE AVELAR RINGEL

PORTARIA Nº 1.719, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria Ministerial nº 87, de 06 de fevereiro de 1992, resolve:

I - Autorizar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bahia-BA a promover o funcionamento do Instituto de Ensino Desportivo - IED - de Ilhéus-BA nos termos do processo nº 23006.00811917-91-MEC, com regime diário constante do mesmo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARILIO DE AVELAR RINGEL

PORTARIA Nº 1.720, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria Ministerial nº 87, de 06 de fevereiro de 1992, resolve:

I - Autorizar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bahia-BA a promover o funcionamento do Instituto de Ensino Desportivo - IED - de Vitória do Espírito-Santo nos termos do processo nº 23006.00811917-91-MEC, com regime diário constante do mesmo.

MARILIO DE AVELAR RINGEL

PORTARIA Nº 1.721, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 7.111, de 17 de novembro de 1991 e concordância com a Portaria nº 214/94, de 6 de abril de 1994, do meu Conselho Federal de Educação, aprovado conforme despacho publicado no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 1994, seção 1, pag. 17.991, que dá os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Engenharia, resolve:

Art. 1º A formação do Engenheiro será feita em curso de graduação a cumprir os mínimos de conteúdo e de duração fixados pela presente Portaria.

Art. 2º Os cursos a serem oferecidos em Engenharia serão ministrados em instituições de ensino superior, observando-se a aprovação integrada de conhecimentos básicos, técnicos e práticos que permitam ao graduado a competente execução de sua profissão.

Art. 2º Os conteúdos mínimos para os cursos de graduação em Enfermagem consistem nas seguintes áreas incluídas nas quais estão incluídas disciplinas e disciplinas eletivas em Ciências Biológicas e Humanas, a saber:

§ 1º Bases Biológicas e Sociais da Enfermagem nessa área, compreendendo 25% da carga horária do curso, incluem-se conteúdos fundamentais das Ciências Biológicas e das Ciências Humanas, abrangendo:

- a) Ciências Biológicas:
  - Morfologia (Anatomia e Histologia);
  - Fisiologia (Fisiologia, Bioquímica, Farmacologia e Biofísica);
  - Patologia (Processos Patológicos Gerais, Parasitologia, Microbiologia e Imunologia);
  - Biologia (Citologia, Genética e Evolução, Embriologia).
- b) Ciências Humanas:
  - Antropologia e Filologia;
  - Sociologia;
  - Psicologia Aplicada à Saúde.

§ 2º Fundamentos da Enfermagem nessa área, compreendendo 25% da carga horária do curso, incluem-se obrigatoriamente os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos necessários ao trabalho do enfermeiro e da Enfermeira, na assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo em hospitais, ambulatórios e rede básica de serviços de saúde, incluindo:

- História da Enfermagem;
- Exercício da Enfermagem (Diretrizes, Ética Profissional e Legislação);
- Epidemiologia;
- Inocuidade;
- Saúde Ambiental;
- Serologia e Seroquímica de Enfermagem;
- Metodologia da Pesquisa.

§ 3º Assistência de Enfermagem nessa área, compreendendo 35% da carga horária do curso, incluem-se obrigatoriamente os conteúdos teóricos e práticos que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada a criança, ao adolescente e ao adulto, considerando o perfil epidemiológico e o quadro sanitário do País/Região/Estado, predominantemente sob a forma de estágio supervisionado em situações:

- Clínicas;
- Cirúrgicas;
- Psiquiátricas;
- Gineco-Obstétricas;
- Saúde Coletiva.

§ 4º Administração em Enfermagem nessa área, compreendendo 15% da carga horária do curso, incluem-se obrigatoriamente os conteúdos (teóricos e práticos) de administração do processo de trabalho de Enfermagem e da assistência de Enfermagem, priorizando hospitais gerais e especialidades de médio porte, ambulatórios e rede básica de serviços de saúde.

Art. 4º Além do conteúdo teórico e prático desenvolvido ao longo da formação do enfermeiro, ficam os cursos de Enfermagem obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais, ambulatórios e rede básica de serviços de saúde;

§ 1º O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser desenvolvido sob supervisão docente e observada a programação e avaliação específicas;

§ 2º Na elaboração da programação e no processo de supervisão e avaliação do aluno, em Estágio Curricular Supervisionado, será assegurada efetiva participação do enfermeiro dos serviços de saúde onde se desenvolver o referido estágio;

§ 3º Este estágio hipotético e Estágio Curricular Supervisionado poderá ser inferior a 2 (dois) semestres letivos;

Art. 5º O curso de graduação em Enfermagem terá a duração mínima de 4 (quatro) anos (ou 8 semestres) letivos e máxima de 6 (seis) anos (ou 12 semestres) letivos, compreendendo uma carga horária de 3.500 horas/aula.

Parágrafo único. No mínimo de 3.500 horas/aula previstas estão incluídas as destinadas ao Estágio Curricular Supervisionado e excluídas as correspondentes a disciplina obrigatória por força de legislação específica (Educação Física).

Art. 6º A seleção do currículo baseado pela Resolução nº 472-CFE ao cumprir o seu objetivo, por via regimental, segundo os recursos e interesses de cada instituição, dentro do prazo de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. As adaptações regimentais das instituições de Ensino Superior, que os cursos de Enfermagem, serão aprovadas pelos Conselhos de Educação competentes.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução nº 4, de 25 de fevereiro de 1972, do Conselho Federal de Educação, e demais disposições em contrário.

MURILTO DE AVELLAR HINGEL

DESPACHOS DO MINISTRO  
Em 14 de dezembro de 1994

Nos termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto APROVA o Parecer do então Conselho Federal de Educação nº 878/94, de 17 de outubro de 1994 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Ciências Contábeis, com ênfase em informática, a ser ministrado pelo Centro de Estudos Superiores da Amazônia, mantido pela Associação de Estudos Superiores da Amazônia, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, com sessenta vagas totais anuais. (Processo nº 23001.001031/90-21).

Nos termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto APROVA o Parecer do então Conselho Federal de Educação nº 879/94, de 17 de outubro de 1994 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Administração, com habilitações em Administração e Comércio Exterior, a ser ministrado pelo Centro de Estudos Superiores da Amazônia, mantido pela Associação de Estudos Superiores da Amazônia, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, com sessenta vagas totais anuais. (Processo nº 23001.001032/90-93).

Em 15 de dezembro de 1994

Nos termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto APROVA o Parecer do então Conselho Federal de Educação nº 844/94, de 22 de setembro de 1994 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Turismo, a ser ministrado pela Escola Superior de Turismo e Hotelaria, mantida pela Associação de Ensino de Santa Catarina, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com dez vagas totais anuais, sendo cinquenta vagas para o turno diurno e cinquenta vagas para o turno noturno. (Processo nº 23001.00035/90-12).

Nos termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto APROVA o Parecer do então Conselho Federal de Educação nº 879/94, de 17 de outubro de 1994 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Comunicação Social, com habilitações em Jornalismo e em Publicidade e Propaganda, a ser ministrado pela Faculdade Católica, mantida pela Associação Católica do Estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com oitenta vagas totais anuais, no turno noturno. (Processo nº 23001.00021/90-21).

00F. Nº 232/94)

MURILTO DE AVELLAR HINGEL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUÍZ DE FORA

Pré-Reitoria de Administração

PORTARIA Nº 1.376, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994

O Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora no uso da competência que lhe foi atribuída através da Portaria nº 1.973/94 e considerando o que consta do Processo nº 23073.011402/94-55, resolve:

Habilitar e tornar público o concurso público para os cargos conforme discriminado abaixo:

AUXILIAR DE INSTRUÇÃO		
CLASSIF.	NOME	MÉDIA FINAL
01*	Fátima Aparecida Mariano	77,50
02*	Eliete Cassiró de Castro	72,50
AUXILIAR DE ENFERMAGEM		
CLASSIF.	NOME	MÉDIA FINAL
01*	Auxiliadora Fernandes Goulart	74,00
02*	Isabel Cristina Nascimento de Jesus	73,47
03*	João Batista da Barreto	73,00
04*	Kiliane Dorado de Farias	70,00
05*	Claudia Filipomena de Macielano	68,47
06*	Aparecida de Nerilac Ribeiro Novicio	68,07
07*	Claudia Teixeira Campos	65,00
08*	Yvelina Aparecida Antonelli Brito	64,73
09*	Andre Luis Rodrigues	62,67
10*	Marcia Gonçalves de Paula Carvalho	78,23
11*	Celia Cilene de Sousa	76,00
12*	Marcia Aparecida Hoqueira	75,00
13*	Suzete Lúcia Frata	75,00
14*	Liliane Maria Putato	73,50
PROFESSOR		
CLASSIF.	NOME	MÉDIA FINAL
01*	Walter José Delamora	89,47
02*	Roberto De Góes Gonçalves	87,50
03*	Lucia Helena Góes Coura	86,47
04*	Ricardo Freitas	81,80
05*	Felício Lima Rodrigues	81,20
06*	Paulo Sérgio Gomes de Oliveira	81,20
07*	José Renato Tostes	79,17
08*	Paulo Sérgio de Paula Vieira	78,67
09*	Marcos Aurélio Custódio Neto	77,47
10*	Osvaldo Teixeira Lopes	76,33
11*	Antonio Carlos Dilly	74,87
12*	Solange Imbendor Leite	74,47
13*	Nerilice Ribeiro de Almeida	74,00
14*	Carla Fabiana Góes Lopes	74,00
15*	Rita de Cássia Góes Paqueta	74,00
16*	Eduardo Augusto Silva	73,17
17*	Rita de Cássia Spagnol Padua	73,07
18*	Michele Neumann Garcia Teixeira	73,00
19*	Glenn Elise Taise de Almeida	73,00
20*	Alexandre de Rocha Parau	72,47
21*	Salvador Nicolau Ventura Filho	72,33
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA		
CLASSIF.	NOME	MÉDIA FINAL
01*	João Carlos Viggiano Rocha	81,47
MÉDICO (Especialidade: Endoscopia Digestiva)		
CLASSIF.	NOME	MÉDIA FINAL
01*	Lincoln Eduardo Villela Vieira de Castro Ferreira	89,80
02*	Delegado Abdo	88,00
03*	Carlos Alberto Alves Chelati	82,20
04*	Ronaldo Marcelo Gomes Pinheiro	81,43

Esta Portaria... entra em vigor na data de sua publicação.

00F. Nº 1.756/94)

MURILTO DE AVELLAR HINGEL

Ministério da Aeronáutica

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 927/GM, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

Dispõe sobre a alteração do Quadro de Detachamento de Duquesa do Ministério da Aeronáutica, publicada no Diário Oficial.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 1.721, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

GABINETE DO MINISTRO

DOU de 16/12/1994 (nº 238, Seção 1, pág. 19.801)

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º da Medida Provisória nº 711 de 17 de novembro de 1994, e considerando o Parecer nº 314/94, de 6 de abril de 1994, do então Conselho Federal de Educação, aprovado conforme despacho publicado no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 1994, Seção 1, pág. 17.991, que fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Enfermagem, resolve :

Art. 1º A formação do Enfermeiro será feita em curso de graduação e cumprirá os mínimos de conteúdo e de duração fixados pela presente portaria.

Art. 2º - Os currículos plenos dos cursos de graduação em Enfermagem serão elaborados pelas instituições de ensino superior, objetivando estimular a aquisição integrada de conhecimentos básicos, teóricos e práticos que permitam ao graduado o competente, exercício de sua profissão.

Art. 3º Os currículos mínimos para os cursos de graduação em Enfermagem conterão as seguintes áreas temáticas nas quais estão incluídas matérias e disciplinas relativas às Ciências Biológicas e Humanas, a saber:

§ 1º - Bases Biológicas e Sociais da Enfermagem: nesta área, compreendendo 25% da carga horária do curso, incluem-se conteúdos fundamentais das Ciências Biológicas e das Ciências Humanas, obrigatoriamente:

á) Ciências Biológicas:

- Morfologia (Anatomia e Histologia);
- Fisiologia (Fisiologia, Bioquímica, Farmacologia e Biofísica);
- Patologia (Processos Patológicos Gerais, Parasitologia, Microbiologia e Imunologia);
- Biologia (Citologia, Genética e Evolução, Embriologia).

b) Ciências Humanas: - Antropologia Filosófica;

- Sociologia;

- Psicologia Aplicada à Saúde.

§ 2º - Fundamentos da Enfermagem: nesta área, compreendendo 25% da carga horária do curso, incluem-se obrigatoriamente os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do enfermeiro e da Enfermagem, na assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo (em hospitais, ambulatórios e rede básica de serviços de saúde), incluindo:

- História da Enfermagem;

- Exercício da Enfermagem (Deontologia, Ética Profissional e Legislação);

- Epidemiologia;

- Bioestatística;

- Saúde Ambiental;

- Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem;

- Metodologia da Pesquisa.

§ 3º Assistência de Enfermagem: nesta área, compreendendo 35% da carga horária do curso, incluem-se obrigatoriamente os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente e ao adulto, considerando o perfil epidemiológico e o quadro sanitário do País/Região/Estado, predominantemente sob a forma de estágio supervisionado em situações:

. Clínicas;

. Cirúrgicas;

. Psiquiátricas

. Gineco-Obstétricas;

. Saúde Coletiva.

4º Administração em Enfermagem: nesta área, compreendendo 15% da carga horária do curso, incluem-se obrigatoriamente os conteúdos (teóricos e práticos) de administração do processo de trabalho da Enfermagem e da assistência de Enfermagem, priorizando hospitais gerais e especializados de médio porte, ambulatórios e rede básica de serviços de saúde.

Art. 4º - Além do conteúdo teórico e prático desenvolvido ao longo da formação do enfermeiro, ficam os cursos de Enfermagem obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais, ambulatórios e rede básica de serviços de saúde.

§ 1º - O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser desenvolvido sob supervisão docente e observará a programação e avaliação específica;

§ 2º Na elaboração da programação e no processo de supervisão e avaliação do aluno, em Estágio Curricular Supervisionado, será assegurada efetiva participação do enfermeiro dos serviços de Saúde onde se desenvolve referido estágio;

§ 3º nenhuma hipótese o Estágio Curricular Supervisionado poderá ser inferior a 2 (dois) semestres-letivos.

Art. 5º - O curso de graduação em Enfermagem terá a duração mínima de 4 (quatro) anos (ou 8 semestres) letivos e máxima de 6 (seis) anos (ou 12 semestres) letivos, compreendendo uma carga horária de 3.500-horas/aula.

Parágrafo único - No mínimo de 3.500 horas/aula previstas estão incluídas as destinadas ao Estágio Curricular Supervisionado e excluídas as correspondentes à disciplina obrigatória por força de legislação específica-(Educação Física).

Art. 6º A adaptação do currículo baixado pela Resolução nº 4/72-CFE ao currículo ora aprovado far-se-á, por via regimental, segundo os recursos e interesses de cada Instituição, dentro do prazo de 1 (um) ano a partir da data da publicação desta Portaria:

Parágrafo único - As adaptações regimentais das Instituições de Ensino Superior, que mantem cursos de Enfermagem, serão apreciadas pelos Conselho de Educação competentes.

Art. 7 - Esta Portaria entrará, em vigor na data de sua publicação, revogadas a Resolução nº 4, de 25 de fevereiro de 1972, do Conselho Federal de Educação, e demais disposições em contrário.

MURILIO DE AVELLAR HINGEL



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição.		
CONSELHEIRO(S): Éfrem de Aguiar Maranhão (Relator), Arthur Roquete de Macedo e Yugo Okida.		
PROCESSO(S) N°(S): 23001.000245/2001-11		
PARECER N°: CNE/CES 1.133/2001	COLEGIADO CES	APROVADO EM: 7/8/2001

**I – RELATÓRIO**

• **Histórico**

A Comissão da CES/CNE analisou as propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da área de Saúde elaboradas pelas Comissões de Especialistas de Ensino e encaminhadas pela SESu/MEC ao CNE, tendo como referência os seguintes documentos:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde Nº 8.080 de 19/9/1990;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394 de 20/12/1996;
- Lei que aprova o Plano Nacional de Educação Nº 10.172 de 9/1/2001;
- Parecer CES/CNE 776/97 de 3/12/1997;
- Edital da SESu/MEC Nº 4/97 de 10/12/1997;
- Parecer CES/CNE 583/2001 de 4/4/2001;
- Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, UNESCO: Paris, 1998;
- Relatório Final da 11ª Conferência Nacional de Saúde realizada de 15 a 19/12/2000;
- Plano Nacional de Graduação do ForGRAD de maio/1999;
- Documentos da OPAS, OMS e Rede UNIDA;
- Instrumentos legais que regulamentam o exercício das profissões da saúde.

Após a análise das propostas, a Comissão, visando o aperfeiçoamento das mesmas, incorporou aspectos fundamentais expressos nos documentos supramencionados e adotou formato, preconizado pelo Parecer CES/CNE 583/2001, para as áreas de conhecimento que integram a saúde:

- Perfil do Formando Egresso/Profissional
- Competências e Habilidades
- Conteúdos Curriculares
- Estágios e Atividades Complementares
- Organização do Curso
- Acompanhamento e Avaliação

Essas propostas revisadas foram apresentadas pelos Conselheiros que integram a Comissão da CES aos representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras e aos Presidentes dos Conselhos Profissionais, Presidentes de Associações de Ensino e Presidentes das Comissões de Especialistas de Ensino da SESu/MEC na audiência pública, ocorrida em Brasília, na sede do CNE, em 26 de junho do corrente ano.

- **Mérito**

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, ao orientar as novas diretrizes curriculares recomenda que devem ser contemplados elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a competência do desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. Esta competência permite a continuidade do processo de formação acadêmica e/ou profissional, que não termina com a concessão do diploma de graduação.

As diretrizes curriculares constituem orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente adotadas por todas as instituições de ensino superior. Dentro da perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes devem estimular o abandono das concepções antigas e herméticas das grades (prisões) curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

- **Princípios das Diretrizes Curriculares:**

- ✓ Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;
- ✓ Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando, ao máximo, a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos. A Comissão da CES, baseada neste princípio, admite a definição de percentuais da carga horária para os estágios curriculares nas Diretrizes Curriculares da Saúde;
- ✓ Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
- ✓ Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;

- ✓ Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia intelectual e profissional;
- ✓ Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
- ✓ Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- ✓ Incluir orientações para a conclusão de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar às instituições, aos docentes e aos discentes acerca do desenvolvimento das atividades do processo ensino-aprendizagem.

Além destes pontos, a Comissão reforçou nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Saúde a articulação entre a Educação Superior e a Saúde, objetivando a formação geral e específica dos egressos/profissionais com ênfase na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, indicando as competências comuns gerais para esse perfil de formação contemporânea dentro de referenciais nacionais e internacionais de qualidade.

Desta forma, o conceito de saúde e os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) são elementos fundamentais a serem enfatizados nessa articulação.

#### **Saúde: conceito, princípios, diretrizes e objetivos:**

- ✓ A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Artigo 196 da Constituição Federal de 1988);
- ✓ As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes (Artigo 198 da Constituição Federal de 1988):
  - I – descentralização;
  - II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
  - III – participação da comunidade.
- ✓ O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS). (Artigo 4º da Lei 8.080/90). Parágrafo 2º deste Artigo: A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.
- ✓ São objetivos do Sistema Único de Saúde (Artigo 5º da Lei 8.080/90):
  - I – a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;
  - II – a formulação de política de saúde;
  - III – a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.
- ✓ As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes pre-

vistas no artigo 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios (Artigo 7º da Lei 8.080/90):

- I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- VII – utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;
- X – integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;
- XII – capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

Com base no exposto, definiu-se o objeto e o objetivo das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação da Saúde:

**Objeto das Diretrizes Curriculares:** permitir que os currículos propostos possam construir perfil acadêmico e profissional com competências, habilidades e conteúdos, dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação pertinentes e compatíveis com referências nacionais e internacionais, capazes de atuar com qualidade, eficiência e resolutividade, no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando o processo da Reforma Sanitária Brasileira.

**Objetivo das Diretrizes Curriculares:** levar os alunos dos cursos de graduação em saúde a *aprender a aprender* que engloba *aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer*, garantindo a capacitação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades.

- **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

## **1. PERFIL DO FORMANDO EGRESSO/PROFISSIONAL**

Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psico-sociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Enfermeiro com Licenciatura em Enfermagem capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem.

## **2. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

**Competências Gerais:**

- **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema

de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

- **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- **Comunicação:** os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;
- **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativa, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a ser empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;
- **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

#### **Competências e Habilidades Específicas:**

O Enfermeiro deve possuir, também, competências técnico-científicas, ético-políticas, sócio-educativas contextualizadas que permitam:

- atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
- incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional;
- estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
- compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;
- reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;



- atuar nos programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso;
- ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;
- reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde;
- atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;
- responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades;
- reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem;
- assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde.
- promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o cuidar de enfermagem;
- atuar nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico;
- identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes;
- intervir no processo de saúde-doença, responsabilizando-se pela qualidade da assistência/cuidado de enfermagem em seus diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência;
- coordenar o processo de cuidar em enfermagem considerando contextos e demandas de saúde;
- prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;
- compatibilizar as características profissionais dos agentes da equipe de enfermagem às diferentes demandas dos usuários;
- integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais;
- gerenciar o processo de trabalho em enfermagem com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;
- planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;
- planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;
- desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;
- respeitar os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;
- interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;

- utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde;
- participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;
- assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;
- cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como enfermeiro;
- reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde.

A formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS), e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento.

### 3. CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Enfermagem devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem. Os conteúdos devem contemplar:

- **Ciências Biológicas e da Saúde** – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de Enfermagem.
- **Ciências Humanas e Sociais** – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença.
- **Ciências da Enfermagem** - neste tópico de estudo, incluem-se:
  - **Fundamentos de Enfermagem**: os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo.
  - **Assistência de Enfermagem**: os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem.
  - **Administração de Enfermagem**: os conteúdos (teóricos e práticos) da administração do processo de trabalho de enfermagem e da assistência de enfermagem.
  - **Ensino de Enfermagem**: os conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem.

Os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos no nível de graduação do enfermeiro devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população conforme o quadro epidemiológico do país/região.

Este conjunto de competências deve promover no aluno e no enfermeiro a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

#### 4. ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- **Estágio Curricular:**

Na formação do Enfermeiro, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatorios, rede básica de serviços de saúde e comunidades nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem.

Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio curricular supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá totalizar 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

- **Atividades Complementares:**

As atividades complementares deverão ser incrementadas durante todo o Curso de Graduação em Enfermagem e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância.

Podem ser reconhecidos:

- Monitorias e Estágios,
- Programas de Iniciação Científica;
- Programas de Extensão;
- Estudos Complementares;
- Cursos realizados em outras áreas afins.

#### 5. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Graduação em Enfermagem deverá ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem.

A aprendizagem deve ser interpretada como um caminho que possibilita ao sujeito social transformar-se e transformar seu contexto. Ela deve ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta à resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas.

Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência. Porém, deverá ter a investigação como eixo integrador que retroalimenta a formação acadêmica e a prática do Enfermeiro.

As diretrizes curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem deverão contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do curso. Assim, diretrizes curriculares e projeto pedagógico deverão orientar o currículo do Curso de Graduação em Enfermagem para um perfil acadêmico e profissional do egresso.

A organização do Curso de Graduação em Enfermagem deverá ser definida pelo respectivo colegiado do curso, que indicará o regime: seriado anual, seriado semestral, sistema de créditos ou modular.

Para conclusão do Curso de Graduação em Enfermagem, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente.

A Formação de Professores por meio de Licenciatura Plena segue Pareceres e Resoluções específicos da Câmara de Educação Superior e do Pleno do Conselho Nacional de Educação.

A estrutura do Curso de Graduação em Enfermagem deverá assegurar:

- a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença;
- as atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Enfermeiro, de forma integrada e interdisciplinar;
- a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- os princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;
- a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do Enfermeiro;
- o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no enfermeiro atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade;
- a articulação da Graduação em Enfermagem com a Licenciatura em Enfermagem;
- a contribuição para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.

## 6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A implantação e desenvolvimento das diretrizes curriculares devem orientar e propiciar concepções curriculares ao Curso de Graduação em Enfermagem que deverão ser acompanhadas e permanentemente avaliadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como referência as Diretrizes Curriculares.

O Curso de Graduação em Enfermagem deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO<sup>(\*)</sup>**  
**CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso  
de Graduação em Enfermagem.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 1.133, de 7 de agosto de 2001, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro da Educação, em 1º de outubro de 2001,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País.

**Art. 2º** As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Enfermagem definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de enfermeiros, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Enfermagem das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

**Art. 3º** O Curso de Graduação em Enfermagem tem como perfil do formando egresso/profissional:

I - Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psico-sociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano; e

II - Enfermeiro com Licenciatura em Enfermagem capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem.

**Art. 4º** A formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I - **Atenção à saúde**: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que

---

<sup>(\*)</sup>CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 3/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de Novembro de 2001. Seção 1, p. 37.

a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

II - **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - **Comunicação:** os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V - **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; e

VI - **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

**Art. 5º** A formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

I – atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;

II – incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional;

III – estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;

IV – desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;

V – compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;

VI – reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

VII – atuar nos programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso;

VIII – ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;

IX – reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde;

X – atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;

XI – responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades;

XII – reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem;

XIII – assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde.

XIV – promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;

XV – usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o cuidar de enfermagem;

XVI – atuar nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico;

XVII – identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes;

XVIII – intervir no processo de saúde-doença, responsabilizando-se pela qualidade da assistência/cuidado de enfermagem em seus diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência;

XIX – coordenar o processo de cuidar em enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde;

XX – prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;

XXI – compatibilizar as características profissionais dos agentes da equipe de enfermagem às diferentes demandas dos usuários;

XXII – integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais;

XXIII – gerenciar o processo de trabalho em enfermagem com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;

XXIV – planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;

XXV – planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;

XXVI – desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;

XXVII – respeitar os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;

XXVIII – interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;

XXIX – utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde;

XXX – participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;

XXXI – assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;

XXXII - cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como enfermeiro; e

XXXIII - reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde.

**Parágrafo Único.** A formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento.

**Art. 6º** Os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Enfermagem devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem. Os conteúdos devem contemplar:

**I - Ciências Biológicas e da Saúde** – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de Enfermagem;

**II - Ciências Humanas e Sociais** – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;

**III - Ciências da Enfermagem** - neste tópico de estudo, incluem-se:

- a) **Fundamentos de Enfermagem:** os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo;
- b) **Assistência de Enfermagem:** os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem;
- c) **Administração de Enfermagem:** os conteúdos (teóricos e práticos) da administração do processo de trabalho de enfermagem e da assistência de enfermagem; e
- d) **Ensino de Enfermagem:** os conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem.

**§ 1º** Os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos no nível de graduação do enfermeiro devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população conforme o quadro epidemiológico do país/região.

**§ 2º** Este conjunto de competências, conteúdos e habilidades deve promover no aluno e no enfermeiro a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

**Art. 7º** Na formação do Enfermeiro, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatorios, rede básica de serviços de saúde e comunidades nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem.

**Parágrafo Único.** Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio curricular supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá totalizar 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.



**Art. 8º** O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem deverá contemplar atividades complementares e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

**Art. 9º** O Curso de Graduação em Enfermagem deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência.

**Art. 10.** As Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico devem orientar o Currículo do Curso de Graduação em Enfermagem para um perfil acadêmico e profissional do egresso. Este currículo deverá contribuir, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.

**§ 1º** As diretrizes curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem deverão contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do curso.

**§ 2º** O Currículo do Curso de Graduação em Enfermagem deve incluir aspectos complementares de perfil, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a inserção institucional do curso, a flexibilidade individual de estudos e os requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento do setor saúde na região.

**Art. 11.** A organização do Curso de Graduação em Enfermagem deverá ser definida pelo respectivo colegiado do curso, que indicará a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

**Art. 12.** Para conclusão do Curso de Graduação em Enfermagem, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente.

**Art. 13.** A Formação de Professores por meio de Licenciatura Plena segue Pareceres e Resoluções específicos da Câmara de Educação Superior e do Pleno do Conselho Nacional de Educação.

**Art. 14.** A estrutura do Curso de Graduação em Enfermagem deverá assegurar:

I - a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença;

II - as atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Enfermeiro, de forma integrada e interdisciplinar;

III - a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;

IV - os princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;

V - a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;

VI - a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do Enfermeiro;

VII - o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;

VIII - a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no enfermeiro atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade; e

IX - a articulação da Graduação em Enfermagem com a Licenciatura em Enfermagem.

**Art. 15.** A implantação e desenvolvimento das diretrizes curriculares devem orientar e propiciar concepções curriculares ao Curso de Graduação em Enfermagem que deverão ser acompanhadas e permanentemente avaliadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

§ 1º As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos, tendo como referência as Diretrizes Curriculares.

§ 2º O Curso de Graduação em Enfermagem deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence.

**Art. 16.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arthur Roquete de Macedo  
Presidente da Câmara de Educação Superior

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009 (\*)**

*Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.<sup>1</sup>*

**O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação**, tendo em vista o disposto no art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e com fulcro no Parecer CNE/CES nº 8/2007, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 13 de junho 2007, e nos Pareceres CNE/CES nº 213/2008 e CNE/CP nº 2/2009, homologados por Despachos do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicados no DOU de 11 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Ficam instituídas, na forma do Parecer CNE/CES nº 213/2008, as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial, constantes do quadro anexo à presente.

Parágrafo único. Os estágios e as atividades complementares dos cursos de graduação referidos no *caput* não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações específicas contidas nas respectivas Diretrizes Curriculares.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior, para o atendimento ao art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I - a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;

II - a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas (60 minutos), passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III - os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:

a) Grupo de CHM de 2.400h:

Limite mínimo para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.

b) Grupo de CHM de 2.700h:

Limite mínimo para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.

c) Grupo de CHM entre 3.000h e 3.200h:

Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.

d) Grupo de CHM entre 3.600h e 4.000h:

Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.

e) Grupo de CHM de 7.200h:

Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

IV - a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Art. 3º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 213/2008 e desta Resolução, até o encerramento

<sup>1</sup> (\*) Resolução CNE/CES 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de abril de 2009, Seção 1, p. 27.

do primeiro ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007, bem como atender ao que institui o Parecer CNE/CES nº 261/2006, referente à hora-aula, ficando resguardados os direitos dos alunos advindos de atos acadêmicos até então praticados.

Art. 4º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Quadro 18 - Anexo à Resolução CNE/CES Nº 4/2009**

<b>Carga horária mínima dos cursos de graduação considerados da área de saúde, bacharelados, na modalidade presencial</b>	
<b>Curso</b>	<b>Carga Horária Mínima</b>
Biomedicina	3.200
Ciências Biológicas	3.200
Educação Física	3.200
<b>Enfermagem</b>	<b>4.000</b>
Farmácia	4.000
Fisioterapia	4.000
Fonoaudiologia	3.200
Nutrição	3.200
Terapia Ocupacional	3.200

**PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE**

### 3.4. CONDIÇÕES OBJETIVAS DE OFERTA DO CURSO

O Curso de Enfermagem – Bacharelado criado pela resolução nº 207 de 24/07/98 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Universidade do Estado da Bahia, na modalidade de cursos de oferta contínua da UNEB, cujo acesso é possibilitado, por meio de processo seletivo aberto ao público por vestibular ou categorias especiais de matrícula conforme estabelecido no Regimento Geral da UNEB e pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) gerenciado pelo MEC.

O Curso utiliza a infra estrutura do DCV I obedecendo-se as normas dos espaços físicos da UNEB; funciona no turno diurno, com 60 vagas ofertadas anualmente, sendo 30 vagas para entrada no primeiro semestre e 30 vagas para entrada no segundo. Das 60 vagas, 30 são ofertadas no vestibular UNEB e 30 no Sistema de Seleção Unificada (SISU).

A duração da integralização da matriz curricular deverá ocorrer entre **10 (dez) e 14 (quatorze) semestres**, com uma carga horária total de **4.820h (quatro mil, oitocentos e vinte horas)**.

No ano de 2003, a UNEB implantou o Programa Permanente de Ações Afirmativas que define o sistema de cotas para a população afro-descendente e, posteriormente, para a população indígena, devidamente regulamentado pela Resolução do CONSU nº 468/2007. Por esta Resolução, as vagas para estas populações ficam assim distribuídas:

- 40% de vagas reservadas aos candidatos negros optantes;
- 5% de vagas reservadas aos candidatos indígenas optantes;
- 55% de vagas reservadas aos demais candidatos não optantes.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSU**

---

**RESOLUÇÃO N.º 468/2007**

Publicada no D.O.E. de 16-08-2007, pág. 14

**Aprova a reformulação no sistema de reservas de vagas para negros e indígenas e dá outras providências.**

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo nº 0603070067435 e a deliberação do Conselho Pleno, em reunião desta data,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Estabelecer reserva de vagas para populações histórica e socialmente discriminadas, no preenchimento das vagas relativas a todos os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, seja na forma de vestibular ou de qualquer outro processo seletivo, com o objetivo de promover a diversidade e a igualdade étnico-racial no ensino superior baiano e brasileiro.

**Art. 2º.** Do total de vagas oferecidas em cada curso de graduação e de pós-graduação, reservar-se-ão vagas nas seguintes proporções:

- a) 40% para candidatos negros; e
- b) 5% para candidatos indígenas.

**Art. 3º.** No ato da inscrição no processo seletivo da graduação ou da pós – graduação, o candidato negro e o candidato indígena que desejar concorrer às vagas especificadas no Art.2 desta Resolução, deverá fazer a opção explícita constante no formulário de inscrição.

**Art. 4º.** Estão habilitados a concorrer às vagas reservadas candidatos negros e candidatos indígenas que preencham os seguintes requisitos:

- a) Tenham cursado todo o ensino médio em escola pública;
- b) tenha renda familiar mensal inferior ou igual a 10 (dez) salários mínimos; e
- c) sejam e declarem-se negro ou indígena, conforme quadro de auto-classificação étnico-racial constante da ficha de inscrição do respectivo processo seletivo.

§ 1º. Na Ficha de Inscrição do vestibular ou de qualquer outro processo seletivo constarão, explicitamente, os seguintes itens de classificação étnico-racial: Negro, branco, indígena, amarelo.

§ 2º. Os candidatos que fizerem opção expressa pelas vagas reservadas e não se enquadrarem nos requisitos expressos nos itens “a”, “b” e “c” deste artigo estarão sujeitos à eliminação do processo seletivo ou anulação de matrícula, podendo, tal ato, resultar em infração penal, configurada em lei.

**Art. 5º.** Todos os candidatos inscritos serão classificados pela ordem de pontuação resultante da média das provas e/ou outros instrumentos de avaliação dos processos seletivos respectivos.

**Parágrafo Único.** É expressamente proibido a diferenciação de provas e/ou outros instrumentos avaliativos, no interior do mesmo processo seletivo, independentemente da opção do candidato em concorrer ou não às vagas reservadas.

**Art. 6º.** A classificação dos candidatos às vagas nos respectivos cursos de graduação e de pós-graduação, seguida do cálculo da nota de corte para efeito de eliminação, dar-se-á no interior de cada grupo de vagas, separadamente, a saber:

- a) 40% das vagas reservadas aos candidatos negros optantes;
- b) 5% das vagas reservadas aos candidatos indígenas optantes; e
- c) 55% das vagas destinadas aos demais candidatos não optantes.

**Parágrafo Único.** As vagas não preenchidas poderão ser remanejadas obedecendo ao seguinte critério de preferência de recepção:

- a) 1º - grupo de vagas reservadas aos indígenas optantes;
- b) 2º - grupo de vagas reservadas aos negros optantes; e
- c) 3º - grupo de vagas destinadas aos não optantes.

**Art. 7º.** A Universidade do Estado da Bahia - UNEB deverá instituir e implementar, um Programa Permanente de Ações Afirmativas, com dotação orçamentária e financeira, estratégias de financiamento, bem como com coordenação própria e caráter institucional.

**Art. 8º.** O Programa Permanente de Ações Afirmativas da UNEB deverá organizar-se através de projetos e atividades que garantam a permanência e o sucesso dos estudantes ingressos através do sistema de reserva de vagas, e que promovam a diversidade e a igualdade étnico-racial em todas as ações desenvolvidas pela Universidade.

**Parágrafo Único.** Constará como atividade obrigatória deste Programa, o desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação da trajetória acadêmica dos estudantes ingressos através do sistema de reserva de vagas.

**Art. 9º.** Os órgãos internos, externos e comissões responsáveis pela organização do vestibular e de outros processos seletivos da UNEB deverão, imediatamente, ajustar às determinações expressas nesta Resolução, os seus documentos, formulários, fichas de inscrição, sistemas de cálculo e demais procedimentos pertinentes.

**Art. 10.** Todos os materiais de divulgação do vestibular ou de qualquer outro processo seletivo referentes aos cursos de graduação e de pós-graduação da UNEB deverão conter informações precisas, explícitas e diretas referentes às condições de seleção determinadas por esta Resolução.

**Art. 11.** O sistema de reserva de vagas, conforme especificado nesta Resolução, deverá ser submetido à avaliação durante o ano de 2008 quanto ao percentual de 5% para candidatos indígenas, sem prejuízo de novas disposições sobre a matéria.

**Art. 12.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Resolução nº 196/2002 – CONSU ou quaisquer outras disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2007.

*Lourivaldo Valentim da Silva*  
Presidente do CONSU



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)

**RESOLUÇÃO Nº. 847/2011**

Publicada no D.O.E. de 19-08-2011, p. 33

**Altera o artigo 2º da Resolução  
CONSU nº 468/2007 (D.O.E. de 16-  
08-2007), na forma em que indica.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)** da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas atribuições legais estatutárias e regimentais, *ad referendum* do Conselho Pleno, com fundamento no Artigo 10, § 6º do Regimento Geral da UNEB, e tendo em vista o que consta no Processo nº. 0603110145906, após parecer favorável da relatora designada,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Incluir os parágrafos 1º e 2º no artigo 2º da Resolução CONSU n.º 468/2007, passando a ter a seguinte redação:

**Art. 2º.** .....

a) .....

b) .....

§ 1º. Exclusivamente para os cursos de graduação, o percentual de 5% sobre as vagas reservadas aos indígenas, previsto na alínea b do caput do artigo 2º, terá o caráter de sobrevaga.

§ 2º. Entenda-se como sobrevaga o quantitativo de vagas resultante da aplicação do percentual de cota reservada aos indígenas (5%) sobre o número de vagas oferecido por turma/curso.

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, mantidos todos os demais dispositivos da Resolução CONSU n.º 468/2007 e suas alterações.

Gabinete da Presidência do CONSU, 18 de agosto de 2011.

**Lourivaldo Valentim da Silva**  
Presidente do CONSU





**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)**

---

**RESOLUÇÃO Nº 1.067/2014**

Publicada no D.O.E. de 16/17-08-2014, p. 25-28

**Aprova o Quadro Demonstrativo de Cursos/Vagas para o acesso aos Cursos de Graduação, na modalidade presencial, por meio do Processo Seletivo Vestibular e do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), para 2015, e dá outras providências.**

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)** da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas competências legais e regimentais, combinado com o Artigo 11, Inciso IX do Regimento Geral da UNEB e tendo em vista o que consta do Processo nº 0603140137029, em sessão desta data,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar o Quadro Demonstrativo de Cursos/Vagas para o acesso aos Cursos de Graduação, na modalidade presencial, por meio do Processo Seletivo Vestibular e do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), para 2015, de acordo com o Anexo Único desta Resolução.

**Art. 2º.** Das vagas oferecidas por Curso, 40% (quarenta por cento) serão reservadas para candidatos negros, oriundos única e exclusivamente de Escola Pública, nos termos das Resoluções CONSU nº 468/2007, 710/2009 e 711/2009.

**Art. 3º.** Sobre o quantitativo de vagas ofertadas por curso, tanto para o Processo Seletivo Vestibular, quanto para o SiSU, incidirá, nos termos da Resolução CONSU nº 847/2011, um percentual de 5% de sobrevagas, que serão reservadas a candidatos indígenas, oriundos única e exclusivamente de Escola Pública, com vinculação étnica comprovada e que atendam ao disposto nas Resoluções CONSU nº 468/2007, 710/2009 e 711/2009.

**Parágrafo Único** – As sobrevagas a que se refere o *caput* deste artigo serão destinadas exclusivamente aos candidatos indígenas, e aquelas não preenchidas, não poderão ser destinadas aos demais candidatos.

**Art. 4º.** Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2014.

***José Bites de Carvalho***  
Presidente do CONSU

## ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONSU Nº 1.067/2014

### QUADRO GERAL DE VAGAS 2015 PROCESSOS SELETIVOS VESTIBULAR E SiSU

#### CAMPUS I - SALVADOR

Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Ciências Contábeis	Matutino	25	25	50			0
Ciências Contábeis	Noturno			0	25	25	50
Com. Social / Relações Públicas	Vespertino	25	25	50			0
Administração	Matutino	25	25	50			0
Administração	Noturno			0	25	25	50
Turismo e Hotelaria	Vespertino	15	35	50			0
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Vespertino	15	15	30			0
Letras/Ling. Inglesa (Licenciatura)	Noturno	13	12	25			0
Letras/Ling. Espanhola (Licenciatura)	Matutino			0	22	3	25
Direito	Matutino			0	25	25	50
História (Licenciatura)	Diurno	25	25	50			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		<b>143</b>	<b>162</b>	<b>305</b>	<b>97</b>	<b>78</b>	<b>175</b>
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	44	6	50			0
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino			0	44	6	50
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	44	6	50			0
Psicologia	Vespertino	44	6	50			0
Ciências Sociais (Licenciatura)	Matutino	22	3	25			0
Ciências Sociais (Bacharelado)	Matutino	22	3	25			0
Filosofia (Licenciatura)	Noturno	34	6	40			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		<b>210</b>	<b>30</b>	<b>240</b>	<b>44</b>	<b>6</b>	<b>50</b>
Departamento de Ciências Exatas e da Terra	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Design	Matutino	40	0	40			0
Urbanismo	Diurno	40	10	50			0
Sistemas de Informação	Matutino	40	10	50			0
Química (Licenciatura)	Diurno	40	10	50			0
Engenharia de Produção Civil	Vesp/Not.	40	10	50			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		<b>200</b>	<b>40</b>	<b>240</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Departamento de Ciências da Vida	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Nutrição	Diurno	15	15	30	15	15	30
Enfermagem	Diurno	15	15	30	15	15	30
Fonoaudiologia	Diurno	15	15	30	15	15	30
Fisioterapia	Diurno	15	15	30	15	15	30
Farmácia	Diurno	15	15	30	15	15	30
Medicina	Diurno	15	15	30	15	15	30
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		<b>90</b>	<b>90</b>	<b>180</b>	<b>90</b>	<b>90</b>	<b>180</b>

**CAMPUS II - ALAGOINHAS**

Departamento de Ciências Exatas e da Terra	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	25	15	40			0
Matemática (Licenciatura)	Matutino	25	15	40			0
Sistemas de Informação	Matutino	30	10	40			0
Engenharia Sanitária e Ambiental	Noturno			0	30	10	40
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		80	40	120	30	10	40
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Vespertino	24	16	40			0
Letras/Ling. Inglesa (Licenciatura)	Vespertino	15	15	30			0
Letras/Ling. Francesa (Licenciatura)	Vespertino	0	30	30			0
História (Licenciatura)	Noturno	20	20	40			0
Educação Física (Licenciatura)	Matutino			0	40	0	40
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		59	81	140	40	0	40

**CAMPUS III - JUAZEIRO**

Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Agronomia	Diurno	29	6	35	29	6	35
Direito	Vespertino	45	5	50			0
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Diurno			0	32	3	35
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		74	11	85	61	9	70
Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	12	28	40			0
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	12	28	40			0
Comunicação Social/Jornalismo em Múltiplos Meios	Vespertino			0	20	20	40
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		24	56	80	20	20	40

**CAMPUS IV - JACOBINA**

Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Vespertino	22	8	30			0
Letras/Ling. Inglesa (Licenciatura)	Vespertino	20	5	25			0
História (Licenciatura)	Vespertino	32	8	40			0
Geografia (Licenciatura)	Noturno	32	8	40			0
Educação Física (Licenciatura)	Diurno	35	5	40			0
Direito	Matutino			0	35	5	40
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		141	34	175	35	5	40

**CAMPUS V - SANTO ANTÔNIO DE JESUS**

Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Matutino	27	3	30			0
Letras/Ling. Inglesa (Licenciatura)	Matutino	20	5	25			0
Letras/Ling. Espanhola (Licenciatura)	Matutino	20	5	25			0
História (Licenciatura)	Vespertino	36	4	40			0
Geografia (Licenciatura)	Vespertino	36	4	40			0
Administração	Noturno	45	5	50			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		<b>184</b>	<b>26</b>	<b>210</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**CAMPUS VI - CAETITÉ**

Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Vespertino	15	15	30			0
Letras/Ling. Inglesa (Licenciatura)	Noturno	15	10	25			0
História (Licenciatura)	Noturno	20	20	40			0
Geografia (Licenciatura)	Matutino	20	20	40			0
Matemática (Licenciatura)	Matutino	20	20	40			0
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	20	20	40			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		<b>110</b>	<b>105</b>	<b>215</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**CAMPUS VII - SENHOR DO BONFIM**

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Matemática (Licenciatura)	Matutino	32	8	40			0
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Vespertino	24	6	30			0
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	40	10	50			0
Ciências Contábeis	Noturno			0	40	10	50
Enfermagem	Diurno			0	24	6	30
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		<b>96</b>	<b>24</b>	<b>120</b>	<b>64</b>	<b>16</b>	<b>80</b>

**CAMPUS VIII - PAULO AFONSO**

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	30	10	40			0
Matemática (Licenciatura)	Noturno	35	10	45			0
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Diurno	30	10	40			0
Engenharia de Pesca	Vespertino	30	10	40			0
Direito	Noturno			0	35	5	40
Pedagogia (Licenciatura)	Diurno			0	20	20	40
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		<b>125</b>	<b>40</b>	<b>165</b>	<b>55</b>	<b>25</b>	<b>80</b>

**CAMPUS IX - BARREIRAS**

Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Engenharia Agrônômica	Diurno	50	0	50			0
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	25	25	50			0
Ciências Contábeis	Noturno	50	0	50			0
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Noturno	20	20	40			0
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Noturno	20	20	40			0
Matemática (Licenciatura)	Matutino	20	20	40			0
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	25	25	50			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		210	110	320	0	0	0

**CAMPUS X - TEIXEIRA DE FREITAS**

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	30	10	40			0
História (Licenciatura)	Noturno	30	10	40			0
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Noturno	20	10	30			0
Letras/Ling. Inglesa (Licenciatura)	Matutino	15	10	25			0
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	30	10	40			0
Educação Física (Licenciatura)	Vespertino	30	10	40			0
Matemática (Licenciatura)	Noturno			0	30	10	40
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		155	60	215	30	10	40

**CAMPUS XI - SERRINHA**

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino			0	30	20	50
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	30	20	50			0
Administração	Noturno	40	10	50			0
Geografia (Licenciatura)	Vespertino			0	32	8	40
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		70	30	100	62	28	90

**CAMPUS XII - GUANAMBI**

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	20	20	40			0
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	20	20	40			0
Administração	Noturno	25	25	50			0
Enfermagem	Diurno	15	15	30			0
Educação Física (Licenciatura)	Diurno	25	25	50			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		105	105	210	0	0	0

**CAMPUS XIII - ITABERABA**

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Direito	Matutino				50		50
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	25	25	50			0
História (Licenciatura)	Vespertino			0	25	25	50
Ciências Contábeis	Noturno			0	25	25	50
Letras / Língua Portuguesa (Licenciatura)	Noturno	20	20	40			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		45	45	90	100	50	150

**CAMPUS XIV - CONCEIÇÃO DO COITÉ**

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Comunicação Social / Rádio e TV	Matutino	24	16	40			0
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Noturno	25	15	40			0
Letras/Ling. Inglesa (Licenciatura)	Noturno	20	5	25			0
História (Licenciatura)	Vespertino			0	30	10	40
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		69	36	105	30	10	40

**CAMPUS XV - VALENÇA**

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	40	10	50			0
Direito	Noturno			0	40	10	50
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		40	10	50	40	10	50

**CAMPUS XVI - IRECÊ**

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Noturno	34	6	40			0
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	34	6	40			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		68	12	80	0	0	0

**CAMPUS XVII - BOM JESUS DA LAPA**

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno			0	30	10	40
Administração	Noturno			0	40	10	50
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	30	10	40			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		30	10	40	70	20	90

**CAMPUS XVIII - EUNÁPOLIS**

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Vespertino	20	20	40			0
História (Licenciatura)	Matutino	25	25	50			0
Turismo	Noturno	20	30	50			0
Administração	Matutino	20	20	40			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		85	95	180	0	0	0

**CAMPUS XIX - CAMAÇARI**

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Ciências Contábeis	Noturno	25	25	50	25	25	50
Ciências Contábeis - Lauro de Freitas	Matutino	25	25	50			0
Direito	Matutino			0	40	10	50
Direito	Vespertino	40	10	50			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		90	60	150	65	35	100

**CAMPUS XX - BRUMADO**

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Noturno	29	11	40			0
Direito	Vespertino	34	16	50			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		63	27	90	0	0	0

**CAMPUS XXI - IPIAÚ**

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Noturno	12	28	40			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		12	28	40	0	0	0

**CAMPUS XXII - EUCLIDES DA CUNHA**

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Noturno	20	20	40			0
Engenharia Agrônômica	Diurno	25	5	30			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		45	25	70	0	0	0

**CAMPUS XXIII - SEABRA**

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Letras: Língua Inglesa e Literaturas	Noturno	25	5	30			0
Letras/Ling. Portuguesa (Licenciatura)	Noturno	30	10	40			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		55	15	70	0	0	0

**CAMPUS XXIV - XIQUE-XIQUE**

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		Vest.	SiSU	TOTAL	Vest.	SiSU	TOTAL
Engenharia de Pesca	Noturno			0	25	25	50
Engenharia Sanitária e Ambiental	Diurno	25	25	50			0
<b>TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO</b>		25	25	50	25	25	50

<b>TOTAL DE VAGAS</b>	<b>2703</b>	<b>1432</b>	<b>4135</b>	<b>958</b>	<b>447</b>	<b>1405</b>
-----------------------	-------------	-------------	-------------	------------	------------	-------------

VAGAS POR FORMA DE INGRESSO	
Vestibular	3661
SiSU	1879
<b>Total de Vagas</b>	<b>5540</b>

### 3.5 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

A administração acadêmica do curso de Bacharelado em Enfermagem é realizada pelo colegiado do Curso. O Regimento Geral da UNEB no seu artigo 65 diz que “O Colegiado de Curso é o órgão da Administração Setorial, responsável pela coordenação didático-pedagógica de cada curso de graduação [...]”. Além disso, ele é responsável pela articulação entre a graduação e as demais instâncias político-administrativas da UNEB, como o Departamento, o CONSEPE, a Secretaria Acadêmica e as Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Coordenação do colegiado – professor (a) ministrante de componentes curriculares do curso de História, eleito para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período – cabe administrar o colegiado, sempre referendado por sua plenária, de maneira a garantir, como prevê o Regimento Geral da UNEB, as seguintes ações:

“Art.68 [...]

- I – elaborar o Plano de Trabalho Anual do Colegiado;
- II – elaborar o projeto pedagógico do curso;
- III – orientar, coordenar e supervisionar as atividades didático-pedagógicas, bem como, propor e recomendar modificações nas diretrizes gerais dos programas didáticos do curso;
- IV – propor ao CONSEPE, através da PROGRAD, reformulações curriculares;
- V – acompanhar e avaliar a execução do currículo do curso;
- VI – estimular atividades docentes e discentes, de interesse do curso;
- VII – identificar e aplicar estratégias de melhoria da qualidade do curso;
- VIII – otimizar o fluxo curricular com vistas a uma orientação adequada do corpo discente;
- IX – estabelecer a política de oferta de disciplinas adequada à realização do estágio, em comum acordo com a coordenação setorial de estágio;
- X – indicar os docentes para compor Bancas de Concurso e Seleção Docente, na forma prevista na Lei e nas normas da Universidade;



- XI – propor intercâmbio, substituição ou treinamento de professores ou providências de outra natureza, necessárias à melhoria da qualidade do ensino ministrado;
- XII – organizar e divulgar a relação da oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares do curso, correspondente a cada semestre letivo;
- XIII – acompanhar e avaliar a execução do Plano de Trabalho Anual do Colegiado;
- XIV – acompanhar o cumprimento do tempo de integralização do curso por parte do estudante;
- XV – propor a oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares em situações especiais, desde que haja demanda justificável, disponibilidade docente e tempo hábil para oferecimento dentro do Calendário Acadêmico.”

É importante destacar que as reuniões ordinárias do Colegiado, convocadas com antecedência de no mínimo três dias, ocorrem uma vez por mês. No início de cada semestre é elaborado um calendário das reuniões ordinárias, distribuídas de forma alternada nos dias da semana. Por outro lado, as reuniões extraordinárias acontecem a qualquer momento, a depender da urgência das demandas.

A coordenadora do colegiado tem a carga horária semanal de 20 horas dedicadas às atividades de coordenação do Curso de Bacharelado em Enfermagem, gerenciando o curso, promovendo o atendimento e acompanhamento do corpo docente e discente, planejamento das atividades extra-curriculares, participação nas instâncias diretivas da instituição, dentre outras. O colegiado de Enfermagem conta com o auxílio de um técnico-administrativo que trabalha em regime de oito horas/dia, em períodos previamente estabelecidos. Esse profissional auxilia professores e alunos em suas demandas, elabora as atas de reunião e organiza os documentos pertinentes ao Colegiado.

A Coordenação do Curso atua como órgão executivo e de gestão acadêmica sendo apoiada pelos pares que compõem o Colegiado do Curso nas questões relativas à organização didático-pedagógica e à avaliação constante da adequação da proposta de formação aos objetivos do Projeto Pedagógico.

O currículo *Lattes* da Coordenadora do Curso, encontra-se no anexo I do projeto.

### 3.6 CONCEPÇÕES E OBJETIVOS

As Diretrizes Curriculares Nacionais preconizadas pela Resolução CNE/CES nº 3/2011 para o Ensino de Graduação em Enfermagem definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de enfermeiros, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Enfermagem das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Nesse contexto, a formação do Curso de Graduação em Enfermagem do DCV – I da UNEB deverá centrar-se nos padrões de qualidade estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares, de Enfermeiros com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual, e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psicosociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

A formação interdisciplinar será articulada através dos eixos estruturantes definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado em Enfermagem que asseguram a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença.

As atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Enfermeiro, de forma integrada e interdisciplinar.

Neste sentido, sublinha-se a importância de que os egressos tenham competências que englobem a integração de conhecimentos, única forma de abordar a complexidade das situações que envolvem as questões de saúde das populações do Estado da Bahia.

### 3.7 PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Bacharelado em Enfermagem da UNEB pretende formar enfermeiro generalista com ampla visão de mundo, crítico, reflexivo, político, com competência técnico-científica, valores éticos, humanístico e criativo. Portanto, capaz de entender efetivamente o contexto político, social e cultural em âmbito nacional, regional e local, de modo a desenvolver ações coerentes com os avanços tecnológicos e científicos do conhecimento e as necessidades da população, baseada no perfil epidemiológico e nas dimensões bio-psico-sociais e seus determinantes. A aquisição de conhecimentos para além das ciências biomédicas guarda enorme potencialidade para compreender o outro e efetivar uma visão ampliada do cuidar.

Formar profissional enfermeiro que agregue conhecimentos científicos, valores éticos e humanísticos, tais como respeito, responsabilidade, compromisso, cooperação e empatia, permitirá a integração das ações diárias do acadêmico possibilitando a incorporação dos mesmos no exercício profissional, contribuindo para a transformação do mundo do trabalho e do próprio educando. Isto somente será possível se o estudante for estimulado a auto-reflexão sobre os conhecimentos adquiridos e os valores a eles atrelados, fomentando mudanças internas que contribuam para o estabelecimento de relações humanas mais harmônicas e justas.

O valor da responsabilidade social, do compromisso do cuidar enquanto categoria reconstrutiva, essência da práxis do enfermeiro, fundamentada nos aspectos referidos, leva a um diálogo simétrico e reconciliador entre as práticas assistenciais e a construção de uma vida saudável, a inclusão e revalorização dos saberes populares, as convicções e valores pessoais, a religião, a etnia, entre outros, reconhecendo e respeitando a diversidade cultural. Nessa perspectiva, o cuidado ultrapassa a dimensão corporal.

O acadêmico deverá ser preparado para desenvolver ações do cuidado que compreenda os conhecimentos científicos, o acolhimento, o vínculo, a responsabilização e a arte do cuidar, sendo capaz de reconhecer e valorizar os aspectos subjetivos da pessoa humana que é multidimensional. Para tanto, deverá

ser capaz de desenvolver ações que abranjam as funções assistencial, gerencial, educativa, de ensino e pesquisa, portanto, ser capaz de produzir conhecimento.

Desse modo, o aluno do Curso de Enfermagem - Bacharelado da UNEB deverá compreender a responsabilidade social da sua escolha profissional, vendo-se não apenas como receptor das mudanças, mas também como sujeito de transformação da sociedade.

Portanto, será formado numa dimensão holística e ética, com capacidade para desenvolver ações sistematizadas que possibilitem a prevenção de doenças, bem como, a promoção e recuperação da saúde, com competências técnicas - científica para a tomada de decisão, comunicação, liderança, administração, gerenciamento e educação permanente, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), na perspectiva da integralidade e do cuidado humanizado.

Destaca-se, ainda, que durante a formação acadêmica, a pesquisa ocupará lugar de excelência em articulação com outros processos de ensino e extensão, possibilitando a/o graduando/a ampliar o seu campo de atuação, enquanto sujeito construtor de sua história pessoal e profissional e participante do processo de desenvolvimento da Enfermagem e do crescimento e fortalecimento do sistema de saúde no Brasil.

### 3.8 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

As atividades teóricas, práticas e de estágio são imprescindíveis para a formação do enfermeiro, considerando ser este o momento de inserção do acadêmico na realidade do sistema de saúde vigente, proporcionando a integração ensino-serviço. Para tanto, devem ser observadas as interações interpessoais entre professores, alunos e profissionais dos serviços de saúde, determinantes no processo ensino-aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento de competências e habilidades intelectuais, técnicas, administrativas, de cunho ético e político do acadêmico, levando-o à reflexão e criatividade, a partir da teorização do conhecimento construído e sua aplicabilidade no cenário da realidade vivenciada.

O Bacharel em Enfermagem deverá desenvolver as seguintes habilidades e competências:

- Desenvolver inteligência interpessoal visando convivência saudável e uma atuação integrada junto ao indivíduo, família, comunidades e equipes multiprofissionais;
- Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, filosóficas, políticas, psicológicas, biológicas e sociais e fases evolutivas associando-as ao contexto social e familiar;
- Atender às necessidades sociais da saúde com ênfase no Sistema Único de Saúde – SUS considerando a integralidade da atenção, a qualidade da assistência a saúde e os princípios da humanização;
- Incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional garantindo a integralidade da assistência no âmbito individual e coletivo;
- Reconhecer a saúde como direito às condições dignas de vida e atuar de modo a garantir a integralidade da assistência nos diversos níveis de complexidade do sistema de saúde;
- Planejar, implementar e avaliar programa de promoção à saúde, considerando às especificidades dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho, adoecimento e perfil epidemiológico da população;

- Comprometer-se com base na ética e cidadania com recursos voltados para a solução de problemas sociais e profissionais;
- Compreender o raciocínio crítico e clínico ao longo do processo formativo de modo a contemplar os diversos contextos psico-biológicos, social, cultural e humano desenvolvendo ações de enfermagem frente às respostas humanas ao processo saúde-doença;
- Entender o usuário do serviço de saúde como consumidor e receptor da assistência à saúde num contexto interdisciplinar e multiprofissional;
- Promover estilo de vida saudável de acordo com as necessidades do usuário dos serviços de saúde, da família e comunidade atuando como sujeito de transformação da sociedade;
- Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais e reconhecer o perfil epidemiológico das populações, respondendo às especificidades regionais de saúde, através de intervenções planejadas, nos níveis de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde;
- Comprometer-se com a qualidade dos cuidados de enfermagem prestados ao ser humano nos vários níveis de saúde (primário, secundário e terciário) em conjunto com a sua equipe multidisciplinar e multiprofissional;
- Planejar, implementar e divulgar pesquisas e outras produções do conhecimento que promovam o despertar da curiosidade e a qualificação do saber-fazer do enfermeiro;
- Estimular o estabelecimento de relações com as diversas formas de organização social e suas transformações, bem como a participação em associações, conselhos profissionais, estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde, de modo a conquistar a melhoria da saúde da população e da profissão de enfermagem;
- Reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde;
- Atuar nos Programas de assistência integral à saúde, preconizados pelo Ministério da Saúde;
- Reconhecer-se como agente de mudança do setor saúde, no acolhimento ao usuário do serviço de saúde, no estabelecimento de vínculo e na valorização dos aspectos subjetivos da pessoa humana;

- Ser capaz de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho e de enfrentar situações em constante mudança;
- Gerenciar o processo de trabalho em Enfermagem com princípios de ética e bioética com resolutividade tanto em nível individual e coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;
- Usar adequadamente novas tecnologias tanto de informação e comunicação no processo ensino aprendizagem e na prática assistencial, bem como as que envolvem recursos materiais;
- Intervir no processo saúde-doença com ações de enfermagem nas suas dimensões assistencial, gerencial, educativa, de ensino e pesquisa, respeitando o código de ética, os valores políticos e os atos normativos de profissão;
- Desenvolver a iniciativa, a administração e gerenciamento da força de trabalho em Enfermagem, dos recursos físicos, materiais e de informação, de modo eficiente e eficaz, bem como os princípios do empreendedorismo;
- Desenvolver ações e intervenções de enfermagem contemplando o planejamento estratégico e a sistematização da assistência de enfermagem;
- Planejar, implementar e participar de ações de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde, bem como, desenvolver programas de educação e promoção à saúde específicos aos diferentes grupos sociais, processos de vida, trabalho e adoecimento;
- Estimular a responsabilidade e o compromisso com o próprio aprimoramento contínuo a partir de reflexão crítica da prática pedagógica; da busca de novos conhecimentos durante e após a formação profissional; da cooperação mútua entre profissionais de serviços e acadêmicos e do estabelecimento de redes em âmbito regional e nacional;
- Buscar cuidar da própria saúde física e mental de modo a promover o seu próprio bem estar;
- Desenvolver o autoconhecimento, a sensibilidade humana, a responsabilidade, a solidariedade e justiça para atuar com flexibilidade, disponibilidade, princípios éticos legais e humanos, de modo a compreender o sofrimento do próximo e agir de forma a amenizá-lo;



- Respeitar a diversidade cultural, social, étnica, física, religiosa dos usuários dos serviços de saúde, família, comunidade, trabalhadores e alunos com os quais os acadêmicos se articulam, de modo a exercer a inclusão social.

### 3.9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular permite garantir a oferta dos estágios curriculares ao longo do curso com atividades a serem realizados nas instituições de saúde credenciada/ conveniadas pela Universidade, conforme a especificidade de cada estágio, além de contemplar a realização de atividades complementares (AC - 200h) regulamentadas pela UNEB.

Assim a organização curricular do Curso de Enfermagem – Bacharelado perfaz uma carga horária total de **4.820 (quatro mil oitocentos e vinte)**, horas assim distribuídas: **3.630 (três mil seiscientos e trinta )** horas são contempladas pelos diferentes conteúdos curriculares; **990** (novecentos e noventa) horas equivalem aos estágios curriculares e **200** (duzentas) horas referentes às Atividades Complementares - AC. A duração da integralização da matriz curricular deverá ocorrer entre **10 (dez) e 14 (quatorze) semestres**.

O currículo redimensionado do curso de Bacharelado em Enfermagem se estrutura em núcleos temáticos interdimensionados considerando o grau de complexidade dos conhecimentos organizados numa sequência didática que possibilite uma aprendizagem acadêmica significativa para o exercício pessoal, profissional e social do enfermeiro.

Estes conhecimentos foram organizados em **Conteúdos de Formação Básica (FB)**, relacionados com as Ciências Biológicas e da Saúde - incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de Enfermagem.

**Conteúdos de Formação Profissional (FP)** relacionados a Ciências Humanas Sociais e componentes de integração do conhecimento – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos,

ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;

**Conteúdos Específicos** - Ciências da Enfermagem neste tópico de estudo, incluem-se: **Fundamentos de Enfermagem**: os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo. **Assistência de Enfermagem**: os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher, ao homem e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem. **Administração de Enfermagem**: os conteúdos (teóricos e práticos) da administração do processo de trabalho de enfermagem e da assistência de enfermagem. **Ensino de Enfermagem**: os conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem. **Conteúdos de Formação Complementar (FC)**, relacionados as áreas humanas e didáticas com caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do egresso, em conformidade às determinações da Diretriz Curricular Nacional para o Curso de Enfermagem (Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001).

O currículo de Enfermagem da UNEB se estrutura em três eixos temáticos a saber: **Enfermagem, Educação, Saúde e Sociedade** predominante nos primeiros três semestres letivos, discute o homem, seu modo de vida, sua relação com o contexto social e a saúde; **Cuidado Saúde e Sociedade** predomina do quarto ao sétimo semestre acadêmico e discute os aspectos de saúde e os cuidados de enfermagem nos diferentes ciclos vitais ancorados nos princípios do Sistema Único de Saúde e **Saberes e Práticas em Enfermagem** nos últimos três semestres acadêmicos, Possibilita promover o desenvolvimento da autonomia do acadêmico com vistas a respaldar um exercício profissional comprometidos com as reais necessidades da sociedade; Os eixos temáticos se apresentam de forma complementar e interrelacionados

Compõe o eixo temático **Enfermagem, Educação Saúde e Sociedade** os componentes curriculares: Enfermagem e Saúde, Biossegurança, Anatomia, Biologia Celular, Anatomia, Biologia Celular, Estudos Sócio-antropológicos, Filosofia e Ética, Metodologia Científica e do Trabalho Científico, Programa de Integração Academia, Serviço Comunidade – PIASC I, Comunicação e Saúde, Bioquímica, Fisiologia, Histologia e Embriologia, Nutrição alimentos e nutrientes, Deontologia em Enfermagem, Psicologia e Saúde, Estatística em Saúde, Epidemiologia, Metodologia da Pesquisa em Saúde I, Imunologia, Patologia, Processo de Cuidar na Atenção Básica, Biologia Molecular e Genética, Microbiologia, Políticas Públicas e Legislação em Saúde.

Compoem o eixo temático **Cuidado, Saúde e Sociedade** os componentes curriculares: Processo de Cuidar na Média Alta e Complexidade, Farmacologia, Enfermagem na Promoção e Vigilância à Saúde, Enfermagem na Saúde do Adulto em Atenção Básica, Planificação e Gestão em Saúde, Parasitologia, Biofísica, Enfermagem na Saúde do Adulto, Psicologia dos Processos Patológicos e Perdas, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Metodologia da Pesquisa em Enfermagem, Vigilância em Saúde, Seminário Interdisciplinar, Controle de Infecção em Serviços de Saúde, NDE, Enfermagem nas Unidades de Clínica Cirúrgica, Centro Cirúrgico e CME, Enfermagem nas Unidades de Emergência e Terapia Intensiva, Planificação e Gestão em Unidade Hospitalar, Pesquisa Orientada, Enfermagem em Gerontologia e Geriatria, Enfermagem em Atenção à Saúde Mental, Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente na Atenção Básica, Práticas Educativas, Enfermagem na Saúde da Mulher na Atenção Básica e Ginecologia, Farmacologia Clínica.

Compoem o eixo temático **Saberes e Práticas em Enfermagem** os componentes curriculares: Metodologia de Pesquisa em Saúde, NDE, Enfermagem na Atenção à Saúde do Homem, Enfermagem na Saúde da Mulher no Parto e Puerpério, Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente Hospitalizado, Seminário Interdisciplinar, Estágio Curricular em Gestão da Enfermagem, Pesquisa Orientada, Estágio Curricular em Gestão de Programas em Saúde, TCC e Estágio Curricular.

Nesta organização por Eixos, o/a graduando/a deverá cumprir cada Eixo, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) em cada componente curricular que compõe o eixo. Logrando aprovação integral em todos os componentes do eixo, é possível avançar na trajetória de formação para um novo eixo.

A matrícula no primeiro semestre é a mesma para todos os discentes em todos dos componentes deste período. Nos semestres seguintes, o discente realiza sua matrícula por componentes curriculares, sendo recomendado seguir a orientação do Fluxograma do currículo para a sua integralização no tempo previsto no PPP.

O/A graduando/a que por ventura não lograr frequência e/ou aproveitamento mínimo, ou ainda não tenha se matriculado em algum componente curricular do primeiro Eixo, fica sujeito às seguintes condições:

a) Para casos em que o discente estiver com pendência em até 04 (quatro) componentes no Eixo 1 (Enfermagem Educação Saúde e Sociedade ), este poderá avançar para o Eixo 2 (Cuidado Saúde e Sociedade ), mediante submissão de Requerimento Escolar Protocolado, assegurando desta forma sua matrícula no Eixo subsequente Eixo 2- (Cuidado Saúde e Sociedade), após análise e deferimento do Colegiado de Curso. Cabe ao discente matricular-se obrigatoriamente nestes componentes curriculares, priorizando-os com relação aos demais componentes do Eixo subsequente a ser cursado. O requerente deverá cursar os componentes curriculares pendentes até sua aprovação.

b) Para casos em que 05 (cinco) ou mais componentes curriculares não forem aproveitados no Eixo 1 (Enfermagem Educação Saúde e Sociedade), o/a graduando/a deverá priorizar o aproveitamento desses componentes curriculares ficando impedida a progressão para o Eixo 2 ( Cuidado Saúde e Sociedade ).

c) Somente haverá progressão do Eixo 2 (Cuidado Saúde e Sociedade)para o Eixo 3 (Saberes e Práticas em Enfermagem), se o discente tiver cumprido todos os componentes curriculares dos Eixos anteriores (Enfermagem Educação Saúde e

Sociedade e Cuidado Saúde e Sociedade) e ter cumprido preferencialmente às 200 horas de Atividade Complementar(AC).

A matrícula nos estágios curriculares Eixo 3 (Saberes e Práticas em Enfermagem) só poderá ser efetuada após a integralização de todos os componentes curriculares dos Eixos anteriores (do 1º ao 7º semestre). O estágio curricular tem regimento próprio, devendo ser observado na sua integralidade.

A ênfase didático-pedagógica do curso encontra-se fundamentada no desenvolvimento de autonomia do acadêmico e incorporação de atitudes proativas, à medida em que o mesmo desenvolve as capacidades cognitivas, afetivas, e psicomotoras necessárias ao profissional enfermeiro. Utiliza-se de múltiplas metodologias, perpassando pela interdisciplinaridade, transversalidade de conteúdos, inserção com a comunidade, de modo a possibilitar o desenvolvimento de atividades voltadas para a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde da população, com competência técnico-científica, política, ético-social e humanitária.

Tal proposta busca conferir capacidade profissional para inserção no mercado de trabalho, tomando como base as demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população, bem como o desenvolvimento de competência nas inter-relações do processo de trabalho em Enfermagem e a autonomia do acadêmico.

No primeiro semestre acadêmico os componentes curriculares serão articulados através do Programa de Integração Academia Serviço Comunidade – PIASC que concentrará conhecimentos teórico práticos para reflexão, aproximação da realidade, debate e crítica por parte do acadêmico de enfermagem, despertando o senso investigativo. Integra aspectos de interdisciplinaridade e multiprofissionalidade entre os diversos cursos da área de saúde do Departamento de Ciências da Vida; com base nos Estudos Sócio-Antropológicos, Filosofia e Ética, Metodologia Científica e Trabalho Científico, Enfermagem e Saúde quando serão apresentados os Fundamentos da Enfermagem, além dos demais componentes.

No segundo semestre o Programa de Integração Academia Serviço Comunidade – PIASC fará a integração dos conhecimentos concentrando aspectos teóricos

práticos do ensino de Enfermagem, aprofundando a discussão da realidade com base nos conhecimentos adquiridos, intervindo na realidade cotidiana de forma interdisciplinar e multiprofissional, a partir dos conhecimentos dos componentes Comunicação e Saúde, Psicologia e Saúde e discutirão os aspectos Deontológicos da Profissão de Enfermagem com o Componente Deontologia da Enfermagem, além dos demais componentes.

No terceiro semestre o Programa de Integração Academia Serviço Comunidade – PIASC aprofundará a integração dos componentes curriculares com a articulação dos componentes específicos do curso de Enfermagem em consonância com os demais cursos da área de saúde da UNEB desenvolvendo ações de intervenção e assistência de enfermagem, educação em saúde e ações comunitárias, apoiados nos conhecimentos da Metodologia da Pesquisa em Enfermagem e nos Fundamentos da Enfermagem e na Sistematização da Assistência de Enfermagem que serão discutidos no componente em Processo de Cuidar na Atenção Básica.

No quarto semestre a disciplina **Enfermagem na Promoção e Vigilância à Saúde** articulará os componentes curriculares do semestre, agregando as demais disciplinas que iniciam a discussão de aspectos da administração e gestão em saúde e do cuidado nos ciclos vitais em consonância com os conhecimentos específicos da assistência em Enfermagem. Os acadêmicos também discutirão a Saúde do Adulto na Atenção Básica, os aspectos da Planificação e Gestão em Saúde, da Farmacologia, Imunologia e Microbiologia.

No quinto semestre o componente **Seminário Interdisciplinar articulará** os demais componentes do semestre, agregando discussões, atividades práticas relacionadas aos ciclos vitais, incluindo os conhecimentos Enfermagem na Saúde do Adulto, da Psicologia dos Processos Patológicos e Perdas, das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, da Vigilância em Saúde e do Controle de Infecções em Serviços de Saúde. O acadêmico amadurecerá a construção do seu projeto de pesquisa, com base no componente Metodologia de Pesquisa em Saúde, além de se apropriar de demandas específicas regionais (NDE). Tais componentes possibilitarão o aprimoramento do planejamento, execução, e avaliação da assistência em Enfermagem, bem como fortalecerá o acadêmico no enfrentamento

de situações que envolvem a doença, a morte, a perda seja de entes queridos, de partes corporais ou de autonomia do sujeito.

No sexto semestre o componente Seminário Interdisciplinar articulará os demais componentes do semestre, agregando discussões, atividades práticas e aspectos específicos da Assistência de Enfermagem nas áreas de Enfermagem em Clínica Cirúrgica, Centro Cirúrgico, Centro de Material e Esterilização, Enfermagem nas Unidades de Emergência e Terapia Intensiva, Enfermagem em Gerontologia e Geriatria, além de conhecimentos específicos para a Planificação e Gestão em unidade hospitalar. Finalizará o projeto de pesquisa com orientação do docente, dando prosseguimento aos encaminhamentos ético-legais pertinentes.

No sétimo semestre o componente Enfermagem em Atenção à Saúde Mental articulará os demais componentes do semestre, no qual o acadêmico atuará desenvolvendo ações de Enfermagem direcionadas à saúde da mulher, da criança, do adolescente, aprofundará em relação ao componente de Farmacologia Clínica discutindo as diversas drogas utilizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o componente de NDE.

No oitavo semestre, inicia-se a prática profissional com o estágio curricular em gestão da enfermagem, além dos componentes que discutem a mulher em processo de parto e puerpério, a criança e o adolescente hospitalizados, a saúde do homem, promovendo o desenvolvimento da pesquisa em saúde, seu acompanhamento com as orientações individuais sendo o semestre articulado através do Seminário Interdisciplinar que desenvolverá ações práticas e de integração dos conteúdos.

No nono semestre o componente articulador será o Estágio Curricular que agregará as habilidades e competências referentes à prática profissional incorporando conhecimentos específicos da Enfermagem em Saúde Coletiva/ Pública. Além disso, o acadêmico desenvolverá o estágio no âmbito da Gestão e Programas em Saúde e o Trabalho de Conclusão de Curso.

No décimo semestre, o componente articulador será o Estágio Curricular voltado ao ambiente hospitalar. Além disso, defenderá o trabalho de conclusão de curso.



A participação em atividades de extensão também foi pensada, oportunizando ao acadêmico a participação em projetos diversificados de extensão universitária oferecidos pela UNEB, seja nas atividades de atividades complementares – AC ou no desenvolvimento do estágio curricular em gestão e projetos acadêmicos sociais, visando a inserção social e retorno em forma de ações à comunidade beneficiada.

Com a intenção de diversificar a formação profissional dos (as) acadêmicos( as), serão ofertados, nesse Curso, componentes curriculares os quais concorrerão para a adição à carga horária ao currículo. Dentre esses, serão ofertados componentes eletivos a serem cursados no Departamento Ciências da Vida, ou em outro do Campus I, desde que haja disponibilidade de vagas e concordância do Departamento de origem do componente, sendo de livre escolha do discente. Ressalta-se que esses componentes somente poderão ser ofertados em conformidade com as condições acadêmicas de cada Departamento, sob critérios previamente estabelecidos pelos mesmos.

### **3. 9.1 Estágio Curricular Supervisionado**

Estágio Curricular é parte integrante do Currículo Pleno do Curso de Graduação em Enfermagem desde a concepção do projeto, com uma carga horária de 990 horas perfazendo 20,7%, estando em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas para o curso de Graduação em Enfermagem; os mesmos foram programados para oferecimento de forma integrada.

Os estágios do curso foram subdivididos em quatro sendo: Estágio Curricular em Gestão da Enfermagem – 75 horas; Estágio Curricular em Gestão e Programas em Saúde – 75 horas; Estágio Curricular I – 400 horas e Estágio Curricular II – 440 horas.

O Curso oferece o estágio a partir do 8º semestre do curso, sendo mesmos regulamentados através da Resolução CONSEPE nº 795/2007, que considera em seu artigo 1º o estágio como:

As atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao educando pela vivência em situações reais de vida e trabalho, no ensino, na pesquisa e na extensão, na modalidade regular e Projetos Especiais perpassadas todas as etapas do processo formativo e realizadas na comunidade em geral, ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, ONGs, Movimentos Sociais e outras formas de Organizações, sob a responsabilidade da Coordenação Centra, e Setorial. (Resolução Consepe 795/2007).

Conforme o Artigo 2º o estágio curricular visa oferecer ao estudante

Vivenciar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construída durante o curso;  
Analisar criticamente as condições observadas nos espaços profissionais com base nos conhecimentos adquiridos e propor soluções para os problemas levantados, por meio de projetos de intervenção social;  
Desenvolver a capacidade de elaborar, executar e avaliar Projetos na área específica de seu estágio. (Resolução Consepe 795/2007).

A referida regulamentação estabelece os critérios e instrumentos de acompanhamento e de avaliação do processo de ensino-aprendizagem como: a articulação entre teoria e prática nas produções e vivências do acadêmico durante o estágio; freqüência integral na realização da atividade-campo do estágio; trabalhos realizados durante o período de estágio e socialização dos mesmos, conforme projeto pedagógico; participação dos acadêmicos nos encontros de orientação de estágio atendendo aos critérios mínimos de assiduidade no componente curricular; auto avaliação do acadêmico; entre outros critérios .

Para os critérios de acompanhamento e avaliação do acadêmico em campo de estágio do curso de Enfermagem serão utilizados os instrumentos já desenvolvidos pelo colegiado de curso direcionado a avaliação, bem como instrumento de auto avaliação do aluno; reunião de acompanhamento de estágio; supervisões diretas e indiretas; elaboração de trabalhos específicos (plano de trabalho, relatório, artigos científicos, socialização das atividades, oficinas, dentre outros) específicos de cada estágio. A avaliação deve ser sistemática, progressiva, contínua e integrada, de forma a assegurar o acompanhamento e o monitoramento das ações desenvolvidas pelo discente.

Na área de saúde, a relação docente/discente no estágio será de acordo com a especificidade de cada curso, não excedendo o quantitativo de seis discentes, por docente/campo. Para o curso de Enfermagem, os docentes de cada estágio serão responsáveis pela supervisão, acompanhamento e avaliação do aluno em campo clínico, com participação do profissional ou enfermeiro da unidade.

No 8º semestre será oferecido o Estágio Curricular em Gestão da Enfermagem com 75 horas visa propiciar a vivência do acadêmico em situações reais em projetos de extensão desenvolvidos pela UNEB e propor soluções para os problemas levantados, por meio de ação, intervenção social no campo profissional. Desse modo, o acadêmico poderá ser inserido no programa humanização da assistência à saúde e em projetos de extensão já sedimentados ou em implantação na Uneb. O acadêmico poderá ser inserido ainda em projetos e programas a serem desenvolvidos também através do Departamento de Ciências da Vida.

No 9º semestre, serão oferecidos o Estágio Curricular em Gestão de Programas Especiais com 75 horas que visa à inserção do acadêmico nas atividades de gestão no âmbito estadual e municipal da saúde, através da parceria entre as Secretarias Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, junto aos programas especiais da saúde direcionados às populações específicas, desenvolvidos por esses órgãos.

Nesse mesmo semestre será oferecido o Estágio Curricular I com carga horária de 400 horas, no qual o acadêmico de enfermagem será inserido na rede básica de saúde, de modo a aproximá-lo da realidade do mercado de trabalho, da convivência multiprofissional, interdisciplinar e interinstitucional, buscando a integração ensino/serviço/comunidade, além de desenvolver competências e habilidades nas diversas áreas de atuação profissional em saúde coletiva/ pública, desenvolvendo ações nas unidades de saúde junto aos programas ministeriais desenvolvidos, unidades básicas de saúde e comunidades organizadas, atuando em especial no Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Estratégia de Saúde da Família.

No 10º semestre o acadêmico terá a oportunidade de participar do Estágio Curricular II com 440 horas que visa desenvolver e consolidar conhecimentos competência e habilidades no âmbito hospitalar. Visa aproximar o acadêmico da realidade,

consolidando as competências e habilidades nas diversas áreas de atuação na rede hospitalar, em especial nas unidades de clínica médica, cirúrgica, pediátrica e geriátrica.

A implantação dessa proposta curricular será acompanhada pelo Colegiado do Curso e avaliada continuamente, através de oficinas pedagógicas com docentes e discentes de modo a promover as adequações necessárias quanto aos conteúdos programáticos dos componentes curriculares e definição dos componentes NDE a serem oferecidos.

Tomou-se como princípio a inclusão de componentes curriculares específicos da profissão desde o primeiro semestre, de modo a cumprir as recomendações das diretrizes curriculares nacionais, bem como dotar os acadêmicos das características peculiares da profissão de Enfermagem, o mais precoce possível. A organização curricular e os ciclos específicos estão inter-relacionados, apresentando conteúdos transversais capazes de contemplar as competências e habilidades propostas para o egresso do curso.

Os componentes curriculares com características teórico-práticas e de estágio terão suas atividades em conformidade com a resolução COFEN 371/2010 que discrimina a distribuição de alunos de acordo com os setores e características das unidades de saúde, respeitando-se a disponibilidade de vagas concedidas pela instituição conveniada.

Dese modo, para as atividades práticas em laboratório os grupos deverão ser de 10 a 15 alunos, conforme capacidade dos laboratórios específicos.

Para visitas técnicas, passeio ambiental, atividades em comunidade, em instituições ou organizações de saúde de baixa complexidade e que não envolvam o cuidado individual, o grupo de alunos por supervisor docente é de 10 alunos.

Nas atividades práticas em unidades básicas de saúde, centros de saúde, creches ou organizações, e assemelhadas, o número de alunos por supervisor docente é de no máximo 06 alunos por grupo. Em unidades hospitalares o número de alunos por

grupo é de 05, exceto para a unidade de Terapia Intensiva na qual deve-se levar em consideração o número de vagas disponibilizadas pela instituição concedente.

Nas atividades de estágio o grupo de alunos será composto por no máximo 06 alunos por docente supervisor, conforme Resolução CONSEPE nº 795/2007.

Em todos os casos, a carga horária docente deve estar computada conforme Lei. 8352/2002 e Resolução CONSU/UNEB n.740/2010. Além disso, deve-se observar o artigo 17 da Lei nº 11788/2008, bem como o Artigo 3º da Resolução Cofen 371/2010 que diz: *“Na ausência do professor orientador da instituição de ensino, é vedado ao Enfermeiro exercer, simultaneamente, a função de supervisor de estágio e as atividades assistenciais e/ou administrativas para as quais estiver designado naquele serviço”*; o que implica a presença do docente nas atividades.

Ainda na perspectiva de dinamizar a formação em enfermagem o Colegiado de Curso poderá criar componentes curriculares que atendam as especificidades locais e/ou regionais de cada Território de Identidade, compondo o Núcleo de Demandas Específicas - NDE do Curso. Esses componentes poderão ser modificados conforme alteração do perfil e características regionais, na medida em que o Colegiado de Curso, em conformidade com o Departamento, julgar necessárias.

Além disso, os componentes de Seminário Interdisciplinar poderão sofrer alteração de conteúdos de modo a acompanhar a evolução do conhecimento na área de saúde e enfermagem, uma vez que busca manter o currículo em consonância com os temas da contemporaneidade.

O acadêmico em sua formação, concentrará competências articuladas integralmente, possibilitando um olhar abrangente acerca de sua participação no processo de transformação social e da enfermagem.

A avaliação do componente Estágio Curricular Supervisionado ocorre de forma processual. A nota final do aluno é atribuída após serem analisados o desenvolvimento do estágio e o relatório final construído pelo discente.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)**

---

**RESOLUÇÃO N.º 795/2007**  
(Publicada no D.O. de 13-02-2007, pág. 20)

**Aprova o Regulamento Geral de  
Estágio da UNEB.**

**O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E  
EXTENSÃO - CONSEPE** da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no exercício  
de suas competências, de acordo com o que consta do **Processo N.º**  
**0603070001248**,  
em sessão desta data,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar o Regulamento Geral de Estágio da UNEB, parte  
integrante do processo em epígrafe.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2007.

**Lourivaldo Valentim da Silva**  
Presidente do CONSEPE

## REGULAMENTO DO ESTÁGIO

### CAPÍTULO I - DO ESTÁGIO CURRICULAR E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º - Considera-se estágio curricular as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao educando pela vivência em situações reais de vida e trabalho, no ensino, na pesquisa e na extensão, na modalidade regular e Projetos Especiais perpassando todas as etapas do processo formativo e realizadas na comunidade em geral, ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, ONGs, Movimentos Sociais e outras formas de Organizações, sob a responsabilidade da Coordenação Central e Setorial.

Parágrafo único - Compreende-se por Projetos Especiais os cursos de graduação criados pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, com a finalidade de atender as demandas sociais específicas de formação profissional.

Art. 2º - O estágio curricular visa a oferecer ao estudante a oportunidade de:

I - Vivenciar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídos durante o curso;

II - Analisar criticamente as condições observadas nos espaços profissionais com base nos conhecimentos adquiridos e propor soluções para os problemas levantados, por meio de projetos de intervenção social;

III - Desenvolver a capacidade de elaborar, executar e avaliar projetos na área específica de seu estágio.

Art. 3º - A articulação da teoria/prática ocorrerá ao longo da formação dos cursos de graduação, condicionada à articulação dos componentes curriculares, de forma a subsidiar a vivência e consolidação das competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional.

Art. 4º - Os cursos desenvolverão programas que possibilitem a inserção dos discentes de estágio curricular, promovendo a interação entre: ensino, pesquisa e extensão.

Art. 5º - Os estágios obedecerão aos regulamentos próprios, elaborados pelas coordenações setoriais, em conjunto com o colegiado de cada curso e aprovados pelo Conselho de Departamento, observado o que dispõe a legislação pertinente.

Parágrafo único – Quanto os Projetos Especiais os regulamentos próprios serão elaborados pela coordenação geral de cada curso.

Art. 6º - A carga horária mínima dos estágios curriculares dos cursos atenderá à legislação nacional vigente, específica para cada curso e ao projeto pedagógico dos mesmos.

## CAPÍTULO II - DA COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 7º - A Coordenação Central de Estágios da UNEB está vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD e tem as seguintes atribuições:

- I - assessorar os coordenadores de estágio dos Departamentos;
- II - acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos coordenadores;
- III - promover reuniões para análise e discussão de temas relacionados a estágios;
- IV - reunir informações relativas a estágio e divulgá-las entre os *campi*;
- V - promover o Encontro Anual de Estágio Supervisionado.

Art. 8º - A Coordenação Central de Estágio será composta por:

- a) Gerente de Desenvolvimento de Ensino;
- b) Subgerente de Apoio Pedagógico;
- c) 01 (um) docente representante das Licenciaturas;
- d) 01 (um) docente representante dos Bacharelados;
- e) 01 (um) discente de Curso de Licenciatura;
- f) 01 (um) discente de Curso de Bacharelado;
- g) 01 (um) representante das Comissões Setoriais;
- h) 01 (um) docente representante dos cursos seqüenciais;
- i) 01 (um) discente representante dos cursos seqüenciais.

Parágrafo Único - Os representantes constantes nas alíneas “c”, “d”, “e”, “f” e “g” serão escolhidos no Encontro Anual de Estágio.

Art. 9º - As coordenações setoriais de estágios da UNEB, serão organizadas, por curso, tendo as seguintes atribuições:

- I - elaborar anualmente o plano de atividades da coordenação de estágios;
- II - elaborar o projeto e o regulamento de estágio do curso;
- III - planejar, acompanhar e avaliar o processo dos estágios;
- IV - cadastrar as instituições locais, regionais e estaduais que possam oferecer estágio;
- V - propor convênios de estágio;
- VI - encaminhar os estagiários aos locais de estágio.



Art. 10 - As coordenações setoriais de estágio terão a seguinte composição:

I - os professores de estágio supervisionado, sendo um deles, eleito por seus pares, o coordenador Setorial de Estágio;

II - um (01) representante do corpo discente por curso, indicado pelo diretório acadêmico, dentre aqueles regularmente matriculados na disciplina ou componente curricular.

§ 1º - A Coordenação de Estágio dos Projetos Especiais terá a seguinte composição:

- a) Coordenação Geral de Cursos;
- b) Coordenação Local;
- c) 01 Representante de cada Movimento Social (quando houver);
- d) 01 Representante de cada Movimento Sindical (quando houver);
- e) Professor(es) de Estágio;
- f) 01 Representante discente.

§ 2º - O mandato do coordenador setorial será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 11 - As coordenações setoriais de estágio devem articular-se com o Departamento, tendo em vista fortalecer as ações que lhes competem.

### CAPÍTULO III - DAS PESSOAS ENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 12 - Os profissionais envolvidos com o processo do estágio curricular terão as seguintes denominações e competências, a saber:

I - Coordenador de estágio e/ou professor de estágio será(ao) docente(s) da UNEB e lhe(s) competem:

- a) o planejar semestralmente as atividades, devidamente aprovados pelo colegiado do curso;
- b) acompanhar o desenvolvimento do estágio;
- c) realizar reuniões com demais docentes da disciplina/componente curricular de estágio;
- d) responsabilizar-se pela articulação dos docentes e pelo processo de fechamento da disciplina/componente curricular;
- e) exercer atividades de coordenação, acompanhamento e avaliação do aluno nos diversos campos do estágio.

II - Professor orientador e/ou supervisor de estágio será(ao) docente(s) da UNEB e lhe (s) competem:

- a) orientar os alunos durante o estágio, nos aspectos específicos de sua área de atuação;
- b) realizar supervisão com visitas in loco;

- c) promover articulação entre a UNEB e a instituição ou empresa concedente do estágio;
- d) exercer atividades de acompanhamento e avaliação do aluno, nos diversos campos do estágio;
- e) fornecer dados à coordenação setorial, para tomada de decisão relacionada com o estágio.

III - Orientador de Estágio/supervisor de campo/regente de classe/preceptor do estágio, profissional da instituição cedente de estágio que orienta o aluno na sua área de atuação.

§ 1º - No que diz respeito às licenciaturas, o professor-orientador e/ou supervisor de estágio poderá(ão) acumular as competências listadas nos incisos I e II.

§ 2º - Quando se tratar de projetos especiais, as atribuições e competências deverão atender as especificidades de cada curso conforme seus projetos.

Art. 13 - Os profissionais envolvidos com o processo do estágio curricular - coordenador, professor, orientador, supervisor/regente/preceptor-, terão formação acadêmico-profissional na área de conhecimento do curso, salvo em situações específicas de cada área, a serem discutidas e aprovadas em Colegiado.

§ 1º - Nos cursos de licenciatura, o professor supervisor será licenciado na área. Quando não houver disponibilidade de professor com essa formação, ficarão responsáveis conjuntamente pelos estágios os professores da área específica e professores graduados em Pedagogia, com experiência em ensino superior.

§ 2º - Na inexistência de professor com a formação exigida no caput desse artigo, caberá ao Conselho de Departamento, ouvida a comissão setorial, indicar o profissional, levando-se em conta:

- a) A formação acadêmica;
- b) A experiência profissional;
- c) A legislação em vigor.

Art. 14 - Ao aluno da UNEB, regularmente matriculado em disciplina/componente curricular de estágio compete:

I - cumprir a carga horária de estágio e as atividades de avaliação previstas no projeto pedagógico de cada curso;

II - comparecer aos locais de estágio, munido da documentação exigida;

III - respeitar as normas regimentais e disciplinares do estabelecimento onde se realiza o estágio;

IV - Submeter o planejamento elaborado ao orientador de estágio ou à coordenação de área da escola ou empresa antes da execução do estágio;

V - apresentar a documentação exigida pela universidade, quanto ao estágio curricular;

VI - participar de todos os processos de estágio, segundo o plano aprovado pela coordenação setorial.

#### CAPÍTULO IV - DOS CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 15 - Para o estágio curricular serão considerados os critérios de acompanhamento e de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, a saber:

I - Articulação entre teoria e prática, nas produções e vivências do aluno, durante o estágio;

II - Frequência integral na realização da atividade-campo do estágio;

III - Trabalhos realizados durante o período de estágio e socialização dos mesmos, de acordo com o projeto pedagógico e normatização do estágio de cada curso;

IV - Participação do aluno nos encontros de orientação de estágio, atendendo ao critério mínimo de assiduidade na disciplina/componente curricular, conforme legislação vigente;

V - Auto-avaliação do aluno;

VI - Outros critérios definidos pela coordenação setorial ou coordenação geral dos projetos especiais.

§ 1º - Cabe à coordenação setorial de cada curso e as coordenações gerais dos projetos especiais, elaborar instrumentos de acompanhamento e avaliação do aluno, conforme especificidades dos projetos pedagógicos e regulamento de estágio de cada curso.

§ 2º - O estágio será avaliado sistematicamente pela coordenação setorial e pelas coordenações gerais dos projetos especiais, conforme o projeto pedagógico e regulamento de estágio de cada curso.

Art. 16 - Caberá à UNEB disponibilizar os recursos necessários aos Departamentos, para garantirem a realização do estágio curricular dos cursos regulares.

§ 1º - A UNEB se responsabilizará pela efetivação anual do seguro de vida para os docentes de estágios dos cursos regulares cujo campo de trabalho implique em situação de risco.

§ 2º - Quando o estágio ocorrer fora da unidade sede, além dos recursos previstos no caput deste artigo, a UNEB se responsabilizará pelo seguro de vida, despesas de deslocamento e hospedagem para os docentes (quando necessário).

## CAPÍTULO V - DO APROVEITAMENTO DA PRÁTICA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL PARA CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO

Art. 17 - Nos da carga horária, em cada componente.

I - A redução de carga horária para o componente estágio supervisionado I será permitida, para o discente que comprovar a docência, em qualquer área de conhecimento, nos últimos 03 (três) anos;

II - A redução de carga horária para os demais componentes de estágio supervisionado será permitida para o discente que comprovar efetivo exercício da docência, na área específica do respectivo estágio, a partir dos últimos 03 anos, antes de seu ingresso na Universidade.

§ 1º - No ato da solicitação para a redução de carga horária, de até 200 horas, dos componentes curriculares de estágio supervisionado, o discente apresentará ao Colegiado do Curso a documentação comprobatória que será encaminhada à Coordenação Setorial de Estágio do Curso, para análise e parecer.

§ 2º - Aprovado o parecer pela Coordenação Setorial do Estágio, o Colegiado de Curso encaminhará o processo à direção do Departamento para a homologação e encaminhamento à Coordenação Acadêmica, para registro no prontuário do discente.

Art. 18 - Nos cursos de bacharelado, a prática do exercício profissional será aproveitada para carga horária de estágio, nas seguintes situações:

I - quando o discente exercer atividade de trabalho correlata com a área de sua formação, o projeto de estágio será direcionado às suas atividades profissionais;

II - quando o discente exercer atividade de trabalho não-correlata com a área de sua formação, o projeto de estágio se fundamentará na área de sua formação, aplicada a sua área de trabalho.

Parágrafo único - Na área de saúde, não será permitido o aproveitamento de exercício profissional, para a carga horária de estágio.

## CAPÍTULO VI - DAS ESPECIFICIDADES DAS MODALIDADES DE CURSOS

Art. 19 - Nas licenciaturas, quando as modalidades de estágio supervisionado contemplarem a regência do discente, o professor sob regime de 40 horas, acompanhará uma turma com até 20 discentes, registrando, pelo menos, as seguintes atividades em seu Plano Individual de Trabalho – PIT:

- a) Reunião com toda a turma (2h);
- b) Orientações individuais (1 hora por aluno);

- c) Observação de estágio em campo (12h);
- d) Trabalhos acadêmicos e complementares à docência (6h);
- e) Comissão de avaliação de aproveitamento de estágio (1h).

§ 1º - Para turmas inferiores a 08 (oito) discentes, o docente complementar a sua carga horária assumindo, pelo menos, um componente curricular de até 60 horas, ou desenvolverá atividades de pesquisa, ou extensão, aprovadas pelo Departamento.

§ 2º - Quando o Estágio Supervisionado, organizar-se sob a forma de: observação, co-participação, o professor sob regime de 40 (quarenta) horas acompanhará até duas turmas; com, no máximo, 20 discentes; (ou) uma turma de estágio e um outro componente curricular de até 60 (sessenta) horas, registrando-se a carga horária das alíneas de "a" a "e" do artigo 19 que serão adaptados de acordo com as turmas assumidas pelo docente.

Art. 20 - Nos bacharelados o professor, sob regime de 40 (quarenta) horas, acompanhará uma turma, com até 20 (vinte) discentes, registrando, pelo menos, as seguintes atividades em seu PIT:

- a) Reunião com toda a turma (2h);
- b) Orientações individuais (1 hora por aluno);
- c) Observação de estágio em campo (12h);
- d) Trabalhos acadêmicos e complementares à docência (6h);
- e) Comissão de avaliação de aproveitamento de estágio (1h).

I - Para o professor co-orientador de estágio, será computada a carga horária de orientação do estagiário, observando o limite máximo de 06 (seis) discentes por professor, com 02 (duas) horas-semanais de orientação por aluno;

II - não será permitido o aproveitamento da carga horária de estágio extracurricular, para o estágio curricular.

§ 1º - Nos cursos da área de saúde, a relação docente/discente no estágio será de acordo com a especificidade de cada curso, não excedendo o quantitativo de seis discentes, por docente/campo.

§ 2º - Para os projetos especiais a relação docente/discente no estágio será definida nos projetos de cada curso.

## CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 - Este Regimento Geral de Estágio fundamenta-se na legislação a saber: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, Lei nº. 6.494/77 (alterada pela Lei 8.859/94 e MP nº. 1726/98), Resolução CNE/CP 01 e 02/2002 e Decreto nº. 10.181 de 14/12/2006 - Regimento Geral da Universidade do Estado da Bahia.

Art. 22 - Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela Coordenação Setorial de Estágio ou Coordenação Geral dos Projetos Especiais, e referendados pelo Conselho de Departamento, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 23 - Este Regulamento tem sua vigência prevista em caráter transitório, por um ano a contar da data de publicação do mesmo, quando deverá ser reavaliado por este Conselho.

Art. 24 - O presente Regulamento de Estágio Supervisionado entra em vigor na data da sua publicação, revogada a Resolução nº. 088 de 05/08/93 e demais disposições em contrário.

### 3.9.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC tem como finalidade estabelecer a articulação entre o ensino e a pesquisa, ao tempo em que estimula a atividade de produção científica e técnica. Constitui-se enquanto componente curricular de formação a ser cumprido ao longo do curso de forma transversal desenvolvido pelos conhecimentos dos demais componentes curriculares, centrando-se como requisito de culminância para obtenção do grau.

O TCC é regulamentado pela Resolução do CONSEPE nº 622/2004 e, a partir das atividades de pesquisa contempladas no desenho curricular implica em trabalhos de natureza diversa que contribuem para o conhecimento sistematizado do/a graduando/a, permitindo-lhe apropriação e elaboração de conceitos, aplicação de métodos e técnicas, bem como elaboração e aplicação de instrumentos de pesquisa, realizando análises e sínteses de natureza científica que consolidem a formação do/a pesquisador/a e sua compreensão sobre o contexto local e social em que se encontra inserido/a.

Com o objetivo de sistematizar e orientar as produções acadêmicas dos graduandos/as tem-se os componentes curriculares: **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**, ofertados no sétimo e no oitavo semestres, com carga horária correspondem ao tempo dedicado pelo professor para orientação e elaboração do trabalho e também para a produção por parte do graduando/a. Para tal processo, há de se privilegiar a ética na pesquisa considerando as dimensões dos fatos, fenômenos e/ou objetos a serem investigados.

O professor-orientador apresenta aos alunos a sistemática do TCC; elabora cronograma para atendimento aos alunos; e presta orientação durante a elaboração e execução do projeto de TCC. Esse professor, nos termos previstos no Art. 6º do Regulamento de TCC, deverá ter formação acadêmica na área do projeto de pesquisa do discente-orientando, titulação mínima em nível de especialização e reconhecida experiência profissional no campo temático em que se enquadra o referido projeto.

Seguindo o que determina a Resolução nº 622/2004, no seu Art. 10, a quantidade de alunos por docente é a seguinte:

- a) trabalhos individuais – no máximo 8 (oito) discentes-orientandos;
- b) trabalhos por dupla de discentes – no máximo, 12 (doze) discentes-orientandos;
- c) trabalhos realizados por três discentes – no máximo, 12(doze) discentes-orientandos.

O TCC é defendido oralmente pelo discente e avaliado por uma comissão composta por três docentes, incluído o orientador. Após a aprovação, é arquivada uma cópia impressa do TCC na Biblioteca. Essa apresentação oral é aberta ao público, e por isso é divulgada para a comunidade acadêmica local.

Dessa forma, a pesquisa deve ser assumida como atitude provocativa tanto na sua inserção no mundo do trabalho e na sociedade, quanto na produção e socialização do conhecimento a ser apropriado pelo/a acadêmico/a desde seu processo formativo. Para isso, a pesquisa assume a proposição de articular, ao longo do curso, os processos, contextualizando o exercício profissional e cidadão do egresso desse curso. A pesquisa, nessa perspectiva, assume o papel de consolidar o processo investigativo, corroborando com Seminário de Pesquisa, no qual o acadêmico defenderá o seu trabalho de conclusão de curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, obrigatório para a emissão do certificado de conclusão do curso, será desenvolvido a partir dos componentes de Metodologia da Pesquisa em Enfermagem associados aos encontros com os orientadores que serão propiciados pelo componente Pesquisa Orientada e será defendido no componente Trabalho de Conclusão de Curso no décimo semestre.





**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)**  
**CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)**

---

---

**RESOLUÇÃO Nº 622/2004**

**Aprova o Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, nos Cursos de Graduação da UNEB.**

**A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE** da Universidade do Estado da Bahia – UNEB no uso de suas atribuições, *ad referendum* do Conselho Pleno, tendo em vista o que consta do processo nº 0603040027161,

**RESOLVE:**

**Art.1º** - Aprovar o “Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso” – TCC, nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, cujos objetivos e definição constam do EXTRATO anexo.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência do CONSEPE, 11 de agosto de 2004.

***Ivete Alves do Sacramento***

Presidente do CONSEPE

**PUBLICADA EM:**  
**13/08/2004**  
**D.O. - Pág. 26**

**ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO N.º 622/2004-CONSEPE**  
**EXTRATO DO REGULAMENTO GERAL**  
**DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC**

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como atividade acadêmica, constitui requisito parcial para a obtenção do grau referente aos cursos de graduação, nos níveis de licenciatura e de bacharelado oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, nos diversos *campi*, através dos seus Departamentos.

O Trabalho de Conclusão de Curso tendo como finalidade primeira estabelecer a articulação entre o ensino e a pesquisa, ao tempo em que estimula a atividade de produção científica e técnica, tem por objetivos proporcionar ao discente oportunidades para:

- aprimorar a capacidade de analisar e interpretar criticamente fatos e ocorrências da realidade, na sua área de conhecimento;
- desenvolver as habilidades de expressão escrita na produção de texto científico de cunho monográfico;
- desenvolver habilidades para a utilização de outras formas de expressão através do uso das diversas linguagens traduzidas, dentre os vários trabalhos acadêmicos, em produtos da comunicação multimídia, projetos urbanísticos, produtos turísticos, experiências laboratoriais e/ou projetos educacionais.

**REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -TCC NA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA UNEB**

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, como atividade acadêmica, constitui requisito parcial para a obtenção do grau referente aos cursos de graduação, nos níveis de licenciatura e de bacharelado oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, nos diversos *campi*, através dos seus Departamentos.

Art. 2º - Para efeito deste Regulamento, o Trabalho de Conclusão de Curso, corresponde aos produtos finais dos componentes curriculares Projeto Experimental, Seminário Monográfico, Monografia, Estágio Curricular Supervisionado e denominações assemelhadas, de acordo com a grade curricular dos cursos oferecidos pela Universidade.

## CAPÍTULO II DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 3º - O Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como finalidade primeira estabelecer a articulação entre o ensino e a pesquisa, ao tempo em que estimula a atividade de produção científica e técnica, tem por objetivos proporcionar ao discente oportunidades para:

- I - aprimorar a capacidade de analisar e interpretar criticamente fatos e ocorrências da realidade, na sua área de conhecimento;
- II - desenvolver as habilidades de expressão escrita na produção de texto científico de cunho monográfico;
- III - desenvolver habilidades para a utilização de outras formas de expressão através do uso das diversas linguagens traduzidas, dentre os vários trabalhos acadêmicos, em produtos da comunicação multimídia, projetos urbanísticos, produtos turísticos, experiências laboratoriais e/ou projetos educacionais.

Art. 4º - Inicia-se o processo de produção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, com o planejamento e a execução pelo discente de um Projeto de Pesquisa, de preferência elaborado como produto final dos componentes curriculares de orientação metodológica para a pesquisa, voltado, portanto, para a área de conhecimento para a qual se direcionam os objetivos de cada Curso.

Parágrafo Único – O TCC apresentado sob a forma de texto monográfico deve caracterizar-se como produção individual do discente, ressaltando-se a autoria desse trabalho acadêmico por dois ou, no máximo, três discentes, desde que, enquadrando-se no que estabelece o item III do Art. 3º deste Regulamento, derive o TCC de propostas de trabalhos interdisciplinares, com o devido aceite do professor-orientador e da Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso no Departamento.

Art. 5º - O TCC deve estar inserido no contexto das propostas curriculares dos cursos de graduação, cabendo aos respectivos Colegiados indicar para a Coordenação do TCC as linhas temáticas prioritárias para a pesquisa, cujo trabalho final, atendendo as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este Regulamento e as normas internas de cada Curso, deverá ser apresentado à Comissão Avaliadora para:

- a) - análise e avaliação, conforme se estabelece no Capítulo VII deste Regulamento;
- b) - defesa do tema pelo(a) autor(a) perante a referida Comissão, em sessão pública, condição esta que deverá ser expressa nas normas internas de cada Departamento ou de cada Curso.

Art. 6º - O discente deverá contar, em todas as etapas de realização do TCC, com o regular acompanhamento por um professor-orientador indicado preferencialmente, entre os docentes do respectivo Curso, na forma do disposto no Capítulo VIII deste Regulamento.

Parágrafo Único – A indicação do professor-orientador deverá ser aprovada pela Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso no Departamento, quando instituída, ou por outro setor responsável por esta coordenação, de acordo com as disposições internas da unidade de ensino ou do(s) seus curso(s).

### CAPÍTULO III DA SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 7º - A supervisão e o acompanhamento das atividades relacionadas ao TCC, em cada Departamento, são de responsabilidade, da Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso, ou outro órgão com estas finalidades por instituição das normas internas de funcionamento do Departamento, cabendo a essa coordenação:

- I - o estabelecimento das instruções para a elaboração e avaliação do TCC, as quais, atendendo as normas deste Regulamento, devem detalhar as particularidades para o trabalho final do discente, conforme a área de conhecimento enfatizada e a especificidade de cada Curso;
- II - o acompanhamento, junto aos professores-orientadores, do andamento das atividades de orientação do TCC, quanto aos prazos para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e entrega da versão final, buscando evitar qualquer prejuízo quanto às datas de diplomação dos concluintes dos Cursos;
- III - a identificação de instituições públicas ou da iniciativa privada para a celebração de parcerias, convênios e/ou autorização que permitam o desenvolvimento de projetos de pesquisa pelos discentes inscritos na atividade Trabalho de Conclusão de Curso ou componente curricular similar;
- IV - a realização de atividades abertas à comunidade acadêmica (reuniões, encontros, palestras, seminários, entre outros), envolvendo os professores-orientadores e seus orientandos para, num processo de socialização, promover a troca de experiências, divulgação dos temas trabalhados e das fases de desenvolvimento dos projetos no decorrer do processo de elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

## CAPÍTULO IV DO PROFESSOR-ORIENTADOR

Art. 8º - O professor-orientador do Trabalho de Conclusão de Curso, nos termos previstos no Art. 6º, deverá ter formação acadêmica na área do projeto de pesquisa do discente-orientando, titulação mínima em nível de especialização e com reconhecida experiência profissional no campo temático em que se enquadra o referido projeto.

Parágrafo Único - A orientação do TCC, de acordo com a especificidade do trabalho e a linha temática à qual se agrega o projeto de pesquisa do discente, com o aceite da Coordenação do TCC referendado pelo Colegiado de Curso, poderá ser feita por professor de diferente Curso do próprio Departamento, lotado em outras Unidades da UNEB, ou mesmo, em outras Instituições de Ensino Superior, nestes casos, sem ônus para o Departamento de origem do referido projeto.

Art. 9º - Na elaboração do TCC, desde que com a anuência do professor-orientador, da Coordenação do TCC e do Colegiado de Curso, o discente poderá contar com:

I - um co-orientador, docente com reconhecida experiência na área específica do projeto de pesquisa, pertencente ou não ao quadro de professores da Instituição;

II - um cooperador técnico que, poderá ser indicado para o fim especial de prestar informações específicas necessárias para o desenvolvimento do trabalho acadêmico, no caso de Cursos da área de Administração, Ciências Contábeis ou outras áreas técnicas, cujo profissional, mesmo não tendo titulação acadêmica apropriada, detenha experiência profissional ou administrativa não-acadêmica, mas relevante, na área-objeto da pesquisa.

Parágrafo Único - Para as funções de co-orientador e de cooperador técnico do trabalho acadêmico, cuja inserção se dará por indicação do discente e a convite de representante da Unidade de Ensino, não se depreende qualquer compensação financeira ou vínculo por parte da UNEB ou dos seus Departamentos.

Art. 10 - A distribuição de encargos de orientação de cada discente, de acordo com as normas internas do Departamento e dos respectivos Cursos, deverá ser feita, preferencialmente, por área temática dentre os docentes qualificados para tal função, devendo observar, caso não haja determinações específicas do Curso sobre o assunto, respeitando-se a carga horária do docente, a seguinte distribuição por semestre letivo:

- a) trabalhos individuais – no máximo 8 (oito) discentes-orientandos;
- b) trabalhos por dupla de discentes – no máximo, 12 (doze) discentes-orientandos;
- c) trabalhos realizados por três discentes – no máximo, 12(doze) discentes-orientandos.

Art. 11 - O professor-orientador terá sob sua responsabilidade:

I – definir junto com o orientando, quando necessário, o tema do Trabalho de Conclusão de Curso, acompanhando-o até a etapa final do estudo;

II - manter contatos com a Coordenação do TCC para esclarecimentos e orientações relativas ao seu trabalho, quando necessário;

III –prestar atendimento ao(s) discente(s)-orientando(s), distribuindo as horas-aula/semestre, na forma do Art. 10, conforme cronograma de orientação, observando o prazo para o desenvolvimento dos projetos e respectiva data final para a entrega e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso;

IV – encaminhar à Coordenação do TCC, nos prazos determinados, devidamente preenchidos e assinados os documentos referentes ao controle de frequência e avaliações do discente-orientando, conforme as normas internas de cada Curso para esta etapa do trabalho acadêmico;

V – participar, obrigatoriamente, das Comissões Avaliadoras quando seu(s) orientando(s) tenha(m) sido o(s) autor(es) do TCC sujeito à avaliação;

VI – cumprir e fazer cumprir este Regulamento e outras normas específicas do Departamento ou do Colegiado do Curso sobre o assunto.

Art. 12 - A substituição do professor-orientador, em qualquer etapa da elaboração do TCC, poderá ser permitida, por motivo de força maior e sob o aval da Coordenação do TCC, referendado pelo Colegiado de Curso, observando-se, rigorosamente, a coincidência de datas do afastamento do então titular e do compromisso formal de assunção como orientador por outro docente.

## CAPÍTULO V DOS DISCENTES-ORIENTANDOS

Art. 13 - O discente, no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, deverá:

I – submeter ao professor-orientador o Projeto de Pesquisa, na forma do Capítulo V deste Regulamento e o conseqüente plano para execução do TCC;

II – atender ao cronograma elaborado em conjunto com o seu orientador para discussão, análise e adoção de medidas, se necessárias, visando o aprimoramento do trabalho; 6

III – comparecer às reuniões por convocação do professor-orientador, da Coordenação do TCC ou da Coordenação do Colegiado do Curso;

IV – elaborar a versão final do TCC para fins de avaliação, de acordo com as normas internas do seu Curso e/ou do Departamento, atendendo as instruções específicas e correlatas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT para a apresentação de trabalhos acadêmicos;

V - comparecer em data e local determinados, desde que previsto nas normas internas do seu Curso e/ou do Departamento, para a apresentação oral do trabalho, de acordo com o calendário estabelecido pelo coordenador da disciplina, ou pela Coordenação do Colegiado do respectivo Curso.

## CAPÍTULO VI DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 14 - O projeto de pesquisa, de plena responsabilidade do discente, para o seu desenvolvimento, está sujeito à aprovação pelo professor-orientador, desde que atendidos os critérios estabelecidos pelo Colegiado de Curso, inclusive o cronograma definido e aprovado para o semestre acadêmico.

Art. 15 - A fim de garantir o ineditismo da pesquisa, a aprovação do projeto está condicionada à inexistência de trabalho já apresentado com uma abordagem similar, ressalvando-se o caso, quando, com o aval do professor-orientador, se caracterize um tratamento diferenciado para o mesmo tema.

Art. 16 - A alteração da proposta inicial poderá ser acatada, desde que a(s) mudança(s) solicitada(s) pelo discente e aceita(s) pelo seu professor-orientador, permita(m) a finalização do TCC e/ou produção da monografia no prazo estabelecido.

## CAPÍTULO VII DA COMISSÃO AVALIADORA

Art. 17 - A Comissão Avaliadora do TCC, mediante indicação do Colegiado do Curso, ouvida a Coordenação do TCC, deverá ser composta pelo professor-orientador e por dois outros docentes em exercício, com titulação mínima em especialização, reconhecida experiência como professor e/ou como pesquisador na área em foco.

§ 1º - Na composição da Comissão Avaliadora, de acordo com as normas internas de cada curso, poderá ser incluído um membro escolhido entre os professores de outros Colegiados do próprio Departamento, ou de outra Unidade de Ensino da Universidade.

§ 2º - A indicação da Comissão Avaliadora, poderá, ainda, incluir docentes de instituição congênere, vinculados à área de abrangência da pesquisa, cabendo ao Departamento, quando previsto nas suas normas internas, a previsão de desembolso para a remuneração destes professores.

§ 3º - O Coordenador do Colegiado de Curso, ao indicar os professores para a composição da Comissão Avaliadora, excetuando-se os casos dos professores-orientadores, cuja presença é obrigatória, deve buscar manter a equidade no número de indicações, limitando a participação de cada docente em, no máximo, 05(cinco) comissões por semestre acadêmico.

## CAPÍTULO VIII DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 18 - O produto final do TCC a ser apresentado para avaliação, seja na sua composição como texto monográfico ou sob outra modalidade conforme previsto no Art. 2º deste Regulamento, deverá ser elaborado, expressamente de acordo com estas disposições, com as normas internas do Colegiado de Curso e instruções correlatas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em vigor.

Art. 19 - De acordo com a especificidade do projeto de pesquisa e respectiva abordagem do tema/problema, o produto final do TCC pode resultar em:

I – teorização sobre o tema pesquisado nas diversas fontes de referência bibliográfica e/ou eletrônica;

II – base teórica e aplicação prática em trabalho de campo ou de laboratório, desde que atendidas a abrangência e compatibilidade do trabalho quanto à área de estudo e tempo destinado à realização do TCC;

III – análise de situação caracterizada como estudo de caso;

IV – desenvolvimento de teoria ou de doutrina referente a determinado objeto de estudo.

Art. 20 - O Coordenador do TCC no Departamento deverá elaborar calendário, fixando os prazos para a entrega do trabalho final para avaliação e/ou apresentação e defesa oral do TCC, quando previsto este evento nas normas internas de cada Curso.

Parágrafo Único - As datas de que trata o *caput* deste artigo deverão ser comunicadas à Direção do Departamento e, por extensão, aos órgãos competentes para inserção no calendário da Universidade, sem prejuízo de outras atividades ou eventos já programados.

Art. 21 – A versão final do TCC, atendendo data fixada em cronograma específico deverá ser entregue à Coordenação do TCC, em três vias impressas, até 30 (trinta) dias que antecedem a data do final do semestre letivo para encaminhamento aos membros da Comissão Avaliadora que, de acordo com as normas de cada Curso, emitirão parecer conclusivo e nota final.



Parágrafo Único - Compete à Coordenação do TCC estabelecer cronograma para:

a) devolução do TCC pela Comissão Avaliadora à Coordenação do Colegiado e, por esta, conseqüentemente encaminhado ao discente para acréscimos ou alterações ao texto, se necessários;

b) cumprimento pelo discente das recomendações da Comissão Avaliadora e apresentação do TCC, sem prejuízo da data de encerramento do semestre letivo.

Art. 22 - A Comissão Avaliadora deverá dispor de orientação para aplicação uniforme dos critérios de avaliação dos TCCs, abordando entre outros aspectos:

I - conteúdo, fidelidade ao tema e metodologia adotada no desenvolvimento do trabalho;

II - coesão e coerência do texto e atendimento ao nível culto da língua portuguesa;

III - estrutura formal da monografia, quando for o caso, de acordo com as normas técnicas para o trabalho acadêmico.

IV - estruturação dos trabalhos produzidos na forma do item III do Art. 3º deste Regulamento.

Art. 23 - Será aprovado o discente que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) valor obtido pela aplicação da média aritmética das notas individuais atribuídas ao seu trabalho pelos membros da Comissão Avaliadora, para cujo resultado, não será permitido qualquer recurso para a revisão e/ou alteração das notas consignadas.

Art. 24 - O resultado da avaliação do TCC, de acordo com as normas específicas do curso, deverá ser registrado:

I - em ata especialmente destinada para tal fim, na qual se explicitem os pareceres da Comissão Avaliadora e a média final alcançada pelo discente;

II - diretamente no Diário de Classe pelo Coordenador da disciplina com base nos pareceres dos examinadores, arquivando-se aqueles pareceres como prova documental da avaliação efetuada.

Art. 25 - O produto final do TCC, expressamente estruturado conforme a NBR nº 14.724/2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), deverá ser entregue pelo discente à Coordenação do TCC, devidamente formatado, gravado em disquete ou CD-Rom, com duas vias impressas, encadernadas e com lombada, de acordo com os itens 4.1.1 e 4.1.2 da norma citada, adiante descritos, sendo uma via encaminhada para o Colegiado do Curso e a outra destinada à Biblioteca Central da UNEB para conhecimento e consulta pela comunidade acadêmica e por outros usuários.

Capa, com as informações transcritas na seguinte ordem:

- a) nome da Instituição;
- b) nome do(s) autor(es);
- c) título;
- d) subtítulo, se houver;
- e) local (cidade) da Instituição onde deve ser apresentado o trabalho;
- f) ano de depósito (entrega)

Lombada

a) nome do(s) autor(es), impresso longitudinalmente e legível, do alto para o pé da lombada. Forma que possibilita a leitura quando o trabalho está no sentido horizontal, com a face voltada para cima;

b) título do trabalho, impresso no mesmo formato do nome do(s) autor(es);

Parágrafo Único - Para os fins previstos no *caput* deste artigo, as normas internas do Curso, deverão definir o estilo da capa do TCC e, mesmo, quando inserida qualquer diferenciação como característica do curso quanto à gramatura e cor do papel da referida capa, sob o consenso da Coordenação do TCC e do Colegiado do Curso, devem ser observados os critérios de economia e simplicidade.

Art. 26 - Sendo prevista a apresentação oral e defesa da versão final do TCC, em data, local e horário a serem definidos em cada Departamento, pela Coordenação do TCC juntamente com os Colegiado(s) do(s) Curso(s), além de ser de pleno conhecimento do autor do trabalho e do seu professor- orientador, como forma de sociabilização do saber, o evento deverá ser divulgado para a comunidade acadêmica local.

§ 1º - O discente, para a apresentação e defesa oral do TCC, poderá dispor de até trinta minutos para exposição do seu tema, devendo solicitar com 72 (setenta e duas) horas de antecedência o material de suporte à sua exposição, desde que disponível no Departamento ao qual é vinculado o Curso.

§ 2º - No cronograma da apresentação prevista no *caput* deste artigo, deve ser destinado espaço de tempo para críticas e comentários da Comissão Avaliadora e para réplica pelo discente, quando couber.

§ 3º - O discente reprovado uma única vez no trabalho de conclusão de curso, terá oportunidade para nova defesa, em data determinada pelo Colegiado de Curso.

Art. 27 - O discente que não conseguir aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso ou em componente curricular afim deverá matricular-se no semestre seguinte na disciplina

correspondente, podendo, no caso de Projeto de Pesquisa ou TCC manter o mesmo tema que vinha sendo desenvolvido ou pesquisado.

Art. 28 - A colação de grau e o recebimento do respectivo diploma pelo discente ficam condicionados, irrevogavelmente, à entrega da versão final do TCC no prazo estipulado e à obtenção da nota mínima para aprovação, conforme se estabelece no Art. 23 deste Regulamento. 9

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 - Compete aos Departamentos, através dos Colegiados de Cursos, sem prejuízo deste Regulamento, como forma de normalizar a produção do TCC no âmbito da UNEB, a elaboração de normas internas para aquele trabalho acadêmico, de acordo com a especificidade de cada Curso, cujas normas deverão ser homologadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Parágrafo Único - O ajuste nas normas internas de cada Curso, na forma do *caput* deste artigo, deverá ser efetuado no prazo máximo de 60(sessenta) dias contados da data em que entrar em vigor o presente Regulamento, conforme o estabelecido no Art. 33 deste documento.

Art. 30 - Na forma da Lei nº 9.610/98, são reservados à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, todos os direitos referentes à produção científica dos discentes, decorrentes da execução do Trabalho de Conclusão de Curso, nas suas diversas modalidades conforme previsto no Art. 3º deste Regulamento.

Parágrafo Único - Ressalvando-se aspectos do direito autoral, excetuam-se das recomendações inscritas no *caput* deste artigo, os trabalhos desenvolvidos pelo discente com total independência em relação ao suporte da Universidade.

Art. 31 - O discente deve ter conhecimento das normas que regem a propriedade intelectual, assumindo a responsabilidade civil e criminal decorrente, por qualquer ato ilícito praticado quando da elaboração do trabalho acadêmico em suas fases de fundamentação teórica e/ou de execução prática.

Art. 32 – A solução de casos especiais ou considerados em regime de exceção, por solicitação do discente, sem exclusão das demais instâncias da Universidade, em princípio, é de competência da Coordenação do TCC no Departamento, juntamente com o respectivo Colegiado de Curso, para análise e parecer sobre o requerido, desde que comprove o peticionário que:

I - o disposto neste Regulamento e nas normas específicas do Departamento e/ou do Curso e demais aspectos legais foram atendidos;

II - o fato gerador da solicitação seja caracterizado como de força maior;

III - as requisições que demandem ajustes ou prorrogação de prazo na condução do processo de produção do TCC sejam devidamente justificadas pelo discente e/ou pelo seu professor-orientador.

Art. 33 - O presente Regulamento deverá entrar em vigor na data inicial do período acadêmico seguinte ao semestre em que for publicado o ato no Diário Oficial do Estado

### **3.9.3. Atividades Complementares**

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil de egresso que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências discentes, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Possui como foco principal, complementar à formação, ampliando o conhecimento teórico-prático e estimulando a prática de atividades solidárias e cooperativas que corroboram com o princípio de diversificação da formação do enfermeiro.

As Atividades Complementares do Curso de Enfermagem tem uma carga horária total de 200 horas, em conformidade à Resolução 1022/2008 – CONSEPE/UNEB, que deverá ser integralizada ao longo do curso e, em consonância com a participação discente em eventos, podendo ser realizado em diferentes espaços de formação profissional, inter e/ou intrainstitucional. Assim, sua finalidade é diversificar, aprofundar, ampliar e consolidar a formação acadêmica e cultural do/a graduando/da.

A participação em cursos, programas de iniciação científica, de monitoria de ensino e/ou extensão, seminários e outros eventos possibilita o entendimento entre às diferentes áreas do conhecimento, cuja importância se manifesta quando se pretende praticar uma leitura profissional sobre o contexto local e global, compreendendo os aspectos do seu contexto social. A proposta também permite ao discente a participação no seu processo de formação atendendo à atualização do conhecimento com vistas à sua qualificação como profissional da área.

Para o cômputo das Atividades Complementares - AC na carga horária exigida para integralização curricular do curso, o Colegiado do Curso precisará avaliar e aprovar as atividades desenvolvidas, de acordo com as normas da UNEB, especificamente a Resolução n. 1.022/2008, a seguir apresentada.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)**  
**CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)**

---

**RESOLUÇÃO N.º 1022/2008**

Publicado no D.O.E. de 18-12-08, p.45/46

**Regulamenta as Atividades Complementares para os Cursos de Bacharelados.**

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no uso de suas competências, de acordo com as diretrizes da Lei nº 9.394/96, com o que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os Cursos de Bacharelados e com o Parecer CNE/CES 08/2007 e a Resolução CNE/CES 02/2007, e tendo em vista o que consta do processo n.º 0603080194141, em sessão desta data,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Regular as Atividades Complementares para os currículos dos Cursos de Bacharelados da UNEB, na modalidade presencial.

§ 1º - As Atividades Complementares serão obrigatórias para a integralização dos cursos de Bacharelados observando Anexo Único.

§ 2º - Somente poderão ser consideradas Atividades Complementares as que forem realizadas pelo discente após o seu ingresso na Universidade, salvo:

- a) às de portadores de diploma, no prazo de 02 (dois) anos, anterior ao ingresso;
- b) admitidos por meio de categorias especiais de matrícula e/ou;
- c) ingressantes por vestibular que tenham realizado parcialmente curso superior em período anterior.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por finalidade aprofundar, ampliar e consolidar a formação acadêmico-cultural do discente, e serão validadas na quantidade limite de horas para aproveitamento conforme se estabelece no Anexo Único que integra essa Resolução.

§ 1º - O Colegiado, observando a carga horária total do currículo do Curso, destinará o número de horas para as Atividades Complementares conforme o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o curso.

§ 2º - Caso não conste nas Diretrizes Curriculares Nacionais as orientações para a distribuição da quantidade mínima de horas para as Atividades Complementares, a PROGRAD orientará esta distribuição observando a carga horária total do curso.

§ 3º - O Colegiado poderá acrescentar no Anexo Único desta Resolução outras Atividades Complementares, específicas da área, após as propostas serem aprovadas pelo Conselho de Departamento.

§ 4º - Compete ao Colegiado de Curso:

- a) elaborar formulário próprio para o registro das Atividades Complementares e;
- b) acompanhar e avaliar as Atividades Complementares realizadas pelos discentes.

§ 5º - O aproveitamento das Atividades Complementares realizadas fica sujeito a apresentação pelo discente de documento que comprove a sua participação nessas atividades, de acordo com o prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

Art. 3º - Ao realizar e concluir uma atividade acadêmica não prevista no Anexo Único desta Resolução, o discente poderá solicitar ao Colegiado do Curso inclusão da mesma para seu aproveitamento, observando o calendário acadêmico.

Parágrafo Único - O Colegiado apreciará e deliberará pela pertinência ou não da solicitação.

Art. 4º - Para validação dos créditos referentes às AC:

§ 1º - O discente deverá:

- a) preencher formulário com a solicitação pretendida;
- b) anexar aos formulários de solicitação cópias autenticadas pelo próprio protocolo mediante apresentação dos originais dos certificados comprobatórios das AC realizadas e;
- c) encaminhar ao Colegiado do Curso, via protocolo, a documentação referenciada nos incisos "a" e "b".

§ 2º - O Coordenador do curso deverá:

- a) nomear comissão para proceder a análise e parecer das solicitações de AC e;
- b) encaminhar os pareceres da Comissão para homologação pelo Diretor do Departamento.

Art. 5º - Os casos omissos serão devidamente apreciados pelo Colegiado do Curso.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2008.

*Lourivaldo Valentim da Silva*  
Presidente do CONSEPE

**ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO N.º 1022/2008 – CONSEPE**

<b>VALIDADE E APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES – AC</b> <b>Atividade Desenvolvida</b>	<b>Número de horas válidas como</b> <b>Atividades complementares</b>	<b>Número máximo de horas</b> <b>que podem ser aproveitadas na</b> <b>integralização de AC</b>
1. Atividades de iniciação científica ou equivalentes, realizadas na UNEB ou por outra instituição de Ensino Superior reconhecida ou autorizada pelo MEC.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 100 horas
2. Atividades de monitorias de ensino, extensão, incluídas as monitorias voluntárias, com a devida comprovação do Coordenador do NUPE ou do Orientador.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 100 horas
3. Aperfeiçoamento em cursos de extensão realizados na UNEB ou em outra Instituição de Ensino Superior reconhecida ou autorizada pelo Ministério da Educação, Ong's, Secretarias de Educação, Empresas e entidades da Sociedade Civil Organizada.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60 horas
4. Participação como ouvinte em seminários, congressos e eventos de natureza acadêmica e profissional organizadas pela UNEB.	2 horas de eventos = 1 hora de AC	Até 60 horas
5. Participação como ouvinte em seminários congressos e eventos de natureza pedagógica promovidos por órgãos públicos, empresas de assessorias educacionais, Ong's e Movimentos Sociais e Sindicais, Instituições de Ensino Superior autorizadas e ou reconhecidas, empresas e entidades da sociedade civil organizada.	3 horas de eventos = 1 hora de AC	Até 60 horas
6. Participação como Membro de comissão organizadora de seminários, congressos e eventos de natureza acadêmica e profissional organizadas pela UNEB ou por outra Instituição de Ensino Superior reconhecida ou autorizada pelo Ministério da Educação.	1 dia de evento = 8 horas de AC	Até 60 horas
Participação como membro de comissão organizadora de seminários, jornadas e eventos em sua área de formação ou afins promovidos por Secretarias de Educação, Unidades Escolares autorizadas e/ou reconhecidas, associações comunitárias, organizações governamentais e não governamentais, Movimentos Sociais, Sindicais e Entidades Representativas.	2 horas de eventos = 1 hora de AC	Até 60 horas
8. Visitas temáticas/técnicas ou excursões de estudo organizadas por Instituição de Ensino Superior reconhecida ou autorizada pelo Ministério da Educação ou por	1 dia de AD = 8 horas de AC	Até 40 horas



Associações Profissionais, com anuência da Coordenação do Curso anterior à viagem, excetuando-se as atividades previstas no Projeto Pedagógico de cada curso.		
9. Participação em projetos de extensão comunitária ou outros projetos de alcance social, organizados por Instituições de Ensino Superior reconhecida ou autorizadas, Prefeituras, Conselhos Municipais, Associações de Bairro, Centros de Atendimentos comunitários e entidades representativas.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 40 horas
10. Elaboração e/ou execução em projetos de extensão comunitária ou outros projetos de alcance social, organizados por Instituições de Ensino Superior reconhecidas ou autorizadas, Prefeituras, Conselhos Municipais, Associações de Bairro, Centros de Atendimentos comunitários e entidades representativas.	1 hora de AD = 1 hora de AC	Até 40 horas
11. Apresentação ou co-autoria de trabalhos em eventos de natureza acadêmica na área de formação ou áreas afins.	1 apresentação = 5 horas AC	Até 30 horas
<b>VALIDADE E APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES – AC</b> <b>Atividade Desenvolvida</b>	<b>Número de horas válidas como</b> <b>Atividades complementares</b>	<b>Número máximo de horas</b> <b>que podem ser aproveitadas na</b> <b>integralização de AC</b>
12. Publicação de artigo científicos em revistas especializada e anais de eventos.	40 horas por livro com conselho editorial; 40 horas por publicação em revista indexada, impressa ou eletrônicas; 20 horas por publicação de capítulo de livros com conselho editorial; 15 horas por trabalho completo em anais; 5 horas por publicação de resumo ou artigo em revista especializada, mas não indexada; 5 horas por publicação de resumo ou artigo em anais; 3 horas por publicação de artigo, resenha, crônicas, poemas, contos em jornais, livros	Até 60 horas

	ou revistas não especializadas, eletrônicas ou não;	
13. Componente curricular de cursos superiores reconhecidos e/ou autorizados não aproveitadas na análise de equivalência do curso.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60 horas
14. Representação estudantil nos Conselhos Superiores e Setoriais (Departamento e Colegiado) e/ou Conselhos Municipais	A cada semestre = 10 horas de AC	Até 40 horas
15. Participação na direção de Diretório Central e Acadêmico.	A cada semestre = 10 horas de AC	Até 40 horas
16. Participação em Empresa Júnior.	Para diretores/coordenadores, 2 horas de AD = 1 hora de AC Para membros, 5 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60 horas
17. Participação em cursos EAD relacionados à área e ministrados por instituições reconhecidas.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60 horas
18. Participação em estágios extracurriculares, desde que validados pelo Colegiado do curso.	4 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60 horas
19. Produção/elaboração de material técnico, multimídia, didático desde que aprovado pelo Colegiado do curso;	1 produção = 10 horas de AC	Até 20 horas

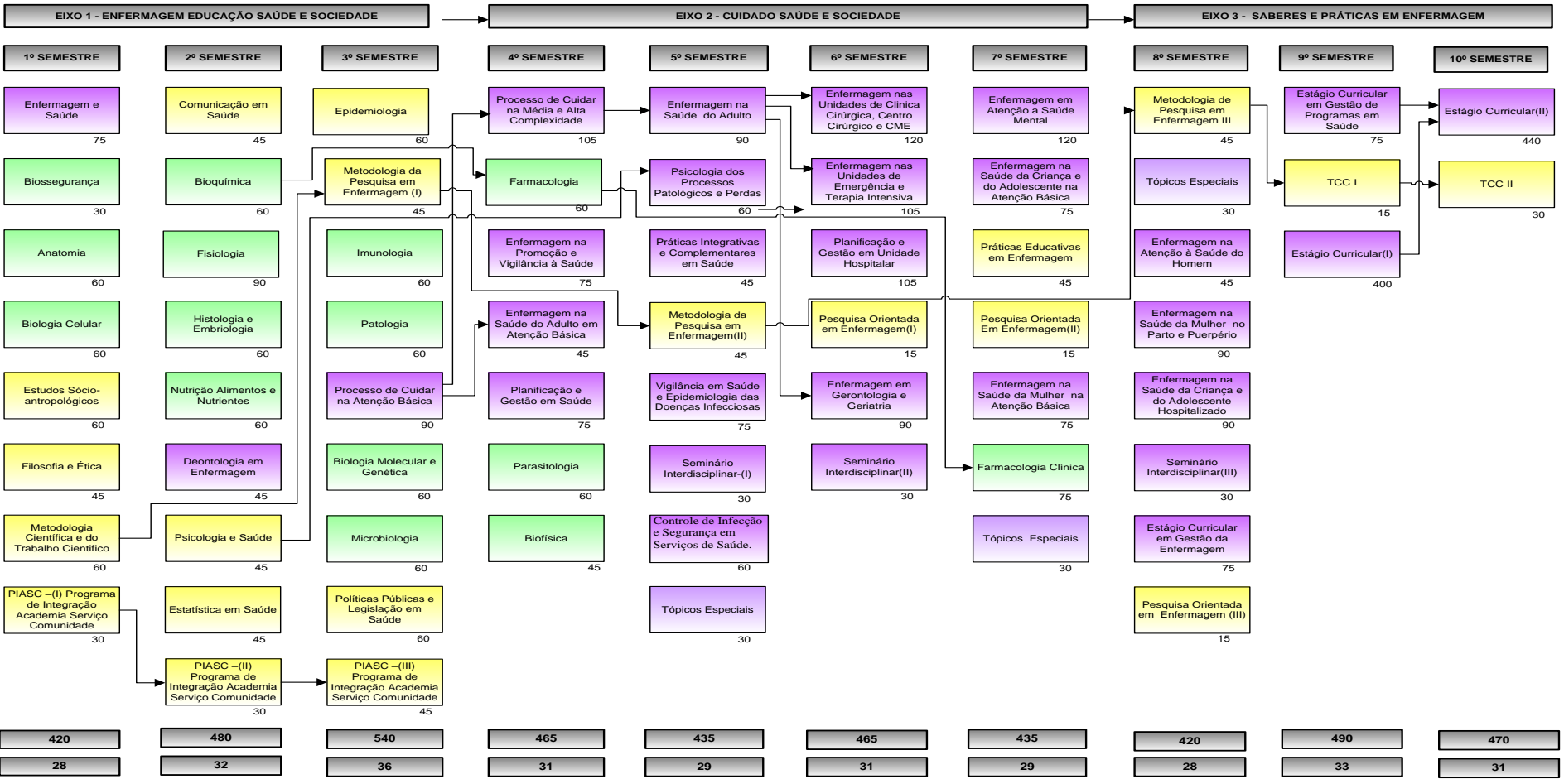
### 3.9.4 Fluxograma

#### FLUXOGRAMA



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA**  
**CAMPUS I - SALVADOR/BA**  
**CURSO DE ENFERMAGEM – BACHARELADO**  
**Vigência 2012.1**

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TOTAL	TÓPICOS ESPECIAIS	ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	TURNO DE FUNCIONAMENTO	DURAÇÃO EM SEMESTRE
CARGA HORÁRIA	4.820	90h	200	MATUTINO/VERPERTINO	MÍNIMO DE: 10 MÁXIMO DE: 14



### 3.9.5 Matriz Curricular

**TEMPO MÍNIMO:** 5 ANOS (10 SEMESTRES)

**TEMPO MÁXIMO:** 7 ANOS (14 SEMESTRES)

**CARGA HORÁRIA (componentes curriculares, estágio e TCC):** 4.620 horas.

**CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR (AC):** 200 horas

**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 4.820 horas

**Vigência 2012.1**

**Quadro 19 – Matriz curricular do Curso de Graduação, Bacharelado em Enfermagem**

	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>CONTEÚDOS ESSENCIAIS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>
<b>EIXO 1- ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>1º SEMESTRE</b>			
	ENFERMAGEM E SAÚDE	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	75 (T)	-
	ANATOMIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60 (30 T / 30 P)	-
	BIOLOGIA CELULAR	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60 (30 T/ 30 P)	-
	BIOSSEGURANÇA	CONHECIMENTOS BIOTECNOLÓGICOS	30 (T)	-
	ESTUDOS SOCIO-ANTROPOLÓGICOS	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	60 (T)	-
	METODOLOGIA CIENTÍFICA E DO TRABALHO CIENTÍFICO	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	60(T)	-
	FILOSOFIA E ÉTICA	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	45 (T)	-
	PIASC- (I)	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	30 (P)	-
	<b>Carga horária total do semestre</b>			<b>420</b>

EIXO 1- ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	2º SEMESTRE			PRÉ- REQUISITO	
	COMPONENTE CURRICULAR	CONTEÚDOS ESSENCIAIS	CARGA HORÁRIA		
	COMUNICAÇÃO E SAÚDE	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	45(T)		
	DEONTOLOGIA EM ENFERMAGEM	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	45 (T)		-
	HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60 (30 T / 30 P)		-
	NUTRIÇÃO, ALIMENTOS E NUTRIENTES.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60 (T)		-
	FISIOLOGIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	90 (60 T / 30 P)		-
	BIOQUÍMICA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60 (30 T / 30 T)		-
	ESTATÍSTICA E SAÚDE	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	45 (T)		-
	PSICOLOGIA EM SAÚDE	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	45 (T)		-
PIASC- (II)	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	30 (P)	PIASC - (I)		
<b>Carga horária total do semestre</b>			<b>480</b>		
EIXO 1- ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	3º SEMESTRE			PRÉ- REQUISITO	
	COMPONENTE CURRICULAR	CONTEÚDOS ESSENCIAIS	CARGA HORÁRIA		
	METODOLOGIA DA PESQUISA EM ENFERMAGEM	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	45T (30P/15T)		METODOLOGIA CIÉNTIFICA
	IMUNOLOGIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60(30P/30T)		-
	PATOLOGIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60 (30 T / 30 P)		-
	MICROBIOLOGIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60(30T/30P)		-
	BIOLOGIA MOLECULAR E GENÉTICA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60 (30 T / 30 T)		-
	PROCESSO DE CUIDAR NA ATENÇÃO BÁSICA	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	90(30P60T)		-
	POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EM SAÚDE	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	60 (30T/30P)		-
	EPIDEMIOLOGIA	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	60 (30T/30P)		-
	PIASC - (III)	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	45 (P)		PIASC (II)
<b>Carga horária total do semestre</b>			<b>540</b>		

<b>EIXO 2 – CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>4º SEMESTRE</b>			
	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>CONTEÚDOS ESSENCIAIS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>
	PROCESSO DE CUIDAR NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	105 (45P/60T)	PROCESSO DE CUIDAR NA ATENÇÃO BÁSICA
	FARMACOLOGIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60 (30P/30T)	BIOQUIMICA
	ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	75 (45T/30P)	-
	ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM ATENÇÃO BÁSICA	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	45 (30T/15P)	PROCESSO DE CUIDAR NA ATENÇÃO BÁSICA
	PLANIFICAÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	75 (45T/30P)	-
	PARASITOLOGIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	60 (30P/30T)	-
	BIOFISICA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	45 (30P/15T)	-
<b>Carga horária total do semestre</b>			<b>465</b>	

<b>IIXO 2 – CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>5º SEMESTRE</b>			
	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>CONTEÚDOS ESSENCIAIS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>
	ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	90 (60T/30P)	PROCESSO DE CUIDAR NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
	PSICOLOGIA DOS PROCESSOS PATÓLOGICOS E PERDAS	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	60 (45T/30P)	PSICOLOGIA E SAÚDE
	PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	45(P)	-
	METODOLOGIA DA PESQUISA EM ENFERMAGEM	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	45 (30T/15P)	METODOLOGIA DA PESQUISA EM ENFERMAGEM
	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	75 (45T/30P)	-
	SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	30(P)	-
	CONTROLE DE INFECÇÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	60 (45T/15P)	
TÓPICOS ESPECIAIS	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	30(T)	-	
<b>Carga horária total do semestre</b>			<b>435</b>	

EIXO 2 – CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	6º SEMESTRE			
	COMPONENTE CURRICULAR	CONTEÚDOS ESSENCIAIS	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO
	ENFERMAGEM NAS UNIDADES DE CLÍNICA CIRÚRGICA, CENTRO CIRÚRGICO E CME.	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	120 (60T/60P)	ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO
	ENFERMAGEM NAS UNIDADES DE EMERGÊNCIA E TERAPIA INTENSIVA	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	105 (45T/60P)	ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO
	PLANIFICAÇÃO E GESTÃO EM UNIDADE HOSPITALAR	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	105 (45T/60P)	-
	PESQUISA ORIENTADA EM ENFERMAGEM	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	15(T)	-
	ENFERMAGEM EM GERONTOLOGIA E GERIATRIA	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	90 (60T/30P)	ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO
	SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	30(P)	-
<b>Carga horária total do semestre</b>			<b>465</b>	-

EIXO 2 – CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	7º SEMESTRE			
	COMPONENTE CURRICULAR	CONTEÚDOS ESSENCIAIS	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO
	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO A SAÚDE MENTAL	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	120 (60T/60P)	-
	ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ATENÇÃO BÁSICA	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	75 (45T/30P)	-
	PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ENFERMAGEM	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	45 (P)	-
	PESQUISA ORIENTADA EM ENFERMAGEM	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	15 (T)	-
	ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO BÁSICA E GINECOLOGIA	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	75 (45T/30P)	-
	FARMACOLOGIA CLÍNICA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	75 (45T/30P)	FARMACOLOGIA
	TÓPICOS ESPECIAIS	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	30 (T)	-
<b>Carga horária total do semestre</b>			<b>435</b>	

EIXO 3 – SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	8º SEMESTRE			PRÉ-REQUISITO
	COMPONENTE CURRICULAR	CONTEÚDOS ESSENCIAIS	CARGA HORÁRIA	
	METODOLOGIA DA PESQUISA EM ENFERMAGEM	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	45 (30T/15P)	METODOLOGIA DA PESQUISA EM ENFERMAGEM
	ENFERMAGEM NA ATENÇÃO A SAÚDE DO HOMEM	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	45 (30T/15P)	-
	ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER NO PARTO E PUERPÉRIO	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	90 (30T/60P)	-
	ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE HOSPITALIZADO	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	90 (30T/60P)	-
	SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	30 (P)	-
	ESTAGIO CURRICULAR EM GESTÃO DA ENFERMAGEM	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	75 (E)	-
	TÓPICOS ESPECIAIS	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	30(T)	-
PESQUISA ORIENTADA EM ENFERMAGEM	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	15 (T)	-	
<b>Carga horária total do semestre</b>			<b>420</b>	-

EIXO 3 – SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	9º SEMESTRE			PRÉ-REQUISITO
	COMPONENTE CURRICULAR	CONTEÚDOS ESSENCIAIS	CARGA HORÁRIA	
	ESTAGIO CURRICULAR EM GESTÃO DE PROGRAMAS EM SAÚDE	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	75(E)	-
	TCC	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	15(P)	METODOLOGIA DA PESQUISA EM ENFERMAGEM
ESTÁGIO CURRICULAR	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	400(E)	-	
<b>Carga horária total do semestre</b>			<b>490</b>	-



<b>EIXO 3 – SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM</b>	<b>10º SEMESTRE</b>			<b>PRÉ- REQUISITO</b>
	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>CONTEÚDOS ESSENCIAIS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	
	ESTÁGIO CURRICULAR	CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM	440 (E)	ESTAGIO CURRICULAR EM GESTÃO DE PROGRAMAS EM SAÚDE - ESTÁGIO CURRICULAR
TCC	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	30 (P)	TCC	
	<b>Carga horária total do semestre</b>		<b>470</b>	-
	<b>Carga Horária dos Semestres</b>		<b>4.620</b>	-
	<b>Atividades Complementares ( AC)</b>		<b>200</b>	-
	<b>Carga horária total do Curso</b>		<b>4.820h</b>	-

### 3.9.6 Ementário

#### 1º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM E SAÚDE	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	75
<b>EMENTA</b>			
<p>Discute a Enfermagem na perspectiva histórico-crítica numa dimensão cronológica, apresentando as bases teóricas que fundamentam o cuidado de enfermagem, as competências e habilidades necessárias ao profissional enfermeiro, o processo político e o cuidado à saúde, bem como a organização e o processo de trabalho de enfermagem. Aborda ainda, o processo de saúde-doença, o cuidado nas interrelações entre diferentes sujeitos e perspectivas, realizando a defesa da integralidade como o princípio articulador das práticas de saúde presentes nas redes institucionais e sociais correlacionando aos demais componentes do semestre. Pertence ao eixo Enfermagem, Educação, Saúde e Sociedade.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>O cuidado humano e a saúde: aspectos históricos; políticos e repercussão na profissão; Cuidado à Saúde; Integralidade em Saúde: aspectos gerais e conceituais O cuidado em enfermagem ao longo da história; A Enfermagem como profissão; Competências, funções e atribuições do enfermeiro; Organização e O Processo De Trabalho em Enfermagem; Campos de atuação da enfermagem; Processo Saúde - doença Enfermagem na prestação do cuidado de saúde: - Níveis de cuidado de saúde - Serviços de cuidado de saúde - Instituições de serviços de saúde e saúde domiciliar; Concepção Teórico-Metodológicas Que Embasam O Cuidado De Enfermagem; Teorias de Enfermagem: -Teoria Ambientalista de FLORENCE Nightingale; -Teorias das Relações Interpessoais de Hildegard E. PEPLAU; ;-Teoria de Virgínia HENDERSON; -Teoria do Autocuidado / Déficit do Auto-cuidado de Dorothea E. OREM; - Teoria da Diversidade e Universalidade Cultural do Cuidado de Madeleine LEININGER.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ELLIS, Janice Rider. <b>Enfermagem Contemporânea</b>. Desafios, questões e tendências. 5ª edição. Porto Alegre: ArtMed, 1998. Tradução: Maria Virgínia G. da Silva GEORGE, Júlia. <b>Teorias de Enfermagem</b>. Porto Alegre; Artes Médicas, 2000. WALDOW, Vera Regina. <b>Cuidado Humano</b>. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1998. <i>et alii. <b>Maneira de Cuidar, maneira de ensinar</b>. A Enfermagem entre a Escola e a prática profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995</i> ALMEIDA, Maria Cecília P. e ROCHA, J.S.Y. <b>O saber da Enfermagem e sua dimensão prática</b>. São Paulo: Cortez. FERREIRA, Santos Célia Almeida. <b>A enfermagem como profissão</b>. Pioneira. GEOVANINI, Telma et al. <b>História da enfermagem: Versões e interpretações</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. GERMANO, Raimunda M. <b>Educação e Ideologia da Enfermagem no Brasil</b>. São Paulo: Cortez, 1984. MELO, Cristina Mª M. <b>A divisão social do trabalho na Enfermagem</b>. São Paulo: Cortez, 1986. PASSOS, Elizete Silva. <b>De anjos a mulheres: Ideologia e valores na formação de enfermeiras</b>. Salvador: EDUFBA/EGG, 1996. PIRES, Denise. <b>Hegemonia Médica na Saúde e a Enfermagem</b>. São Paulo: Cortez, 1989. RESENDE, Ana Lúcia Magela. <b>Saúde: dialética do pensar e do fazer</b>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. SILVA, Nair Fábio da. <b>A Prática da Enfermagem na Bahia</b>. Salvador: Gráfica Central, 1987.</p>			

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CIENFUEGOS, Freddy. Segurança no laboratório. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
- COSTA, Marco Antônio F. da. Qualidade em Biossegurança. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.
- SEGRE, Marco & COHEN, Claudio. Bioética. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP), 1999.
- LAJOLO, F. M.; NUTTI, M. R. Transgênicos: Bases Científicas da sua segurança. São Paulo: SBAN, 2003.
- COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. F. B. da & MELO, N. S. F. O. Biossegurança: Ambientes hospitalares e odontológicos. São Paulo: Livraria Santos, 2000.
- BOLICK, D. et al. Segurança e Controle de Infecção. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2000.
- VALLE, S. & TELLES, J. L. Bioética e Biorrisco: Abordagem Transdisciplinar. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.
- MASTROENI, M. F. Biossegurança aplicada a laboratórios e serviços de saúde. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.
- ADAMS, M. & MOTARJEMI, Y. Segurança Básica dos Alimentos para Profissionais de Saúde. São Paulo: Rocca, 2002.
- COSTA, M. A. F. da & COSTA, M. F. B. da. Biossegurança de A a Z. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº 33, de 25 fevereiro 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Diário Oficial da União, 05/03/2003, Seção I, p. 45-50.
- TEIXEIRA, P.; VALLE, S. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996;

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMPO DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>BIOSSEGURANÇA</b>	<b>ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências Biológicas e da Saúde</b>	<b>30</b>
<b>EMENTA</b>			
Estuda as práticas das ações voltadas para prevenção, minimização ou eliminação dos riscos inerentes às atividades da área de saúde, proporcionando ao sujeito medidas de promoção, prevenção e proteção da saúde do homem, dos animais, a preservação do meio ambiente e a qualidade dos resultados.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução a Conceito, Importância, Conceitos Básicos e Terminologia;</li> <li>2. Legislação Mundial e Brasileira de Biossegurança / Política Nacional de Educação Ambiental</li> <li>3. Qualidade em Biossegurança</li> <li>4. Riscologia: Química, Física, Ergonômica e Biológica;</li> <li>5. Mapa de Riscos;</li> <li>6. Biossegurança em Laboratórios de Saúde;</li> <li>7. Sinalização em Biossegurança;</li> <li>8. Biossegurança em Radiologia - Exposição ocupacional a raios-X;</li> <li>9. Biossegurança - Precauções Universais (Limpeza e Desinfecção, Esterilização, Contenção biológica, Gerenciamento do Resíduo e Vigilância Sanitária) X Infecção Hospitalar;</li> <li>10. Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva;</li> <li>11. Gerenciamento de Resíduos: Manuseio de resíduos/ Legislação/ Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde;</li> <li>12. Doenças ocupacionais por agentes biológicos, conduta e normas de Biossegurança (HIV e Hepatites);</li> <li>13. Animais de Laboratório: Aspectos legais, éticos e econômicos;</li> <li>14. Agentes quimioterápicos e imunoterápicos - Riscos profissionais;</li> <li>15. Biossegurança em ambientes de Responsabilidade Técnicas e/ou Direção dos profissionais de Saúde;</li> </ol>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- HIRATA, Mario Hiroyuki &amp; FILHO, Jorge Mancini. Manual de Biossegurança. São Paulo: Manole, 2002.</li> <li>- BAHIA Secretaria da Saúde. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Instituto de ciências da Saúde. Manual de biossegurança para as áreas das ciências da saúde e biológicas. Salvador: SESAB, 2002.</li> <li>- CARVALHO, Paulo Roberto de. Boas práticas químicas em Biossegurança. Rio de Janeiro: Interciência, 1999.</li> <li>- CIENFUEGOS, Freddy. Segurança no laboratório. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.</li> <li>- COSTA, Marco Antônio F. da. Qualidade em Biossegurança. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.</li> <li>- SEGRE, Marco &amp; COHEN, Claudio. Bioética. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP), 1999.</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- LAJOLO, F. M.; NUTTI, M. R. Transgênicos: Bases Científicas da sua segurança. São Paulo: SBAN, 2003.</li> <li>- COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. F. B. da &amp; MELO, N. S. F. O. Biossegurança: Ambientes hospitalares e odontológicos. São Paulo: Livraria Santos, 2000.</li> <li>- BOLICK, D. et al. Segurança e Controle de Infecção. Rio de Janeiro: Reichmann &amp; Affonso Editores, 2000.</li> <li>- VALLE, S. &amp; TELLES, J. L. Bioética e Biorrisco: Abordagem Transdisciplinar. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.</li> <li>- MASTROENI, M. F. Biossegurança aplicada a laboratórios e serviços de saúde. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.</li> <li>- ADAMS, M. &amp; MOTARJEMI, Y. Segurança Básica dos Alimentos para Profissionais de Saúde. São Paulo: Rocca, 2002.</li> <li>- COSTA, M. A. F. da &amp; COSTA, M. F. B. da. Biossegurança de A a Z. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003.</li> <li>- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº 33, de 25 fevereiro 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Diário Oficial da União, 05/03/2003, Seção I, p. 45-50.</li> <li>- TEIXEIRA, P.; VALLE, S. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996;</li> </ul>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ANATOMIA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e Sociais	60
<b>EMENTA</b>			
Estuda o ser humano, sua morfologia e a relação entre as suas estruturas, a partir de uma abordagem da organização e constituição geral dos diversos órgãos e sistemas, com um enfoque voltado para a descrição morfofuncional do corpo humano, permitindo o desenvolvimento das especificidades nas atividades práticas, considerando as dimensões na saúde e sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>1. Introdução ao estudo da Anatomia:</b> 1.1. Conceito, interação entre os segmentos orgânicos, etimologia e história da anatomia; 1.2. Subdivisões da anatomia; métodos de estudo; nomenclatura anatômica; posição anatômica; planos e eixos anatômicos; termos de posição e direção do corpo humano; níveis estruturais básicos; planos de construção do corpo humano; divisão do corpo humano e regiões anatômicas.</p> <p><b>2. Sistema Esquelético:</b> Conceito; componentes e funções do esqueleto; tecido ósseo e tecido cartilágneo; tipos de tecido ósseo; osteogênese; perióstio; medula óssea; acidentes ósseos; classificação dos ossos; divisão do esqueleto.</p> <p><b>3. Sistema Articular:</b> Conceito, generalidades; características gerais das articulações; nomenclatura das articulações; classificação das articulações; articulações não sinoviais; estudo das articulações sinoviais (características, tipos de movimentos, eixos e planos de movimentos, tipos de articulações sinoviais).</p> <p><b>04 – Sistema Muscular:</b> generalidades; característica do tecido muscular; propriedades dos músculos; funções do tecido muscular; tipos de músculos; constituição do músculo; tecido conjuntivo associado; fixações musculares; ação dos músculos nos movimentos; tônus muscular; crescimento, denominação dos músculos; principais grupos musculares.</p> <p><b>05 – Sistema Circulatório:</b> características gerais; componentes do sistema circulatório; funções do sistema circulatório; características do sangue; história/curiosidades; circulações sangüíneas (pequena e grande circulação); mediastino; coração (descrição geral; estrutura do coração; anatomia externa: ápice, base, faces, margens, sulcos; anatomia interna: câmaras, septos, óstios, aparelho valvar, vascularização e inervação); vasos sangüíneos (tipos de vasos sangüíneos, estrutura da parede dos vasos); principais troncos arteriais e venosos; sistema porta hepático; seio coronário;</p> <p><b>06 – Sistema Respiratório:</b> respiração (definição e funções); componentes do sistema respiratório: divisão estrutural e funcional; estudo da porção condutora (nariz, faringe, laringe, traquéia, brônquios e bronquíolos) e da porção respiratória (alvéolos pulmonares); seios paranasais; pleura; músculos da respiração.</p> <p><b>07 – Sistema Digestório:</b> generalidades; atividades funcionais; componentes do sistema digestório; órgãos digestórios anexos; camadas do trato gastrointestinal; inervação; estudo dos diversos segmentos do trato gastrointestinal (cavidade oral, faringe, esôfago, estômago, intestino delgado e intestino grosso); glândulas salivares; fígado; vesícula biliar; pâncreas; cavidade abdominopélvica; peritônio e cavidade peritoneal; mesentério; omento.</p> <p><b>08 – Sistema Urinário:</b> generalidades; conceito; funções; fatos históricos; órgãos componentes do sistema urinário (rins, ureteres, bexiga e uretra); rim (características gerais, anatomia externa e interna); estudo das vias urinárias (ureteres, bexiga e uretra); diafragma urogenital.</p> <p><b>09 – Sistema Genital Masculino:</b> generalidades; funções; características sexuais secundárias; períneo masculino; órgãos sexuais primários (testículos); órgãos sexuais secundários (epidídimos, ductos deferentes, ductos ejaculatórios, uretra; pênis; glândulas acessórias – glândulas seminais, próstata e glândulas bulbouretrais).</p> <p><b>10 – Sistema Genital Feminino:</b> generalidades; funções; características sexuais secundárias; períneo feminino; órgãos sexuais primários (ovários); órgãos sexuais secundários (genitais externos ou vulva, vagina, tubas uterinas, útero; glândulas mamárias).</p> <p><b>11 – Sistema Nervoso:</b> generalidades; conceito; divisão anatômica e funcional; funções; componentes do sistema nervoso (neurônio e células gliais); terminações nervosas; plexo nervoso; sistema nervoso central (encéfalo e medula espinal); substância branca e substância cinzenta; meninges (dura-máter, aracnóide-máter e pia-máter); ventrículos do encéfalo; líquido cerebrospinal; sistema nervoso periférico (receptores sensitivos, nervos, gânglios e plexos).</p>			

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NETTER, F. **Atlas de Anatomia Humana**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.  
TORTORA; GERARD, J.; DERRICKSON, B. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.  
VAN DE GRAAF. **Anatomia Humana**. 6 ed. São Paulo: Manole, 2003.  
DRAKE, R; MITCHELL, A; VOGL, W. **Gray's Anatomia Clínica para Estudantes**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.  
PROMETHEUS; SHUNKE, M; SHULTE, E. **Prometheus / Atlas de Anatomia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOBOTTA, J. **Atlas de Anatomia Humana**. 32 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.  
DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. **Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar**. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2011.  
MOORE, K.L.; DALLEY II, A.F.; AGUR, A.M.R. **Anatomia Orientada para a Clínica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.  
DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. **Anatomia Básica dos Sistemas Orgânicos**. São Paulo: Atheneu, 2004.  
McMINN, R.M.H. **Atlas Colorido de Anatomia Humana**. 5 ed. São Paulo: Manole, 2005.  
MOORE, K.L.; AGUR, A.M.R. **Fundamentos de Anatomia Clínica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
BIOLOGIA CELULAR	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	60
<b>EMENTA</b>			
<p>Apresenta os conceitos básicos da biologia da célula eucarionte, fornecendo os conhecimentos da estrutura e ultra-estrutura celular estabelecendo a relação desta com as funções celulares. Discute ainda as bases moleculares, seus fundamentos e funções, enfatizando o conhecimento das células, dos tecidos para o funcionamento dos órgãos. Estes conhecimentos fornecerão subsídios para uma melhor compreensão daqueles a serem abordados em Biologia Molecular e Genética.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Organização molecular das células procarióticas e eucarióticas. Evolução da célula até o surgimento da pluricelularidade. Diversidade e classificação dos seres vivos.</p> <p>A superfície celular. Organização e propriedades da membrana celular.</p> <p>O trânsito transmembrana. Natureza das moléculas transportadas. Mecanismos de transporte de íons e pequenas moléculas. A sinalização celular. Os componentes extramembranosos e comunicações intercelulares.</p> <p>Sistema de endomembranas: organização e dinâmica do retículo endoplasmático – endereçamento de proteínas.</p> <p>Sistema de endomembranas: sistema de Golgi - glicosilação. Estruturas microtubulares Sistema de endomembranas: estrutura e funções do lisossomo, peroxissomo e glioxissomo. Os vacúolos da célula vegetal.</p> <p>Citoesqueleto e a arquitetura da célula eucariótica. Componentes do citoesqueleto. Microtúbulos: organização molecular e funções - dinâmica de sua montagem. Filamentos intermediários e microfilamentos de actina</p> <p>Estrutura e função da mitocôndria na obtenção de energia. Importância no processo evolutivo.</p> <p>Constituição e organização do material genético</p> <p>Reprodução. Noções sobre o ciclo celular. A divisão celular em eucariotos: mitose e meiose.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>A. B.; BASTOS, M. C. F.; DE SÁ, M. H. B. <b>Microbiologia</b>. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008</p> <p>BRASIL, <b>Doenças infecciosas e parasitárias</b>. Guia de bolso. 6. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006</p> <p>KIERSZENBAUM, Al., <b>Histologia e Biologia Celular</b> - Uma introdução à patologia, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008</p> <p>SHAECHTER, M. et Al. <b>Microbiologia médica</b>. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006</p> <p>TRABULSI, L. R. ALBERTHUM, F. <b>Microbiologia: mecanismos das doenças infecciosas</b>. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTUDOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Humanas e Sociais	60
<b>EMENTA</b>			
Estuda os elementos constituintes da estrutura social, ressaltando o papel das Instituições Sociais, em destaque a concepção de homem enquanto ser individual e coletivo, discutindo sua inserção em família e suas relações determinantes a partir de conceitos contemporâneos sobre vida, saúde e sociedade com foco na atenção básica e nos princípios e diretrizes do SUS, explicitando como se efetiva a relação entre homem, instituições de saúde e sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Módulo I – Sociedade, Estado e Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos básicos nas ciências sociais (Contribuições das ciências sociais no estudo da saúde coletiva)</li> <li>• Estrutura social e processo de saúde.</li> <li>• Saúde e processo de trabalho.</li> <li>• Cidadania, Direito à Saúde e sociedade.</li> </ul> <p>Módulo II –A construção social do Processo Saúde – Doença</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A construção social do processo saúde-doença.</li> <li>• Concepções e representações da saúde/ doença.</li> </ul> <p>Módulo III – Medicalização da Sociedade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As raízes do processo de medicalização da sociedade;</li> <li>• O papel dos medicamentos e da indústria farmacêutica sobre o processo de medicalização.</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ARON, R. <b>As etapas do pensamento sociológico</b>. Brasília/São Paulo: EdUNB/Martins Fontes, 1990</p> <p>DAMATTA, R. <b>Relativizando: uma introdução à antropologia social</b>. Rio de Janeiro: Rocco, 1997</p> <p>GIDDENS, A. <b>Política, Sociologia e teoria social</b>. São Paulo: EdUnesp, 1998</p> <p>LAPLANTINE, François. <b>Aprender Antropologia</b>. São Paulo: ed. Brasiliense, 1999</p> <p>LEVINE, D. <b>Visões da tradição sociológica</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>HELMAN, Cecil G. . Cultura, saúde e doença. 4. ed Porto Alegre: Artes Médicas, 2003 408p.</p> <p>GOLDTHORPE, J. E. Sociologia e antropologia social: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 237 p.</p> <p>PIGNARRE, Philippe. O que é o medicamento? Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade. Editora 34. 1999. 152 pp.</p> <p>DONNANGELLO MCF. Saúde e sociedade. São Paulo (SP): Duas Cidades; 1976.</p> <p>GARCÍA JC. Pensamento social em saúde na América Latina. São Paulo (SP): Cortez; 1989.</p>			



COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FILOSOFIA E ÉTICA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Humanas e Sociais	45
<b>EMENTA</b>			
Estudo dos pressupostos filosóficos para a construção do saber abordando os clássicos e os teóricos contemporâneos e discutem-se questões epistemológicas para as ciências da saúde e temáticas sobre a ética humana, o indivíduo e a sociedade com enfoque na bioética.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Filosofia, ciência e ensino de ciências da saúde</p> <p>Filosofia; gênese, contexto e implicações</p> <p>O saber; dos povos antigos aos pré-socráticos</p> <p>Filosofia e conhecimento nos clássicos: Platão, Sócrates e Aristóteles</p> <p>O conhecimento no medievo; mentalidade, influências e surgimento da universidade</p> <p>Modernidade, as origens da ciência moderna</p> <p>Revolução científica, os paradigmas da ciência moderna</p> <p>Método científico: Francis Bacon</p> <p>Pensamento de René Descartes - o Discurso do Método</p> <p>Epistemologia nas ciências modernas e na área de saúde</p> <p>Epistemologia; Gaston Bachelard, Thomas Kuhn e Canguilhem</p> <p>Natureza do saber científico; linguagem, objeto, teoria, ideologia, política, financiamento e mentalidade da sociedade</p> <p>Racionalidade e lógica nas ciências da saúde</p> <p>Ética e sociedade</p> <p>Ética; o indivíduo e o profissional do campo da saúde</p> <p>Ética e as ciências da saúde</p> <p>A ciência moderna no Brasil; a institucionalização, desenvolvimento e difusão</p> <p>As ciências da saúde na Bahia, no século XIX; questões filosófica e política.</p> <p>Filosofia da ciência, história da ciência e ensino de ciências; uma reflexão do saber científico.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ABBAGNAANO, Nicolas. <i>Dicionário de Filosofia</i>. Ed. Alianza: Madrid, 1966. 7 ed, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.</p> <p>ARISTÓTELES. <i>Ética a Nicômaco</i>. In: <i>Aristóteles, Os Pensadores</i>. Trad.: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo, Abril Cultural, 1973. pp. 249-436.</p> <p>BACHELARD, G. <i>A formação do espírito científico</i>. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.</p> <p>CANGUILHEM, G. <i>Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida</i>. Trad. Portuguesa de E. Piedade. Lisboa, Edições 70, 1977.</p> <p>CHASSOT, Attico. <i>A Ciência através dos tempos</i>. São Paulo, Moderna, 1994.</p> <p>DESCARTES, R. <i>Discurso do Método</i>. São Paulo, Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>HUME, David. <i>Uma investigação sobre os princípios da moral</i>. Trad.: José Oscar de Almeida Marques. Campinas, UNICAMP, 1995. 226p. (Col. Repertórios).</p> <p>KUHN, T. <i>A Estrutura das Revoluções Científicas</i>. 5ª ed. Trad. B. V. Boeira e N. Boeira. São Paulo, Perspectiva, 2000.</p> <p>MATHEWS, M. R. <i>História, Filosofia e Ensino de Ciências: a tendência atual de reaproximação</i>. Caderno Catarinense de Ensino de Física. Florianópolis, v.12, nº 3, p.164-214, dez. 1995.</p> <p>SANTOS, F. A. "Escola Tropicalista Baiana: Registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889)". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Ciência, PUCSP, 2008, p. 42.</p> <p>____ &amp; tal. <i>O Estabelecimento das Ciências no Brasil: estudos de casos</i>. In: BELTRAN, H. M., SAITO, F., TRINDADE, S. L., (Orgs.). <i>História da Ciência: Tópicos Atuais</i>. Editora Livraria da Física, São Paulo, SP, 2010, p. 165-192.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
METODOLOGIA CIENTIFICA E DO TRABALHO CIENTIFICO	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Humanas e Sociais	60
<b>EMENTA</b>			
Estuda a evolução e processo de construção do conhecimento científico, desenvolvendo reflexões críticas sobre as formas de conhecimento e o conhecimento científico demonstrando as modalidades de trabalho científico e a construção da ciência moderna e contemporânea, subsidiando o profissional de saúde em formação na elaboração de produtos científicos.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Evolução do conhecimento científico Currículo Lattes Levantamento de dados na área de saúde. Mapa Conceitual - uma ferramenta de estudo-aprendizado. Instrução e prática Oficina de Power Point Oficina de Pôster Oficina de Word Referências bibliográficas ABNT e Vancouver Redação Científica. Texto leigo versus texto científico Artigo Científico Análise Crítica de artigos científicos Leitura analítica - leitura e interpretação de texto Elaboração de Resumo Elaboração de Resenha Projeto de pesquisa Instrumentos de coleta: questionários, formulários, entrevistas			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
ARMANI, Domingos. <b>Como elaborar Projetos?</b> Guia prático para elaboração e Gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004 GIL, Antonio Carlos. <b>Como elaborar Projetos de Pesquisa.</b> 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002 KOCH, Jose Carlos. <b>Fundamentos de Metodologia Científica:</b> Teoria da Ciência e Prática de Pesquisa. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000 LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. <b>A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas.</b> Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul LTDA, 1999 OLIVEIRA, Silvio Luiz de. <b>Tratado de Metodologia Científica.</b> São Paulo: Pioneira, 1997			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> 23.ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <b>Metodologia do trabalho científico: procedimento básico, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos.</b> 6. ed São Paulo: Atlas, 2001. 219. BRASIL, <b>Normas para pesquisa envolvendo seres humanos – Resolução nº 196/96.</b> Comissão de ética em pesquisa. Série cadernos técnicos. Ministério da Saúde, Brasília, 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Programa de Integração Academia, Serviço e Comunidade I (PIASC I)	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Humanas e Sociais	30
<b>EMENTA</b>			
Promove relações interdisciplinares, bem como a visualização prática e discussão crítica da influência dos fatores condicionantes e determinantes da saúde, definidos na Lei 8080/90, o reconhecimento da saúde como processo biológico, sócio-político e cultural. Desenvolve a compreensão do processo de implantação do SUS e da Estratégia de Saúde da Família, bem como os aspectos práticos do processo de territorialização e identidade das comunidades atendidas pelo programa. Considera-se que tais conhecimentos são considerados como requisitos básicos para cursar o PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ACADEMIA, SERVIÇO, COMUNIDADE (PIASC) – 2º. Semestre.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Evolução histórica do Conceito de Saúde</li> <li>2- Situação de saúde da população brasileira: problemas e determinantes;</li> <li>3- O ser e o viver comunitário</li> <li>4- O papel da família no contexto da saúde</li> <li>5 - SUS: Princípios, Diretrizes e aspectos legais</li> <li>6- Modelos Assistenciais em Saúde</li> <li>7- Estratégia de Saúde da Família</li> <li>8- Território/territorialização</li> <li>9- Visita domiciliar como estratégia da assistência</li> <li>10- Atenção Básica no Sistema Único de Saúde</li> <li>11- Atenção ambulatorial especializada e Atenção Hospitalar.</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. <b>Epidemiologia &amp; Saúde</b>. 6ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003</p> <p>CAMPOS, C. W. de S.; MINAYO, M. C. de S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JUNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. de. <b>Tratado de Saúde Coletiva</b>. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.</p> <p>HELMAN, C. G. <b>Cultura, Saúde e doença</b>. 5ª ed. Artmed, 2009.</p> <p>SERAPIONI, Mauro. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. <i>RevCiência &amp; Saúde Coletiva</i> 10 (sup):243-253,2005.</p> <p>GOMES, A. de L.; MORAIS, M. do S. T. Um olhar sobre o aprendizado dos estudantes na extensão popular. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (org.) <b>Educação Popular na Formação Universitária: reflexões com base em uma experiência</b>, São Paulo: HUCITEC; João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.</p> <p>PASCHE, D. F.; CRUZ, I. B. M. da. (orgs.) <b>A saúde Coletiva: diálogos contemporâneos</b>. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.</p> <p>PAIM, J. S. <b>O que é o SUS</b>. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2009.</p> <p>SILVEIRA, M. M. da. <b>Política Nacional de Saúde Pública – A trindade desvelada: economia-saúde-população</b>. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2008.</p> <p>CAMPOS, C. W. de S.; MINAYO, M. C. de S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JUNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. de. <b>Tratado de Saúde Coletiva</b>. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.</p> <p>HELMAN, C. G. <b>Cultura, Saúde e doença</b>. 5ª ed. Artmed, 2009.</p> <p>PASCHE, D. F.; CRUZ, I. B. M. da. (orgs.) <b>A saúde Coletiva: diálogos contemporâneos</b>. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.</p> <p>SILVEIRA, M. M. da. <b>Política Nacional de Saúde Pública – A trindade desvelada: economia-saúde-população</b>. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2008.</p> <p>MENDES E.V. Distrito sanitário: o processo social de mudança das praticas sanitárias do Sistema Único de Saúde 3 ed., Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995.</p> <p>MINAYO M.C. <b>O desafio do conhecimento</b>. Pesquisa qualitativa em saúde. [S.l.]: Hucitec-Abrasco, 1996.</p> <p>PEREIRA, MAURICIO GOMES, <b>Epidemiologia: Teoria e Prática</b>. Editora GuanabaraKoogan S.A. 7ª. Edição – Rio de Janeiro – 2003.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. <b>Guia de vigilância epidemiológica</b>. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS). 6ed. 2006.</p> <p>Lei 8080 de 19/09/1990. Disponível em <a href="http://www.saude.inf.br/legisl/lei8080.htm">http://www.saude.inf.br/legisl/lei8080.htm</a></p>			

**2º SEMESTRE**

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMPUS DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>COMUNICAÇÃO EM SAÚDE</b>	<b>ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	Ciências Humanas e Sociais	45
<b>EMENTA</b>			
<p>Estuda o saber popular e o saber científico sobre a saúde. Discute aspectos da cultura popular e sua influência sobre as práticas educativas dos profissionais de saúde. Relaciona a saúde com as políticas públicas de comunicação no Brasil contemporâneo. Estuda a comunicação e sua relação com a saúde, a comunicação de massa, a influência da mídia na saúde, reconhecendo os meios e as dinâmicas de comunicação e educação: redes e fluxo de comunicação, dinâmicas comunicacionais e dialógicas em saúde.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceitos de Comunicação na interface com a saúde.</li> <li>- Conceito de Educação na interface com a saúde.</li> <li>- Interface Arte e Educação</li> <li>- Comunicação e Educação na sociedade Contemporânea.</li> <li>. Mídia e Saúde</li> <li>. Cultura, Comunicação e Saúde</li> <li>-. Educação, Comunicação e Política de Saúde</li> <li>- Práticas e modelos de comunicação e saúde</li>   <li>- Análise crítica de práticas de comunicação</li> <li>- Comunicação do Risco</li> <li>- Práticas de comunicação e relações interpessoais e educação na atenção básica;</li> <li>- Comunicação em rede e conceito de polifonia; Mapeamento de redes e dinâmicas de comunicação; ----- Análise crítica de materiais de comunicação.</li> <li>- Modelos conceituais de Comunicação e Educação.</li> <li>- Análise das práticas institucionais e comunitárias de Comunicação e Educação em Saúde para a promoção da saúde, considerando o contexto social e o processo político-institucional em que se desenvolvem, bem como sua adequação às necessidades de saúde da população.</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ARAUJO, I. Materiais educativos e produção dos sentidos na intervenção social In: S. Monteiro &amp; E. Vargas (Orgs.) <b>Educação, Comunicação e Tecnologia Educacional: interfaces com o campo da saúde</b>. RJ:Ed. FIOCRUZ, 2006. p.49-69.</p> <p>COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais e inteligência coletiva. <b>Interface – Comunic., Saúde, Educ.</b>, v.9, n.17, p.238-45, mar-ago, 2005. <a href="http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf">http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf</a></p> <p>“NATANSOHN, L. G. Comunicação interpessoal e comunicação midiática: elementos para a análise de situação no território.” Texto Didático. 2006</p> <p>RANGEL, S. M.L.; ALVES, V. S. Elementos teóricos de práticas de comunicação e educação em saúde: recuperando e reconstruindo conceitos. Texto Didático, 2006.</p> <p>SODRÉ, R.F. A comunicação na cidade: polifonia e produção de subjetividade no espaço urbano. <b>Intercom</b>, set. 2006 <a href="http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1072-1.pdf">http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1072-1.pdf</a></p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>ALVES, V.S. Um modelo de educação em saúde para o Programa de Saúde da Família: pela integralidade da atenção e a reorientação do modelo assistencial. <b>Interface, Comunic., Saúde, Educ.</b>, v.9, n.16, p.39-52, set.2004/fev.2005.</p> <p>NATANSOHN, L. G. “Um estudo de recepção sobre as tele-consultas médicas”. In: e-compos, n. 1, dezembro 2004. Disponível em <a href="http://www.e-compos.org.br/e-compos">http://www.e-compos.org.br/e-compos</a></p> <p>RANGEL-S, M.L. Dengue: comunicação, educação e mobilização na perspectiva do controle – propostas inovadoras. <b>Interface, Comunic., Saúde, Educ.</b>, v.12, n.25, p.433-41, abr./jun.2008.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPUS DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
BIOQUÍMICA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	60
<b>EMENTA</b>			
Apresenta a composição elementar dos seres vivos, estudando os principais metabolismos da célula e suas interrelações e os mecanismos de regulação celular enfatizando os aspectos bioquímicos de algumas patologias, objetivando a apropriação dos procedimentos e mecanismos de ação dos princípios ativos dos medicamentos, dos nutrientes dentre outros. Estes conhecimentos fornecerão subsídios para uma melhor compreensão daqueles a serem abordados em Farmacologia.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>A – Teórico</p> <p>Água, Tampões, Equilíbrio ácido-básico do sangue.</p> <p>Proteínas: Funções, Aminoácidos, Estrutura Tridimensional, Separação.</p> <p>Enzimas: Estrutura, Catálise Enzimática – Constante de Michaelis-Menten (Km)/ Inibição enzimática, Isoenzimas, Pró-enzimas, Enzimas digestivas, Enzimas alostéricas.</p> <p>Metabolismo celular, Vias Metabólicas: Sequências Catabólicas; Anabólicas; Anfibólicas e Anapleróticas.</p> <p>Estudo do Ciclo do Ácido Cítrico. Inibição e regulação.</p> <p>Fosforilação Oxidativa, Transporte de Elétrons.</p> <p>Metabolismo de Carboidratos: Via glicolítica; Ciclo de Cori; Via das pentoses. Metabolismo do glicogênio. Inibição e regulação. Metabolismo de Lipídeos: BETA-Oxidação e Biossíntese de ácidos graxos. Inibição e Regulação. Metabolismo do colesterol: Biossíntese e principais compostos. Regulação e integração metabólica.</p> <p>B – Prático</p> <p>Determinação da ação tamponante de soluções. Determinação do pH do ponto isoelétrico de aminoácido.</p> <p>Reações de precipitação e coloração de proteínas. Cinética enzimática da catalase e da amilase: Determinação da concentração de enzima, pH ótimo, temperatura ótima, Km e inibição.</p> <p>Caracterização de carboidratos. Caracterização de lipídeos e colesterol.</p> <p>Determinação da glicose, albumina, proteínas totais, amilase séricas</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>BERG, J.M, J. L. T. e L. STRYER. <b>Biochemistry</b>. 5 ed. New York: Editora W.H. Freeman and Co, 2002</p> <p>D. VOET, J. G. VOET, C.W. PRATT. <b>Fundamentos de Bioquímica</b>. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002</p> <p>LEHNINGER, A. L. <b>Princípios de Bioquímica</b>. São Paulo: Ed. Savier, 2002</p> <p>MARZZOCCO, A. e TORRES, B. B. <b>Torres - Bioquímica Básica</b>. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1999.</p> <p>CAMPBELL, M.K. <b>Biochemistry</b>. 3 ed. [s.l]: Editora Saunders College Pub, 1999.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FISIOLOGIA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	90
<b>EMENTA</b>			
Estuda o funcionamento normal do organismo humano. Analisa a função dos sistemas digestório, excretório, respiratório, cardiovascular e dos sistemas homeostático, endócrino e nervoso em situação basal, bem como durante as adaptações decorrentes de exercício, estresse e envelhecimento.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>Princípios gerais da Fisiologia</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Funções da membrana plasmática: bicamada lipídica e proteínas de membrana</li> <li>2. Energética e transporte passivo</li> <li>3. Transporte ativo</li> <li>4. Transportadores, Canais iônicos, Receptores de membrana.</li> <li>5. Eletrogênese em membrana</li> <li>6. Membranas excitáveis: excitabilidade e potencial de ação</li> </ol> <p><b>Fisiologia dos Músculos Esqueléticos, lisos e cardíacos.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>7. Propriedades elétricas</li> <li>8. Propriedades mecânicas</li> <li>9. Metabolismo muscular</li> </ol> <p><b>Neurofisiologia</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>10. Sinapse</li> <li>11. Funções gerais dos sistemas sensoriais:</li> <li>12. Funções gerais dos sistemas motores</li> <li>13. Sistema nervoso Visceral: Simpático e Parassimpático</li> <li>14. Ritmos biológicos: ciclo vigília-sono.</li> <li>15. Memória, linguagem e atenção.</li> <li>16. Sistema límbico: emoções e comportamentos motivacionais, Alimentação esede.</li> <li>17. Dor, nocicepção e vias analgésicas.</li> </ol> <p><b>Sistema Endócrino, Metabolismo e Reprodução.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>18. Bases moleculares da fisiologia endócrina</li> <li>19. Regulação hipotálamo-hipofisária</li> <li>20. Fisiologia do crescimento</li> <li>21. Fisiologia da tireóide</li> <li>22. Regulação endócrina do metabolismo hidroeletrolítico</li> <li>23. Regulação endócrina do homeostasia do cálcio e fósforo</li> <li>24. Regulação endócrina do metabolismo I: pâncreas endócrino</li> <li>25. Regulação endócrina do metabolismo II: adrenais</li> <li>26. Regulação endócrina da reprodução - gravidez, parto e lactação.</li> </ol> <p><b>Sistema cardiovascular;</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>27. Princípios físicos da circulação</li> <li>28. Eletrofisiologia do miocárdio: Gênese do ECG e regulação da frequência cardíaca</li> <li>29. Ciclo cardíaco e débito cardíaco</li> <li>30. Circulação arterial e distribuição regional do fluxo sanguíneo</li> <li>31. Microcirculação, retorno venoso e circulação linfática.</li> <li>32. Circulações especiais</li> <li>33. Regulação da pressão arterial</li> <li>34. Integração cardiovascular.</li> </ol> <p><b>Sistema Respiratório</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>35. Mecânica respiratória</li> <li>36. Circulação pulmonar</li> <li>37. Ventilação, perfusão e relação entre ventilação e perfusão</li> <li>38. Transporte de oxigênio e gás carbônico pelo sangue</li> <li>39. Controle da respiração</li> </ol>			

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### Sistema Renal

- 40.Regulação da Osmolalidade e Volume dos Líquidos Corporais
- 41.Regulação do Balanço Eletrolítico
- 42.Regulação do Balanço Ácido-Base
- 43.Excreção de Produtos Metabólicos e Substâncias Estranhas
- 44.Produção e Secreção de Hormônios
- 45.Integração com o sistema cardiorrespiratório

### CURSO PRÁTICO

1. Reflexos Motores: Arco reflexo
2. Reflexos Viscerais/ Sentidos Especiais
3. Regulação da reprodução – anticoncepção
4. Avaliação da Frequência cardíaca e da pressão arterial
5. Espirometria
6. Pneumografia extra-torácica
7. Mensuração da excreção urinária e Fatores que interferem na excreção urinária
8. Motilidade gástrica e Secreções gástricas

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRUCE MK, BERNE & LEVY Fisiologia;. 5ª ed., Rio de Janeiro - RJ, Elsevier, 2004.
- CINGOLANI, H. & col (vários) Fisiologia Humana de Houssay. 7ª ed, Porto Alegre – RS, ARTMED, 2004
- COSTANZO, L. S – Fisiologia – 3ª. Edição, Elsevier, Rio de Janeiro - RJ, 2007.
- GANONG, N.F. – Fisiologia Médica 18ª ed., Rio de Janeiro – RJ, Ed. Editora Guanabara Koogan, 1999.
- GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 10ª ed., Rio de Janeiro – RJ, Guanabara Koogan, 2002.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- IRA FOX, S - Fisiologia Humana – 7ª edição, Manole, Baurueri, SP 2007.
- SILVERTHORN, D - Fisiologia Humana: uma abordagem integrada - 2º Edição, Ed Manole, 2003
- BERNE, R. M., LEVY, M. N.; BRUCE, M. K. Fisiologia. 6ª ed., Elsevier, 2010.
- GANONG N.F.,. – Fisiologia Médica 22ª Ed. Rio de Janeiro - RJ, Editora McGrawHill, 2006.
- SILVERTHORN, D - Fisiologia Humana: uma abordagem integrada - 5º Ed, Editora ARTMED, 2010
- MULRONEY SE, MYERS AK. Netter. Bases da Fisiologia 1ª Ed. Rio de Janeiro – RJ Editora Elsevier, 2009
- MOURÃO CA, ABRAMOV DM. Fisiologia Essencial. 1ª Ed. Rio de Janeiro – RJ, Editora Guanabara Koogan, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	60
<b>EMENTA</b>			
Estudo dos tecidos que formam os principais órgãos do corpo, correlacionando a organização estrutural dos mesmos com a funcionalidade, e do desenvolvimento embrionário humano, nas fases iniciais. Estes conhecimentos fornecerão subsídios para uma melhor compreensão daqueles a serem abordados em Patologia.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>1. EMBRIOLOGIA:</b> 1.1. Órgãos da reprodução; 1.2. Fecundação e segmentação do ovo; 1.3. Fases do desenvolvimento embriológico inicial: mórula, blástula, gástrula e nêurula; 1.4. Destino dos folhetos.</p> <p><b>2. HISTOLOGIA:</b> 2.1. Tecido epitelial de revestimento; 2.2. Tecido epitelial glandular; 2.3. Tecido conjuntivo propriamente dito 2.4. Tecido adiposo; 2.5. Tecido cartilaginoso; 2.6. Tecido ósseo; 2.7. Tecido linfóide; 2.8. Sangue; 2.9. Tecido muscular; 2.10. Tecido nervoso.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>GITIRANA, L. B. <b>Histologia: conceitos básicos dos tecidos</b>. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004</p> <p>JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. <b>Histologia básica</b>. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>MAIA, G. D. <b>Embriologia humana</b>. 5ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010.</p> <p>MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. <b>Embriologia Básica</b> 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>STEVENS, A.; LOWE, J. <b>Histologia Humana</b>. 2ª ed.: Manole, 2001.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>COCHARD, L. R. <b>Atlas de Embriologia Humana de Netter</b>. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>GARTNER, L. P.; HIATTE, J. L. <b>Atlas colorido de Histologia</b>. 5º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.</p> <p>GÓMEZ DUMM, C. <b>Embriologia Humana: atlas e texto</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. <b>Embriologia Clínica</b> 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p> <p>PIEZZI, R. S.; FORNÉS, M. W. <b>Novo atlas de histologia normal de Di Fiore</b>. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p>			



COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
NUTRIÇÃO, ALIMENTOS E NUTRIENTES	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	60
<b>EMENTA</b>			
Estuda a nutrição em seu processo histórico e evolutivo, destacando sua importância para a qualidade de vida das populações, focando a análise nos alimentos como fonte de nutrientes nas dimensões macro e micro e metabolismo energético, considerando as dimensões na saúde e sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>- Introdução ao estudo da nutrição- Conceitos básicos.</p> <p>- Etapas da Nutrição ( Digestão, Absorção, Metabolismo).</p> <p>- Alimentação (Dieta) Equilibrada, Grupos dos alimentos. Leis da Alimentação.</p> <p>- Macronutrientes:</p> <p>Carboidratos: Definição, fontes, funções, classificação, digestão, absorção, recomendação dietética, fibras alimentares na nutrição humana: conceito, classificação, funções, excessos, recomendação de consumo.</p> <p>Lipídeos: Gorduras saturadas, insaturadas, monoinsaturadas, ácidos graxos poliinsaturados, ácidos graxos trans, gordura hidrogenada, funções, fontes, recomendação de consumo. Digestão, absorção. Colesterol (LDL, HDL) triglicérides,</p> <p>Proteínas: classificação, funções, fontes, valor biológico, aminoácidos essenciais e não essenciais, balanço de nitrogênio, recomendação de consumo, deficiências, excessos, digestão e absorção. Catabolismo protéico.</p> <p>- Água: funções, fontes, compartimentos, equilíbrio hídrico, deficiência, recomendação de consumo.</p> <p>- Energia e balanço energético.</p> <p>- Micronutrientes:</p> <p>Vitaminas – Classificação: Lipossolúveis ( A,D,E,K) e Hidrossolúveis(Complexo B e C) fontes, funções, recomendação dietética, deficiências, excessos.</p> <p>Minerais: Macrominerais e Microminerais: fontes, funções, recomendação dietética, deficiências e excessos.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>KRAUSE, M.V. &amp; MAHAN, L. K. <b>Alimentos, Nutrição e Dietoterapia</b>. Roca, São Paulo, 2005.</p> <p>SHILS, M. E.; OLSON, J. A; SHIKE, M; ROSS, A, C. <b>Tratado de Nutrição Moderna na Saúde e na Doença</b>. São Paulo: Manole, 2003.</p> <p>DUTRA DE OLIVEIRA, J. E. &amp; MARCHINI, J. S. <b>Ciências Nutricionais</b> .Sao Paulo, Savier, 1998.</p> <p>CUPPARI, Lilian. <b>Guia de Nutrição: Nutrição Clínica do Adulto</b> - Guias de medicina ambulatorial e hospitalar. Manole, Barueri- São Paulo, 2002.</p> <p>ANGELIS, R. C.; TIRAPGUI, J. <b>Fisiologia da Nutrição Humana</b>. Atheneu Editora, 2007.</p> <p>COZZOLINO, Sílvia M. Franciscato. <b>Biodisponibilidade de Nutrientes</b>. SãoPaulo: Manole, 2007.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Guia Alimentar para a População Brasileira. Promovendo a Alimentação Saudável</b>. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Cadernos de atenção básica. Carência de Micronutrientes</b>. Brasília. Ministério da Saúde, 2007.</p> <p>TACO. <b>Tabela brasileira de composição de alimentos</b>. 2. ed. Campinas, São Paulo: NEPA-UNICAMP, 2006.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
DEONTOLOGIA EM ENFERMAGEM	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	45
<b>EMENTA</b>			
Apresenta e discutir as relações éticas inter-individuos nos seus aspectos pessoais, profissionais, sociais, coletivo e ambiental, necessários ao desempenho do Enfermeiro, em sua vida profissional, pessoal e social. Analisa o código de ética do enfermeiro, as responsabilidades profissionais, bem como, os processos deontológicos decorrentes de ações incoerentes com o exercício legal da Enfermagem. Pertence ao eixo Enfermagem, Educação, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>A ética profissional da Enfermagem</b>  <b>Bioética – Uma Palavra Introdutória</b>  O Ser Humano (Direitos Humanos / Direitos do Paciente)  Sigilo Profissional / Responsabilidade Profissional  O homem a Ética e o Mundo Científico  Deontologia e a Enfermagem  A evolução da Deontologia na profissão de enfermagem</p> <p><b>Deontologia e Legislação</b>  Criação dos Conselhos COFEN/COREN – Esboço Histórico  Atos Normativos ( legislação, leis, decreto lei, portaria, parecer, resolução  Legislação que Regulamenta a Profissão ( lei 7.489/86 – Decreto lei 94.406/87)  Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem ( atribuições- transgressões e penalidades)  Comissões de Ética  Sistematização da Assistência de Enfermagem  Questões Bioéticas Relacionadas ao Início da Vida  Questões Bioéticas Relacionadas à Morte  Hemoterapia e Transplante de Medula / Quimioterápicos e Antineoplásicos ( Resolução COFEN 200 Resolução COFEN 210/99)  Terapias Alternativas como Especialidade e /ou Qualificação do Profissional de Enfermagem (Resolução COFEN 211/98 – Resolução 197  Terapia com Radiação Ionizante  Solicitação de Exames de Rotina e Complementares por Enfermeiros(Resolução COFEN 195) / Saúde da Mulher e da Criança (Resolução COFEN 223/99  Prescrições de Medicamentos/Terapêutica à Distância ( Resolução 225/00)</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
BAHIA, Conselho Regional de Enfermagem. COREN-Ba.- Presente – Investindo na Qualidade. Gestão 96/99.* A, Conselho Regional de Enfermagem. COREN-Ba. Documentos Básicos. 5ª ed. * BERLLINGUER, Giovanni. Questão de Vida: (Ética, Ciência e Saúde). APCE HUCITEC CEBES. ELLIS, Janice Rider & HARTLAY, Celia Love. Enfermagem Contemporânea, Desafios Questões e Tendências, 5ª ed. ARTMED, 1998. FORTES, Paulo Antônio de Carvalho, Ética e Saúde, Questões Éticas, Deontológicas e Legais. Tomada de Decisões. Autonomia e Direitos do Paciente. Estudo de Casos. GELAIN, Ivo. Deontologia e Enfermagem. Pedagógica. 2a. Edição revista. São Paulo. EUP. 1987 PESSINI, Léo & BARCHIFANTINE, Christian Paul. Problemas Atuais de Bioética. 6a. Ed. revista e ampliada. Edições Loyola. Centro Universitário São Camilo. São Paulo SEGRE, Marco & Cohen, Cláudio . Bioética 2a. Edição ampliada. São Paulo Editora. USP 1999 SANTOS, Eliane Franco dos & Col. Legislação em Enfermagem. 1ª ed. ATHENEU, 1998.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PSICOLOGIA E SAÚDE	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Humanas e Sociais	45
<b>EMENTA</b>			
Estuda os processos psicológicos que acompanham a incorporação de medidas de promoção, prevenção e proteção à saúde por parte do sujeito de modo a possibilitar a compreensão da relação profissional de saúde e usuários dos serviços, considerando os aspectos psicológicos do ser humano, inerentes às relações interpessoais e a subjetividade da relação entre os sujeitos localizando-os no contexto social da sua saúde.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
A Psicologia como ciência, seu objeto de estudo e sua aplicação na área da saúde. Principais teorias psicológicas e suas contribuições na área da saúde. O desenvolvimento humano e sua multideterminação. A dor e o sofrimento humano e suas manifestações psicológicas.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
COSTA, Antonio Carlos Gomes da; LIMA, Isabel Sampaio Oliveira. <b>Programa cuidar</b> . s.l: [s. n.], 2002 . DAVIDOFF, Linda L; PEREZ , Lenke; LÔMACO, José Fernando Bittencourt. . <b>Introdução a psicologia</b> . 3. ed São Paulo: Makron Books, 2001. 798 p. GOFFMAN, Erving. . <b>A representação do eu na vida cotidiana</b> . 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004 233 p MANZOLLI, Maria Cecília. Formação do enfermeiro: contribuições da psicologia. São Paulo: Sarvier, 1985. 94p. WHALEY, Donald L; MALOTT, Richard W. . <b>Princípios elementares do comportamento</b> . São Paulo: EPU, 1980.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTATÍSTICA EM SAÚDE	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Humanas e Sociais	45
<b>EMENTA</b>			
Apresenta e demonstram os aspectos principais da estatística descritiva e inferenciais aplicados as áreas da saúde. Prioriza a interpretação da estatística em artigos científicos e textos acadêmicos.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
População e Amostras. Noções Básicas de Técnicas de Amostragem Descrição gráfica Medidas de tendência central, posição e dispersão Interpretação da estatística descritiva aplicada a artigos científicos Tópicos básicos de Probabilidade aplicado a saúde; Estatística inferencial Distribuição Normal e Intervalos de Confiança Testes de hipóteses Erros tipo I e tipo II Testes estatísticos paramétricos (qui-quadrado, teste t, correlação e regressão linear)			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
PAGANO, M. & GAUVREAU, K. Princípios de Bioestatística – 2a ed. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2004. 506p. CALLEGARI-JACQUES, SM. Bioestatística – Princípios e Aplicações – 1ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264p; VIEIRA, S. Introdução a Bioestatística. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001. 216p. EMILIO, S. Bioestatística: princípios fundamentais, metodologia estatística, aplicação às ciências biológicas, 3ª. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1985. 315 p. GUEDES, ML, GUEDES JS. Bioestatística para profissionais da saúde. Rio de Janeiro :Brasília : Ao Livro Tecnico, CNPq, 1988, 200p.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
LOPES, RD et al . Homocisteína plasmática total e fator vonWillebrand no diabetes melito experimental. <b>Arq. Bras. Cardiol.</b> , São Paulo, v. 88, n. 4, Apr. 2007 . VIEIRA, EA. Razão triglicérides/HDL-C e proteína C reativa de alta sensibilidade na avaliação do risco cardiovascular. <b>J. Bras. Patol. Med. Lab.</b> , Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, Apr. 2011 . MENEZES, CA et al. Diagnóstico clínico e laboratorial da deficiência isolada do hormônio do crescimento em crianças e adolescentes portadores da mutação no gene do receptor do hormônio liberador do hormônio de crescimento em Itabaianinha, Sergipe. <b>J. Bras. Patol. Med. Lab.</b> , Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, Dec. 2004. FRANCA, E; ALVES, JGB. Dislipidemia entre crianças e adolescentes de Pernambuco. <b>Arq. Bras. Cardiol.</b> , São Paulo, v. 87, n. 6, dez. 2006. MARQUES, RMB; FORNES, NS; STRINGHINI, MLF. Fatores socioeconômicos, demográficos, nutricionais e de atividade física no controle glicêmico de adolescentes portadores de diabetes melito tipo 1. <b>ArqBrasEndocrinolMetab</b> , São Paulo, v. 55, n. 3, abr. 2011.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Programa de Integração Academia, Serviço e Comunidade II (PIASCII)	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Humanas e Sociais	30
<b>EMENTA</b>			
Diagnostica a rede de atenção à saúde e as condições de saúde da população da área em intervenção. Considera-se que tais conhecimentos são considerados como requisitos básicos para cursar Programa de Integração Academia, Serviço e Comunidade (PIASC) – 3º. Semestre.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Diagnóstico da condição de saúde em populações Diagnóstico de funcionamento da Unidade eda rede de atenção à Saúde O método da estimativa rápida Indicadores Sociais ede saúde das populações Fontes de informação de saúde 6 . Sistema de informação em Saúde/Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB 7 . Papel do profissional de saúde na produção de informações de saúde			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. <b>Epidemiologia &amp; Saúde</b> . 6ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003. CAMPOS, F. C. C; FARIA, H. P. de; SANTOS, M. A. dos. Planejamento e Avaliação das ações em saúde. 2ª ed. - Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Coopmed, 2010. PEREIRA, MAURICIO GOMES, <b>Epidemiologia: Teoria e Prática</b> . Editora GuanabaraKoogan S.A. 7ª. Edição – Rio de janeiro – 2003. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS). 6ed. 2006. DUARTE, Elisabeth Carmen. et al. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo. Exploratório. Brasília: Pan-Americana da Saúde, 2002.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
ARSEGO DE OLIVEIRA, Francisco; PELLANDA, Lucia Campos. A consulta ambulatorial. In medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. Bruce, B. Duncan; Maria Inês Schimdt; Elsa R.J. Giugliani [et al.] – 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004. MENDES E.V. Distrito sanitário: o processo social de mudança das praticas sanitárias do Sistema Único de Saúde 3 ed., Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995.			

**3º SEMESTRE**

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>EPIDEMIOLOGIA</b>	<b>ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências Biológicas e da Saúde</b>	<b>60</b>
<b>EMENTA</b>			
Explana os fundamentos teóricos e práticos da Epidemiologia introduzindo conceitos, métodos e estratégias próprias de investigação e sua aplicação no estudo da saúde de populações humanas. Para tanto, enfoca os desenhos de estudos assim como o processo de análise de dados epidemiológicos.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>1ª Unidade</b> Distribuição das doenças e dos agravos à saúde. As variáveis relacionadas ao tempo As variáveis relacionadas ao espaço As variáveis relacionadas às pessoas Tipologia dos estudos epidemiológicos Inquéritos epidemiológicos</p> <p><b>2ª Unidade</b> Elementos de metodologia para a pesquisa epidemiológica Estudos ecológicos Estudos seccionais Estudos de coorte Estudos de caso-controle Estudos de intervenção</p> <p><b>3ª Unidade</b> Análise de dados epidemiológicos.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. <b>Epidemiologia e saúde</b>. 6. ed Rio de Janeiro: MEDSI, 2003. 708p.</p> <p>MEDRONHO, Roberto A.; CARVALHO, Diana Maul de; ARAÚJO, Aduino José Gonçalves de. <b>Epidemiologia</b>. São Paulo: Atheneu, 2006.</p> <p>PEREIRA, Mauricio Gomes. . <b>Epidemiologia: teoria e prática</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 596p.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>RUY, Laurent. <b>Estatísticas de saúde</b>. São Paulo: EPU, 2005.</p> <p>JEKEL, James F. <b>Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva</b>. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. <b>Introdução à Epidemiologia</b>. 4. ed Rio de Janeiro: MEDSI, 2006. 256p.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPUS DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
<b>METODOLOGIA DA PESQUISA EM SAÚDE</b>	<b>ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	Ciências Humanas e Sociais	45
<b>EMENTA</b>			
<p>Permite que o discente compreenda a dimensão da pesquisa em seu âmbito formal e prático, percebendo a relevância da leitura como fonte documental do conhecimento, do planejamento, como inerente à pesquisa. Elabora tema de interesse na pesquisa em saúde e enfermagem, introduz a construção do referencial teórico, discute os elementos constitutivos de um projeto de pesquisa científica, bem como as técnicas de pesquisa. Pertence ao eixo Enfermagem, Educação, Saúde e Sociedade.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Importância da leitura na produção de texto  A pesquisa em saúde e sua dimensão teórico pratica  A pesquisa na Saúde e Enfermagem  Principais tipos e características da pesquisa em saúde  Elementos constitutivos de um projeto de pesquisa  Elaboração do tema de interesse  Construção do referencial teórico  Normalização para elaboração de trabalhos científicos - ABNT  Principais Bases de Dados Científicos  Elaboração de Pré projeto de pesquisa  Aspectos éticos da pesquisa em saúde</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ASTI-VERA, <b>A Metodologia da Pesquisa Científica</b>. Porto Alegre: Globo, 1980.  DEMO, Pedro. <b>Pesquisa: Princípio científico e educativo</b>. São Paulo: Cortez, 1992.  ECCO, U. <b>Como se faz uma tese</b>. 15 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.  FERRARI, A. T. <b>Metodologia da Pesquisa Científica</b>. São Paulo: MacGraw-Hill, 1982.  GEWANDSZANAJDER, F. <b>O que é método científico?</b> São Paulo: Pioneira, 1989.  LAKATOS, E. M. <b>Fundamentos de Metodologia Científica</b>. 3ª. São Paulo: Atlas, 1993.  _____. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 4ªed. São Paulo: Atlas, 1992.  SCHNEIDER, de Sá, E (org). <b>Manual de Normalização</b>. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.  SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
IMUNOLOGIA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	60
<b>EMENTA</b>			
Analisa e interpreta componentes do sistema imunológico humano, compreendendo suas funções, com vistas a construção de um conhecimento evidencie as condições de saúde do sujeito como base - referencia para outros procedimentos que asseguram a qualidade de vida.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>1 – Introdução ao sistema imunológico</b> Células, tecidos e órgãos linfóides: Estrutura e funções.</p> <p><b>2 – Imunidade Inata</b> Barreiras contra infecções, sistema complemento, proteínas de fase aguda, citocinas.</p> <p><b>3 – Imunidade Adaptativa</b> Anticorpos: Formação, estrutura e função. Memória imunológica. Resposta Primária e Secundária.</p> <p><b>4 – Moléculas de reconhecimento antigênico</b> Os receptores dos linfócitos B: As Imunoglobulinas Os receptores dos linfócitos T: TCR Epítomos e determinantes antigênicos Moléculas do complexo de histocompatibilidade principal (MHC): Processamento e apresentação de antígeno</p> <p><b>5 – Resposta imune mediada por células</b> Ativação de linfócitos T</p> <p><b>6 – Resposta humoral</b> Ativação de linfócitos B e produção de anticorpos Reações antígeno-anticorpo: afinidade, avidéz e especificidade Mecanismos efetores da imunidade humoral</p> <p><b>7 – Citocinas</b></p> <p><b>8 – Reações de Hipersensibilidade tipo I, II, III e IV.</b></p> <p><b>9 – Imunidade a patógenos</b> Mecanismos imunes envolvidos nas infecções parasitárias Resistência imunológica nas infecções parasitárias Mecanismos de escape Consequências imunopatológicas das infecções parasitárias Defesa contra bactérias intra-celulares Defesa contra bactérias extra-celulares Defesa contra vírus</p> <p><b>10 – Vacinas</b></p> <p><b>11 – Tolerância imunológica e auto-imunidade</b></p> <p><b>12 – Resposta imunológica contra tumores e transplantes</b></p> <p><b>13– Imunodeficiências e AIDS</b> Imunodeficiências Primárias Imunodeficiências Secundárias Estrutura do vírus HIV Efeitos da infecção sobre o sistema imune Aspectos Clínicos da doença <b>Laboratório de Imunologia:</b> Equipamentos, materiais e medidas de segurança; Princípios dos testes imunológicos: Imunoensaios de Aglutinação Imunoensaios Utilizando Conjugados: - Imunofluorescência - Radioimunoensaio - Imunoenzimáticos a) ELISA indireta b) ELISA por competição c) ELISA captura de IgM d) ELISA sanduíche - Quimioluminescência - Imunocromatografia (testes rápidos)</p>			



### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

IMUNOLOGIA CELULAR E MOLECULAR – ABBAS, AK; LICHTMAN, AH AND PILLAI, S; Elsevier, 6<sup>th</sup>. Ed, 2008.

DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DAS PRINCIPAIS DOENÇAS INFECCIOSAS E AUTOIMUNES – FERREIRA, AW & ÁVILA, SLM. – Rio de Janeiro: Guanabara –Koogan, 2<sup>a</sup> Ed. 2001

IMUNOLOGIA MÉDICA – STITES, D.P., TERR, A. I., PARLOW, T.G., ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

IMUNOENSAIOS: FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES – VAZ, AJ; TAKEI, K; BUENO, Ed. Guanabara Koogan. 2007.

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DAS DOENÇAS IMUNOLÓGICAS - SCHEINBERG, MORTON; GELLER, MARIO, 1<sup>a</sup>. Ed. Elsevier, 2006.

IMUNOBIOLOGIA DE JANEWAY, KENNETH MURPHY, PAUL TRAVERS & MARK WALPORT, 7a. Ed., Artemed, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PATOLOGIA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	60
<b>EMENTA</b>			
Estuda os conceitos, a etiologia e a evolução de processos patológicos, incluindo os mecanismos de agressão e defesa, identificando as alterações patológicas básicas. Analisa a fisiopatologia com ênfase na sistematização das práticas de observação e de preparos macroscópicas e microscópicas, incluindo alterações tissulares.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
A – Lesão celular: a célula normal e a célula adaptada; patogenia da lesão e morte celulares, alterações estruturais da lesão e morte celular, lesões celulares reversíveis, padrões morfológicos da morte celular; acúmulos intracelulares. / B – Inflamação: modificações hemodinâmicas e de permeabilidade vascular, mediadores químicos da resposta inflamatória, células do exsudato inflamatório; cicatrizes patológicas: reparação e cicatrização; pigmentos; depósitos. / C – Distúrbios do crescimento e multiplicação celulares: célula neoplásica, características diferenciais entre neoplasias benignas e malignas, mecanismo de disseminação, classificação, morfologia e comportamento das neoplasias, epidemiologia das neoplasias, carcinogênese. / D – Alterações circulatórias e dos líquidos corporais, equilíbrio hídrico, edema, trombo, embolia, infarto, hiperemia, hemorragia, choque, isquemia, AVE. / E – Patologia geral dos sistemas dotados de cavidades: modificações de parede e/ou calibre, alterações do conteúdo, deslocamento anormais de partes de órgãos. / Apresentação da disciplina – Introdução a Patologia; Lesões Celulares; Degenerações; Necrose Apoptose – Morte somática; Transtornos Circulatórios.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
BEVILACQUA, F.; BENSONSSAN, E. & JANSEN, J. M. <b>Fisiopatologia clínica</b> . 5 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1998. BOGLIOLO, L. <b>Patologia</b> . 5.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1998. KUMAR, V.; COTRAN, R. S. & ROBBINS, S. L. <b>Patologia básica</b> . 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994. ROBBINS, S. L. <b>Fundamentos de Robbins: patologia estrutural e funcional</b> . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. _____; COTRAN, R. S. & KUMAR, V. <b>Patologia estrutural e funcional</b> . 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
PORTH, CAROL MATTSON. Fisiopatologia 6ª Edição. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro 2004. BOGLIOLO; BRASILEIRO FILHO, G. Patologia. 6ª ed, GuanabaraKoogan, RJ. 2000. FARIA, J. L. Patologia geral. 4ª ed, GuanabaraKoogan, RJ. 2003.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PROCESSO DE CUIDAR NA ATENÇÃO BÁSICA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	90
<b>EMENTA</b>			
<p>Componente curricular destinado à continuidade do desenvolvimento de competências e habilidades teórico-científicas e profissionalizantes necessárias ao graduando de enfermagem, com vistas a sua capacidade crítico-assistencial e pró-ativa frente às necessidades do cuidado individualizado e coletivo, permitida através da semiologia-semiotécnica e métodos de sistematização da assistência instruídas em prática de laboratório e desenvolvidas no nível da atenção primária da saúde, através de práticas de campo em Unidade Básica de Saúde com Pronto Atendimento e/ou Unidade de Pronto Atendimento. Tendo como objetivo vivenciar acolhimento, humanização, educação em saúde, relacionamentos interpessoal e/ou interdisciplinar e percepção da importância da enfermagem na organização e na assistência ao processo saúde-doença, bem como das necessidades humanas básicas.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>Práticas de enfermagem voltadas à comunidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Populações e comunidades saudáveis e/ou vulneráveis;</li> </ul> <p><b>Introdução a Enfermagem frente às Necessidades Humanas Básicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Instrumentos Básicos do Cuidar;</li> </ul> <p><b>Metodologias da Sistematização da Assistência de Enfermagem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> NANDA, NIC e NOC;</li> <li><input type="checkbox"/> CIPE e CIPESC;</li> <li><input type="checkbox"/> Consulta de Enfermagem e Entrevista;</li> <li><input type="checkbox"/> Aspectos ético-legais e registros de enfermagem;</li> </ul> <p><b>Segurança do paciente e profissional de saúde e ambiente:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Biossegurança e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;</li> <li><input type="checkbox"/> Higienização das mãos;</li> <li><input type="checkbox"/> Manuseio de material estéril e técnicas assépticas;</li> </ul> <p><b>Noções básicas de controle das infecções relacionado aos serviços de saúde</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Controle de infecção;</li> <li><input type="checkbox"/> Precauções e equipamentos de proteção individual;</li> </ul> <p><b>Semiologia-Semiotécnica do Exame Físico Céfalo-Podálico– PARTE 1:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Compreensão sobre as técnicas propedêuticas;</li> <li><input type="checkbox"/> Exame Físico 1: pele e mucosa</li> <li><input type="checkbox"/> Exame Físico 2: osteomuscular</li> <li><input type="checkbox"/> Exame Físico 3: cardiovascular</li> <li><input type="checkbox"/> Exame Físico 4: respiratório</li> </ul> <p><b>Estudo e cuidados de enfermagem nas vias de medicação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Vias não-parenterais: transdérmica, oral, sub-lingual, ocular, nasal, vaginal e retal.</li> </ul> <p>Vias parenterais: intradérmica, hipodérmica, intramuscular, endovenosa.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>BOFF, L. <b>Saber cuidar</b>. Petrópolis: Vozes. 1999.</p> <p>GEORGE, Júlia. <b>Teorias de Enfermagem</b>. Porto Alegre; Artes Médicas, 2000.</p> <p>DEALEY, Carol. <b>Cuidado de feridas – Um guia para as Enfermeiras</b>. 3ª ed - São Paulo: Atheneu Editora, 2008.</p> <p>POSSO, Maria Belém Salazar. <b>Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem</b>. São Paulo: Atheneu, 2004.</p> <p>POTTER, Patrícia &amp; PERRY, Anne Griffim. <b>Fundamentos de Enfermagem: conceitos processos e prática</b>. Rio de Janeiro. Guanabara Koogans 1999.</p> <p>TIMBY, Bárbara K. <b>Enfermagem Médico Cirúrgica</b>. 8ª ed revisada e ampliada - Porto Alegre: Artmed, 2007</p> <p>CIANCIARULLO, Tâmara Iwanow. <b>Instrumentos básicos para cuidar: Um desafio para a qualidade da assistência</b>. São Paulo: Atheneu, 1996.</p>			

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALFARO LEFEVRE. **Aplicação do Processo de Enfermagem**: um guia passo a passo. 4<sup>o</sup> ed. Porto Alegre: Artmed, 2000
- ASPERHEIM, M.K. **Farmacologia para Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1996.
- BARROS, Alba L. B. Leite de, & Cols. **Anamnese e exame físico**: Avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BOFF, L. **Saber cuidar**. Petrópolis: Vozes. 1999.
- BRUNNER, Lílian Sholtis & SUDDARTH, Doris Smith. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgico**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogam, 1999.
- CANDIDO, Luis Cláudio. **Nova Abordagem no tratamento de feridas**. São Paulo: SENAC, 2001.
- . CARPENITTO, Lynda Juall. **Planos de cuidados de Enfermagem e Documentação**. Porto Alegre: Artes Médica Sul, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico de Enfermagem**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1997.
- \_\_\_\_\_. **Manual de Diagnóstico de Enfermagem**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- CIANCIARULLO, Tâmara Waldow. **Instrumentos Básicos para o cuidar**: Um desafio para a qualidade da assistência. São Paulo Atheneu, , 1996.
- CIANCIARULLO, Tâmara Iwanow, GUALDA, Dulce MI Rosa, MELLEIRO, Marta M<sup>a</sup>, ANABUKI, Marina Hideko. **Sistema de Assistência de Enfermagem: Evolução e tendências**. São Paulo: Ícone, 2001.
- DANIEL, L. F. **Atitudes interpessoais em enfermagem**. São Paulo: EPU, 1983
- DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM – NANDA: Definições e classificações – 2005-2006 / Organização por North American Nursing Association; trad. Jeanne, Liliane, Marlene, Michel. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.
- GIOVANI, Arlete M. M. **Enfermagem cálculo e administração de medicamentos**. 10. ed. São Paulo, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
BIOLOGIA MOLECULAR E GENÉTICA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	60
<b>EMENTA</b>			
Estuda os princípios gerais da Biologia Molecular e seus mecanismos moleculares que regem a função celular, estabelecendo relações com os conceitos básicos de genética e sua instrumentalização. Aborda a interpretação dos exames genéticos e genética molecular aplicada à farmácia.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>A - Teórico: Estrutura e Função do Material Genético; Replicação do DNA Transcrição do Material Genético; Biossíntese de proteínas – Tradução Regulação da Expressão Gênica; Tecnologia do DNA Recombinante I Tecnologia do DNA Recombinante II; Regulação Metabólica/ Integração Metabólica. / da Genética Humana. Importância do estudo da genética para a área de saúde. Dificuldades e vantagens no estudo de genética humana. / Natureza e funções do material genético. / Bases físicas da herança: Mitose e meiose. / Constituição cromossômica normal e alterada. / Padrões de herança: Herança monogênica autossômica dominante e recessiva; ligada ao X dominante e recessiva, ligada ao Y e herança mitocondrial. Herança Multifatorial. Polimorfismos dos grupos sanguíneos e sistema microssomal hepático. / Genética bioquímica humana: Erros inatos do metabolismo. Farmacogenética</p> <p>B- Prático: Extração de DNA de Sangue Total Humano; Digestão do DNA com Enzimas de Restrição e Eletroforese de DNA em Gel ; Apresentação e discussão de artigos.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>THOMPSON MW, MCINNES RR, WILLARD HF. <b>Genética Médica</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008</p> <p>JUNQUEIRA, LC; CARNEIRO, J. <b>Biologia celular e molecular</b>, Ed. Guanabara Koogan, 2000</p> <p>NUSSBAUM, RL; MCINNES, RR; WILLARD, HF. <b>THOMPSON &amp; THOMPSON – Genética Médica</b>, Ed GuanabaraKoogan, 2002</p> <p>ALBERTS, B; et al. <b>Biologia molecular da célula</b>, Ed Artes Médicas, 1997</p> <p>COOPER, GM. <b>The Cell: a molecular approach</b>, Oxford University Press, 1997</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>BROWN, T. A. Clonagem gênica e análise de DNA – uma introdução. RS.4 ed. Artmed, 2003.</p> <p>CHAMPE, Pamela, C.; HARVEY, Richard, A.; FERRIER, Denise, R. Bioquímica ilustrada.3.ed. SP: Artmed, 2006.</p> <p>DEVLIN, Thomas M. Manual de bioquímica com correlações clínicas 5 ed.SP : Edgard Blücher, 2003.</p> <p>KOOLMAN, J.; RÖHM, K-H. Bioquímica : textos e atlas. 3 ed.SP: Artmed, 2006.</p> <p>NELSON, D. L.; COX, M. M. Lehninger princípios de bioquímica. 3 ed. RS: Salvier, 2002..</p> <p>LEWIN, B. Genes IX. USA 9 ed. Jones and Bartlett, 2008.</p> <p>BORGES-OSÓRIO MR &amp; ROBINSON WM. Genética Humana. 2ª ed. ARTMED. PoA. 2001.</p> <p>PASTERNAK JJ. Genética molecular humana. Manole. 1ª ed. 2002.</p> <p>STRACHAN T &amp; READ AP. Genética molecular humana. 1a. ed. Ed. Artmed. 2001.</p> <p>THOMPSON &amp; THOMPSON. Genética médica. 6ª ed. RJ: Ed. Guanabara Koogan, 2002.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MICROBIOLOGIA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	60
<b>EMENTA</b>			
Estuda e discute os conceitos e fundamentos da ecologia microbiana apresentando noções sobre fungos, bactérias e vírus, abrangendo a genética de microorganismos, flora normal e mecanismos gerais de patogenicidade, cultivo e identificação de bactérias. Demonstra ainda procedimentos bacteriológicos das medidas de biosegurança.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Programa Teórico: 1. Introdução e histórico da microbiologia; 2.Taxonomia e classificação dos microrganismos; 2.1Utilização de chaves e esquemas de identificação; 2.2Posição dos microrganismos no mundo vivo. 3.Morfologia e ultra-estrutura das bactérias. 4.Nutrição bacteriana. 5.Reprodução e crescimento bacteriano. 6.Metabolismo bacteriano: 6.1Produção de energia; 6.2Biossíntese. 7Introdução enzimática e processo de regulação do metabolismo. 8.Genética variabilidade genética e suas causas8.1Cromossomos, plasmídeo e elementos transponíveis; 8.2Mutação, recombinação natural e artificial . 9.Agentes físicos. 10.Agentes químicos. 11.Antibióticos e agentes quimioterápicos. 12.Resistência dos microrganismos aos agentes químicos, antibióticos e quimioterápicos. 13.Infecções: 13.1.Flora normal; 13.2Mecanismos gerais de patogenicidade; 13.3Prevenção e controle das infecções; 13.4Mecanismos de resistência do hospedeiro; 13.5Infecção hospitalar. 14.Vírus:14.1 Estrutura, classificação e replicação; 14.2 Métodos de titulação, conservação e inativação; 15.Classificação, morfologia e fisiologia dos fungos. Programa Prático: 1. Introdução às aulas práticas de microbiologia e Biossegurança; 2.Microscópio e Microscopia 3.Preparações microscópica: 3.1Entre lâminas e lamínulas no laboratório de Microbiologia4; 3.2Gota pendente; 4.Preparo de esfregaço e coloração simples; 5.Coloração de Gram; 6 Coloração de Ziehl-Neelsen e Coloração d esporo;7.Métodos de esterilização, desinfecção e assepsia; 8Preparo de meios de cultura ; 9.Coleta de material para exame. 10 Técnicas de sementeiras. 11.Isolamento de cultura pura. 12.Morfologia colonial. 13.Identificação Bioquímica. 14.Antibiograma. 15 Métodos de titulação de vírus.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
AZEVEDO, João Lúcio de. <b>Genética de Microrganismos em Biotecnologia e Engenharia Genética</b> . [s.l]: FEALQ, 1985 COSTA, Sergio Olavo Pinto da. <b>Genética Molecular e de Microrganismos: os fundamentos da genética</b> . São Paulo: Editora Manole, 1987 DAVIS, B.D; DUOLBECCO, M.D. <b>Microbiology, Including Immunology And Molecular Genetics</b> . 3 ed. [s.l]: H & H, 1980 MURRAY, R.P. <b>Microbiologia Médica</b> .3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000 TRABULSI, L. R. F. <b>Microbiologia</b> . Alerthum. 4ª Edição, São Paulo, Editora Atheneu, 2004.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
TORTORA, G . J. et. al. <b>Microbiologia</b> . Porto Alegre Art. Médica, 2000. STROHL, W. A.; ROUSE, H.; FISHER, B. D. <b>Microbiologia Ilustrada</b> . 1ª Edição, Porto Alegre, Editora, 2004 MADIGAN, M. T. et al. <b>Microbiologia</b> . 10ª. Edição. São Paulo, Prentice Hall, 2004.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EM SAÚDE	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Humanas e Sociais	60
<b>EMENTA</b>			
Desenvolve aspectos teórico-práticos de modo a permitir a análise crítica das políticas e práticas de saúde desenvolvidas no âmbito das instituições estatais e/ou no âmbito da sociedade civil.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>1ª Unidade</b>  Política de saúde como âmbito de intervenção social  Principais problemas de saúde da população brasileira e seus determinantes  Antecedentes e o processo de constituição do SUS  Princípios e componentes do SUS. Avanços e desafios.  Modelos assistenciais hegemônicos e propostas alternativas  Atenção primária à saúde</p> <p><b>2ª Unidade</b>  Políticas de atenção de média e alta complexidade  Vigilância Sanitária  Vigilância Epidemiológica  Política de Saúde Mental  Política de RH em saúde  Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência</p> <p><b>3ª Unidade</b>  Avaliação das intervenções práticas no âmbito da atenção de média e alta complexidade .</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. <b>Epidemiologia e saúde</b> . 6. ed Rio de Janeiro: MEDSI, 2003. 708p. PAIM, Jairnilson Silva. <b>O que é SUS</b> . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. COHN, Amelia; ELIAS, Paulo Eduardo. <b>Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços</b> . 4. ed. Editora: Cotez. 2001.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
GIOVANELLA, Lúcia (org). <b>Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil</b> . Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008. JEKEL, James F. <b>Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva</b> . Porto Alegre: Artmed, 1999. ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. <b>Introdução à Epidemiologia</b> . 4. ed Rio de Janeiro: MEDSI, 2006. 256p.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
<b>Programa de Integração Academia, Serviço e Comunidade III (PIASC III).</b>	<b>ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências Humanas e Sociais</b>	<b>30</b>
<b>EMENTA</b>			
Planejamento estratégico-situacional de ações de saúde acordo com o diagnóstico realizado no <b>Programa de Integração Academia, Serviço e Comunidade (PIASC) – II</b> articulando com as políticas públicas de saúde vigentes.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aspectos conceituais de planejamento</li> <li>- Métodos do planejamento em saúde</li> <li>- Aspectos gerais do planejamento</li> <li>- Planejamento Estratégico Situacional em Saúde – PPLS</li> <li>- Processo de planejamento : Análise da situação de saúde Formulação de problemas do estado de saúde da população e de funcionamento da Unidade Básica de Saúde Priorização de problemas Explicação dos problemas Definição dos objetivos Análise de viabilidade Desenho de estratégia de ação Elaboração da programação operativa Mecanismos de acompanhamento e avaliação</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>Matus, C. <b>Política, planejamento e governo</b>. Brasília: IPEA, 1993 2v., 590p</p> <p>SÁ, M. &amp; ARTMANN, E. Planejamento estratégico em Saúde: desafios e perspectivas para o nível local. In: Mendes (org). <b>Planejamento e Programação local da Vigilância em saúde</b>. Washington, D. C.:OPS, Serie Desenvolvimento de Serviços de Saúde nº13,1994, p. 19-44</p> <p>AROUCA, Sérgio. <b>O Dilema Preventivista</b>: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.</p> <p>JANOVSKY, K. Formulação de projetos e elaboração de propostas. Organização Mundial da Saúde, Genebra. Tradução Escola de Saúde Pública do Ceará. 2002.</p> <p>PEREIRA, MAURICIO GOMES, Epidemiologia: Teoria e Prática. Editora GuanabaraKoogan S.A. 7ª. Edição – Rio de Janeiro – 2003.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS). 6ed. 2006.</p> <p>Elisabeth Carmen Duarte. et al. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo. Exploratório. Brasília: Pan-Americana da Saúde, 2002.</p> <p>MENDES E.V. Distrito sanitário: o processo social de mudança das praticas sanitárias do Sistema Único de Saúde 3 ed., Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>ARSEGO DE OLIVEIRA, Francisco; PELLANDA, Lucia Campos. A consulta ambulatorial. In medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. Bruce, B. Duncan; Maria Inês Schimdt; Elsa R.J. Giugliani [et al.] – 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>AROUCA, Sérgio. <b>O Dilema Preventivista</b>: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.</p> <p>DUARTE, Elisabeth Carmen. et al. <b>Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil</b>: um estudo. Exploratório. Brasília: Pan-Americana da Saúde, 2002.</p> <p>MENDES E.V. <b>Distrito sanitário</b>: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde 3 ed., Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995.</p>			



**4º SEMESTRE**

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>PROCESSO DE CUIDAR NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE</b>	<b>CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências da Enfermagem</b>	<b>105</b>
<b>EMENTA</b>			
<p>Componente curricular destinado à continuidade do desenvolvimento de competências e habilidades teórico-científicas e profissionalizantes necessárias ao graduando de enfermagem, com vistas a sua capacidade crítico-assistencial e pró-ativa frente às necessidades do cuidado individualizado e coletivo, permitida através da semiologia-semiotécnica e métodos de sistematização da assistência instruídas em prática de laboratório e desenvolvidas no nível da média e alta complexidade, através da prática de campo em Unidade de Internação Hospitalar. Tendo como objetivo desenvolver habilidade de identificação, planejamento e implementação de cuidados às necessidades humanas básicas e de complexidade multi-sistêmica</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>Introdução à semiologia-semiotécnica do Exame Físico Céfalo-Podálico– PARTE 2:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Exame Físico 5: cabeça e pescoço</li> <li><input type="checkbox"/> Exame Físico 6: neurológico</li> <li><input type="checkbox"/> Exame Físico 7: digestório</li> <li><input type="checkbox"/> Exame Físico 8: geniturinário</li> </ul> <p><b>Cuidados a necessidade higiênica do paciente;</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Tipos de higiene: no leito, aspersão, imersão, corporal, oral e íntima;</li> <li><input type="checkbox"/> Unidade de internação do paciente;</li> </ul> <p><b>Introdução ao estudo das drogas e soluções em alta complexidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Padronização de diluição de soluções;</li> <li><input type="checkbox"/> Cuidados e bioética associadas às hemotransfusões;</li> <li><input type="checkbox"/> Necessidades de equilíbrio hidroeletrólíticos; controle de infusões contínuas e balanço hídrico;</li> </ul> <p><b>Tanatologia: enfermagem frente as necessidades psico-espirituais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Aspectos ético-legais do óbito;</li> <li><input type="checkbox"/> Aspectos bio-psico-espirituais da família;</li> <li><input type="checkbox"/> Protocolo e cuidados com o possível doador de órgãos</li> <li><input type="checkbox"/> Cuidados com o corpo pós-morte;</li> </ul> <p><b>Enfermagem baseada em evidências:</b> Técnicas de coleta de exames laboratoriais básicos e preparo para exames complementares.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>BOFF,L. <b>Saber cuidar</b>. Petrópolis: Vozes. 1999.          GEORGE, Júlia. <b>Teorias de Enfermagem</b>. Porto Alegre; Artes Médicas,2000.          DEALEY, Carol. <b>Cuidado de feridas – Um guia para as Enfermeiras</b>. São Paulo: Atheneu,1996.          POSSO, Maria Belém Salazar. <b>Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem</b>. São Paulo: Atheneu, 1999.          POTTER, Patrícia &amp; PERRY, Anne Griffim. <b>Fundamentos de Enfermagem: conceitos processos e prática</b>. Rio de Janeiro. Guanabara Koogans 1999.          TIMBY, Bárbara K. <b>Enfermagem Médico Cirúrgica</b>. 8ª ed revisada e ampliada - Barueri – SP : MONOLE, 2005.</p>			

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALFARO LEFEVRE. **Aplicação do Processo de Enfermagem**: um guia passo a passo. 4º ed. Porto Alegre: Artmed, 2000
- ASPERHEIM, M.K. **Farmacologia para Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1996.
- BARROS, Alba L. B. Leite de, & Cols. **Anamnese e exame físico**: Avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BOFF,L. **Saber cuidar**. Petrópolis: Vozes. 1999.
- BRUNNER, Lillian Sholtis & SUDDARTH, Doris Smith. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgico**.Rio de Janeiro: Guanabara Koogam,1999.
- CANDIDO, Luis Cláudio. **Nova Abordagem no tratamento de feridas**. São Paulo: SENAC, 2001.
- CARPENITTO, Lynda Juall. **Planos de cuidados de Enfermagem e Documentação**. Porto Alegre: Artes Médica Sul, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico de Enfermagem**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1997.
- \_\_\_\_\_. **Manual de Diagnóstico de Enfermagem**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul , 1999.
- CIANCIARULLO, Tâmara Waldow. **Instrumentos Básicos para o cuidar**: Um desafio para a qualidade da assistência. São Paulo Atheneu, , 1996.
- CIANCIARULLO, Tâmara Iwanow, GUALDA, Dulce MI Rosa, MELLEIRO, Marta Mª, ANABUKI, Marina Hideko. **Sistema de Assistência de Enfermagem: Evolução e tendências**. São Paulo: Ícone, 2001.
- DANIEL, L. F. **Atitudes interpessoais em enfermagem**. São Paulo: EPU, 1983

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA
FARMACOLOGIA	ENFERMAGEM EDUCAÇÃO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	60H (30T + 30P)
<b>EMENTA</b>			
Discute os princípios básicos da Farmacologia e as aplicações de fármacos sobre os sistemas fisiológicos, oportunizando ao sujeito melhor entendimento das propriedades físico-químicas e farmacológicas dos fármacos empregados na terapêutica e recuperação nas relações saúde doença.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Introdução à Farmacologia (Histórico, conceitos e divisões)</li> <li>- Mecanismos Gerais de Ação dos Fármacos</li> <li>- Interação droga-receptor (agonistas e antagonistas)</li> <li>- Receptores Farmacológicos</li> <li>- Princípios da terapêutica e desenvolvimento de novos fármacos: Fases de Experimentação de Fármacos.</li> <li>- Farmacocinética (Absorção, Distribuição, Biotransformação e eliminação de drogas)</li> <li>- Monitorização de Drogas (índice terapêutico, cálculo de dose, janela terapêutica)</li> <li>- Farmacocinética Clínica X Situações e grupos especiais (insuficiência cardíaca, hepática e renal; idosos, gravidez, etc.).</li> <li>- Interações Medicamentosas (Fármaco-Fármacos; Fármaco-nutriente e Fármaco-Excipientes)</li> <li>- Farmacologia dos Sistemas Fisiológicos (de acordo com as especificidades dos cursos).</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- SILVA, P. <b>Farmacologia</b>. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</li> <li>- GOODMAN, L. S.; GILMAN, A. <b>As bases farmacológicas da terapêutica</b>. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</li> <li>- KATZUNG, B. Z. <b>Farmacologia</b>. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</li> <li>- RANG, H.P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M. <b>Farmacologia</b>. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</li> <li>- FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita; FERREIRA, Maria Beatriz Cardoso. <b>Farmacologia Clínica: Fundamentos da Terapêutica Racional</b>. 4. ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. xix, 1284p.</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- BRODY, T.M. et al. <b>Farmacologia Humana: da Molecular à Clínica</b>. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.</li> <li>- GRAHAM-SMITH, D. G.; ARONSON, J. K. <b>Tratado de Farmacologia Clínica e Farmacoterapia</b>. 3.ed. . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</li> <li>- CRAIG, C. R.; STITZEL, R. E. <b>Farmacologia Moderna com Aplicações Clínicas</b>. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</li> <li>- FUCHS. <b>Farmacologia Clínica</b>. 2.ed. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.</li> </ul>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	75
<b>EMENTA</b>			
<p>Discute o campo da saúde coletiva – histórico e conceitos, distinguindo os seus principais objetos de intervenção e de investigação. Os determinantes do processo saúde-doença; o modo e a qualidade de vida humana. Cidadania e atenção à saúde. Aspectos conceituais e operacionais da vigilância em saúde nos diversos ciclos vitais. Discute as principais políticas públicas voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças articuladas às demais políticas e tecnologias desenvolvidas no sistema único de saúde. Modelos de organização da atenção à saúde no Brasil. O processo de trabalho do profissional enfermeiro na vigilância em saúde. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mudanças históricas nos modos de adoecer e morrer</li> <li>- Determinantes sociais da saúde</li> <li>- Campo da Saúde Coletiva - histórico e conceitos</li> <li>- Saúde, ambiente e desenvolvimento</li> <li>- Evolução histórica das Políticas de Promoção da Saúde</li> <li>- Exercício da cidadania e o controle Social</li> <li>- Modelos assistenciais em saúde</li> <li>- O cuidado e a reconstrução das práticas de Enfermagem</li> <li>- Intersetorialidade e integralidade</li> <li>- Vigilância em saúde aspectos conceituais e operacionais</li> <li>- O processo de trabalho na área da saúde</li> <li>- A vigilância ambiental</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ELISABETH, Carmem Duarte. et AL: <b>Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo Exploratório</b>. Brasília: Pan - Americana de Saúde, FREITAS, C.M.; PORTO, M.F. Saúde, ambiente e desenvolvimento no Brasil. In: <b>Saúde Ambiente e Sustentabilidade</b>. RJ: Editora Fiocruz, 2006, p.81-110</p> <p>PAIM, J.S., ALMEIDA-FILHO, N. <b>A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva</b>. Salvador: Casa da Qualidade Editora, 2000, p. 59-71.</p> <p>OPAS 1992. Declaração de Santa Fé de Bogotá, pp. 41-47. In Ministério da Saúde/FIOCRUZ 1996. <b>Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa</b>, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Ministério da Saúde/IEC, Brasília</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>BAQUEIRO, C. <b>O cuidado em Saúde</b>. In: AQUINO <i>et al.</i> Manual para o treinamento introdutório das equipes de saúde da família. Série cadernos Técnicos, volume II. Salvador: Pólo de Educação Permanente de Pessoal para a Saúde da Família, 2003. p. 155-164.</p> <p>BARRETO, M. L.; CARMO, E.H. Padrões de adoecimento e de morte da população brasileira: os renovados desafios para o SUS. <b>Ciência e Saúde Coletiva</b>, v.12, Sup. p. 1779 – 1790, 2007.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Carta dos direitos dos usuários da saúde</b>. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 8 p. (Série E. Legislação de Saúde).</p> <p>BUSS, P. Promoção da saúde e qualidade de vida. <b>Ciência &amp; Saúde Coletiva</b>, 5(1):163-177, 2000.</p> <p>BUSS, P.M.; PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. <b>PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva</b>, vol. 17, no.1, p. 77-93, 2007</p> <p>IRIART, J.A.B., 2003. Concepções e representações da saúde e da doença. <b>Texto didático</b>. Salvador: ISC/UFBA.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM ATENÇÃO BÁSICA	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	45
<b>EMENTA</b>			
Aborda a política de atenção ao adulto sadio, o programa de hipertensão arterial e diabetes mellitus segundo o Ministério da Saúde, enfatizando a assistência multiprofissional ao indivíduo na atenção básica, desenvolvendo atividades práticas na atenção básica. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Situação epidemiológica da saúde do adulto na população brasileira e na Bahia Principais programas voltados à Saúde do Adulto – abordagem geral do Hiperdia Abordagem ao adulto na Atenção Básica Hipertensão arterial - conceito, cuidado integral, medida da pressão arterial, classificação, rastreamento, prevenção; o exame físico do hipertenso, avaliação clínica, diagnóstico, tratamento, prevenção e manejo das complicações; atribuições e competência da equipe multiprofissional; critérios de encaminhamentos, ações de Enfermagem; Diabetes Mellitus - conceito, cuidado integral, classificação do diabetes, rastreamento, prevenção; diagnóstico, tratamento do diabetes tipo I e tipo II; prevenção e manejo das complicações; atribuições e competência da equipe multiprofissional; critérios de encaminhamentos; conservação, transporte e aplicação de insulinas; Cuidados com o pé diabético. Dislipidemia. Abordagem multiprofissional junto ao indivíduo e família - ações de Enfermagem; Terapia não medicamentosa –controle de peso, adoção de hábitos alimentares saudáveis, redução de bebidas alcoólicas e tabagismo, prática de atividade física; As ações de cunho preventivo, mudança no estilo de vida – Ações educativas; Aspectos culturais que interferem no controle da Hipertensão e diabetes; Ação da enfermagem nas emergências e urgências hipertensivas e hipo e hiper insulinemia; Consultas de Enfermagem.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p><b>BRASIL</b>, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus.M.S. <b>Caderno de Atenção Básica</b>. Brasília, 2006  <b>BRASIL</b>, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão Arterial .M.S. <b>Caderno de Atenção Básica</b>. Brasília, 2006  <b>BRASIL</b>, Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde . Departamento de Ação Programáticas Estratégicas. <b>Plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus</b>: hipertensão arterial e diabetes mellitus. DAPE. Brasília: MS, 2001  <b>BRASIL</b>, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde . Coordenação Geral de Políticas de Alimentação e nutrição. <b>Guia alimentar para a população brasileira</b>: Promovendo a alimentação saudável. MS/SAS. Brasília: MS, 2005.  <b>BRASIL</b>, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde .Departamento de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. <b>Obesidade</b>. MS/SAS. Brasília: MS, 2006.  III Diretrizes Brasileiras sobre Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose do Departamento de Aterosclerose da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Arq. Bras.Cardiol, 2001.  IV Diretriz para uso da monitorização ambulatorial da pressão arterial/ II Diretriz para uso da monitorização residencial da pressão arterial. Arq Bras Cardiol, 2005.  Consenso Brasileiro sobre diabetes. 2002. <b>Diagnóstico e classificação do Diabetes Melito e tratamento do diabetes Melito tipo 2</b>. Sociedade Brasileira de diabetes, 2002.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PLANIFICAÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	75
<b>EMENTA</b>			
<p>Estuda as bases teóricas da administração e sua aplicabilidade no setor saúde, o processo de trabalho em saúde. Enfoca planejamento em saúde e enfermagem como ação humana que envolve racionalidades normativa, estratégica e comunicativa. O gerenciamento em enfermagem e organização do serviço de enfermagem em unidades de saúde voltadas para a atenção básica e instituições governamentais e não governamentais. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Etapas/Momentos do Planejamento e Programação Local em Saúde – PPLS            Processo de Trabalho, Fluxograma Descritor e tecnologias em Saúde (revisão de Territorialização)            Atenção Básica: princípios gerais, princípios básicos da estratégia de saúde da família, composição da equipe, financiamento, estrutura, funcionamento;            Elementos necessários para a organização administrativa da UBS: instalações física, processo de trabalho, etc;            Linhas do Cuidado;            Educação Permanente;            Sistema de Informação utilizados pela atenção básica;            Introdução à Teorias Geral da Administrativas;            Teoria da Administração: ênfase nas tarefas, nas pessoas, novas abordagens na administração.            Liderança em Enfermagem na atenção básica;            Tomada de decisão.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>Elisabeth, Carmem Duarte. et AL: <b>Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil:</b> um estudo Exploratório. Brasília: Pan - Americana de Saúde, 2002            MENDES, E. V. <b>Distrito Sanitário:</b> o processo social de mudança das práticas sanitáriasso Sistema único de Saúde. 3 ed., Rio de Janeiro: Hucitec / Abrasco, 1995.            PINHEIRO, Roseni E Mattos, Ruben Araujo De .(Orgs) <b>Razões Públicas Para A Integralidade Em Saúde:</b> O Cuidado Como Valor .Cepesc / IMS / UERJ / ABRASCO. 2007, 401p.            MARTINS, Carla Macedo (Org.) <b>Educação E Saúde</b> :Coleção Educação Profissional E Docência Em Saúde Vol. 6, EPSJV/ SUS, 2007,191p.            BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Guia Prático do Programa de Saúde da Família.</b> Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 125 p.            CHIAVENATO, Idalberto. <b>Gestão de Pessoas:</b> o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Editora MAKRON Books, 1999.            CHIAVENATO, Idalberto. <b>Introdução à Teoria Geral da Administração:</b> uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 3ª edição rev. e atualizada. - Rio de janeiro: Elsevier, 2004 - 7ª reimpressão.            CHIAVENATO, Idalberto. <b>Iniciação à Administração Geral.</b> 2ª ed. São Paulo: Editora MAKRON Books, 1994.            KURCGANT, Paulina et al. <b>Administração em Enfermagem.</b> Paulina Kurcgant (org.). – São Paulo: EPU, 1991. 237p.            ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. <b>Desenvolvimento gerencial de unidades básicas do Sistema Único de Saúde (SUS).</b> José Paranaguá de Santana (org.). – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 1997. 293 p.            MEHRY, E. E.; MAGALHÃES, H. M.J.; BUENO, W.S. <b>O trabalho em saúde:</b> olhando e experenciando o SUS no cotidiano. 2.ed, Ed. HUCITEC, 2003, 296P.            MEHRY, Emerson Elias. <b>Saúde: a cartografia e o trabalho vivo.</b> São Paulo: HUCITEC, 2002.            GONÇALVES, Ricardo B. Mendes. <b>Tecnologia e Organização Social das Práticas de Saúde.</b> São Paulo: Ed. HUCITEC/ABRASCO, 1994.            FRANCO. Túlio Batista e organizadores. <b>ACOLHER CHAPECÓ:</b> uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho. São Paulo: Ed HUCITEC, 2004.            Pinheiro. Roseni; Barros Maria Elisabeth B.; Matos. Rubens Araújo(Org.). Trabalho em Equipe sob o eixo da Integralidade: valores e práticas. Rio de janeiro: 1ª Ed, Ed. IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2007.</p>			

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, Administrati Lenir e ANDRADE, Odorico Monteiro De. **O Espaço Da Gestão Inovada E Dos Consensos Interfederativos: Aspectos Jurídicos**. IDISA, 2007, 165p.

Wright Peter, Mark j. Kroll e Parnell, John. **Administração Estratégica Conceitos**. ATLAS, 2010 . 433p.

ONOCKO, Rosana Campos e FURTADO, Juarez Pereira (Orgs.) **Desafios Da Avaliação De Programas E Serviços Em Saúde**, UNICAMP. 2011, 278P

RAMOS , MARISE ( Org). **Trabalho, Educação e Correntes Pedagógicas No Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhador**. EPSJV / UFRJ.. 2010, 290p.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PARASITOLOGIA	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da saúde	60
<b>EMENTA</b>			
Estuda os fundamentos do fenômeno de parasitismo que acomete a saúde do homem, discutindo os diferentes tipos de parasitos, sua posição sistemática, morfologia, biologia, e relações parasito-hospedeiro-meio ambiente. Estuda a epidemiologia, patogenia, diagnóstico, controle e profilaxia, para compreensão das doenças parasitárias, possibilitando uma compreensão das doenças prevalentes nas comunidades carentes atendidas no Sistema de Saúde. Pertence ao eixo das Ciências Biológicas e da Saúde.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação da disciplina; Introdução e Conceitos importantes na Parasitologia; Fundamentos de epidemiologia.</li> <li>- Filo Nematelminthes Superfamília Ascaroidea. <i>A. lumbricoides</i> e <i>Toxocara canis</i>; <i>Enterobius vermicularis</i> e <i>Trichuris trichiura</i>. Caracterização, biologia, relação parasito-hospedeiro. Importância médica.</li> <li>- Família Ancylostomatidae. <i>Ancylostoma duodenale</i>, <i>Necator americanus</i>, <i>A. caninum</i> e <i>A. braziliense</i>; Superfamília Rabdisoidea. <i>Strongyloides stercoralis</i>. Caracterização, biologia, relação parasito-hospedeiro, importância médica.</li> <li>- Superfamília Filarioidea. <i>Wuchereria bancrofti</i>, <i>Onchocerca volvulus</i>, e <i>Mansonella ozzardi</i>. Caracterização, biologia, relação parasito-hospedeiro e importância médica. Ordem Díptera. Família Simuliidae e Culicidae. Caracterização, biologia, principais espécies e importância médica.</li> <li>- Classe Cestoda. <i>Taenia solium</i>, <i>T. saginata</i> e <i>Echinococcus granulosus</i>. Caracterização, biologia, relação parasito-hospedeiro e importância médica.</li> <li>- Classe Trematoda. Gêneros <i>Schistosoma</i> e <i>Fasciola</i>: caracterização e biologia. Hospedeiros intermediários. Caracterização e biologia; Epidemiologia e controle da esquistossomose mansônica.</li> <li>- Amebídeos; <i>Entamoeba histolytica</i>; <i>Giardia lamblia</i> e <i>Trichomonas vaginalis</i>. Caracterização, biologia, relação parasito-hospedeiro importância médica.</li> <li>- Filo Apicomplexa. Classe Coccidia. Coccídeos intestinais; <i>Toxoplasma gondii</i>. Caracterização, biologia, relação parasito-hospedeiro e importância médica.</li> <li>- Gênero <i>Plasmodium</i>. Caracterização, biologia, relação parasito-hospedeiro e importância médica. Epidemiologia da Malária.</li> <li>- Filo Sarcomastigophora. Sub-filo Mastigophora. Ordem Kinetoplastida. Gênero <i>Trypanosoma</i>: Hospedeiros intermediários do <i>T. cruzi</i>. Caracterização e biologia. <i>T. rangeli</i>. Epidemiologia da doença de Chagas.</li> <li>- Gênero <i>Leishmania</i>. Caracterização, classificação das espécies. Hospedeiros intermediários. Caracterização, biologia e importância médica. Epidemiologia das leishmanioses.</li> <li>- Artrópodes de Importância Médica. Ordens Siphonaptera e Anoplura. Caracterização, biologia, importância médica.</li> <li>- Classe Arachnida. Ordem Acarina. Ácaros da poeira, <i>Sarcoptes scabiei</i>, carrapatos. Caracterização, biologia, importância médica</li> <li>- Ordem Cyclorapha. Caracterização, biologia, importância médica.</li> <li>- Programas de Controle de Doenças Parasitárias</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>NEVES, David Pereira, 2002. Parasitologia Humana. 10ª Edição, Editora Atheneu, São Paulo, 428p.il.</p> <p>REY, Luis, 2001. Parasitologia. 3ª Edição, Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 856p. il.</p> <p>REY, Luis, 2002. Bases da Parasitologia Médica. 2ª Edição, Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 379p. il.</p> <p>BATISTA, Rodrigo Siqueira et al., 2001. Medicina Tropical: abordagem atual das doenças infecciosas e parasitárias. Editora Cultura Médica, Rio de Janeiro, 2 volumes.</p> <p>DE CARLI, Geraldo Atílio, 2001. Parasitologia Clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. Editora Atheneu, São Paulo, 810p.il.</p>			



### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- BATISTA, Rodrigo Siqueira et al., 2001. Medicina Tropical: abordagem atual das doenças infecciosas e parasitárias. Editora Cultura Médica, Rio de Janeiro, 2 volumes.
- CIMERMAN, Benjamin, 1999. Parasitologia Humana e seus fundamentos gerais. Editora Atheneu, São Paulo, 375p. il.
- VALLADA, E.P. 1987. Manual de exame de fezes – coprologia e parasitologia. Volume 2, Editora Atheneu, São Paulo.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
BIOFÍSICA	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	45
<b>EMENTA</b>			
Estuda a Biofísica da membrana celular, dos sistemas neuromuscular, nervoso, cardiovascular e respiratório. Mecanismos fisiológicos, fisiopatológicos sistêmicos e tecnológicos. Ações dos agentes físicos sobre o organismo. Biofísica dos órgãos dos sentidos (visão, audição, fonação). Desenvolve prática em Laboratório.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Radiações Excitantes e Ionizantes: 1.1 Raios X; 1.2 Física das radiações; 1.3 Radioatividade e radiações; 1.4 Detectores de radiação; 1.4 Radiobiologia; 1.5 Radioproteção; 1.6 Radiações excitantes 2. Métodos Biofísicos de Análise: 2.1 Ultra-som terapêutico e diagnóstico; 2.2 Eletrocardiografia; 2.3 Emissão e absorção da luz (Espectrofotometria); 2.4 Cromatografia; 2.5 Eletroforese 3. Biofísica Celular: 3.1 Estrutura e função das membranas biológicas; 3.2 Condutância elétrica na membrana celular; 3.2 Bioeletrogênese; 4. Biofísica dos Fluidos: 4.1 Hemodinâmica, cardiodinâmica; 4.2 Equação de Bernouilli e Poiseuille; 4.3 Atividade elétrica cardíaca; 4.4 Sons cardíacos: bulhas e sopros; 4.5 Circulação nos vasos; 4.6 Mecânica respiratória; 4.7 Tensão superficial pulmonar; 4.8 Espirometria; 4.9 Estados e tensões de oxigênio no sangue; 4.10 Físico-química das trocas gasosas;			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
BERNE, R. M.; LEVI, M. N. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1990.- GARCIA, E.A.C. Biofísica, São Paulo: Sarvier, 2000 FRUMENTO, A S. Biofísica, Madrid: Mosby Doyma, 1995. HENEINE, I. Biofísica Básica. São Paulo: Atheneu, 1995. MURADÁS, A S. et al. Biofísica Fundamental, Porto Alegre: KRM, 1995. ROCHA, <b>Medicina Nuclear - Bases</b> . Ed. Guanabara-Koogan, 1. Ed, 1985.  SCHIMDT-NIELSEN, K. Fisiologia Animal: Adaptação e Meio Ambiente, São Paulo: Santos, 5ª ed., 1996 SALGUEIRO, L. Introdução a Biofísica, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1ª ed., 1991.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
EWING, G. W. Métodos Instrumentais de Análise Química. vol. 1 e 2. São Paulo: Edgard Blücher, 1980. FREIFELDER, D. Physical Biochemistry - Applications to Biochemistry and Molecular Biology, San Francisco: Freeman and Company, 1976. FRITZEN, S. J. Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo, 19 ed., Petrópolis: Vozes, 1986. HENEINE, I. F. Eletroforese em Medicina. Belo Horizonte: Lemi, 1995.			

## 5º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	90
<b>EMENTA</b>			
Estuda a fundamentação teórica do cuidar da população adulta brasileira com base no perfil epidemiológico, enfatizando os aspectos da promoção, recuperação e manutenção da saúde do indivíduo adulto e tratamento de doenças. Discute os processos clínicos e patológicos mais comuns na população adulta brasileira e desenvolve ações de enfermagem com base na sistematização da assistência de enfermagem em Unidades hospitalares, integrando os conhecimentos à pesquisa e produção de textos científicos. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>Enfermagem e o Cuidar do Paciente no ambiente hospitalar</b></p> <p><b>O processo de cuidar no ambiente hospitalar</b> Relacionamento interpessoal: tríade cliente-família-enfermeira; Aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem; Educação em serviço: equipe, paciente, cuidador, família e comunidade; Prevenção de acidentes</p> <p><b>O Cuidar em enfermagem a indivíduos com Distúrbios Cardiovasculares:</b> A hipertensão arterial como problema base dos principais distúrbios cardiovasculares Doença da Artéria Coronária-DAC Insuficiência Cardíaca Crônica Distúrbios Infeciosos do Coração: Endocardite e Pericardite</p> <p><b>O Cuidar em enfermagem a indivíduos com Distúrbios Endócrinos:</b> Diabetes Mellitus Hipotireoidismo/Hipertireoidismo</p> <p><b>O Cuidar em enfermagem a indivíduos com Distúrbios Urinários e Renais:</b> Insuficiência Renal Aguda e Crônica Procedimentos Dialíticos: Diálise e Hemodiálise</p> <p><b>O Cuidar em enfermagem a indivíduos com Distúrbios Neurológicos:</b> Acidente Vascular Encefálico Esclerose Lateral Amiotrófica Esclerose Múltipla</p> <p><b>O Cuidar em enfermagem a indivíduos com Distúrbios do Sistema Tegumentar:</b> Dermatite Úlcera Venosa e Arterial Úlcera por Pressão Herpes Zoster Síndrome de Fournier Psoríase</p> <p><b>O Cuidar em enfermagem a indivíduos com Distúrbios Imunológicos:</b> Lupus Eritematoso Sistêmico</p> <p><b>O Cuidar em enfermagem a indivíduos com Distúrbios Hematológicos:</b> Anemia Falciforme</p> <p><b>O Cuidar em enfermagem a indivíduos com Distúrbios do Aparelho Locomotor:</b> Osteomielite.</p>			

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SMELTZER, S.C; BARE, B.G. **Brunner & Suddarth: Tratado de enfermagem Médico-Cirúrgica**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

NETTINA, Sandra M. **Prática de Enfermagem**. 6. ed. Guanabara Koogan, 1998.

CARPENITO, Lynda J. **Plano de Cuidados e Documentação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**. Petrópolis: Vozes, 1999

BRUNNER & SUDDARTH. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 8ª ed. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 1998

CARPENITTO, Lynda Juall. **Manual de Diagnóstico de Enfermagem**. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 1999.

**Diagnóstico de Enfermagem**. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 2000.

INA, Sandra M. **Prática de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1998.

TER, Parícia A & PERRY, AneGriffin. **Fundamentos de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara gan, 1999.

ROMAN, A.V. **Ações de Enfermagem na Administração de medicamentos**. Salvador. Centro Editorial da UFBA. 1991.

DOW, Vera Regina, **Cuidado Humano**. Porto Alegre: editora Sagra Luzzato, 1998.

RICHTER, H. E. **A Terapia de encontro**. 2ª ed. São Paulo: Fontes, 1978.

ROGERES, C. **Terapia centrada no cliente**. Porto alegre: Martins Fontes.

### COMPLEMENTAR

CARPENITTO, Lynda Juall. **Manual de Diagnóstico de Enfermagem**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

**DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM- NANDA: Definições e Classificação** – 2007-2008 / Organização por North American Nursing Association; trad. Jeanne, Liliane, Marlene, Michel. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PSICOLOGIA DOS PROCESSOS PATOLÓGICOS E PERDAS	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	60
<b>EMENTA</b>			
Aborda aspectos da tanatologia, os processos de perda, morte e luto e suas implicações sobre a dinâmica individual e familiar, como subsídio para a compreensão e condução do profissional frente a situações vivenciadas, considerando os aspectos psicológicos, culturais, sociais e éticos. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>A ciência da tanatologia  Compreender o nascer e o morrer  Perdas amorosas e paixões obsessivas  - depressão reativa  - reações á decepções amorosas  Perdas de partes do corpo;  Perda da liberdade  Perda da autonomia  Reações orgânicas e psicológicas no processo de perdas  Aspectos do processo da morte e do morrer  Mitos, costumes, lendas e curiosidades sobre a morte  A simbologia das cores em relação à morte  O profissional de saúde e a morte  Mudança de atitude frente á morte e rompimento de vínculos  Recursos de enfrentamento dos processos patológicos  A morte e o desenvolvimento humano  Apego, perda e o luto.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ARRIÉS, P. <b>O HOMEM DIANTE DA MORTE</b>. Vol. I e II, 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.  BECKER, E. <b>A NEGAÇÃO DA MORTE</b>. Rio de Janeiro, Record, 1973.  BOWLBY, J. <b>APEGO E PERDA</b>. São Paulo, Martins Fontes, 1984.  D'Assumpção, E. A. <b>GRUPO DE SUPORTE AO LUTO</b>. São Paulo, Paulinas, 2003.  ESCUDEIRO, J. A. <b>Velhice, a plenitude do ser</b>. IN: D'Assumpção, E. A. <b>Biotanatologia e Bioética</b>, ed. Paulinas, 2005.  FREUD, S. <b>LUTO E MELANCOLIA</b>. Obras Completas, Vol. XVI ed. Standard, 1917.  HEIDEGGER, M. <b>SER E TEMPO</b>. Petrópolis, Vozes, 1989.  KASTENBAUM, R. e AISENBERG, R. <b>PSICOLOGIA DA MORTE</b>. São Paulo, Pioneira, 1983.  KOVÁCS, M.J. (Org.) <b>MORTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO</b>. 2ª ed. São Paulo, Casa do</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	45
<b>EMENTA</b>			
<p>Discute a política nacional de práticas integrativas e complementares do Sistema Único de Saúde, promovendo o desenvolvimento de noções terapêuticas: homeopatia, fitoterapia, acupuntura, aromoterapia, bioenergia, florais, cromoterapia, quiropraxia, meditação, dentre outras. Aborda aspecto da física quântica como paradigma da saúde, os princípios da medicina oriental, o sentido da vida e a espiritualidade como instrumento de ajuda ao indivíduo e família; a fé e esperança como dimensão da qualidade de vida das pessoas e o toque terapêutico. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS;  Princípios da física quântica – aspectos gerais e influência na saúde;  O holismo;  Princípios da medicina oriental: aspectos gerais;  Chacras, plexos e nades aspectos gerais, funções e localização ;  Noções gerais das ações terapêuticas e sua repercussão na saúde do indivíduo:  Homeopatia;  Fitoterapia;  Acupuntura;  Aromoterapia;  Bioenergia;  Florais;  Cromoterapia;  Quiropraxia;  Meditação  O sentido da vida e a espiritualidade como instrumento de ajuda ao indivíduo e família;  A fé e esperança e sua influência na saúde;  A qualidade de vida como meta individual;  O toque terapêutico e sua importância no trabalho da Enfermagem  Uso das terapias integrativas e complementares pela Enfermagem.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>BRENNAN, Barbara, A. <b>Mãos de luz: um guia para a cura através do campo de energia humana.</b> 17ª ed. Pensamento: São Paulo, 1999.  BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. <b>Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde.</b> MS/DAS Brasília: MS, 2006  CAPRA, Fritjof. <b>As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.</b> 10ª Ed. Cultrix: São Paulo, 2009.  CAPRA, Fritjof. <b>O ponto de mutação : a ciência, a sociedade e a cultura emergente.</b> 20ª Ed, Cultrix: São Paulo, 1997.  DAHLKE, RUDIGER. <b>A doença como linguagem da alma: os sintomas como oportunidade de desenvolvimento.</b> 12ª Ed. Cultrix: São Paulo, 2005.  GERBER, Richard. <b>Medicina Vibracional: uma medicina para o futuro.</b> Pensamento: São Paulo, 2005.  KARAGULLA, S e KUNZ, Dora van G. <b>Os chakras e os campos de energia humanos.</b> 10ª Pensamento: São Paulo, 1995.  SILVA, Marco Aurelio D. da. <b>Quem ama não adocece.</b> Ed revista. Best Seller LTDA.. São Paulo, 2008.  ZOHAR, Donah. <b>O ser Quântico: Uma visão revolucionária da natureza humana e da consciência baseada na nova física.</b> Best Seller, São Paulo , 1990.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>CASARJIAN, Robin. <b>O livro do perdão: O caminho para o coração tranqüilo,</b> 8ª Ed, Rocco. Rio de Janeiro, 1999.  SILVA, Yolanda F. e FRANCO, Maria Celsa ( org) <b>Saúde e doença: Uma abordagem cultural da enfermagem.</b> Papalivros, Florianópolis, 1996.</p>			

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>METODOLOGIA DA PESQUISA EM ENFERMAGEM</b>	<b>CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências Humanas e Sociais</b>	<b>45</b>
<b>EMENTA</b>			
Estuda o campo da pesquisa e as unidades de informação como processo de descoberta e criação, os métodos de descrição e apresentação de dados, as técnicas de coleta e introduz a análise de dados. Aprofunda a elaboração do projeto de pesquisa com a construção de seus elementos, dando as devidos encaminhamentos legais (Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso e Comitê de Ética). Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Elementos pré textuais e pós textuais de um projeto de pesquisa</p> <p>Normalização de um projeto de pesquisa</p> <p>Objetivos da pesquisa;</p> <p>Pergunta de investigação, hipóteses</p> <p>Enfoque filosófico da pesquisa e a correlação com a metodologia do trabalho a ser desenvolvido</p> <p>Campos de pesquisa</p> <p>Métodos e técnicas de coletas de dados</p> <p>Sistematização dos dados</p> <p>Categorias de análise dos dados</p> <p>Técnicas de análise de dados: conteúdo, seqüencial, etnográfica, quantitativa entre outros</p> <p>Apresentação dos dados</p> <p>Aspectos éticos e procedimentos para encaminhamento ao Comitê de Ética</p> <p>Elaboração do Projeto de Pesquisa</p> <p>Encaminhamento do projeto de pesquisa para Comissão de TCC</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ASTI-VERA, <b>A Metodologia da Pesquisa Científica</b>. Porto Alegre: Globo, 1980.</p> <p>DEMO, Pedro. <b>Pesquisa: Princípio científico e educativo</b>. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>ECCO, U. <b>Como se faz uma tese</b>. 15 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.</p> <p>FERRARI, A. T. <b>Metodologia da Pesquisa Científica</b>. São Paulo: MacGraw-Hill, 1982.</p> <p>GEWANDSZANAJDER, F. <b>O que é método científico?</b> São Paulo: Pioneira, 1989.</p> <p>LAKATOS, E. M. <b>Fundamentos de Metodologia Científica</b>. 3ª. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>_____. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 4ªed. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>SCHNEIDER, de Sá, E (org). <b>Manual de Normalização</b>. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>BRASIL, ABNT. <b>Normalização para Trabalhos Científicos</b>. Brasília 2011</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	75
<b>EMENTA</b>			
Estuda os determinantes do processo saúde doença, os agravos de notificação compulsória em seus aspectos clínicos e epidemiológicos dentro de um contexto sócio-cultural e a interface entre os diversos setores, com ênfase no papel do enfermeiro sensibilizados para a efetivação do SUS. Desenvolve atividades práticas nas unidades de saúde do SUS. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>A construção histórica da Vigilância em Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistema Nacional de Vigilância epidemiológica – conceitos, finalidades, atividades, critérios de risco;</li> <li>- Definição de caso na área de Vigilância;</li> <li>- Critérios para seleção de doenças e agravos prioritários à vigilância epidemiológica</li> <li>- Portaria 2.472 de 31 de agosto de 2010</li> <li>- Portaria 125 de 24 de janeiro de 2011</li> <li>- Hemovigilância</li> <li>- Tecnovigilância</li> <li>- Sistema de informação e Vigilância em Saúde</li> <li>- Ações de Enfermagem nas principais doenças e agravos de notificação compulsória;</li> <li>- O enfermeiro no contexto da vigilância em Saúde</li> </ul> <p>A vigilância da saúde do trabalhador;</p> <p>Aspectos da vigilância Sanitária.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>Elisabeth, Carmem Duarte. et AL: um estudo exploratório. <b>Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo Exploratório</b>. Brasília: Pan - Americana de Saúde, 2002</p> <p>WALDMAN, Eliseu Alves de ROSA Tereza Etsukoe ( col). <b>Vigilância em Saúde Pública</b>, volume 7 / São Paulo : Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. – – (Série Saúde &amp; Cidadania)</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. Secretaria de Vigilância em Saúde ( SVS/ MS) 6ª Ed 2006.</p> <p>BRASIL; PORTARIA MS Nº. 125 de 24 de janeiro de 2011. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.</p> <p>BRASIL PORTARIA MS N.º 2.472, DE 31 DE AGOSTO DE 2010 (DOU de 1º/09/2010 Seção I pág. 50)</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>Elisabeth, Carmem Duarte. et AL: um estudo exploratório. <b>Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo Exploratório</b>. Brasília: Pan - Americana de Saúde, 2002</p> <p>WALDMAN, Eliseu Alves de ROSA Tereza Etsukoe ( col). <b>Vigilância em Saúde Pública</b>, volume 7 / São Paulo : Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. – – (Série Saúde &amp; Cidadania)</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. Secretaria de Vigilância em Saúde ( SVS/ MS) 6ª Ed 2006.</p> <p>BRASIL; PORTARIA MS Nº. 125 de 24 de janeiro de 2011. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.</p> <p>BRASIL PORTARIA MS N.º 2.472, DE 31 DE AGOSTO DE 2010 (DOU de 1º/09/2010 Seção I pág. 50)</p>			



COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPUS DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR I	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	30
<b>EMENTA</b>			
Estuda temas específicos relacionados às demandas regionais que contribuam com a formação generalista do enfermeiro. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ELISABETH, C. D et al: um estudo exploratório. <b>Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo Exploratório</b>. Brasília: Pan - Americana de Saúde, 2002.</p> <p>WALDMAN, Eliseu Alves de ROSA Tereza Etsukoe ( col). <b>Vigilância em Saúde Pública</b>, volume 7 / São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. – – (Série Saúde &amp; Cidadania)</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. Secretaria de Vigilância em Saúde ( SVS/ MS) 6ª Ed 2006.</p> <p>RANGEL, S. M.L.; ALVES, V. S. Elementos teóricos de práticas de comunicação e educação em saúde: recuperando e reconstruindo conceitos. Texto Didático, 2006.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CONTROLE DE INFECÇÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	60
<b>EMENTA</b>			
Estuda e analisa o controle das infecções em serviços de saúde. Identificam fatores relacionados com a aquisição das infecções, especialmente os fatores diagnósticos e terapêuticos. Analisa a importância da qualidade assistencial para a prevenção das infecções nos serviços de saúde. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>Unidade I – Infecções em Serviços de Saúde: evolução histórica, atualidade e perspectivas</b> Evolução histórica da infecção em serviços de saúde. Marcos regulatórios. Conceito e critérios diagnósticos de infecção hospitalar. Cadeia epidemiológica das infecções.</p> <p><b>Unidade II – Vigilância Epidemiológica das Infecções Hospitalares</b> Fundamentos da epidemiologia para o controle das infecções hospitalares. Vigilância epidemiológica das infecções hospitalares. Componentes de vigilância aplicados em infecção hospitalar. Investigação de surtos de infecção. Informática aplicada ao controle de infecção.</p> <p>Unidade III – Microbiologia aplicada ao controle das Infecções em serviços de Saúde Micro-organismos. Resistência bacteriana aos antimicrobianos. Micro-organismos multi-resistentes.</p> <p><b>Unidade IV – Controle de infecção em cuidados assistenciais</b> Higienização das mãos. Procedimentos invasivos. Controle de infecção em: cirurgia, neonatologia, unidade de terapia intensiva, terapia de substituição renal. Uso de antibiótico em cirurgia. Auditoria em antimicrobianos. Política de isolamento em Serviços de Saúde.</p> <p><b>Unidade V – Unidades de apoio para o controle de infecção em serviços de saúde</b> Arquitetura hospitalar. Centro de material e esterilização. Processamento e produtos médicos. Serviço de Higienização e Lavanderia. Gerenciamento de resíduos. Serviço de farmácia. Serviço de Nutrição e Dietética. Banco de sangue. Banco de leite. Endoscopia. Controle de água e vetores em serviços de saúde.;</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>COUTO, Renato Camargo, PEDROSA, Tânia M. Grillo, NOGUEIRA, José Mauro. <b>Infecção Hospitalar. Epidemiologia e Controle. Rio de Janeiro: Medsi, 1997</b></p> <p>FERNANDES, Antonio T., FERNANDES, Maria Oliva Vaz, FILHO, Nelson Ribeiro. <b>Infecção Hospitalar e suas Interfaces na área da saúde.</b> São Paulo: Editora Atheneu, 2000.</p> <p>RODRIGUES, Edwal Aparecido et al. <b>Infecções Hospitalares. Prevenção e Controle.</b> São Paulo: Sarvier, 2007.</p> <p>Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar. Manual de epidemiologia aplicada ao controle de infecções em hospitais e serviços correlatos. São Paulo: APECIH, 2000.</p> <p>Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar. Manual de microbiologia clínica aplicada ao controle de infecção hospitalar. São Paulo: APECIH, 1998.</p> <p>Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar. Guia para higiene de mãos em serviços de assistência à saúde. São Paulo: APECIH, 2003.</p> <p>Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar. Diagnóstico e Prevenção de IRAS em Neonatologia. São Paulo: APECIH, 2011.</p> <p>Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar. Melhorando o uso de antimicrobianos em hospitais. São Paulo: APECIH, 2002.</p> <p>Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar. Prevenção de infecção em sítio cirúrgico. São Paulo: APECIH, 2009.</p> <p>Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar. Prevenção de infecção relacionada a diálise. São Paulo: APECIH, 2005.</p>			

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMPUS DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>TÓPICOS ESPECIAIS</b>	<b>CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências da Enfermagem</b>	<b>30</b>
<b>EMENTA</b>			
Estuda temas específicos relacionados às demandas regionais que contribuam com a formação generalista do enfermeiro. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
O conteúdo do componente curricular será de acordo á especificidade do perfil epidemiológico e das necessidades regionais.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
Conforme as características do componente curricular a ser oferecido			

**6° SEMESTRE**

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>ENFERMAGEM NAS UNIDADES DE CLÍNICA CIRÚRGICA, CENTRO CIRÚRGICO E CENTRO DE MATERIAL ESTERELIZADO.</b>	<b>CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências da Enfermagem</b>	<b>135</b>
<b>EMENTA</b>			
<p>Estuda a fundamentação teórica do cuidar da população adulta brasileira com base no perfil epidemiológico enfatizando os aspectos teóricos e práticos dos principais agravos e doenças, nos aspectos clínicos e cirúrgicos, a prevenção e controle da infecção hospitalar, na unidade de Clínica Cirúrgica, Centro Cirúrgico, Centro de Recuperação Pós-anestésica, Centro de Material Esterilizado. Discute os agravos mais comuns na população adulta brasileira e desenvolve ações de enfermagem com base na sistematização da assistência de enfermagem em Unidades de Clínica cirúrgica, Centro Cirúrgico, Centro de Recuperação Pós Anestésica e Central de Material Esterilizado integrando os conhecimentos à pesquisa e produção de textos científicos. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>Assistência de Enfermagem ao usuário com problemas no pré operatório cirurgicos</b>  Estrutura Organizacional do Centro Cirúrgico  Localização  Estrutura Física  Equipamentos  Materiais  <b>Organização da Unidade de Centro Cirúrgico: Recursos Humanos</b>  Equipes que atuam no Centro Cirúrgico  Cirurgia  Anestesia  Enfermagem  <b>Atribuições da Equipe de Enfermagem</b>  Enfermeira Coordenadora  Enfermeira Assistente  Técnico  Auxiliar  <b>Procedimentos Realizados no Centro Cirúrgico</b>  Transporte do Paciente  Admissão do Paciente no centro cirúrgico  Procedimento na sala Cirúrgica:  Montagem da sala cirúrgica  Posicionamento do Paciente para anestesia  Posicionamento e contenção do paciente para cirurgia  Procedimento técnico na paramentação para cirurgia  Preparo do campo operatório  Dimensionamento de pessoal em Centro Cirúrgico  Inter-relacionamento do Centro Cirúrgico com outros setores do hospital  Instrumentos Administrativos  <b>Tratamento Cirúrgico</b>  Histórico  Fatores de risco cirúrgico atribuídos ao paciente, a equipe cirúrgica, a anestesia, a equipe de enfermagem e a instituição hospitalar.  Classificação das cirurgias: quanto ao momento operatório, finalidades e potencial de contaminação.  Tempos cirúrgicos: diérese, hemostasia, exérese e síntese.  Materiais específicos usados em cirurgia:  Agulhas e fios de sutura, Bisturi elétrico  Unidade de eletrocirurgia ou bisturi elétrico  Tipos de aparelho  Boisegurança relacionado ao uso do bisturi elétrico  Prevenção de complicações, Cuidados de enfermagem  Terminologia cirúrgica</p>			

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### **O cliente cirúrgico:**

História da Enfermagem Cirúrgica  
Ambiente de Centro Cirúrgico  
Significado da cirurgia para o paciente  
Significado da cirurgia para os profissionais  
Definição  
Objetivos  
Visita pré-operatória de enfermagem  
Cuidados de enfermagem no pré, intra e pós-operatório.  
Conduta da enfermagem relacionada a retirada de órgãos e membros amputados  
Assistência de enfermagem ao paciente no Centro de Recuperação Pós-Anestésica.  
Desconforto pós-operatório  
Complicações pós-operatórias

### **Processo de Enfermagem aplicado ao cliente cirúrgico**

Introdução a Anestesia  
Histórico  
Avaliação pré-anestésica  
Classificação  
Fases da anestesia  
Cuidados de enfermagem conforme tipos de anestesia e suas Complicações  
Aspectos éticos e legais relacionados à enfermagem em centro cirúrgico  
Enfermagem perioperatória

### **A Enfermagem e os cuidados perioperatórios**

Definição  
Objetivos  
Cuidados pré e pós-operatório

### **Atenção às complicações:**

Hemorragias  
Tromboembolismo pulmonar  
Choque hipovolêmico  
O Processo de enfermagem nas emergências cardio-respiratórias  
Parada cardiorespiratória  
Edema agudo pulmonar  
Arritmias cardíacas  
Insuficiência coronariana / Infarto agudo do miocárdio  
Embolia pulmonar  
Intubação endotraqueal/ Ventilação mecânica  
Traqueostomia  
Toracocentese / Pneumotórax

### **Organização da Central de Material Esterilizado:**

Histórico  
Conceito  
Finalidade  
Tipos  
Aspectos organizacionais e estruturais da Central de Material Esterilizado  
Localização  
Estrutura Física  
Equipamentos.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TIMBY, Bárbara K. **Enfermagem Médico Cirúrgica**. 8ª ed revisada e ampliada - Barueri – SP: Monole, 2005  
MEEKER, Margareth Huth; HOTHROCK, Jane C. Alexander cuidado de enfermagem ao paciente cirúrgico. 13 ed. Rio de Janeiro: Mosby/Elsevier, 2007.  
SILVA, Mª d' Aparecida Andrade et all. **Enfermagem na Unidade de Centro Cirúrgico**, EPU, São Paulo, 1997  
SMELTZER S. C.; BARE. B. G. **Tratado Médico-Cirúrgico**. 11 ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koagan, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM NAS UNIDADES DE EMERGÊNCIA E TERAPIA INTENSIVA	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	105
<b>EMENTA</b>			
Estuda e discute a fundamentação teórica do cuidar de enfermagem a indivíduos adultos em situação de urgência, emergência e em fase agudizada, considerando o perfil epidemiológico regional, associando a sistematização da assistência de Enfermagem a pesquisa e a produção de textos científicos. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>O Processo de Enfermagem nas Emergências cardio-respiratórias:</b>  Infarto agudo do miocárdio  Edema agudo de Pulmão.  Tromboembolismo pulmonar.</p> <p><b>A Enfermagem Frente ao Cliente Politraumatizado</b>  Abordagem intra-hospitalar  Aspectos epidemiológicos;  Picos de mortalidade  Requisitos gerais para sala de emergência;  Abordagem inicial;  Avaliação secundária;  A SAE Aplicada  Principais traumas</p> <p><b>A Enfermagem e os Cuidados aos Pacientes em Choques e sua Relação com a Insuficiência Multissistêmica</b>  Tipos de choque  Hipovolêmico  Cardiogênico  Anafilático  Séptico  Processos etiológico e fisiológico</p> <p><b>A Enfermagem no Atendimento ao Cliente Vitima de Traumatismo Crânio Encefálico e Traumatismo Raquimedular</b>  Cuidados da enfermagem: fase aguda e pós-cirúrgica  Monitorização da pressão intracraniana</p> <p><b>Parada Cardiorrespiratória – SUPORTE BÁSICO E AVANÇADO DE VIDA (BLS E ATLS)</b>  Atuação da enfermagem junto à equipe multidisciplinar</p> <p><b>A Enfermagem no Atendimento ao Cliente no ato e manutenção de Entubação Endotraqueal/Ventilação Mecânica.</b></p> <p><b>A Enfermagem e os Cuidados ao Paciente vítima de Traumatismo Torácico</b>  Cuidados da Enfermagem: fase aguda e pós-cirúrgica</p> <p><b>A Enfermagem e os Cuidados ao Paciente vítima de traumatismo Esquelético</b>  O Manuseio com Trações-Transesqueléticas.</p> <p><b>O Processo de enfermagem nas emergências gastroenterológicas</b>  Hemorragias digestiva – tipos.  Abdome agudo: principais causas  Principais Urgências e emergências cirúrgicas</p> <p><b>A Enfermagem no atendimento as vítimas de Queimaduras</b></p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
KNOBEL, E. e cols. <b>Condutas no Paciente Grave</b> . 3 ed. São Paulo: Atneu, 2007 CINTRA, E. A; NISHIDE, V. M; NUNES, W. A <b>Assistência de Enfermagem ao Paciente Gravemente Enfermo</b> . São Paulo: ATHENEU, 2003. SMELTZER S. C.; BARE. B. G. <b>Tratado Médico-Cirúrgico</b> . 11 ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koagan, 2008.			

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- KNOBEL, E. e cols. **Terapia Intensiva: enfermagem**. São Paulo: Atneu, 2006.
- PETROIANU, A.; MIRANDA M. E.; OLIVEIRA, R. G. **Blackbook Cirurgia**. Belo horizonte: Editora Blackbook, 2008.
- NASI, L. A e Cols. Rotinas em Pronto Socorro. 2 ed Porto Alegre: Atmed, 2005.
- DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM - NANDA: Definições e Classificação – 2009/2011. Organização por North American Nursing Association; trad. Jeanne, Liliane, Marlene, Michel. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.
- BARROS, A. L. B. L. Cols. **Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto**. Porto Alegre: Art Med, 2002.
- CASSIANI, S. H. B. A segurança do paciente e o paradoxo no uso de medicamentos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 58, n. 1, Jan./Fev. 2005. 95-99. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n1/a19.pdf> > Acesso em 17 jun. 2010.
- COREN-SP; REBRAENSP. **10 Passos para a segurança do paciente**. Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo (COREN- SP); Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente (REBRAENSP). São Paulo. 2010.
- GONÇALVES, LA; GARCIA, PL; TOFFOLETO, MC; TELLES, SCR; PADILHA, KG. Necessidades de cuidados de enfermagem em Terapia intensiva: evolução diária dos pacientes segundo o Nursing Activities Score NAS. **Rev Bras Enferm** 2006 jan-fev;59(1):56-60.
- JCAHO, J. C. O. A. O. H. O. **Accreditation Program: Critical Access Hospital**. Joint Commission International. [S.I.]. 2011. Disponível em < [http://www.jointcommission.org/assets/1/6/2011\\_NPSGs\\_CAH.pdf](http://www.jointcommission.org/assets/1/6/2011_NPSGs_CAH.pdf) >. Acesso em: 25 Fev. 2011.
- KOHN, L. T.; CORRIGAN, J. M.; DONALDSON, M. S. **To err is Human: building a safer health system**. Washington DC: National Academy Press, 2000. Disponível em: < <http://iom.edu/-/media/Files/Report%20Files/1999/To-Err-is-Human/To%20Err%20is%20Human%201999%20report%20brief.pdf> >. Acesso em 17 Fev. 2011.
- MEEKER, Margareth Huth; HOTHROCK, Jane C. **Alexander - cuidado de enfermagem ao paciente cirúrgico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Mosby/Elsevier, 2007.
- PADILHA, K. G. Ocorrências Iatrogênicas em Unidade de Terapia Intensiva (UTI): Análise dos Fatores Relacionados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, SP., v. 25, n. 1, p. 18-23, Mar. 2006. Disponível em < <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=475688&indexSearch=ID> >. Acesso em 11 Jun. 2010.
- PADILHA, K. G. et al. Ocorrências iatrogênicas com medicação em Unidade de Terapia Intensiva: condutas adotadas e sentimentos expressos pelos enfermeiros. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, SP., v. 36, n. 1, p. 50-57, 2002. Disponível em: < <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=513470&indexSearch=ID> >. Acesso em 11 Jun. 2010.
- RODRIGUES, HDB, COELHO, MJ, GODINHO, P de S. Sistematização dos cuidados de enfermagem ao cliente intubado à luz da teoria de Imogene King. **Enfermagem Brasil**, março-abril 2006; 5(2):86-100.
- TOFFOLETO, MC, PADILHA, KG. Conseqüências de medicação em unidades de terapia intensiva e semi-intensiva. **Rev Esc Enferm USP** 2006; 40(2):247-52.
- RÉA-NETO, Á. et al. **GUTIS: guia da UTI segura**. 1ª Edição. ed. São Paulo, SP.: AMIB, 2010.
- WACHTER, R. M. Segurança versus qualidade. In: WACHTER, R. M. **Compreendendo a segurança do paciente**. Tradução de Laura Souza Berquó. Porto Alegre: Artmed, 2010. Cap. 3, p. 45-56.

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>PLANIFICAÇÃO E GESTÃO EM UNIDADE HOSPITALAR</b>	<b>CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências da Enfermagem</b>	<b>105</b>
<b>EMENTA</b>			
Estuda e analisa a organização hospitalar, o processo gerencial no serviço e na assistência de enfermagem em unidades de saúde de média e alta complexidade. Discute sobre chefia, liderança e tomada de decisões em enfermagem e a aplicabilidade das modalidades de planejamento nos setores ambulatoriais e hospitalares. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>– Organização Hospitalar Planejamento e processo administrativo em unidade hospitalar. Planejamento estratégico em enfermagem. Estrutura organizacional do hospital. Organograma, cultura organizacional, comunicação organizacional e interpessoal.</p> <p>– Chefia e Liderança em enfermagem. Liderança, gerência e funções administrativas. Autoridade e poder nas organizações.</p> <p>– Gestão de pessoas em enfermagem. Política e dimensionamento de recursos humanos. Custos Hospitalares Supervisão da assistência de enfermagem. Apreciação de desempenho.</p> <p>– Instrumentos de avaliação da assistência de enfermagem. Acreditação hospitalar. Controle de qualidade. Auditoria em Enfermagem.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>ANTUNES, Arthur Velloso. O Processo de Planejamento na Administração do Serviço de Enfermagem. Ribeirão Preto, São Paulo, 1993. 130p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. 1993.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 8 Ed. Rio de Janeiro, Campus, 1999.</p> <p>_____, Idalberto. Administração. Teoria, Processo e Prática. 3a. Edição. Makron, 2000</p> <p>FELDMAN, Liliane B. Como Alcançar a Qualidade nas Instituições de Saúde. São Paulo, Martinari, 2004</p> <p>KURCGANT, Paulina. Administração em enfermagem. Ed. EPU, 1991.</p> <p>MARQUIS, Bessie L. Administração e liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 2 Ed Porto Alegre. Artes Médicas, 1999.</p> <p>WALDOW, Vera Regina. Cuidado Humano- O resgate necessário. Ed. Sagra Luzzato, Porto</p> <p>MAXIMINIANO, Antonio César Amaru. Introdução à Administração. 5a. ed., São Paulo, Atlas, 2000.</p> <p>MEZOMO, João Catarino. Gestão da Qualidade na Saúde. 1a. ed., São Paulo, Manole, 2001</p> <p>WOOD, Thomas Jr. Mudança Organizacional. 4ª. Edição, São Paulo, Atlas, 2004</p> <p>DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003.</p>			



<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>PESQUISA ORIENTADA EM ENFERMAGEM</b>	<b>CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências Humanas e Sociais</b>	<b>15</b>
<b>EMENTA</b>			
Possibilita ao aluno momentos de encontros com professor orientador de modo a subsidiar a construção de textos científicos e trabalhos de conclusão de curso. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Leitura orientada do material produzido para pesquisa            Aprimoramento do referencial teórico;            Readequação dos objetivos da pesquisa; Perguntas de investigação; hipótese.            Aprofundamento da Metodologia do trabalho;            Reuniões com o orientador;            Leitura e orientação de material produzido com direcionamento e elaboração de cronograma de atividades de orientação.            Registro e encaminhamento do projeto ao Comitê de Ética            Preparo para a entrada no campo de pesquisa</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>LAKATOS, E. M. <b>Fundamentos de Metodologia Científica</b>. 3ª. São Paulo: Atlas, 1993.            _____. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 4ªed. São Paulo: Atlas, 1992.            SCHNEIDER, de Sá, E (org). <b>Manual de Normalização</b>. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.            SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.            BRASIL, ABNT. Normalização para Trabalhos Científicos. Brasília 2011.</p>			

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>ENFERMAGEM EM GERONTOLOGIA E GERIATRIA</b>	<b>CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências da Enfermagem</b>	<b>90</b>
<b>EMENTA</b>			
Estuda os aspectos do envelhecimento saudável e as questões gerontológicas que acomete o idoso com discussão das políticas sociais e de saúde para a terceira idade. Aborda os principais agravos que acomete essa faixa etária; a institucionalização do idoso, a promoção da saúde e prevenção de doenças na terceira idade. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Política Nacional de Atenção ao idoso  Envelhecimento: Perspectivas para o terceiro milênio  Teorias do envelhecimento  biológicas;  psicossociais.  Epidemiologia do Envelhecimento;  Envelhecimento e atendimento domiciliário;  Promoção da qualidade de vida na velhice;  A imunização do idoso;  Uso de terapêuticas ocupacionais, lúdicas e lazer no idoso;  Atitudes, mitos e estereótipos relacionadas ao envelhecimento;  Cuidadores domiciliares de idosos;  O idoso e a família;  Avaliação global do idoso: equidade e universalidade, humanização do atendimento, estado funcional, biofuncional (respiração, eliminações, função cardíaca, limitações funcionais, locomoção e mobilidade, temperatura, função visual, função audição, paladar e olfato);  O envelhecimento e repercussões frente ao organismo: aspectos biológicos e funcionais, psicológicos, psicossociais.  A espiritualidade e sua importância na terceira idade;  A comunicação verbal e não verbal no cuidado de enfermagem;  Assistência à saúde do idoso;  Sexualidade do idoso;  Principais distúrbios no idoso:  Demência ,  Mal de Alzheimer,  Afasia,  Doenças cardio respiratórias: hipertensão, enfizema pulmonar, bronquite crônica, infarto, angina, AVE e diabetes;  Osteoartrose,  Distúrbio da audição, visão;  Distúrbio de sono e repouso;  Dificuldade de locomoção;  A dor no idoso;  Prevenção de acidentes no domicílio e no idoso institucionalizado;  O idoso institucionalizado; o asilado e o idoso domiciliar;  Assistência de Enfermagem ao idoso domiciliar e o institucionalizado;  Administração de medicamento no idoso;  Processo de Enfermagem direcionado ao idoso domiciliar e o institucionalizado.</p>			

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BUTLER, Robert N. **Sexo e amor na terceira idade**. São Paulo: Summus, 1985.
- BRUNNER, Lillian S., SUDDARTH, Doris S. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. Vol. 1-4 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.
- CARPENITO, Lynda Juall. **Diagnóstico de enfermagem**. 6ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CONFORT, Alex. **A boa idade**. São Paulo: Difel, 1979.
- DOENGES, Marilyn E. **Diagnóstico e intenções em enfermagem**. 5ª ed Porto Alegre: Artimed, 1999.
- DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira e DIOGO, Maria José D' Elboux. **Atendimento domiciliar: Um enfoque gerontológico**. São Paulo: Atheneu, 2005.
- HADDAD, Eneida G. M. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.
- LIMA, Mariúza Peloso. **Gerontologia educacional: uma pedagogia para o idoso: uma nova concepção do envelhecer**. São Paulo; Ltr, 2000.
- NASCIMENTO, Jorge R. **Aprenda a curtir seus anos dourados: um manual que ensina a envelhecer sem envelhecer**. 5. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2000.
- PAPALÉO, Netto Matheus. **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu. 1999.
- PODER EXECUTIVO. Ministério da Justiça. **Política nacional do idoso**. Declaração Universal dos Direitos Humanos; Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR II	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	30
<b>EMENTA</b>			
Correlaciona os conteúdos dos componentes curriculares do semestre numa perspectiva interdisciplinar, de modo a promover a integração e melhor compreensão dos conteúdos trabalhados, com ênfase na atuação de enfermagem e gestão na unidade hospitalar. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Estudos de Casos Clínicos proveniente dos componentes do semestre;  Desenvolvimento de Práticas integradas relacionada ao adulto em unidade hospitalar;  Estudo de casos direcionados ao idoso;  Visita técnica em instituições asilares  A enfermagem e os primeiros socorros nas emergências por ação física e ambiental: Corpo estranho, afogamento;  A enfermagem e os primeiros socorros às vítimas de intoxicação exógena e acidentes por animais peçonhentos;  O Enfermeiro na gestão de hospitais – avanços, dilemas e perspectivas.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>TIMBY, Bárbara K. <b>Enfermagem Médico Cirúrgica</b>. 8ª ed revisada e ampliada - Barueri – SP: Monole, 2005  HADDAD, Eneida G. M. <b>A ideologia da velhice</b>. São Paulo: Cortez, 1986.  LIMA, Mariúza Pelloso. <b>Gerontologia educacional: uma pedagogia para o idoso: uma nova concepção do envelhecer</b>. São Paulo; Ltr, 2000.  CINTRA, E. A; NISHIDE, V. M; NUNES, W. A <b>Assistência de Enfermagem ao Paciente Gravemente Enfermo</b>. São Paulo: ATHENEU, 2003.  SMELTZER S. C.; BARE. B. G. <b>Tratado Médico-Cirúrgico</b>. 11 ed, Rio de Janeiro: GuanabaraKoagan, 2008  WALDOW, Vera Regina. <b>Cuidado Humano- O resgate necessário</b>.Ed. Sagra Luzzato, Porto Alegre, 1999.  MAXIMINIANO, Antonio César Amaru. <b>Introdução à Administração</b>. 5ª. ed., São Paulo, Atlas, 2000.</p>			

## 7° SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM EM ATENÇÃO A SAÚDE MENTAL	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	120
<b>EMENTA</b>			
Estuda as bases teóricas da saúde mental com foco nas relações interpessoais, no núcleo familiar e na reinserção social, enfatizando os aspectos de promoção, recuperação e manutenção da saúde do indivíduo; tratamento das doenças mentais, realizando atividades práticas em diferentes cenários. (Centro de Atenção Psicossocial, instituições hospitalares, Residências Terapêuticas e ambulatórios). Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas de Saúde mental do Ministério da Saúde, e a Reforma Psiquiátrica;</li> <li>-Aspectos históricos, sócio-políticos e culturais da Psiquiatria e da Enfermagem psiquiátrica da antiguidade a atualidade;</li> <li>- Atenção ao indivíduo portador de distúrbio mental na Atenção Básica: CAPS, CAPSAD; CAPSCI;</li> <li>- Residências Terapêuticas e sua inserção no contexto da saúde;</li> <li>- Sistematização da Assistência de Enfermagem na Saúde Mental;</li> <li>- o cuidado de enfermagem aos diversos transtornos mentais, ao cliente e sua família.</li> <li>- Importância do relacionamento interpessoal para atuação na saúde mental;</li> <li>- Noções de psicopatologia, compreendendo alterações: senso-perceptivas, do pensamento, da memória, afetividade, humor, entre outras.</li> <li>- Etiologia e classificação dos principais transtornos mentais.</li> <li>- Psicoses: Endógenas: esquizofrenias, afetivas.</li> <li>- Exógenas: traumáticas e tóxicas.</li> <li>- Transtornos de ansiedade/ neuroses e suas diversas manifestações;</li> <li>- Transtornos da personalidade/psicopatias.</li> <li>- Transtornos da alimentação/ anorexia e bulimia</li> <li>- Noções de psicofarmacologia.</li> <li>- Atuação da enfermagem nas Emergências psiquiátricas.</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>KAPLAN, H.I, SADOCK, B. J. <b>Tratado de Psiquiatria</b>. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>DELGALARRONDO, P. D. <b>Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais</b>. Porto Alegre: Artemed, 2000.</p> <p>CORDIOLI, A. V. <i>et al.</i> <b>Psicofármacos: consulta rápida</b>. 2 ed., Porto Alegre: Artemed, 2002.</p> <p>STUART, G. W. LARAIA, M. T. <b>Enfermagem Psiquiátrica Princípios e Prática</b>. 6 ed., Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>DANIEL, Liliansa Felcher. <b>Atitudes interpessoais em enfermagem</b>. São Paulo: EPU, 2003.</p> <p>STEFANELLI, M. C. <b>Comunicação nos diferentes contextos da enfermagem</b>. São Paulo: Manole, 2005.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ATENÇÃO BÁSICA	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da Enfermagem	75
<b>EMENTA</b>			
<p>Estuda a fundamentação teórica do cuidar da população infanto-juvenil brasileira com base no perfil epidemiológico, enfatizando a criança e o adolescente sadios, em suas fases de desenvolvimento, focado na promoção da saúde e prevenção de doenças de acordo com os programas do Ministério da Saúde. Discute e aplica os conhecimentos científicos do programa de imunização voltados para essas faixas etárias. Analisa as questões político-sociais e econômicas dos Programas de Atenção à Saúde da Criança e do adolescente. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>- Perfil Epidemiológico da população infanto-juvenil Brasileira.  - Políticas Públicas de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente no Brasil.  - PAISC/PROSAD/AIDPI:  - Conceitos, objetivos, linhas de ação.  - Linhas de Cuidado.  - Agenda de Compromissos para a Criança.  <b>Processo de Crescimento e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente:</b>  Conceitos: crescimento, maturação, desenvolvimento, desenvolvimento psicossocial e puericultura.  Padrões de crescimento e desenvolvimento.  Tendências do crescimento e desenvolvimento.  Proporções externas do crescimento: peso, altura e perímetros.  Marcos do desenvolvimento: linguagem, psicomotor, pessoal-social e adaptativo.  Fatores que influenciam o crescimento e o desenvolvimento: intrínsecos e extrínsecos.  Fatores de risco para morbi-mortalidade.  Calendário mínimo de consultas para assistência a criança.  Caderneta da criança e do adolescente.  Características das etapas do crescimento e desenvolvimento: lactente, toddler, pré-escolar, escolar e adolescente.  Consulta de Enfermagem em Puericultura (Acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento).  Exame Físico.  <b>Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância/AIDPI.</b>  - Avaliação da criança de 2 meses a 05 anos de idade( sinais gerais de perigo, principais sinais e sintomas preditivos tosse ou dificuldade para respirar, diarreia, febre, problemas de ouvido, desnutrição, palidez palmar, problemas de alimentação e avaliação do calendário vacinal).  - Avaliação da criança de 01 semana a menor de 2 meses( Avaliação de sinais gerais de perigo, de possível infecção bacteriana, diarreia e avaliação da amamentação).  - Identificação de Tratamento.  - Aconselhamento à mãe ou Acompanhante.  - Consulta de Retorno.  - Primeira Semana de Cuidados Integral.  - Triagem Neonatal (Teste do Pezinho/ Anemia Falciforme), Triagem auditiva e ocular.  - Dermatite das fraldas, Impetigo.  - Aleitamento Materno/ Orientações alimentar para o desmame.</p>			

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR – 6023**: informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2003.
- BARROS, Fernando C. VITORIA Cesar G. **Epidemiologia da Saúde Infantil**: Um manual para Diagnósticos Comunitarios. 2ª ed. Hucitec – UNICEF. São Paulo, 1994.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Atenção Integrada às doenças Prevalentes na infância**. Brasília, 2002.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº. 196/96. Dispõe sobre a pesquisa BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Direitos da Criança e do adolescente Hospitalizados. Resolução nº 41 de outubro de 1995. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de outubro de 1995.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde. Organização Pan Americana da Saúde. **Guia alimentar para crianças menores de dois anos** / Secretaria de Políticas de Saúde, Organização Pan Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil** / Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Dermatologia**/ Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde – Secretaria de Assistência à Saúde . **Normas de Atenção à Saúde Integral do Adolescente**. 1993. 1v.2v.3v.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para menores de dois anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASÍLIA: Organização Pan-Americana da Saúde. **Avaliação nas unidades de Saúde**. João Joaquim Freitas do Amaral; Antônio José A. da Cunha; Maria Anice S. Fontanele e Silva, 160p. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: aspectos clínicos, de vigilância epidemiológica e de controle** - guia de bolso / elaborado por Gerson Oliveira Pena [et al]. -, 1998, 220 p.
- CARPENITO, Lynda Juall- **Diagnóstico em Enfermagem**. 6ª ed. Artmed. PortoAlegre, 2000.
- CARVALHO, M.; LOPES, J. M. de A. **Avanços da Perinatologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- COSTA M. C.; SOUZA. R. P. org. **ADOLESCÊNCIA**: Aspectos Clínicos e Psicossociais. ARTMED: Porto alegre, 2002.
- DESLANDES, S.F. Humanização: revisando o conceito a partir das contribuições da sociologia médica. In: DESLANDES, SF. (Org.) **Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas**. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2006.
- FIGUEIRA, F.; FERREIRA, O.S.; ALVES, J.G.B. **Pediatria**: Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP). 2ed. Rio de Janeiro: MEDÍS, 1996, 986p.
- FUJIMORI,E;OHARA,C.V.S.**Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica**.Barueri,SP- Manole,2009.
- GESELL, A.; AMATRUDA. **A criança do 0 aos 5 Anos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GESELL, A.; AMATRUDA. **Psicologia do desenvolvimento do lactente e da criança pequena**: bases neuropsicológicas e comportamentais. São Paulo: Atheneu, 2002.
- MARCONDES, Eduardo. **Pediatria básica**. São Paulo: Sarvier, 2002.
- MEDRONHO, R.A. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu, 2006.
- MOTA,A; SCHRAIBER,L.B. **Infância e Saúde**:perspectivas históricas.São Paulo:Hucitec/Fapesp,2009.
- NELSON, W. E. **Tratado de pediatria**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- RAMOS, Flávia Regina Souza, MONTICELLI Marisa, NITSCHKE Rosane Gonçalves. **Um encontro de Enfermagem como Adolescente Brasileiro: Projeto Acolher** – ABEN/ Governo Federal, Brasília 2000.
- REGIANI,Carla. **Assistência à Saúde da Criança**: atenção primária do nascimento aos dois anos de idade. 1ªed. São Paulo:látria,2006.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- RODRIGUES, Y. T.; RODRIGUES, P. P. B. **Semiologia pediátrica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- SEGRE, Conceição. **Recém-nascido**. São Paulo: Sarvier, 1996.
- SIGAUD, C.H.S.; VERÍSSIMO, M.L.O. **Enfermagem pediátrica**: O cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente. 9ed. São Paulo: EPU, 1996, 296p.
- TAMEZ, R. N.; SILVA, M. J. P. **Enfermagem na UTI neonatal**: assistência ao recém-nascido de Alto Risco. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- WHALEY L.F.; WONG, D.L. **Enfermagem pediátrica**: elementos essenciais à intervenção efetiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1999, 1118p.



COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ENFERMAGEM	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Humanas e Sociais	45
<b>EMENTA</b>			
<p>- Estuda os pressupostos teóricos da educação e seu papel na formação de educadores em saúde.</p> <p>- Aborda as principais metodologias ativas da educação e saúde. Discute o planejamento da ação educativa (Função, elementos e avaliação em novas perspectivas).</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>- Práticas pedagógicas em interface com a profissionalização da enfermagem</p> <p>- A interdisciplinaridade no processo ensino-aprendizagem.</p> <p>Metodologias utilizadas na educação;</p> <p>Etapas do processo educativo;</p> <p>Metodologias ativas, características, pressupostos e aplicabilidade prática;</p> <p>- Teoria da problematização</p> <p>-Educação popular nos serviços de saúde</p> <p>- Técnicas pedagógicas de ensino</p> <p>Como preparar, organizar, desenvolver e avaliar: aulas, palestras, conferências, painel, seminários; cartilhas; folder, entre outros.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>CANDAU, Vera (org). <b>A Didática em questão</b>. Petrópolis: Vozes, 1989.</p> <p>_____. <b>Rumo a uma nova Didática</b>. Petrópolis: Vozes, 1989.</p> <p>CASTRO, Amélia Domingues. <b>Piaget e a Didática</b>. São Paulo: Saraiva,1974.</p> <p>FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia do Oprimido</b>. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1979.</p> <p>GADOTTI, Moacir. <b>Concepção dialética da educação : um estudo introdutório</b>. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>GANDIN, Danilo. <b>Planejamento como prática educativa</b>. 7ª edição. São Paulo: Loyola, 1986.</p> <p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. <b>Interdisciplinaridade</b>. São Paulo: Loyola, 1995.</p> <p>ÉVY, Pierre. <b>As tecnologias da inteligência</b>. São Paulo: Ed. 34, 1993</p> <p>MARTINS, Pura Lucia Oliver. <b>Didática Teórica, didática prática</b>. São Paulo: Loyola, 1991.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio B. <b>Currículos e programas no Brasil</b>. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1995.</p> <p>NANGEL, Thomas S. <b>Ensino para competência</b>. 7ª ed. São Paulo: Globo, 1983.</p> <p>OLIVEIRA, Maria Rita. <b>A reconstrução da Didática: elementos teóricos-metodológicos</b>. São Paulo Papirus, 1999.</p> <p>VALLA, Victor Vicente et alii. <b>Educação, Saúde e cidadania</b>. Petrópolis, Vozes, 1994</p> <p>VASCONCELOS, Eymard M. <b>Educação Popular nos Serviços de Saúde</b>. São Paulo: Hucitec, 1997.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro et alii. <b>Repensando a didática</b>. Papirus, 1989.</p> <p>_____. <b>Técnicas de ensino: Por quê não?</b>. São Paulo, Papirus, 1991.</p> <p>VALLA, Victor Vicent et alii. <b>Educação Popular nos Serviços de Saúde</b>. São Paulo: Hucitec, 1997.</p> <p>WERNECK, Hamilton <b>Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo</b>. Petrópolis: Vozes, 2001.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>RAMOS, Marise Trabalho, Educação e Correntes Pedagógicas no Brasil: Um estudo a partir da formação do trabalhador. EPSJV / UFRJ. Nº de páginas e ano: 29p. – 2010.</p>			

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>PESQUISA ORIENTADA EM ENFERMAGEM</b>	<b>CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências Humanas e Sociais</b>	<b>15</b>
<b>EMENTA</b>			
Possibilita ao aluno momentos de encontros com professor orientador de modo a subsidiar a construção de textos científicos e trabalhos de conclusão de curso. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Leitura orientada do material produzido para pesquisa Aprimoramento da metodologia; Aprofundamento das técnicas de análise e tratamento dos dados; Reuniões com o orientador; Leitura e orientação de material produzido com direcionamento e elaboração de cronograma de atividades de orientação; Entrada no campo de pesquisa Início da coleta de dados; Sistematização e tratamento dos dados.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
LAKATOS, E. M. <b>Fundamentos de Metodologia Científica</b> . 3ª. São Paulo: Atlas, 1993. _____. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b> . 4ªed. São Paulo: Atlas, 1992. SCHNEIDER, de Sá, E (org). <b>Manual de Normalização</b> . 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b> . 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996. BRASIL, ABNT. Normalização para Trabalhos Científicos. Brasília 2011.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO BÁSICA E GINECOLOGIA	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências da enfermagem	75
<b>EMENTA</b>			
Estuda a fundamentação teórica do cuidar da população feminina brasileira com base no perfil epidemiológico, enfatizando a saúde da mulher focado na promoção da saúde e prevenção de doenças de acordo com os programas do Ministério da Saúde, discutindo e aplicando os conhecimentos científicos do programa de imunização voltados para as mulheres, as questões de gênero e violência contra a mulher. Analisa as questões político-sociais e econômicas dos Programas de Atenção à saúde da mulher relacionados à prevenção de câncer, saúde reprodutiva e climatério. Pertence ao eixo Cuidado, Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Políticas públicas de saúde de atenção à saúde da Mulher : PAISM/ PROSAD/ PHPN/ Abordagem de gênero; Aspectos epidemiológicos da mortalidade materna; Questões da saúde reprodutiva: Medicalização do corpo feminino/ Aborto; Repercussões da violência para a saúde da mulher e condutas assistenciais; Aspectos gerais de ginecologia e doenças mais comuns; Abordagem sindrômica das Infecções Sexualmente Transmissíveis; Imunizações recomendadas para a saúde feminina; Prevenção de câncer de colo uterino e de mama; A mulher no climatério; Propedêutica da Gestação; Assistência Pré-natal;			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
BARROS,S.M.O. et al. <b>Enfermagem obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial</b> .1.ed. São Paulo: ROCA.2002.517p. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. <b>Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico</b> . Brasília, 2002. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. <b>Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica</b> . Brasília, 2005. BRASIL.MS. <b>Doenças Sexualmente transmissíveis (DST)</b> . Brasília, 2000. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas. Área Técnica de Saúde da Mulher. <b>Gestação de Alto Risco: Manual Técnico</b> . Brasília, 2000. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. <b>Manual dos Comitês de Mortalidade Materna</b> . 3ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas. Área Técnica de Saúde da Mulher. <b>Parto, Aborto e Puerpério: Assistência Humanizada à Mulher</b> . Brasília, 2001. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. <b>Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada - manual técnico</b> . Brasília: Ministério da Saúde, 2005. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. <b>Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: norma técnica</b> . 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. <b>Urgência e Emergências Obstétricas</b> . Brasília, 2003. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. <b>Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço</b> . Brasília: Ministério da Saúde, 2001. REZENDE, Jorge de & MONTENEGRO, Carlos Antônio Barbosa. <b>Obstetrícia Fundamental</b> . 8ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FARMACOLOGIA CLÍNICA	CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE	Ciências Biológicas e da Saúde	75
<b>EMENTA</b>			
Estuda e discute a aplicação clínica das classes farmacológicas sobre os sistemas: nervoso central e autônomo, cardiovascular e renal, endócrino e respiratório. Oportunizando ao sujeito o melhor entendimento das propriedades físico-químicas e farmacológicas dos fármacos empregados na terapêutica e recuperação nas relações saúde doença. Pertence ao eixo das Ciências Biológicas e da Saúde.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Casos Clínicos: Estrutura, Componentes, Identificação de Critérios Médicos e Farmacológicos, Interpretação.</li> <li>- Monitorização de Fármacos e Parâmetros Farmacocinéticos.</li> <li>- Farmacologia do Sistema Nervoso Autônomo</li> <li>- Farmacologia Cardiovascular e Renal: Antihipertensivos e Diuréticos</li> <li>- Farmacologia Respiratória: Terapêutica da Asma Brônquica, DPOC e outras enfermidades respiratórias / Farmacologia do Bloqueio Neuromuscular.</li> <li>- Fármacos Anti-Obesidade</li> <li>- Farmacologia Endócrina: Drogas tireoidianas e antitireoidianas / Agentes Hipoglicemiantes Orais / Fármacos Antilipidêmicos</li> <li>- Farmacologia do Sistema Nervoso Central: Sedativos e Hipnóticos / Antidepressivos / Anticonvulsivantes / Anestésicos Locais e Gerais</li> <li>- Terapêutica das Intoxicações por Inseticidas</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita; FERREIRA, Maria Beatriz Cardoso. <b>Farmacologia Clínica: Fundamentos da Terapêutica Racional</b>. 4. ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. xix, 1284p.</li> <li>- GOODMAN, L. S.; GILMAN, A. <b>As bases farmacológicas da terapêutica</b>. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</li> <li>- KATZUNG, B. Z. <b>Farmacologia</b>. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</li> <li>- RANG, H.P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M. <b>Farmacologia</b>. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</li> <li>SILVA, P. <b>Farmacologia</b>. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>BRODY, T.M. et al. <b>Farmacologia Humana: da Molecular à Clínica</b>. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.</li> <li>- GRAHAM-SMITH, D. G.; ARONSON, J. K. <b>Tratado de Farmacologia Clínica e Farmacoterapia</b>. 3.ed. . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</li> <li>- CRAIG, C. R.; STITZEL, R. E. <b>Farmacologia Moderna com Aplicações Clínicas</b>. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</li> <li>- FUCHS. <b>Farmacologia Clínica</b>. 2.ed. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.</li> </ul>			

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMPUS DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>TÓPICOS ESPECIAIS</b>	<b>CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências da Enfermagem</b>	<b>30</b>
<b>EMENTA</b>			
Estuda temas específicos relacionados às demandas regionais que contribuam com a formação generalista do enfermeiro. Pertence ao eixo Cuidado Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
O conteúdo do componente curricular será de acordo á especificidade do perfil epidemiológico e das necessidades regionais.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
Conforme as características do componente curricular a ser oferecido.			

## 8º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
<b>METODOLOGIA DA PESQUISA EM ENFERMAGEM</b>	<b>SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM</b>	Ciências Humanas e Sociais	45
<b>EMENTA</b>			
Executa a coleta de dados, aprofunda a análise e interpretação de dados; discute as formas e tipos de análises e sua aplicabilidade na pesquisa, elabora o trabalho de conclusão de curso. Pertence ao eixo Saberes e Práticas em Enfermagem.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Procedimentos éticos e burocráticos para a coleta de dados;            Elaboração do termo de consentimento livre e esclarecido;            A coleta de dados e o campo de pesquisa;            O campo de pesquisa, os sujeitos e o pesquisador;            Descrição dos elementos constitutivos da metodologia,            Tipos de análise segundo diversos pensadores ;            Técnicas de análise dos dados;            Elaboração da análise e interpretação dos dados;            Apresentação dos dados ;            Elaboração do relatório de pesquisa;            Formas de apresentação do relatório de pesquisa;            Elementos constitutivos do relatório de pesquisa- elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós- textuais;            Como transformar o relatório de pesquisa em artigos científicos;            Normalização segundo a ABNT</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.            BRASIL, ABNT. Normalização para Trabalhos Científicos. Brasília 2011.            _____. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 4ªed. São Paulo: Atlas, 1992.            SCHNEIDER, de Sá, E (org). <b>Manual de Normalização</b>. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.</p>			

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMPO DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>TÓPICOS ESPECIAIS</b>	<b>CUIDADO SAÚDE E SOCIEDADE</b>	<b>Ciências da Enfermagem</b>	<b>30</b>
<b>EMENTA</b>			
Estuda temas específicos relacionados às demandas regionais que contribuam com a formação generalista do enfermeiro. Pertence ao eixo Cuidado Saúde e Sociedade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
O conteúdo do componente curricular será de acordo á especificidade do perfil epidemiológico e das necessidades regionais.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
Conforme as características do componente curricular a ser oferecido.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM NA ATENÇÃO À SAÚDE DO HOMEM	SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	Ciências da Enfermagem	45
<b>EMENTA</b>			
Discute a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem no âmbito do SUS de modo a promover a compreensão da realidade masculina nos seus diversos contextos sócio-cultural e político-econômico, enfatizando a prevenção de agravos, a educação em saúde e a atenção clínica e de enfermagem a esse grupo etário.. Pertence ao eixo Saberes e Práticas em Enfermagem.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Política de Atenção Integral à Saúde do Homem. Promoção da saúde do Homem. Gênero e Saúde Masculina. Responsabilidade Paterna. Violência Urbana. Perfil Epidemiológico Masculino. Alcoolismo e Tabagismo. DST/AIDS na população masculina. Organização dos Serviços para Saúde do Homem.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. 2006. CALIL, Ana Maria; PARANHOS, Wana Yeda. O Enfermeiro e as situações de Emergência. São Paulo: KNOBEL, Elias. Condutas no Paciente Grave. São Paulo: Atheneu, vol.1 e 2, 1999.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
LYRA, J. et al. <b>Homens e cuidado: uma outra família?</b> In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M. A. F. (orgs.). Família – redes laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais (PUC-SP), 2005. p. 79-01 Schraiber, LB; Gomes, R e Couto, M T. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. <b>Ciênc. Saúde Coletiva</b> , 2005, vol.10, n.1, pp. 7-17.			



COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPUS DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER NO PARTO E PUERPÉRIO	SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	Ciências da Enfermagem	90
<b>EMENTA</b>			
Estuda a fundamentação teórica do cuidar da mulher no ciclo gravídico-puerperal com. Aplica os princípios da sistematização da assistência de enfermagem nos principais processos patológicos que acometem a mulher no referido ciclo; desenvolve atividades práticas em ambulatórios, Centros de Saúde, unidades básicas de saúde, comunidades, unidades hospitalares, integrando os conhecimentos à pesquisa e produção de textos científicos. Pertence ao eixo Saberes e Práticas em Enfermagem.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>. Desenvolvimento Fetal e Anexos embrionários e fetais:</b>  Desenvolvimento embrionário e fetal  Anexos embrionários e fetais  Circulação materno-fetal</p> <p><b>Assistência de Enfermagem nas Intercorrências Obstétricas</b>  <b>Síndromes Hemorrágicas da 1ª e 2ª metade da gestação:</b>  Gravidez ectópica  Doença Trofoblástica Gestacional (Mola Hidatiforme)  Placenta Prematuro da Placenta  Placenta Prévia  Rotura uterina</p> <p><b>Síndromes Hipertensivas:</b>  Pré-eclampsia;  Eclampsia;  Síndrome Hellp</p> <p><b>Alterações do Líquido Amniótico</b>  Amniorrexe Prematura</p> <p><b>Endocrinopatias</b>  Diabetes gestacional  Hipotireoidismo  Hipertireoidismo</p> <p><b>Anemia Falciforme</b></p> <p><b>Alterações da Duração da Gestação:</b>  Trabalho de Parto Prematuro</p> <p><b>Doenças tromboembólicas no ciclo gravídico e puerperal</b></p> <p><b>Infecções do Trato Urinário na Gestação</b></p> <p><b>Assistência de Enfermagem no Trabalho de Parto e Parto:</b>  Contratibilidade Uterina  Mecanismo do Parto  Períodos Clínicos do Parto  Humanização na Assistência à parturiente e recém-nascido normal  Recepção do Recém-Nascido normal  Abordagem na recepção da maternidade - teste rápido HIV, conduta nas hepatites</p> <p><b>Assistência de Enfermagem à Puérpera no Pós-Parto e Recém-Nascido normal:</b>  Puerpério Normal e Patológico, Aleitamento Materno  Intercorrências Mamárias, Cuidados ao RN normal, Contracepção pós-parto</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. <b>Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada - manual técnico.</b> Brasília: Ministério da Saúde, 2005. CARVALHO, Geraldo M. <b>Enfermagem em Obstetrícia.</b> São Paulo: EPU., 2002. OLIVEIRA, Dora Lucia de. <b>Enfermagem na gravidez, parto e puerpério: notas de aula.</b> Rio Grande do Sul: editora UFRGS, 2006. ZIEGEL, Erna E. e CRANLEY, Mecca S. <b>Enfermagem Obstétrica.</b> 8ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas. Área Técnica de Saúde da Mulher. <b>Parto, Aborto e Puerpério: Assistência Humanizada à Mulher.</b> Brasília, 2001.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE HOSPITALIZADO	SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	Ciências da Enfermagem	90
<b>EMENTA</b>			
Estuda a fundamentação teórica do cuidar da população infanto-juvenil brasileira com base no perfil epidemiológico, enfatizando a criança e o adolescente em processo de adoecimento, focado na atenção secundária e terciária. Aplica os princípios da sistematização da assistência de enfermagem nos principais processos patológicos que acometem essas faixas etárias, desenvolve atividades práticas em ambulatórios, unidades hospitalares, integrando os conhecimentos à pesquisa e produção de textos científicos. Pertence ao eixo Saberes e Práticas em Enfermagem.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>A Criança Hospitalizada: Impacto da hospitalização na criança, adolescente e família / Atuação de enfermagem junto à criança, adolescente e família/ O Lúdico na Assistência.</b>  O que representa a hospitalização para a criança, adolescente e a família.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estressores para criança hospitalizada: ansiedade típica da separação, perda do controle e medo da lesão corporal e da dor.</li> <li>- Reações da criança a hospitalização por fase de desenvolvimento: choro, raiva, agressividade, negação, apatia e tristeza.</li> <li>- .Reações da família frente à hospitalização da criança: negação, raiva, negociação, depressão e aceitação.</li> <li>- Sistematização da assistência de enfermagem na hospitalização: relação de confiança, escutar atentamente, respeitar os direitos, fazer intervenções verbais, observação do comportamento/das mensagens corporais e o uso do brinquedo terapêutico.</li> </ul> <p><b>Administração de Medicamentos em Pediatria</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Respeitando as características das etapas do crescimento e desenvolvimento na administração de medicação: oral, oral, intramuscular, intravenosa, ocular, auditiva e nasal.</li> <li>-Cálculo de medicação.</li> <li>- Orientação à família na administração de medicamentos.</li> </ul> <p><b>Assistência de Enfermagem à Criança com Afecções Renais</b>  Infecção do Trato Urinário/ITU: conceito, etiologia, classificação, manifestações clínicas, tratamento e prevenção.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-.Síndrome Nefrótica: conceito, tipos, manifestações clínicas e tratamento.</li> <li>- Glomérulo Nefrite (GNA/GNC): conceito, etiologia, incidência, manifestações clínicas, tratamento.</li> <li>- Diagnósticos de Enfermagem.</li> </ul> <p><b>Assistência de Enfermagem à Criança com Afecções Neurológicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-.Convulsão: conceito.</li> <li>-.Distúrbios convulsivos: etiologia e tratamento.</li> <li>-.Epilepsia: classificação.</li> <li>-.Convulsão febril: caracterização.</li> <li>- Diagnósticos de Enfermagem.</li> </ul> <p><b>Assistência de Enfermagem à Criança com Cardiopatias Congênitas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento embrionário do coração.</li> <li>- Circulação fetal: ducto arterioso, forame oval e ducto venoso.</li> <li>- Diagnóstico, Quadro clínico, Sopros</li> <li>-.Classificação: cianóticas e acianótica.</li> <li>- .Tetralogia de Fallot: definição, incidência, manifestações clínicas e tratamento.</li> <li>- .Comunicação interatrial (CIA): definição, incidência, manifestações clínicas e tratamento.</li> <li>- Comunicação interventricular (CIV): definição, incidência, manifestações clínicas e tratamento.</li> <li>- .Persistência do Canal arterial (PCA): definição, incidência, manifestações clínicas e tratamento.</li> <li>- Diagnósticos de enfermagem.</li> </ul> <p><b>Afecções Respiratórias na Infância</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- .Principais infecções do trato respiratório.</li> <li>- Diagnósticos de Enfermagem, Assistência de Enfermagem, Terapias Inalatórias.</li> </ul> <p><b>A Criança com Hidrocefalia / Assistência de Enfermagem.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnósticos de Enfermagem, Assistência de Enfermagem</li> </ul> <p><b>8- Principais Problemas que acomete o Adolescente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gravidez na Adolescência</li> <li>- Drogas, Violência</li> </ul>			

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR – 6023**: informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2003.
- BARROS, Fernando C. VITORIA Cesar G. **Epidemiologia da Saúde Infantil**: Um manual para Diagnósticos Comunitários. 2ª ed. Hucitec – UNICEF. São Paulo, 1994.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Atenção Integrada às doenças Prevalentes na infância**. Brasília, 2002.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº. 196/96. Dispõe sobre a pesquisa envolvendo seres humanos. **Bioética**, v. 4, p.15-25, 1996. Suplemento, 2.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Direitos da Criança e do adolescente Hospitalizados. Resolução nº 41 de outubro de 1995. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de outubro de 1995.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Cuidados paliativos oncológicos: controle da dor**. - Rio de Janeiro: INCA, 2001.124p. : il. (Manuais técnicos).
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil / Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BRASIL.Ministério da Saúde – Secretaria de Assistência à Saúde . **Normas de Atenção à Saúde Integral do Adolescente**. 1993. 1v.2v.3v.
- Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: aspectos clínicos, de vigilância epidemiológica e de controle** - guia de bolso / elaborado por Gerson Oliveira Pena [et al]. -, 1998, 220 p.
- CARPENITO, Lynda Juall- **Diagnóstico em Enfermagem**. 6ª ed. Artmed. PortoAlegre, 2000.
- CARVALHO, M.; LOPES, J. M. de A. **Avanços da Perinatologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- COSTA M. C.; SOUZA. R. P. org. **ADOLESCÊNCIA**: Aspectos Clínicos e Psicossociais. ARTMED: Porto alegre, 2002.
- DESLANDES, S.F. Humanização: revisando o conceito a partir das contribuições da sociologia médica. In: DESLANDES, SF. (Org.) **Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas**. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2006.
- FIGUEIRA, F.; FERREIRA, O.S.; ALVES, J.G.B. **Pediatria**: Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP). 2ed. Rio de Janeiro: MEDÍIS, 1996. 986p.
- GESELL, A.; AMATRUDA. **A criança do 0 aos 5 Anos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GESELL, A.; AMATRUDA. **Psicologia do desenvolvimento do lactente e da criança pequena**: bases neuropsicológicas e comportamentais. São Paulo: Atheneu, 2002.HARRISON, T. R. e al. **Medicina Interna**. 15 ed., Rio de Janeiro: McGrawill, 2001. Vol. I e II.
- LEÃO, E. R.; CHAVES, L. D. **Dor quinto sinal vital**: reflexões e intervenções de enfermagem. Curitiba: Maio, 2004.
- MARCONDES, Eduardo. **Pediatria básica**. São Paulo: Sarvier, 2002.
- MOTA,A; SCHRAIBER,L.B. **Infância e Saúde**:perspectivas históricas.São Paulo:Hucitec/Fapesp,2009.
- MORSH, D.S.; ARAGÃO, P.M. **A criança, sua família e o hospital**: pensando no processo de humanização. In: DESLANDES, S.F. Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e praticas. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2006.
- NELSON, W. E. **Tratado de pediatria**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- RAMOS, Flávia Regina Souza, MONTICELLI Marisa, NITSCHKE Rosane Gonçalves. **Um encontro de Enfermagem como Adolescente Brasileiro: Projeto Acolher** – ABEN/ Governo Federal, Brasília 2000.
- REGIANI,Carla. **Assistência à Saúde da Criança**: atenção primária do nascimento aos dois anos de idade. 1ªed. São Paulo:látria,2006.
- RODRIGUES, Y. T.; RODRIGUES, P. P. B. **Semiologia pediátrica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- SEGRE, Conceição. **Recém-nascido**. São Paulo: Sarvier, 1996.
- SIGAUD, C.H.S.; VERÍSSIMO, M.L.O. **Enfermagem pediátrica**: O cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente. 9ed. São Paulo: EPU, 1996, 296p. SOUSA, SPS; COSTA, NM. **Medicações e diluições em neonatologia e pediatria**. PROENF/Artmed: Porto Alegre, 2006.
- TAMEZ, R. N.; SILVA, M. J. P. **Enfermagem na UTI neonatal**: assistência ao recém-nascido de Alto Risco. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- WHALEY L.F.; WONG, D.L. **Enfermagem pediátrica**: elementos essenciais à intervenção efetiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1999, 1118p.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR	SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	Ciências da Enfermagem	30
<b>EMENTA</b>			
Correlaciona os conteúdos dos componentes curriculares do semestre numa perspectiva interdisciplinar, de modo a promover a integração e melhor compreensão dos conteúdos trabalhados. Pertence ao eixo Saberes e Práticas em Enfermagem.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Estudos de Casos Clínicos proveniente dos componentes Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente hospitalizada, Enfermagem na Atenção à saúde da mulher no parto, puerpério e ginecologia; Complexidade e Saúde do Homem ; Desenvolvimento de Práticas integradas dos componentes curriculares do semestre; Estudo de casos aplicando os princípios do componente tópicos especiais em saúde , metodologia da pesquisa e associados aos demais componentes do semestre; Construção de atividades referente a Metodologia da Pesquisa em Saúde III Discussão das experiências vivenciadas Prática Integrada: A violência na cidade de Salvador, ações de prevenção e cuidados de Enfermagem relacionados aos ciclos vitais estudados.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Projeto Acolher. <b>Adolescer</b> : compreender, atuar e acolher. Brasília: ABEN, 2001. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Saúde da Família. <b>Revista Brasileira de Enfermagem</b> . ABEN – v. 53, n. Especial, 2000. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Projeto Acolher: <b>Um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro</b> - Brasília: ABEN/Governo Federal, 2000. BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Programa de humanização no pré-natal e nascimento</b> : informações para gestores e técnicos. Brasília.HARRISON, T. R. e al. <b>Medicina Interna</b> . 15 ed., Rio de Janeiro: McGrawill, 2001. Vol. I e II. LEÃO, E. R.; CHAVES, L. D. <b>Dor quinto sinal vital</b> : reflexões e intervenções de enfermagem. Curitiba: Maio, 2004. LYRA, J. et al. <b>Homens e cuidado: uma outra família?</b> In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M. A. F. (orgs.). Família – redes laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais (PUC-SP), 2005. p. 79-01 MARCONDES, Eduardo. <b>Pediatria básica</b> . São Paulo: Sarvier, 2002. MOTA,A; SCHRAIBER,L.B. <b>Infância e Saúde</b> :perspectivas históricas.São Paulo:Hucitec/Fapesp,2009.MORSH, D.S.; ARAGÃO, P.M. <b>A criança, sua família e o hospital</b> : pensando no processo de humanização. In: DESLANDES, S.F. Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e praticas. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2006.			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTÁGIO CURRICULAR EM GESTÃO DA ENFERMAGEM	SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	Ciências da Enfermagem	75
<b>EMENTA</b>			
<p>-Propiciar a vivência do acadêmico em situações reais em projetos de extensão desenvolvidos pela UNEB e propor soluções para os problemas levantados, por meio de ação, intervenção social no campo profissional. Acompanha o planejamento, programação e implementação das atividades e avaliação das ações do Projeto, desenvolve e avalia práticas de acolhimento aos usuários dos serviços, conforme a Política de Humanização do Ministério da Saúde. Pertence ao eixo Saberes e Práticas em Enfermagem.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Auxiliar na gestão de projetos e trabalhar em equipe de forma interdisciplinar e multiprofissional visando a ação comunitária e social  Identificar as carências regionais que justificam o desenvolvimento de ações extensionistas;  Estudar o perfil epidemiológico da clientela alvo;  Realizar as ações de Enfermagem no âmbito do projeto considerando os princípios da Humanização;  Observar o campo clínico e clientela alvo do projeto  Realizar entrevista, anamnese e exame físico;  Passeio ambiental à comunidade específico  Acompanhamento das ações extensionistas;  Consulta de enfermagem;  Ações de cunho específico do projeto;  Ações de intervenções de Enfermagem voltadas para a característica da ação;  Realização de Oficinas;  Realização de ações de Educação em saúde;  Elaboração de plano de trabalho e relatório de atividades.  Reuniões de acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>BAUMAN, Z. <b>Comunidade</b>: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003  ZALUAR, Alba e ALVITO Marcos. (Org). <b>Um século de favela</b>. 5ª Ed. Fundação Getúlio Varvas, Rio de Janeiro, 2006.  ZALUAR, Alba. <b>A máquina e a revolta</b>: As organizações populares e o significado da pobreza. Ed. Brasiliense, 2ª Ed. São Paulo, 2000.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMPUS DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PESQUISA ORIENTADA EM ENFERMAGEM	SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	Ciências Humanas e Sociais	15
<b>EMENTA</b>			
Possibilita ao aluno momentos de encontros com professor orientador de modo a subsidiar a construção de textos científicos e trabalhos de conclusão de curso. Pertence ao eixo Saberes e Práticas em Enfermagem.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Leitura orientada do material produzido para pesquisa  Aprimoramento do trabalho de conclusão de curso  Aprofundamento das técnicas de análise, tratamento e apresentação dos dados;  Reuniões com o orientador;  Leitura e orientação de material produzido com direcionamento e elaboração de cronograma de atividades de orientação;  Elaboração do relatório Final da pesquisa  Procedimentos necessários para produção do artigo.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>LAKATOS, E. M. <b>Fundamentos de Metodologia Científica</b>. 3ª. São Paulo: Atlas, 1993.  _____. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 4ªed. São Paulo: Atlas, 1992.  SCHNEIDER, de Sá, E (org). <b>Manual de Normalização</b>. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.  SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.  BRASIL, ABNT. Normalização para Trabalhos Científicos. Brasília 2011.</p>			

9º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSAO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTAGIO CURRICULAR EM GESTÃO DE PROGRAMAS EM SAÚDE	SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	Ciências da Enfermagem	75
<b>EMENTA</b>			
Possibilita a inserção do acadêmico nas atividades de gestão no âmbito estadual e municipal da saúde, junto aos programas especiais da saúde direcionado às populações específicas, desenvolvidos por esses órgãos, através da parceria entre as Secretarias Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde. Pertence ao eixo saberes e práticas em Enfermagem.			
<b>CONTEUDO PROGRAMATICO</b>			
<p>Desenvolver o estabelecimento de relações com as diversas formas de organização social (associações, conselhos profissionais, estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde). Reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde;</p> <p>Identificar problemas ligados a gestão das ações e serviços na unidade da área de abrangência municipal e estadual;</p> <p>Identificar e descrever os recursos humanos, físicos, financeiros, materiais e organizacionais existentes na rede;</p> <p>Conhecer e saber utilizar as teorias, técnicas e instrumentos do Planejamento e Administração em Saúde;</p> <p>Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais e reconhecer o perfil epidemiológico das populações, respondendo às especificidades regionais de saúde, através de intervenções planejadas, nos níveis de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde</p> <p>Conhecer as instâncias colegiadas de gestão do Sistema Único de Saúde (Conselho municipal e conselho local, conferências);</p> <p>Compreender o processo de tomada de decisão, reconhecendo a importância da participação dos diversos atores envolvidos nesse processo, no âmbito da gestão;</p> <p>Conhecer a estrutura e o funcionamento das Secretarias Municipal, Secretaria Estadual de Saúde e Conselho Municipal de Saúde; Analisar os instrumentos de gestão municipal de saúde;</p> <p>Analisar o desempenho do município em relação aos indicadores do Pacto da Atenção Básica;</p> <p>Desenvolver ações de Enfermagem junto aos diversos programas populacionais instituídos pelo Ministério da Saúde no âmbito da gestão;</p> <p>Auxiliar na gestão dos diversos projetos especiais, seu monitoramento e avaliação das ações;</p> <p>Elaborar relatório das atividades desenvolvidas;</p> <p>Acompanhar as práticas de gerência adotadas na Unidade, identificando metodologia, instrumentos e documentos de trabalho, relatórios, mapas de produção, entre outros;</p> <p>Planejamento do programa: rotina, campanhas, bloqueios, intensificações;</p> <p>Visita à rede de frio do Estado, estoque, armazenamento, conservação, distribuição e controle de perdas; Ações de vigilância epidemiológica e sanitária;</p> <p>Identificação de vacinas especiais e identificação de sinais e sintomas relativos aos eventos adversos pós-vacinação e seu acompanhamento; Notificação e investigação de casos; Vigilância de eventos adversos pós-vacinal; Investigação epidemiológica de agravos com adoção de medidas de controle; Auxílio na educação permanente de profissionais das Unidades de Saúde</p> <p>Análise de banco de dados- SINAN, SIAB, SIPNI entre outros</p> <p>Participar das reuniões de supervisão, acompanhamento, avaliação do estágio e socialização das atividades de estágio, Elaborar relatório de atividades desenvolvidas;</p> <p>Preencher a auto avaliação do estágio; Cumprir os instrumentos de avaliação do componente curricular</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BASICA</b>			
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Plano de reorientação da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus</b>: Manual de Hipertensão arterial e diabetes mellitus. Brasília, 2002.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. FUNASA. <b>Textos de epidemiologia para vigilância ambiental em saúde</b>. Brasília, 2002.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. FUNASA. <b>Guia de vigilância epidemiológica</b>. Vol I. Brasília, 2002.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. FUNASA. <b>Manual de vigilância epidemiológica das doenças exantemáticas</b>: sarampo, rubéola e SRC. Vol I. Brasília, 2003.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde</b>. 2 ed. Brasília, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Manual de diagnóstico e tratamento de doenças falciformes</b>. Brasília: ANVISA, 2001.</p> <p>Elisabeth, Carmem Duarte. et al: <b>Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil</b>: um estudo Exploratório. Brasília: Pan - Americana de saúde, 2002</p> <p>MENDES, E. V. <b>Distrito Sanitário</b>: o processo social de mudança das práticas sanitárias no Sistema único de Saúde. 3 ed., Rio de Janeiro: Hucitec / Abrasco, 1995.</p> <p>MINAYO M.C. <b>O desafio do conhecimento</b>. Pesquisa qualitativa em saúde. [ S.I.]: Hucitec – Abrasco, 1996</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSAO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC	SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	Ciências Humanas e Sociais	15
<b>EMENTA</b>			
Organização de evento científico pelos alunos para a apresentação das produções realizadas durante a formação acadêmica, visando a divulgação das produções, o desenvolvimento da autonomia no planejamento, organização e realização de eventos científicos. Pertence ao eixo Saberes e Práticas em Enfermagem.			
<b>CONTEUDO PROGRAMATICO</b>			
<p>Reunião de planejamento da atividade;  Definição do cronograma de trabalho com metas a serem cumpridas;  Distribuição de tarefas entre os estudantes; formação de comissões;  Definição do tipo de evento;  Elaboração de relação de material necessário;  Busca de agentes patrocinadores;  Construção do objetivo, programação, definição de datas;  Elaboração de folder, cartazes, pôster; e carta de comunicação às autoridades institucionais;  critérios para seleção dos trabalhos a serem apresentados; critérios de avaliação do evento;  Reserva do local para o evento; reserva de material áudio visual / multimídia;  Preparo para o evento: divulgação, seleção dos trabalhos a serem apresentados; estimativa de tempo para apresentação e comentários;  Organização do local, arrumação;  Realização do evento observando os aspectos: recepção, organização, limpeza, atendimento ao usuário, apresentação dos trabalhos, debates, avaliação, entre outros;  Registro fotográfico, cobertura jornalística, entrevistas;  Elaboração e distribuição de certificados ou similar;  Apresentação de relatório sobre o evento e os trabalhos apresentados;  Auto avaliação do desempenho do estudante.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BASICA</b>			
<p>CANDAU, Vera (org). <b>A Didática em questão</b>. Petrópolis: Vozes, 1989.  . <b>Rumo a uma nova Didática</b>. Petrópolis: Vozes, 1989.  CANDAU, Vera Maria et. All. <b>Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos</b>. Petrópolis: Vozes, 1996.  CASTRO, Amélia Domingues. <b>Piaget e a Didática</b>. São Paulo: Saraiva, 1974.  FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia do Oprimido</b>. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1979.</p>			



<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>ESTÁGIO CURRICULAR</b>	<b>SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM</b>	<b>Ciências da Enfermagem</b>	<b>400</b>
<b>EMENTA</b>			
<p>Possibilita a inserção do acadêmico de enfermagem na rede básica de saúde, de modo a aproximá-lo da realidade do mercado de trabalho, da convivência multiprofissional, multiprofissional, interdisciplinar e interinstitucional, buscando a integração ensino/serviço/comunidade; desenvolver competências e habilidades nas diversas áreas de atuação profissional em saúde coletiva/ pública, atuando nas unidades de saúde junto aos programas ministeriais desenvolvidos, unidades básicas de saúde e comunidades organizadas, em especial nos Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Estratégia de Saúde da Família.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Situação de saúde da população da área de abrangência;  Realizar Seminários temáticos;  Realizar visitas domiciliares em companhia dos agentes comunitários;  Realizar consultas de enfermagem a crianças, adultos, adolescentes, idosos, mulheres e gestantes;  Anamnese, exame físico, palpação, ausculta, coleta para exame de Papanicolau, orientação para exames específicos;  Realizar ações de Vigilância Epidemiológica;  Realizar procedimentos relacionados à gestão da sala de imunização;  Elaborar plano de trabalho com proposta de intervenção a ser desenvolvida durante o estágio;  Desenvolver práticas educativas junto aos membros das equipes de PACS/ ESF e comunidade;  Realizar oficinas educativas e educação permanente;  Identificar, descrever e explicar os problemas de saúde da população;  Elaborar proposta de intervenção junto aos problemas identificados;  Utilizar os sistemas de informação em saúde, particularmente o SIAB na elaboração do plano de trabalho e proposição de soluções de problemas da comunidade e da unidade de saúde;  Acompanhar as práticas de gerência adotadas na Unidade, identificando metodologia, instrumentos e documentos de trabalho, relatórios, mapas de produção, entre outros;  Coletar dados para o desenvolvimento de pesquisas e produção de textos científicos e em saúde, respeitando os princípios da Resolução 196-96 do CNS;  Ações educativas nas diversas unidades de desenvolvimento do estágio; junto aos profissionais de saúde de nível médio e elementar; junto a comunidade; realização de oficinas, salas de espera, orientações individuais e em grupo.  Intervenções de Enfermagem nos problemas identificados no indivíduo, família e na unidade de saúde.  Reuniões de acompanhamento, condução e avaliação de estágio.  Elaboração de texto científico  Participar das reuniões de supervisão, acompanhamento, avaliação do estágio e socialização das atividades de estágio.  Elaborar relatório de atividades desenvolvidas;  Preencher a auto avaliação do estágio.  Cumprir os instrumentos de avaliação do componente.  Socialização das atividades desenvolvidas durante o estágio.</p>			

## BIBLIOGRAFIA BASICA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Projeto Acolher: **Um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro** - Brasília: ABEN/Governo Federal, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Projeto Acolher. **Adolescer**: compreender, atuar e acolher. Brasília: ABEN, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem**. ABEN – v. 53, n. Especial, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Projeto Acolher: **Um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro** - Brasília: ABEN/Governo Federal, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Projeto Acolher. **Adolescer**: compreender, atuar e acolher. Brasília: ABEN, 2001.
- BAHIA, SESAB. Pólo de Capacitação, formação e educação permanente de pessoal para saúde da família - Bahia. **Manual para vigilância de menores de um ano de risco em áreas cobertas pela estratégia de atenção à saúde da família**. Salvador, 1999.
- BAHIA, SESAB. Pólo de Capacitação, formação e educação permanente de pessoal para saúde da família - Bahia. **Manual para Treinamento Introdutório das equipes de saúde da família**. Salvador, 2001. BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da família**: uma estratégia para reorientação do modelo assistencial. Brasília, 1997
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência pré-natal**: Manual técnico. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Urgências e emergências maternas**: Guia para diagnóstico e conduta em situações de risco de morte materna. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestação de alto risco**: Manual técnico. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Parto, aborto e puerpério**: Assistência humanizada à mulher. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Direitos humanos e violência intrafamiliar**: informações para agentes comunitários de saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde; Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de diagnóstico e tratamento de doenças falciformes**. Brasília: ANVISA, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Módulo para capacitação nas doenças prevalentes da infância**. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. FUNASA. **Curso Básico de vigilância Epidemiológica**: Manual do treinando. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de reorientação da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus**: Manual de Hipertensão arterial e diabetes mellitus. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. FUNASA. **Textos de epidemiologia para vigilância ambiental em saúde**. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. FUNASA. **Guia de vigilância epidemiológica**. Vol I. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. FUNASA. **Manual de vigilância epidemiológica das doenças exantemáticas**: sarampo, rubéola e SRC. Vol I. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde**. 2 ed. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da família no Brasil**: uma análise de indicadores selecionados 1998-2004. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de humanização no pré-natal e nascimento**: informações para gestores e técnicos. Brasília. s/d
- CIANCIARULLO, T. I.; SILVA, G. T.; CUNHA, I. C. K. O. **Uma nova estratégia em foco**: O programa Saúde da Família – identificando as suas características no cenário do SUS. São Paulo: Ícone, 2005.
- COSTA, E. M. A.; CARBONE, M. H. **Saúde da Família**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Rúbio, 2004.
- GONÇALVES, A. M.; PERPÉTUO, S. C. **Dinâmica de grupos na formação de lideranças**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.
- LOOS, S. **Viagem à fantasia**: Jogos criativos e não competitivos na escola e em família. São Paulo: Paulus, 1996. TEIXEIRA, C. **Planejamento Municipal em Saúde**. Salvador: COOPTEC, 2001.
- ZATTA, I. M. **A farmácia da Natureza**. São Paulo: Paulinas, 1996.
- WRIGHT, L. M.; LEAHEY, M. **Enfermeiros e família**: um guia para avaliação e intervenção na família. 3. ed. São Paulo: Roca, 2002.
- [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br) - *Programas e Projetos – A maior parte da referência da disciplina encontra-se disponível no do Ministério da Saúde. Biblioteca virtual*
- [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br) - Página da Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- <http://www.dhnet.org.br> - Página sobre direitos humanos.

**10º SEMESTRE**

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>EIXO DE FORMAÇÃO</b>	<b>DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>ESTÁGIO CURRICULAR</b>	<b>SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM</b>	<b>Ciências da Enfermagem</b>	<b>440</b>
<b>EMENTA</b>			
Possibilita o desenvolvimento e consolidação de conhecimentos, competência e habilidades no âmbito hospitalar. Visa aproximar o acadêmico da realidade do mercado de trabalho, da convivência multiprofissional, multiprofissional, interdisciplinar e interinstitucional, buscando a integração ensino/serviço/comunidade; consolidar as competências e habilidades na diversas áreas de atuação na rede hospitalar, em especial nas unidades de clínica médica, cirúrgica, pediátrica e geriátrica. Pertence ao eixo Saberes e Práticas em Enfermagem.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Reconhecimento do campo inteirando o aluno acerca do funcionamento geral do hospital; Conhecimento sobre o fluxo de usuários, história clínica dos mesmos, terapêutica utilizada, nível de resolutividade dos problemas assistenciais da unidade; Desenvolvimento de atividades administrativa-assistenciais; Participação no planejamento e na execução do processo de educação continuada da unidade que ocorra durante o estágio; Participação na elaboração das escalas mensais e diárias de trabalho dos funcionários; Levantamento dos problemas do setor através de protocolo específico; Solicitar reposição de materiais quando necessário; Solicitar, junto à preceptoria, avaliação técnica de materiais e equipamentos com problemas prevendo a viabilidade de substituição; Colaboração e ou desenvolvimento de coleta de dados para o desenvolvimento de pesquisas em saúde, respeitando os princípios da Resolução 196-96 do CNS; Elaboração, apresentação e divulgação de estudo de casos clínicos respeitando os princípios da Resolução 196-96 CNS Identificação das causas dos problemas e priorização dos mesmos; Planejamento, supervisão e execução da assistência de enfermagem; Entrevista clínica, exame físico, processo de enfermagem com classificação diagnóstica com base na taxonomia da NANDA E CIPE (classificação internacional das práticas de enfermagem); Aplicação do processo de enfermagem para nortear as práticas desenvolvidas de acordo com as prioridades clínicas; Realização de procedimentos de enfermagem para o usuário nas diversas unidades e ciclos vitais Realizar educação permanente aos funcionários da unidade Encaminhamento de exames diagnósticos dos pacientes internados; Realização de registros de enfermagem e passagem de plantão; Elaboração de relatório das atividades desenvolvidas; Evolução diária da condição clínica do usuário como parte do processo de retroalimentação do cuidado; Desenvolvimento das atividades de Enfermagem respeitando o Código de Ética Profissional Notificação Compulsória de Doenças sob controle epidemiológico diagnosticadas na unidade; Acompanhamento das práticas de gerência adotada na unidade, identificando metodologias, instrumentos e documentos de trabalho, relatórios, mapas de produção, etc. Atuar frente as diversas patologias que acometem o indivíduo em suas diversas fases da vida; Desenvolvimento das atividades assistenciais e administrativas considerando o Estatuto da Criança e do idoso Adolescente e do Idoso; Promoção de atividades recreativas e lúdicas; Participação nas abordagens junto à criança, ao adolescente, ao idoso e à família; Articulação junto à equipe de Enfermagem buscando atender as especificidades da criança e do adolescente e do idoso hospitalizado; Prestação de cuidados imediatos nas situações de emergências; Atendimento aos usuário seguindo os protocolos estabelecidos; Adotar os cuidados preconizados a partir de um consenso com a equipe multiprofissional; Articulação com os demais serviços de apoio necessários ao atendimento de emergência; Conferência dos materiais de emergência repondo possíveis desfalques; Realizar auto avaliação do estudante</p>			

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRUNNER/SUDDARTH. **Tratado Médico-Cirúrgico**. Edição 1998, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
- CARPENITO, Juall Linda. **Planos de Cuidados de Enfermagem e Documentação**. 2ª ed, Porto Alegre: Artmed, 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 8 Ed. Rio de Janeiro, campus, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Administração. Teoria, Processo e Prática**. 3ª ed. Makron, 2000.
- CÍNTIA, Eliane Araújo e Cols . **Assistência de Enfermagem ao paciente gravemente enfermo**. São Paulo: Athneu,2001.
- FELIPPE, José Jr. **Pronto Socorro**. 2ª edição,. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.
- LEITE, Alba Lúcia Botwa. **Anamnese e Exame Físico: Avaliação Diagnóstico de Enfermagem no Adulto**. Porto Alegre: Athneu, 2002.
- MARQUIS, Bessie L. **Administração e liderança em enfermagem: teoria e aplicação**. 2 Ed Porto Alegre. Artes Médicas, 1999.
- NETINA, Sandra M. **Prática de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan,1998.
- POTTER, Parícia A & PERRY, AneGriffin. **Fundamentos de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
- ROMAN, A.V. **Ações de Enfermagem na Administração de medicamentos**. Salvador. Centro Editorial da UFBA. 1991.
- SANTOS, Raimundo Rodrigues e cols. **Manual de Socorro de Emergência**. Porto Alegre: Athneu, 1999.
- WALDOW, Vera Regina. **Cuidado Humano - O resgate necessário**. Ed. Sagra Luzzato, Porto Alegre, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO DE FORMAÇÃO	DIMENSÃO/CAMP O DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TCC	SABERES E PRÁTICAS EM ENFERMAGEM	Ciências Humanas e Sociais	30
<b>EMENTA</b>			
Subsidia a apresentação pública dos trabalhos de conclusão do Curso com avaliação pela banca examinadora. Pertence ao eixo Saberes e Práticas em Enfermagem.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Distribuição dos alunos por temas a serem apresentados os Trabalhos de Conclusão de Curso;  Elaboração do calendário de apresentação dos trabalhos;  Orientações gerais quanto a apresentação dos trabalhos;  Compartilhamento com avaliação dos alunos quanto aos elementos constitutivos do TCC e o produto a ser apresentado;  Leitura e discussão da Regulamentação dos trabalhos de TCC , conforme o Colegiado do Curso;  Aspectos éticos da pesquisa e dos artigos científicos;  Avaliação da compatibilidade da produção às normas de publicação do periódico escolhida para encaminhamento;  Discussão sobre composição das bancas examinadoras em acordo com o orientador;;  Encaminhamento dos trabalhos e ofícios necessários à defesa;  Reserva de sala para as defesas, organização , reserva de multimeios;  Divulgação do calendário de defesas a serem realizadas e bancas examinadoras;  Apresentação pública dos trabalhos;  Atribuição de notas pela banca;  Preenchimento da ata de defesa por aluno;  Divulgação dos resultados das defesas públicas.  Encaminhamento de relatório das defesas dos TCC com avaliação final dos alunos ao colegiado de Curso pelo docente responsável do componente curricular.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>BREVIDELLI, M. M.; DOMENICO, E. B. L. e Cols. <b>Trabalho de Conclusão de Curso</b>: guia prático para docentes e alunos da área da saúde. São Paulo: látria, 2006;  LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2005;  POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. <b>Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem</b>: métodos, avaliação e utilização. 5 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004;  BRASIL, ABNT. <b>Normalização para Trabalhos Científicos</b>. Brasília 2011.</p>			

### 3.9.7 Acervo Bibliográfico do Curso

A relação contendo o acervo do curso encontra-se em CD anexo a este projeto.

### 3.9.8 Instalações Especiais e Laboratórios

O Departamento de Ciências da Vida, no qual o curso de Enfermagem está inserido, tem procurado incorporar ao processo acadêmico as características da produção de conhecimento na modernidade, viabilizando a ampliação docente, melhorando a infraestrutura dos laboratórios para execução das aulas práticas, com o intuito de contribuir para a formação do/da graduando/da e direcionar o perfil do profissiográfico do egresso.

O Departamento disponibiliza ao Curso de Graduação em Enfermagem os laboratórios para as atividades práticas, que têm por finalidade contribuir para a formação do (a) graduando (a) e direcionar o perfil profissiográfico do egresso.

A seguir, são elencados os laboratórios do DCV.

**Quadro 20 – Laboratórios do Departamento de Ciências da Vida**

Laboratório	Finalidades	Competências
ANATOMIA	Capacitar o graduando a compreender a estrutura e/ou morfologia do corpo humano e a relação de suas partes, a partir de uma abordagem da organização e constituição geral dos diversos órgãos e sistemas. Atende aos componentes curriculares Anatomia Humana, Neuropatologia e Neuroanatomia, Anatomia e Fisiologia dos Órgãos da Fala e da Audição, Patologia dos Órgãos da Fala e da Audição.	Dotar o graduando de conhecimento para: <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Atuar nos diferentes níveis de atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primário, secundário e terciário;</li><li>▪ Realizar com proficiência a anamnese e a consequente construção da história clínica, bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;</li><li>▪ Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza biopsicosocio-ambiental subjacentes à prática profissional e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática profissional e na sua resolução.</li><li>▪ Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional.</li></ul>

Laboratório	Finalidades	Competências
BIOFÍSICA	<p>Fornecer ao graduando elementos para compreensão sobre os princípios físicos que regem o comportamento dos diversos aspectos do sistema biológico através de seus diversos níveis de organização. Biofísica Básica, Biofísica Celular e Biofísica dos Sistemas. Neste laboratório são ministrados os componentes curriculares: Biofísica, Fundamentos de Biofísica Aplicados à Fonação e Audição.</p>	<p>Dotar o graduando de conhecimento para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuar nos diferentes níveis de atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primário, secundário e terciário;</li> <li>▪ Realizar com proficiência a anamnese e a consequente construção da história clínica, bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;</li> <li>▪ Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza biopsicosocio-ambiental subjacentes à prática profissional e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática profissional e na sua resolução.</li> <li>▪ Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional.</li> </ul>

Laboratório	Finalidades	Competências
BIOLOGIA	<p>Oportunizar aos graduandos obter conhecimento sobre as bases contemporâneas da biologia da célula eucarionte de modo que adquiram os conceitos básicos; dessa forma, fornecendo conhecimento sobre a estrutura e ultra estrutura celular e a relação desta com as funções das estruturas celulares; transmitindo as bases moleculares fundamentais para as funções celulares. Atende ao componente curricular Biologia Celular.</p>	<p>Dotar o graduando de conhecimento para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuar nos diferentes níveis da atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primário, secundário e terciário;</li> <li>▪ Realizar com proficiência a anamnese e a consequente construção da história clínica, bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;</li> <li>▪ Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza biopsicosocio-ambiental subjacentes à prática profissional e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática profissional e na sua resolução.</li> <li>▪ Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional.</li> </ul>
BIOQUÍMICA	<p>Neste laboratório são realizadas aulas práticas do componente curricular Bioquímica, com o objetivo de estudar os processos químicos que ocorrem nos organismos vivos, conhecendo a estrutura química das moléculas e biomoléculas (proteínas, glicídios, lipídios e ácidos nucléicos), correlacionando-as com as funções biológicas, identificando a caracterização dos eventos metabólicos nos vários tecidos e no mecanismo de regulação. Estudar as transformações de energia nas células vivas e a volumetria dos líquidos biológicos, água, pH e tampões, sabendo utilizar os métodos físico-químico de análise.</p>	<p>Dotar o graduando de conhecimento para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuar nos diferentes níveis da atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primário, secundário e terciário;</li> <li>▪ Realizar com proficiência a anamnese e a consequente construção da história clínica, bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;</li> <li>▪ Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza biopsicosocio-ambiental subjacentes à prática profissional e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática profissional e na sua resolução.</li> <li>▪ Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional.</li> </ul>



Laboratório	Finalidades	Competências
<p>CINESIOLOGIA, CINESIOTERAPIA (em implantação no 3º. subsolo)</p>	<p>Capacitar o graduando a compreender os conceitos e princípios básicos da biomecânica interna do corpo humano e as interferências externas sobre ele colocadas analisando os movimentos humanos. São ministrados os seguintes componentes: Hidroterapia, Cinesioterapia e Mecanoterapia, Cinesiologia, Recursos Terapêuticos e Manuais, Fisiologia do Exercício, Fisioterapia em Ortopneumatologia e Reumatologia I e II, Clínica Médica e Fisioterapia em Clínica Médica, Fisioterapia em Geriatria I e II, Fisioterapia em Neurologia I e II, Bioimagem.</p>	<p>Dotar o graduando de conhecimento para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuar em todos os níveis de atenção a saúde integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, sensibilizados e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o;</li> <li>▪ Reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;</li> <li>▪ Realizar consultas, avaliações e reavaliações do paciente colhendo dados, solicitando, executando e interpretando exames propedêuticos e complementares que permitam elaborar um diagnóstico cinético-funcional, para eleger e quantificar as intervenções e condutas fisioterapêuticas apropriadas, objetivando tratar as disfunções no campo da Fisioterapia, em toda sua extensão e complexidade, estabelecendo prognóstico, reavaliando condutas e decidindo pela alta fisioterapêutica.</li> </ul>
<p>FARMACOLOGIA</p>	<p>Realizar estudos sobre as drogas desde a origem, estrutura, processos farmacocinéticos, farmacodinâmicos dos diferentes fármacos no organismo, proporcionando conhecimentos vinculados com efeitos bioquímicos e fisiológicos das drogas, mecanismo da ação e relação de estrutura atividade. Neste laboratório são realizadas aulas práticas do componente curricular Farmacologia.</p>	<p>Dotar o graduando de conhecimento para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza biopsicosocio-ambiental subjacentes à prática profissional e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática profissional e na sua resolução.</li> </ul>

Laboratório	Finalidades	Competências
FARMACOLOGIA		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Utilizar adequadamente recursos semiológicos e terapêuticos, validados cientificamente, contemporâneos, hierarquizados para atenção integral à saúde, no primeiro, segundo e terceiro níveis de atenção.</li> </ul>
FISIOLOGIA	<p>Neste laboratório são realizadas aulas práticas dos componentes curriculares Fisiologia Geral, Fisiologia do Aparelho Digestivo, Fisiologia da Nutrição e Neurofisiologia, com os objetivos de explicar o funcionamento normal dos diferentes sistemas do organismo humano; interpretar e interrelacionar as funções dos diferentes sistemas regulatórios; observar fatos experimentais e inferir, a partir deles, princípios básicos, que possam explicar o funcionamento do organismo humano; e aplicar conhecimento e métodos fisiológicos no planejamento e resolução de problemas concretos.</p>	<p>Dotar o graduando de conhecimento para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuar nos diferentes níveis da atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primário, secundário e terciário;</li> <li>▪ Realizar com proficiência a anamnese e a conseqüente construção da história clínica, bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;</li> <li>▪ Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza biopsicosocio-ambiental subjacentes à prática profissional e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática profissional e na sua resolução.</li> <li>▪ Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional.</li> </ul>
HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA	<p>Capacitar o graduando a compreender a descrição da estrutura microscópica e submicroscópica dos tecidos e órgãos que constituem os organismos biológicos bem como o seu desenvolvimento embrionário e pós-natal. Entendendo a morfologia numa perspectiva funcional, não só para aumentar a motivação pra o estudo da forma, mas, para que possa compreender melhor como as modificações da forma levam a alterações da função e vice-versa. Neste laboratório são realizadas aulas práticas do componente curricular Histologia e Embriologia.</p>	<p>Dotar o graduando de conhecimento para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuar nos diferentes níveis da atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primário, secundário e terciário;</li> <li>▪ Realizar com proficiência a anamnese e a conseqüente construção da história clínica, bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;</li> <li>▪ Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza biopsicosocio-ambiental subjacentes à prática profissional.</li> </ul>

### 3.9.9. Avaliação do Ensino E da Aprendizagem

O principal propósito da avaliação é acompanhar a experiência do aluno, no processo de construção do conhecimento, com indicação contínua da efetividade das situações didático-pedagógicas propostas. Para Vasconcellos (2000, p. 58-59).

[...] a avaliação deve ser contínua para que possa cumprir sua função de auxílio ao processo ensino-aprendizagem. A avaliação que importa é aquela feita no processo, quando o professor pode estar acompanhando a construção do conhecimento pelo [acadêmico]. Avaliar o processo e não apenas o produto, ou melhor, avaliar o produto no processo”.

Embora expresso em valor numérico conforme normas institucionais, o resultado da avaliação global do aluno deve, sobretudo, refletir os aspectos qualitativos – o perfil exigido pelo curso.

O Curso de Bacharelado em Enfermagem parte da premissa epistemológica de que o conhecimento se produz através de um processo de aprendizado contínuo e aberto a inúmeras contingências, e só pode ser compreendido através da indissociável vinculação entre teoria e prática e entre os diversos saberes que compõem a estrutura curricular do curso. A metodologia de ensino e de avaliação deve, portanto, levar em conta as habilidades que se quer ver desenvolvidas pelos alunos.

A metodologia de ensino assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, nas quais se procurará estimular o aluno a realizar uma atividade individual de construção do conhecimento;
- Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para os diversos componentes curriculares, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- Recorrer à utilização de recursos multimídia da Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- Valer-se da Internet como ferramenta de multiplicação do saber.

Seguindo esta lógica didática, as avaliações:

- Não se limitarão a provas e testes, mas ao acompanhamento coletivo e individual do desenvolvimento do aluno, buscando construir cotidianamente as condições mínimas para que se possa proceder a substituição da metodologia tradicional de avaliação pela chamada avaliação por objetivos, na qual o aluno estará constantemente em processo avaliativo, lhe sendo oportunizado diversas chances de demonstrar a construção do conhecimento e/ou habilidades exigidos;
- Quando realizadas através de provas tradicionais, nelas serão privilegiadas as avaliações subjetivas e dissertativas, tendo como escopo central a percepção sobre o aluno demonstrar a capacidade e habilidade de encontrar soluções para os problemas propostos e não meramente a capacidade de repetir fórmulas ou padrões consagrados.

É necessário que se compreenda a avaliação como processo a ser desenvolvido em conjunto: coordenação, docentes, discentes e pessoal de apoio. Além de direcionada para o aluno, a avaliação levará em conta, também, o processo, de modo a ser valiosa auxiliar na tomada de decisão relativa ao programa de ensino.

Assim, a avaliação deverá estar coerente com a concepção pedagógica do curso que busca privilegiar metodologias críticas e reflexivas que contribuam para a aquisição de conhecimentos e competências para que o profissional seja capaz de agir e transformar a realidade. A avaliação, portanto, é parte fundamental do projeto pedagógico, interferindo no próprio desenvolvimento do curso.

A avaliação enfocada enquanto experiência a ser desenvolvida oferecerá os fundamentos para a reflexão sobre o processo e o produto. Na realização das atividades, o aluno vai consolidando sua aprendizagem, apurando a observação do seu meio e das situações, utilizando-se dos conhecimentos que vai reelaborando. O objetivo é aprender a aprender, a pensar, a fazer, a ser e a conviver.

O professor – catalisador, mediador, guia – não só elabora e acompanha todo o processo, como oferece indicações adicionais, estimula a reflexão e observação, mas também, detecta dificuldades, buscando alternativas para fazer ajustes e reajustes no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, a avaliação está presente em todas as fases e não como resultado final. Ela é parte da dinâmica do

processo ensino-aprendizagem, e, portanto, não tem como fim apenas conferir nota, mas, acompanhar e recuperar o aprendizado.

Sob essa perspectiva, a avaliação é um procedimento integrado ao desenvolvimento do processo de construção do conhecimento pautado no diálogo. Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

Assim, a avaliação das disciplinas será de natureza formativa e somativa. A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

A avaliação somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência às normas e exigências institucionais que acompanhará a avaliação formativa através de autoavaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo a apuração de frequência às atividades acadêmicas e a avaliação do aproveitamento acadêmico.

O rendimento acadêmico será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica.

A avaliação do aproveitamento acadêmico deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

A avaliação é realizada de acordo com o Regimento Geral da UNEB. Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular:

I – independentemente de exame final, o estudante que obtiver nota de aproveitamento não inferior a sete, correspondente a média aritmética simples das verificações parciais; e,

II – mediante exame final, o aluno que tendo obtido nota de aproveitamento médio inferior a sete nas verificações parciais, e que alcance a nota média final mínima cinco, correspondente à media ponderada entre a nota média de aproveitamento dos exercícios escolares e a nota do exame final.

O aluno que não alcançar a nota média mínima sete terá que realizar a prova final.

### **3.10 PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA, DE EXTENSÃO E DE ENSINO**

A investigação científica é fundamental para o avanço do conhecimento e desenvolvimento das ciências, trazendo como consequência contribuições expressivas para a comunidade em geral. Além disso, possibilita a melhoria da capacidade de aprendizagem do corpo discente e do nível das aulas do corpo docente. Corroborando com esse pensamento, a UNEB considera o ensino, a pesquisa e a extensão itens indissociáveis.

Além das atividades de ensino, envolver o aluno, devidamente acompanhado por representante(s) do corpo docente da instituição, em atividades de monitoria, projetos de iniciação científica, projetos de extensão, assessoria à comunidade, dentre outras ações desse gênero, representa um ganho em criatividade, senso crítico, inovação, responsabilidade, adaptação e socialização, que são competências básicas para formação de um profissional bem sucedido.

Pertencendo à estrutura da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o curso de Enfermagem - Bacharelado do Campus I, estimula os graduandos a participarem das atividades supracitadas, sendo devidamente acompanhados e orientados pelos professores do curso. Dentre as ações implementadas para essa finalidade, destacam-se os programas de monitoria, com bolsa auxílio da própria instituição (UNEB); incentivos à participação de projetos de iniciação científica e de apoio à comunidade, financiados por órgãos fomentadores de pesquisa, tais como: FAPESB, CNPQ, PIBIC e de outras instituições; e incentivos à participação dos diversos projetos de interesse social oferecidos pela UNEB.

Tal estímulo também é repassado aos professores pertencentes ao quadro do curso, a partir de liberação e incentivo para a participação de eventos relacionados à área de interesse do professor e do curso; incentivo à produção científica, por meio de uma gratificação pecuniária, cujas regras são definidas pela Resolução CONSU

nº 228/2003; liberação para a participação em programas de aperfeiçoamento (mestrado, doutorado), sem prejuízo de sua remuneração; dentre outros incentivos. Destaca-se que tais ações desenvolvidas contam com a assistência e apoio do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE), pertencente à estrutura departamental do Campus I; e também do apoio do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), da UNEB, para a validação das pesquisas de campo realizadas pelo corpo docente e discente.

Os projetos desenvolvidos pelos docentes do DCV -*Campus I* representam a articulação entre a Universidade do Estado da Bahia – UNEB e o Território de Identidade do qual Salvador faz parte.

As ações extensionistas do DCV – I têm buscado desenvolver uma maior articulação entre a comunidade e a universidade, com o envolvimento de alunos e professores em questões do cotidiano da comunidade e de uma formação que atrele os vários conhecimentos oriundos do dia a dia à devida transposição para o conhecimento científico.

No que se refere às propostas de ações extensionistas, visam atender aos anseios da comunidade externa, bem como as características regionais, buscando promover e estimular as atividades socioculturais do Departamento através da socialização do conhecimento acadêmico. As atividades de extensão desenvolvidas, buscam inserir e trazer para o debate acadêmico reflexões críticas sobre o papel de cada agente social em prol da melhoria do seu espaço na sociedade.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão, possibilita uma intervenção da comunidade acadêmica na sociedade em que está inserida, a partir da promoção de ações que buscam implantar melhorias nessa sociedade. Melhorias essas que se tornam possíveis a partir do ensino e das pesquisas realizadas nas Instituições de Ensino Superior.



**QUADRO 21 - PROJETOS DESENVOLVIDOS PELOS DOCENTES DE ENFERMAGEM  
CADASTRADOS: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

**2011**

	<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>NATUREZA</b>
1	<b>UNIDADE AVANÇADA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - UAES</b>	<b>EXTENSÃO</b>
2	<b>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM NAS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS</b>	<b>EXTENSÃO</b>

**2012**

	<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>NATUREZA</b>
1	<b>PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES CARDIOVASCULARES NOS USUÁRIOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE (UATI) DA UNEB, CAMPUS I</b>	<b>EXTENSÃO</b>
2	<b>COMPARTILHANDO SABERES E PROMOVENDO SAÚDE</b>	<b>EXTENSÃO</b>

**2013**

	<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>NATUREZA</b>
1	<b>ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO</b>	<b>EXTENSÃO</b>
2	<b>SENSIBILIZAÇÃO DE BOLSISTAS DO PERMANECER SUS PARA O ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO AOS PACIENTES QUANTO AO PROGRAMA DE ATENÇÃO A PESSOA COM DOENÇA FALCIFORME</b>	<b>EXTENSÃO</b>
3	<b>ACOLHENDO À GESTAÇÃO</b>	<b>EXTENSÃO</b>
4	<b>PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES CARDIOVASCULARES NOS USUÁRIOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE (UATI) DA UNEB, CAMPUS I</b>	<b>EXTENSÃO</b>
5	<b>COMPARTILHANDO SABERES E PROMOVENDO SAÚDE</b>	<b>EXTENSÃO</b>

**2014**

	<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>STATUS</b>
1	<b>LIGA ACADÊMICA DE ENFERMAGEM EM DOENÇAS CARDIOVASCULARES - LAEDCV</b>	<b>EXTENSÃO</b>
2	<b>SER MULHER, GESTANTE E PRESIDÁRIA: DIFÍCEIS CAMINHOS.</b>	<b>EXTENSÃO</b>
3	<b>COMPARTILHANDO SABERES E PROMOVENDO SAÚDE</b>	<b>EXTENSÃO</b>
4	<b>PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM IDOSOS DE UMA UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE</b>	<b>EXTENSÃO</b>
5	<b>SEGURANÇA DO PACIENTE: UM DESAFIO NOSSO</b>	<b>EXTENSÃO</b>
6	<b>PROJETO DA LIGA ACADÊMICA MULTIPROFISSIONAL DO CUIDADO INTENSIVO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</b>	<b>EXTENSÃO</b>

	<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>STATUS</b>
7	<b>SENSIBILIZAÇÃO DE BOLSISTAS DO PERMANECER SUS PARA O ACOLHIMENTO</b>	<b>EXTENSÃO</b>
8	<b>ASSISTÊNCIA À SAÚDE DAS PESSOAS COM ANEMIA FALCIFORME NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, BAHIA.</b>	<b>EXTENSÃO</b>
9	<b>GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA NO ÂMBITO DA PRISÃO: VIVÊNCIAS DE PRESIDIÁRIAS DE SALVADOR-BA.</b>	<b>EXTENSÃO</b>
10	<b>SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA VISITA-PRÉ-OPERATÓRIA: PERCEÇÃO DOS ENFERMEIROS</b>	<b>EXTENSÃO</b>
11	<b>PRONASPE - PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE-ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.</b>	<b>EXTENSÃO</b>

2015

	<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>STATUS</b>
1	<b>LIGA ACADÊMICA DE PRIMEIROS SOCORROS</b>	<b>EXTENSÃO</b>
2	<b>LIGA ACADÊMICA DE ENFERMAGEM MATERNO INFANTIL (LAEMI)</b>	<b>EXTENSÃO</b>
3	<b>AVALIAÇÃO DA ACEITAÇÃO PARENTAL DA VACINA CONTRA HPV</b>	<b>EXTENSÃO</b>
4	<b>OFICINA DE SAÚDE NA TERCEIRA IDADE</b>	<b>EXTENSÃO</b>
5	<b>INVESTIGANDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE GRUPOS DE APOIO NO COTIDIANO DE MULHERES MASTECTOMIZADAS</b>	<b>EXTENSÃO</b>
6	<b>O DESAFIO DE EDUCAR NO ÂMBITO DA SAÚDE REPRODUTIVA E SEXUAL: UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM UM PRESÍDIO FEMININO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR, BAHIA.</b>	<b>EXTENSÃO</b>
7	<b>PREVENÇÃO E CONTROLE NÃO FARMACOLÓGICOS DO DELIRIUM NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA</b>	<b>EXTENSÃO</b>
8	<b>AÇÕES EDUCATIVAS EM PRIMEIROS SOCORROS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</b>	<b>EXTENSÃO</b>
9	<b>LIGA ACADÊMICA DE ENFERMAGEM EM DOENÇAS CARDIOVASCULARES – LAEDCV</b>	<b>EXTENSÃO</b>
10	<b>LIGA ACADÊMICA DE PRIMEIROS SOCORROS</b>	<b>EXTENSÃO</b>
11	<b>SER MULHER, ESTAR GRÁVIDA E PRESIDIÁRIA: DIFÍCEIS CAMINHOS.</b>	<b>EXTENSÃO</b>
12	<b>PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM IDOSOS DE UMA UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE</b>	<b>EXTENSÃO</b>
13	<b>COMPARTILHANDO SABERES E PROMOVENDO SAÚDE</b>	<b>EXTENSÃO</b>
14	<b>SEGURANÇA DO PACIENTE: UM DESAFIO NOSSO</b>	<b>EXTENSÃO</b>
15	<b>SEMINARIO INTERDISCIPLINAR I</b>	<b>ENSINO</b>

	<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>STATUS</b>
16	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA II</b>	<b>ENSINO</b>
17	<b>PROCESSO DE CUIDAR NA ATENÇÃO BÁSICA</b>	<b>ENSINO</b>
18	<b>SEMINÁRIO INTEGRADO</b>	<b>ENSINO</b>
19	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA III</b>	<b>ENSINO</b>
20	<b>GESTAR E PARIR ATRAS DAS GRADES</b>	<b>PESQUISA</b>
21	<b>O JOGO COMO METODOLOGIA DE ENSINO</b>	<b>PESQUISA</b>

Fonte: NUPE DCV I

### 3.11 QUALIDADE ACADÊMICA

As tabelas a seguir demonstram que a evolução da procura pelo curso de Bacharelado em Enfermagem nos últimos vestibulares, tanto através do vestibular, quanto do SISU. Os dados relacionados ao número de ingressantes a procura por vagas nos processos seletivos do Curso de Enfermagem do *Campus I*.

Tabela 29 - Evolução do Vestibular - 2011 a 2015

INSCRITOS NO CURSO			VAGAS			CONCORRÊNCIA		
OPTANTE		NÃO OPTANTE	OPTANTE		NÃO OPTANTE	OPTANTE		NÃO OPTANTE
NEGRO	INDÍGENA		NEGRO	INDÍGENA		NEGRO	INDÍGENA	
765	10	1260	6	1	8	127,50	10,00	157,38
158	1	347	6	1	8	19,67	1,00	28,88
361	4	711	8	1	12	45,13	4,00	59,25
130	1	301	10	1	15	13,00	1,00	20,07
213	1	439	10	1	14	21,30	1,00	31,36
86	1	181	10	1	14	8,60	1,00	12,93
180	4	379	10	1	14	18,00	4,00	27,07
78	0	140	10	1	14	7,80	0,00	10,00
181	2	452	6	1	9	30,17	2,00	50,22
78	2	151	6	1	9	13,00	2,00	16,78

FONTE: GESEDI

Tabela 30 - Evolução do SISU - 2011 A 2015

ANO	INSCRITOS NO CURSO			VAGAS			CONCORRÊNCIA		
	OPTANTE		NÃO OPTANTE	OPTANTE		NÃO OPTANTE	OPTANTE		NÃO OPTANTE
	NEGRO	INDÍGENA		NEGRO	INDÍGENA		NEGRO	INDÍGENA	
2011.1	1626	36	2174	6	1	8	271,00	36,00	271,75
2011.2	1464	56	1853	6	1	8	244,00	56,00	231,63
2012.1	1556	84	2451	4	1	6	389,00	84,00	408,50
2012.2	1062	62	1684	2	1	3	531,00	62,00	561,33
2013.1	1040	68	1955	2	1	4	520,00	68,00	488,75
2013.2	787	64	1632	2	1	4	393,50	64,00	408,00
2014.1	241	26	547	2	1	4	120,50	26,00	136,75
2014.2	1250	90	2934	2	1	4	625,00	90,00	733,50
2015.1	474	45	822	6	1	9	79,00	45,00	91,33
2015.2	348	27	774	6	1	9	58,00	27,00	86,00

FONTE: GESEDI

**Tabela 31 - Matriculados Departamento de Ciências da Vida - 2011 a 2015**

CURSO	ANO									
	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2
Nutrição	20	25	25	28	27	28	23	28	28	30
Enfermagem	22	29	30	26	27	24	30	30	26	32
Fonoaudiologia	22	30	29	24	28	23	29	25	27	29
Fisioterapia	25		26	30	24	29	29	28	27	30
Farmácia	-	25	-	28	22	25	28	30	28	32
Medicina	-	-	29	29	30	30	28	32	28	33

FONTE: GESEDI

### 3.12 CARACTERIZAÇÃO DOCENTE

O curso de graduação em Enfermagem - Bacharelado do Departamento de Ciências da Vida, DCV – I, conta hoje com 33 docentes, com a seguinte distribuição de docentes por regime de trabalho.

**Quadro 22 - Quantitativo Docente do Curso de Enfermagem por regime de trabalho**

REGIME DE TRABALHO	QUANTITATIVO
20 horas	1
40 horas	29
Dedicação Exclusiva – D.E	3
<b>TOTAL DE DOCENTES</b>	<b>33</b>

Fonte: DCV CAMPUS I

Abaixo, estão descritos os professores que atuam no Curso de Enfermagem, conforme sua atuação acadêmico-administrativa, disponibilidade de tempo parcial e/ou integral, bem como a vinculação dos mesmos à Universidade.

Quanto ao Regime de Trabalho é possível perceber a preponderância de professores em Regime de 40 horas (88%), seguindo-se de 9% em Regime de Dedicação Exclusiva e de 3% com 20 horas. No total destes 33 docentes 27 são professores efetivos e 06 são professores substitutos.

Quadro 23 – Docentes de Enfermagem

DOCENTE	COMPONENTE CURRICULAR QUE LECIONA	QUALIFICAÇÃO		REGIME DE TRABALHO			FORMA DE INGRESSO	
		GRADUAÇÃO (CURSO / INSTITUIÇÃO/ANO DE CONCLUSÃO)	PÓS-GRADUAÇÃO (CURSO / INSTITUIÇÃO/ANO DE CONCLUSÃO)	20 H	40 H	D.E.	C	S
Andrea Broch Siqueira L. Lessa	POLÍTICA E PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM.	ENFERMAGEM – UESC - 1997	MESTRADO EM ENFERMAGEM – UFBA - 2011		X			X
Ana Dulce Santana dos Santos	GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM II / PROCESSO DE CUIDAR FUNDAMENTAÇÃO E PRÁTICA	ENFERMAGEM UCSAL - 1989	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA – 2000		X			X
Angela Cristina Fagundes Góes	PROCESSO E CUIDAR: FUNDAMENTOS E PRÁTICA/HISTÓRIA DA ENFERMAGEM	ENFERMAGEM UFBA – 1988	MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA UCSAL - 2005			X	X	
Ana Paula Chancharulo M. Pereira	POLÍTICA DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE	ENFERMAGEM UEFS – 1997	MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA UEFS – 2002		X		X	
Angela Lofiego Sampaio	PROCESSO DE CUIDAR: FUNDAMENTOS E PRÁTICA	ENFERMAGEM UFBA – 1988	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA – 2003		X		X	
Barbara Angelica Gomes Perez	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER	ENFERMAGEM UNIFESP 1992	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA - 2006		X		X	
Carolina Pedroza de Carvalho Garcia	ENFERMAGEM/ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	ENFERMAGEM UFBA - 2001	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA - 2009		X		X	
Célia Maria Costa Regebe	DEONTOLOGIA EM ENFERMAGEM / ESTÁGIO CURRICULAR	ENFERMAGEM UFBA – 1976	ESPECIALISTA EM METODOLOGIA DA ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM UNEB – 2000		X		X	

DOCENTE	COMPONENTE CURRICULAR QUE LECIONA	QUALIFICAÇÃO		REGIME DE TRABALHO			FORMA DE INGRESSO	
		GRADUAÇÃO (CURSO / INSTITUIÇÃO/ANO DE CONCLUSÃO)	PÓS-GRADUAÇÃO (CURSO / INSTITUIÇÃO/ANO DE CONCLUSÃO)	20 H	40 H	D.E.	C	S
Cristina Campos dos Santos	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ENFERMAGEM UFBA – 1985	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA - 2003		X		X	
Denise Santana Silva dos Santos	ENFERMAGEM EM AT. SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ENFERMAGEM UEFS – 2006	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA – 2011		X			X
Edenise Maria Santos da Silva	ENFERMAGEM / ESTÁGIO CURRICULAR EM GESTÃO DA ENFERMAGEM	ENFERMAGEM UESB – 2010	MESTRADO EM ENFERMAGEM USP – 2012		X		X	
Daniela Oliveira de Almeida	FISIOLOGIA / MORFOFUNCIONAL II	ENFERMAGEM UNEB – 2008	MESTRADO EM PATOLOGIA HUMANA E EXPERIMENTAL UFBA – 2012		X			X
Eliana Auxiliadora Magalhães Costa	GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM II	ENFERMAGEM UCSAL – 1983	DOCTORADO SAÚDE PÚBLICA UFBA – 2011		X		X	
Jeane Magnavita F. Cerqueira	A DISPOSIÇÃO SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO	ENFERMAGEM UESC – 1990	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA – 2003		X		X	
Joana Angelica Teles Santana	ESTÁGIO CURRICULAR	ENFERMAGEM UFS – 1981	MESTRADO EM ENFERMAGEM UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - 1997			X	X	
Ligia Carvalho de Souza	ENFERMAGEM EM BLOCO CIRÚRGICO / CME/ SAÚDE COLETIVA / PROCESSO DE CUIDAR FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	ENFERMAGEM UCSAL – 1989	ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR EM METODOLOGIA DO ENSINO – ABEC CAIRÚ – 2009		X			X



DOCENTE	COMPONENTE CURRICULAR QUE LECIONA	QUALIFICAÇÃO		REGIME DE TRABALHO			FORMA DE INGRESSO	
		GRADUAÇÃO (CURSO / INSTITUIÇÃO/ANO DE CONCLUSÃO)	PÓS-GRADUAÇÃO (CURSO / INSTITUIÇÃO/ANO DE CONCLUSÃO)	20 H	40 H	D.E.	C	S
Lilian Fátima Barbosa Marnho	SAÚDE COLETIVA I	ENFERMAGEM E OBSTETRICIA EEM – 1977	DOUTORADO EM SAÚDE PÚBLICA UFBA – 2006		X		X	
Liliane da Hora Montenegro	ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL	ENFERMAGEM UESC – 1992	ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA UESC – 2001		X		X	
Lucimeire Carvalho de Araújo	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	ENFERMAGEM UFBA – 1997	DOUTORADO EM ENFERMAGEM UFBA – 2009		X		X	
Maria Aparecida Araújo Figueiredo	A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO	ENFERMAGEM UFBA – 1981	DOUTORADO EM SAÚDE PÚBLICA UFBA/ISC – 2008		X		X	
Mary Gomes Silva	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO À SAÚDE DO ADULTO II	ENFERMAGEM UESB – 1998	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA – 2001		X		X	
Mary Lúcia Souto Galvão	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER	ENFERMAGEM UCSAL - 1980	MESTRADO EM ENFERMAGEM UNIFESP – 1995		X		X	
Rizia Maria dos Santos Eustáquio	ATENÇÃO EM ENFERMAGEM AO IDOSO	ENFERMAGEM UESC – 1996	MESTRADO EM ENFERMAGEM – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SAÚDE DA MULHER UFBA - 2003		X			X
Rosane Maria Magalhães Will	ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA II	ENFERMAGEM UCSAL – 1980	MESTRADO PROFISSIONAL EM EPIDEMIOLOGIA UFBA - 2004	X			X	

DOCENTE	COMPONENTE CURRICULAR QUE LECIONA	QUALIFICAÇÃO		REGIME DE TRABALHO			FORMA DE INGRESSO	
		GRADUAÇÃO (CURSO / INSTITUIÇÃO/ANO DE CONCLUSÃO)	PÓS-GRADUAÇÃO (CURSO / INSTITUIÇÃO/ANO DE CONCLUSÃO)	20 H	40 H	D.E.	C	S
Sandra Dutra Cabral Portela	SAÚDE E COMUNICAÇÃO METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA III METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA II RELAÇÃO INTERPESSOAL EM SAÚDE	ENFERMAGEM UCSAL – 1995	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA – 2000		X		X	
Rosana Freitas Azevedo	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO À SAÚDE DO ADULTO I	ENFERMAGEM UCSAL – 1996	DOUTORADO EM ENFERMAGEM UFBA - 2009			X	X	
Silvana Lima Vieira	PROCESSO DE CUIDAR FUNDAMENTAÇÃO E PRÁTICA/ ENFERMAGEM EM ATENÇÃO DO ADULTO II	ENFERMAGEM UESB – 2004	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA 2011		X		X	
Suiane Costa Ferreira	ENFERMAGEM / ENFERMAGEM CLÍNICO-CIRÚRGICA	ENFERMAGEM UNEB – 2006	ESPECIALIZAÇÃO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL UNEB - 2008		X		X	
Tânia Christiane Ferreira Bispo	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER	ENFERMAGEM E OBSTETRICIA UEFS – 2001	DOUTORADO SAÚDE PÚBLICA UFBA - 2011		X		X	

DOCENTE	COMPONENTE CURRICULAR QUE LECIONA	QUALIFICAÇÃO		REGIME DE TRABALHO			FORMA DE INGRESSO	
		GRADUAÇÃO (CURSO / INSTITUIÇÃO/ANO DE CONCLUSÃO)	PÓS-GRADUAÇÃO (CURSO / INSTITUIÇÃO/ANO DE CONCLUSÃO)	20 H	40 H	D.E.	C	S
Telma Maria Oliveira	ENFERMAGEM EM ATENÇÃO A SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ENFERMAGEM UFBA – 1997 ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM NA ATEN	ESPECIALIZAÇÃO EM ATENÇÃO A SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE UFBA - 1999		X		X	
Terezinha Andrade Almeida	ENFERMAGEM EM BLOCO CIRÚRGICO COORDENADORA DO COLEGIADO DO CURSO DE ENFERMAGEM	ENFERMAGEM UCSAL – 1985	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA – 1991		X		X	
Thadeu Borges Souza Santos	ENFERMAGEM CLÍNICO-CIRÚRGICA	ENFERMAGEM UESB – 2004	MESTRADO EM ENFERMAGEM UFBA 2011		X		X	
William Mendes Lobão	PROCESSO DE CUIDAR FUNDAMENTAÇÃO E PRÁTICA	ENFERMAGEM E OBSTETRICIA UEFS – 1997	ESPECIALISTA EM SAÚDE DA FAMÍLIA UESC - 2004		X		X	

Dentre estes, 06 (18%) são especialistas, 21 (64%) são mestres, e 06 (18%) são doutores. Os docentes são incentivados a realizar aprimoramentos profissionais. Com isso, o Departamento defere o afastamento dos docentes para realizar cursos de pós-graduação, contribuindo para melhorar cada vez mais a qualificação do corpo docente.

### **3.12.1 REGIME DE TRABALHO E PLANO DE CARREIRA**

O trabalho docente da Universidade do Estado da Bahia é regido pela Lei nº 8.352/02 e pelo Estatuto do Magistério, Cap. V, Art. 16 a 21.

Pela citada lei, o professor pode ter sua carga horária de trabalho, assim distribuída:

- Professor de 20 horas: tempo mínimo e máximo em sala de aula, oito e dez horas semanais, respectivamente.
- Professor de 40 horas: tempo mínimo e máximo em sala de aula, doze e dezesseis horas semanais, respectivamente.
- Professor D.E.: cumprimento da mesma carga horária do professor de 40 horas, caso não esteja desenvolvendo atividades de projetos de pesquisa. Esta carga horária ainda poderá ser reduzida para o mínimo de oito horas semanais, se comprovado a realização de pesquisa ou extensão, liberação a critério do Departamento que o professor está vinculado.

Através de concurso público, os professores ingressam no quadro de docentes da Universidade, nas condições prescritas pelo Estatuto do Magistério, em seu cap. IV, artigos 9 a 10, o que é fielmente seguido pela UNEB.

O Colegiado de Enfermagem, conta com uma política de capacitação docente e formação continuada para cursos de pós-graduação através de um critério de seleção aprovado em reunião de colegiado onde o professor sai para curso de capacitação por tempo de ingresso na instituição e da demanda de professores para substituir o componente curricular do professor que vai se afastar para mestrado ou doutorado.

Estas diretrizes encontram-se consolidadas e institucionalizada na UNEB, por intermédio de regulamentações que priorizam o incentivo ao aperfeiçoamento e valorização docente.

As previsões para afastamento, seja para Cursos de pós-graduação, participação em eventos científicos, estágios e intercâmbios, são realizadas semestralmente, no PIT (Plano Individual de Trabalho) de cada professor. A liberação, por parte do Departamento, envolve critérios de disponibilidade docente para substituição, demandas Institucionais e tempo de solicitação por parte do docente.

Abaixo, seguem as regulamentações que versam sobre a qualificação e formação docente:

- Resolução CONSU nº 230, publicada em 05 de junho de 2003 – que estabelece as diretrizes e critérios para a concessão de Licença Sabática no âmbito da Universidade.
- Resolução CONSU nº 368, publicada em 12 de abril de 2006 – que estabelece critérios e procedimentos para avaliação de desempenho acadêmico dos docentes da UNEB, para fins de promoção e progressão na carreira do magistério superior.
- Resolução CONSU nº 462, publicada em 16 de agosto de 2008 – que fixa critérios para acompanhamento e controle de afastamento de docentes para cursos de pós-graduação em mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Tais documentos encontram-se a seguir elencados.

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSU**

**RESOLUÇÃO N.º 230/2003**

**Estabelece diretrizes e critérios para concessão de Licença Sabática no âmbito da Universidade.**

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU** da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Estadual n.º 8352 de 02/09/2002, nos seus artigos 33, inciso VI e 35, bem como o que consta do processo n.º 0603020144315,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - A concessão de gozo de Licença Sabática tem por objetivo o aprimoramento técnico-profissional do docente.

**Parágrafo Único** – Entende-se como aprimoramento técnico-profissional:

- a) Realização de cursos e estágios em instituições nacionais e/ou estrangeiras;
- b) realização de projetos de pesquisa e/ou extensão de qualquer natureza;
- c) execução de projetos de produção filosófica, científica, artística ou literária.

**Art. 2º** - A concessão da Licença Sabática estará condicionada à apresentação pelo docente, para aprovação pelo Departamento onde o requerente está lotado, do plano de aperfeiçoamento técnico-profissional ou do projeto a ser realizado, juntamente com o aceite da entidade na qual o plano ou projeto será desenvolvido.

**Parágrafo Único** – Não serão considerados, para efeito de concessão de Licença Sabática, o plano de trabalho para conclusão de cursos de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) e os já destinados aos processos de progressão de uma classe para outra.

**Art. 3º** - O docente deverá encaminhar, por escrito, o seu pedido de afastamento com antecedência mínima de 04 (quatro) meses ao Departamento no qual estiver lotado.

**§ 1º** – A apreciação do(s) pedido(s) de afastamento do(s) docente(s) será de competência da plenária departamental, ouvida a área e/ou sub-área de conhecimento a que o docente estiver vinculado.

**§ 2º** – Os pedidos de afastamento serão analisados e julgados pela plenária departamental, homologados pelo Conselho de Departamento e publicados por ato do Reitor, obedecidos os seguintes critérios:

- I – Docente com maior tempo de serviço na instituição e que ainda não tenha sido beneficiado com a referida licença;
- II – importância e correlação das atividades para o desenvolvimento científico e cultural do Departamento;
- III – benefícios para a UNEB, resultantes da participação do docente nas atividades propostas no plano de trabalho

**§ 3º** – Aprovado o pedido de afastamento pelo órgão deliberativo, o Departamento providenciará a substituição do docente através de:

- a) redistribuição das disciplinas de responsabilidade do professor requerente entre os docentes do Departamento, habilitados a lecioná-las, caso haja disponibilidade por parte destes;
- b) contratação de professor substituto ou através da cooperação de outros Departamentos e professores de áreas afins;
- c) contratação de professor visitante.

**Art. 4º** - A Instituição deverá prover ao docente os meios necessários para assegurar as condições de cumprimento do plano de trabalho estabelecido, condicionados à disponibilidade de recursos.

**Art. 5º** - O docente deverá apresentar ao Departamento, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu regresso, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas durante o período de afastamento e realizar Seminário para socializar os resultados do trabalho junto à Comunidade Acadêmica.

**Art. 6º** - Apresentado o relatório da Licença Sabática, se este não for considerado satisfatório pela plenária departamental, caberá à Superior Administração Universitária adotar as providências administrativas cabíveis, inclusive para efeito de indenização.

**Art. 7º** - A concessão de nova Licença Sabática dependerá de comprovação do cumprimento do plano de aperfeiçoamento técnico-profissional anteriormente executado e da aprovação pelo Departamento do relatório apresentado.

**Art. 8º** - Quando o plano de aperfeiçoamento não for integralizado, o docente deverá retornar à Unidade de origem, apresentando ao Departamento justificativa e relatório circunstanciado.

**Parágrafo Único** – A plenária departamental opinará sobre o relatório e justificativa, decidindo-se pela conveniência ou não da complementação do período da Licença Sabática deferida, para a conclusão do projeto.

**Art. 9º** – As matérias deliberativas pertinentes ao Conselho de Departamento serão apreciadas e decididas pela plenária departamental até posterior adequação da estrutura organizacional de cada Departamento.

**Art. 10** - Os casos omissos serão resolvidos pelo CONSEPE, ouvido o Departamento diretamente envolvido e o Conselho de Departamento.

**Art. 11** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2003.

***Ivete Alves do Sacramento***

Presidente do CONSU

**PUBLICADA EM**

**05/06/2003**

**D.O. PÁG. 25**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU**

**RESOLUÇÃO N.º 368/2006**

**Estabelece critérios e procedimentos para avaliação de desempenho acadêmico dos docentes da UNEB, para fins de promoção e progressão na carreira do magistério superior.**

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSU** da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 11, da Lei n.º 8352/02, à vista da deliberação do plenário, em sessão desta data, e considerando o que se contém no Processo n.º 0603050011093,

**RESOLVE:**

**Art. 1** – A avaliação do desempenho acadêmico do docente integrante do quadro da carreira, na UNEB, é um processo global e permanente de análise de todas as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, participação em órgãos sindicais, técnicos e científicos, de classe e de categorias profissionais e de administração acadêmica, no âmbito da Instituição, observada a natureza das atividades e os requisitos previstos nos artigos 11, 12 e 13, da Lei n.º 8352/02.

**§ 1** – A avaliação de que tratam os artigos acima enumerados será promovida pelo Departamento onde esteja lotado o professor, atendidos as prescrições e critérios estabelecidos nesta Resolução.

**§ 2** – Cada Departamento constituirá banca examinadora para efeito da avaliação de desempenho acadêmico do professor interessado.

**§ 3** – A promoção de Professor Titular nível “B” para Professor Pleno será realizada por banca examinadora, constituída por cinco docentes com título de doutor, pertencentes à classe de professor titular, sendo, no mínimo, três de outras Instituições de Ensino Superior e não integrantes do quadro docente da Universidade.

**Art. 2** – Dentre outras finalidades exigidas, a avaliação do desempenho acadêmico docente se destina à classificação dos docentes da Universidade para efeito de progressão na Carreira do Magistério Superior, mediante mudança de uma classe para outra, na forma prevista no Capítulo V da Lei n.º 8352/02.

**Art. 3** – A avaliação do desempenho acadêmico do docente, para os fins indicados no artigo precedente, será promovida pelo Departamento respectivo, mediante processo nele autuado, a requerimento do interessado, observando-se os seguintes critérios básicos:

**I** – Cada docente, ao pleitear mudança de classe, será avaliado nos aspectos gerais aplicáveis a todos indistintamente, com a pontuação dos itens constantes no Anexo I desta Resolução;

**II** – cada docente será avaliado pelos títulos acadêmicos que apresente, correlacionados com as suas atividades exercidas, consideradas e pontuadas no Anexo II desta Resolução;

**III** – quando se tratar de promoção para a classe de Professor Pleno, cada docente será avaliado pelos títulos acadêmicos que apresente, correlacionado com as suas atividades, consideradas e pontuadas no Anexo III;

**IV** – para efeito de progressão, serão classificados, por ordem rigorosa de pontos obtidos no Departamento, os candidatos de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8352/02.

**§ 1** – No processo de avaliação de desempenho acadêmico, o Departamento avaliará o docente sob os aspectos gerais, atribuindo-lhe a pontuação a que faz jus, registrando-a em planilha individual subscrita pela Comissão Departamental, para efeito do cômputo geral em instrumento próprio.

**§ 2** – Registrada a pontuação de que trata o inciso precedente, far-se-á de igual modo para as situações indicadas respectivamente no Anexo II.

**§ 3** – Num mesmo pleito, caso algum candidato (ou vários) obtenha(m) um número total de pontos superior a cem, ao melhor classificado será atribuída a pontuação máxima e aos demais a pontuação proporcional, como indicado no Anexo II.

**§ 4** – Elaboradas as planilhas individuais para cada anexo, estas serão assinadas pela banca examinadora que totalizará os pontos obtidos pelo candidato, colocando-as em envelope lacrado onde contenha a ficha totalizadora com a classificação dos docentes, para homologação da plenária departamental.

**§ 5** – Será excluído do processo classificatório departamental o docente que, na totalização dos pontos de que trata o parágrafo precedente, não tenha alcançado cinquenta por cento dos pontos máximos previstos nos Anexos I e III para Professor Pleno, e nos Anexos I e II para as demais classes.

**§ 6** – Aprovada a classificação pelo Departamento, o Diretor da Unidade encaminhará à Comissão Especial, composta de três docentes com titulação máxima.

**Art 4** – Após a classificação dos resultados pelos Departamentos, será emitido ato, publicado em Diário Oficial do Estado, o qual indicará prazo de recurso para o CONSU, ou CONSEPE no que lhes for privativo.

**§ 1** – Da decisão do Reitor quanto ao resultado classificatório cabe recurso para o CONSU, ou CONSEPE, conforme a matéria e a natureza dos motivos invocados.

**§ 2** – Expirado o prazo recursal, o Reitor da Universidade emitirá o ato administrativo de progressão dos docentes pela ordem classificatória publicada.

**§ 3** – A Pró-Reitoria de Administração-PROAD atualizará o quadro docente da Universidade com as progressões deferidas, procedendo às medidas pertinentes, decorrentes do apostilamento que fará na ficha funcional de cada docente.

**Art. 5** – A progressão produzirá efeitos a partir do ato concessivo, assegurado o direito à remuneração correspondente à classe a que for promovido, a partir da data definida para conclusão do processo de avaliação, na forma do art. 6, desta Resolução, e atendido o disposto no artigo 18, parágrafos 1º e 2º da Lei n.º 8352/02.

**Art. 6** – Fica estabelecida a periodicidade quadrienal para a revisão dos percentuais e da pontuação, previstos nesta Resolução.

**Art. 7** – O Reitor da Universidade, por si ou pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação-PROGRAD, emitirá atos complementares a esta Resolução, ou instruções normativas, exclusivamente em matéria procedimental.

**Art. 8º** – As matérias deliberativas pertinentes ao Conselho de Departamento serão apreciadas e decididas pela plenária departamental até posterior adequação da estrutura organizacional de cada Departamento.

**Art. 9** – Os casos omissos serão resolvidos pelo CONSEPE.

**Art. 10** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução n.º 227/2003 –CONSU.

Jacobina-BA, 07 de abril de 2006.

***Lourivaldo Valentim da Silva***

Presidente do CONSU

PUBLICADA EM

12-04-2006

D.O. PÁG. 15

**ANEXO I ASPECTOS GERAIS DA VIDA ACADÊMICA PONTUAÇÃO MÁXIMA ADMISSÍVEL 100**

Nº	ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA – 100
<b>1.0</b>		<b>ASPECTOS REGIMENTAIS 40</b>
1.1	ASSIDUIDADE	ATÉ 08
1.2	PONTUALIDADE	ATÉ 08
1.3	FREQUENCIA DEPARTAMENTAL	ATÉ 08
1.4	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PIT	ATÉ 08
1.5	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE ENSINO DE CADA DISCIPLINA AO SEU CARGO	ATÉ 08
<b>2.0</b>		<b>ASPECTOS ACADÊMICOS 60</b>
<b>2.1</b>		<b>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ACADÊMICOS</b>
PARTICIPANTE OU RELATOR <b>02</b>		
PALESTRANTE , DEBATEDOR OU COORDENADOR <b>04</b>		ATÉ 06
2.2	EXECUÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA E/OU DE EXTENSÃO APROVADO PELO DEPARTAMENTO OU PELOS COLEGIADOS DA VIDA ACADÊMICA.	ATÉ 06
2.3	PARTIPAÇÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS, SOB A FORMA DE: REPRESENTAÇÃO NOS CONSELHOS SUPERIORES, EM COMISSÕES, EM SINDICATOS, EM ASSOCIAÇÕES.	ATÉ 06
2.4	ASSESSORAMENTO, COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO, OU CONSULTORIA A INSTITUIÇÕES E/OU ASSOCIAÇÕES DE CARÁTER CIENTÍFICO, CULTURAL OU SÓCIO-COMUNITÁRIO.	ATÉ 06
2.5	PARTICIPAÇÃO COMO EXAMINADOR EM SELEÇÃO E CONCURSOS PÚBLICOS, EM COMISSÕES DE ANÁLISE DE PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E LITERÁRIA E COMISSÕES PARA AVALIAÇÃO ACADÊMICA DE DOCENTE.	ATÉ 06
2.6	EXECUÇÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS E PLANOS DE TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E OUTROS.	ATÉ 06
2.7	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, ENCONTROS, SIMPÓSIOS.	ATÉ 06
2.8	EXERCÍCIO DE MAGISTÉRIO EM CURSOS DE EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.	ATÉ 06
2.9	TEXTOS ORIGINAIS ELABORADOS PELO DOCENTE E APROVADOS PELO DEPARTAMENTO UTILIZADOS EM AULAS OU ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS, COMO SUBSÍDIO AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO.	ATÉ 06
2.10	EXPERIÊNCIA EM CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA.	ATÉ 06

**ANEXO II**  
**AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS ACADÊMICOS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA OU ARTÍSTICA**

**PONTUAÇÃO MÁXIMA ADMISSÍVEL 100**

<b>Nº</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO POR TÍTULO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
1.0	PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	50	50
2.0	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO (área correlata).	04	08
3.0	CURSOS DIVERSOS PARA FORMAÇÃO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA, APERFEIÇOAMENTO NA ÁREA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR (PERMITE-SE A SOMA DE CARGA HORÁRIA DE ATÉ 04 (QUATRO) CURSOS PARA QUE HAJA O TOTAL MÍNIMO DE 180 HORAS).	02	04
4.0	ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COM CONSELHO EDITORIAL, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS.	03	09
5.0	ARTIGOS PUBLICADOS EM REVISTA E/OU JORNAIS SEM CONSELHO EDITORIAL, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS.	02	06
6.0	LIVROS PUBLICADOS.	05	10
7.0	PARTES DE LIVRO PUBLICADOS.	03	06
8.0	TRADUÇÃO DE LIVROS.	03	03
9.0	TRADUÇÃO DE PARTE DE LIVROS.	02	02
10.0	TRABALHO CIENTÍFICO DEMONSTRANDO A LINHA DE PESQUISA DESENVOLVIDA PELO DOCENTE, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.	01	02

**ANEXO III****AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS ACADÊMICOS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA OU ARTÍSTICA QUE CONSOLIDAM A LINHA DE PESQUISA DO PROFESSOR.**

<b>Nº</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO POR TÍTULO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
1.0	TRABALHO CIENTÍFICO ORIGINAL DEMONSTRANDO A CONSOLIDAÇÃO DA LINHA DE PESQUISA DESENVOLVIDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.	30	30
2.0	ORIENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO E TESE NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.	03	15
3.0	ORIENTAÇÃO DE BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO OU MONITORIA.	03	12
4.0	ARTIGO DE SUA ÁREA DE PESQUISA PUBLICADO EM REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COM CONSELHO EDITORIAL E/OU CLASSIFICADO NA QUALIS DA CAPES, NOS ÚLTIMO CINCO ANOS.	05	20
5.0	CERTIFICADO DE PÓS-DOCTORADO.	03	03
6.0	LIVRO PUBLICADO EM SUA ÁREA DE PESQUISA DE AUTORIA INDIVIDUAL OU COLETIVA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.	03	09
7.0	PARTE DE LIVRO DE SUA ÁREA DE PESQUISA DE SUA AUTORIA INDIVIDUAL OU COLETIVA.	02	06
8.0	TRADUÇÃO DE LIVRO OU PARTE DE LIVRO NA ÁREA DE SUA PESQUISA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	02	02
9.0	PROJETOS DE PESQUISA APROVADOS EM AGÊNCIA DE FOMENTO OU ASSEMELHADA	03	03

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSU**

**RESOLUÇÃO Nº. 462/2007**

Publicada no D.O.E. de 16-08-2007, pág. 12

**Fixa critérios e condições para acompanhamento e controle de afastamento de docentes para cursos de pós-graduação em mestrado, doutorado e pós-doutorado.**

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU** da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no exercício de suas competências estatutárias e regimentais, em consonância com as Leis Federal nº 9394/96, Estaduais nº 6677/94 e 8352/02, com o Decreto Governamental nº 7899/01, com o Estatuto da UNEB e consoante proposta do CONSEPE e o que consta no processo nº 0603040148740,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** O afastamento para qualificação profissional é direito pleno do docente, computado como de efetivo exercício acadêmico e passa a ser regulado pela presente Resolução, de acordo com os seguintes critérios:

- I. Ser o docente do quadro efetivo da instituição e ter concluído o Estágio Probatório;
- II. comunicar ao Departamento da pretensão de participar de processo seletivo de pós-graduação, constante da programação do Departamento, do Plano Individual de Trabalho–PIT e do Plano Operativo Anual–POA;
- III. ter sua solicitação apreciada pela área de conhecimento, pelo Colegiado de Curso e, posteriormente, deliberada pelo Conselho de Departamento.

**Art. 2º.** O afastamento será concedido mediante comprovação de que o docente foi aprovado em programa de pós-graduação oferecido por instituição oficial e devidamente recomendado pela CAPES/MEC.

**§ 1º.** Com relação a Cursos no Exterior, o Programa deverá ser reconhecido pelo sistema oficial de educação do respectivo País.

**§ 2º.** Será permitido o afastamento parcial, para cursos realizados no Brasil, de acordo com opção explícita do interessado.

**Art. 3º.** Caberá ao Departamento planejar e garantir o processo de liberação do docente, procedendo às adequações necessárias, no semestre anterior ao do afastamento do interessado, com o apoio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD, para assegurar o funcionamento regular de suas atividades, através de:

- a) Remanejamento de carga horária entre os docentes do Departamento, quando houver disponibilidade de professor da área;
- b) indicação de professor da própria instituição na condição de Colaborador;
- c) contratação de professor de outra instituição através de processo de seleção simplificada, para Visitante; e
- d) seleção pública docente, para professor substituto.

**Parágrafo Único.** Esgotadas as possibilidades previstas nas alíneas antecedentes, o pleiteante aguardará situação favorável, assegurando-se-lhe o caráter de prioridade.

**Art. 4º.** Quando se tratar do afastamento de mais de um docente da mesma área, o Departamento, ouvido o Colegiado, obedecerá, em ordem de prioridade, os seguintes critérios para liberação:

- a) Não possuir o docente qualificação *stricto sensu*;
- b) estar envolvido/desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão aprovados pelo Departamento, devidamente registrados no FIP, PIT e/ou NUPE;
- c) ter maior tempo de serviço na instituição, desde que conte com, pelo menos, 13(treze) anos na condição de mestre e 08(oito) anos na condição de doutor, para integralizar o tempo para aposentadoria;
- d) maior regime de trabalho na instituição;
- e) maior carga horária de atividades acadêmicas na instituição;
- f) maior tempo decorrente da última qualificação *stricto sensu*; e
- g) maior número de trabalhos científicos publicados.

**Art. 5º.** A duração do afastamento será de vinte e quatro meses para os cursos de mestrado e de quarenta e oito meses para os cursos de doutorado e doze meses para os cursos de pós-doutorado, prorrogáveis por até doze meses.

**§ 1º.** O pedido de prorrogação de que trata o caput do artigo anterior será solicitado pelo requerente com as devidas recomendações e justificativas do orientador e/ou Coordenação do programa de pós-graduação, acompanhado do plano de trabalho para apreciação e aprovação do Conselho de Departamento.

§ 2º. A duração do afastamento especificado no caput aplica-se tanto para os cursos regulares quanto para os cursos modulares.

§ 3º. O pedido de afastamento para realização de cursos no exterior deverá observar as normas estabelecidas pela legislação vigente.

**Art. 6º.** Ao solicitar o afastamento, o docente deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Comprovante de aprovação no programa de pós-graduação;
- b) formulário de afastamento, fornecido pela PPG, devidamente preenchido;
- c) termo de compromisso de retorno ao Departamento de origem; e
- e) Indicação de um professor com o mesmo regime de trabalho, que assumirá a carga horária de sala de aula.

**Parágrafo Único.** Após apreciação e aprovação do pedido de afastamento pelo Conselho de Departamento, a Direção deverá encaminhar a documentação supracitada, acompanhada de certidão de ata à Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação–PPG, para providências cabíveis.

**Art. 7º.** O controle e o acompanhamento do docente em pós-graduação serão feitos mediante apresentação semestral de relatório em formulário próprio e comprovante de matrícula, que serão encaminhados ao Departamento com cópia à Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação–PPG.

**Parágrafo Único.** O docente terá seu afastamento interrompido caso não apresente a documentação contida no *caput* deste Artigo.

**Art. 8º.** Durante o período de afastamento e/ou após retorno, o docente deverá socializar o conhecimento produzido através de seminários e publicações de textos, envolvendo a comunidade acadêmica do Departamento.

**Art. 9º.** O docente assumirá o compromisso, mediante termo escrito, de retornar para o Departamento de origem, após a realização do curso, para cumprimento do período igual àquele do afastamento, com carga horária não inferior ao regime de trabalho que possuía durante o período do curso.

§ 1º. Não será permitido outro afastamento sem o cumprimento do período previsto no *caput* deste artigo.

§ 2º. É vedado o estabelecimento de vínculos empregatícios com outras instituições e com programas especiais remunerados durante o período de afastamento.

**Art. 10.** Ao docente afastado será assegurado o salário, somado às vantagens resultantes da manutenção de seu vínculo com a Universidade.

**Parágrafo Único.** O docente que se afastar, nos termos da presente Resolução, após seu retorno, não poderá licenciar-se para tratar de interesse particular, nem pedir exoneração antes de decorrido o prazo igual ao do seu afastamento, salvo mediante indenização prévia das despesas referentes ao período em que esteve afastado.

**Art. 11.** O docente poderá se beneficiar de ajuda de custo ou bolsa de estudo, quando seu afastamento ocorrer mediante vínculo com programa da UNEB ou de outras instituições de pós-graduação, devidamente recomendadas pela CAPES.

**Parágrafo Único.** Ao ser beneficiado com bolsa de estudo e ajuda de custo, fica vedado ao docente sob qualquer regime de trabalho o estabelecimento de vínculos empregatícios com outras instituições, projetos especiais remunerados, promovidos ou administrados pela UNEB, tais como: Programa Rede UNEB 2000, Programa de Formação de Professor da Rede do Estado, dentre outros.

**Art. 12.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2007.

**Lourivaldo Valentim da Silva**

Presidente do CONS